



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS (CFCH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**FEMINISMO E IGREJA CATÓLICA: uma análise
sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba
(1910-40).**

SIMONE DA SILVA COSTA

Recife

2015

SIMONE DA SILVA COSTA

**FEMINISMO E IGREJA CATÓLICA: uma análise
sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba
(1910-40).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Doutor em História.

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Marília de Azambuja Ribeiro.

Recife

2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

C837f Costa, Simone da Silva.
Feminismo e Igreja Católica : uma análise sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba (1940-40) / Simone da Silva Costa. – Recife: O autor, 2015.
216 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Marília de Azambuja Ribeiro.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2015.
Inclui referências.

1. História. 2. Feminismo - Paraíba. 3. Feministas - Paraíba. 4. Igreja Católica. I. Ribeiro, Marília de Azambuja (Orientadora). II. Título.

981.33 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2015-48)



Simone da Silva Costa

FEMINISMO E IGREJA CATÓLICA: uma análise sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba (1910-40)

Dissertação ou Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Aprovada em: **21/01/2015**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marília de Azambuja Ribeiro
Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof^a. Dr^a. Suely Creusa Cordeiro de Almeida
Membro Titular Externo (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires
Membro Titular Externo (Universidade Federal de Campina Grande)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai Carlos Gilberto Pereira da Costa (*in memoriam*) e a minha mãe Lúcia Maria da Silva Costa.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.

Simone de Beauvoir.

AGRADECIMENTOS

Toda a realização de um trabalho, por mais individual que seja ele não seria possível sem a contribuição de algumas pessoas e instituições, que mesmo sem sua ação direta, contribuíram de alguma forma. Portanto, devo alguns sinceros agradecimentos:

- ✓ À professora Marília Azambuja pela orientação empenhada nos momentos finais deste trabalho, depois de tantos contratemplos.
- ✓ Ao professor Marc Hoffnagel e a professora Sylvana Brandão pelas suas contribuições como orientadores iniciais;
- ✓ Aos professores do PPGH-UFPE, Maria do Socorro Ferraz, Christine Yves Poullette Rufino Dabat, Isabel Guillen, Marc Hoffnagel e Severino Vicente pelos debates realizados durante as suas disciplinas.
- ✓ A Sandra Regina, secretária do PPGH/UFPE, pela sua paciência, gentileza, atenção, generosidade e simpatia ao me atender nos momentos de sufoco.
- ✓ Ao CNPq pelo financiamento da pesquisa.
- ✓ A prefeitura de Santa Rita pela licença concedida para minha qualificação profissional em nível de doutorado.
- ✓ Aos meus amigos e familiares pelo apoio e compreensão as ausências frequentes

O objetivo da presente tese é o de analisar o papel da Igreja Católica, suas práticas e representações, no combate ao movimento feminista e na construção de uma identidade feminina “adequada” aos padrões morais católicos, na Paraíba (1910-1940). Observando as regularidades e singularidades das principais expressões feministas paraibanas da época. Partindo de um contexto marcado pelas ambiguidades de uma sociedade que caminhava rumo à modernização, mas sem abrir mão de uma estrutura social tradicionalmente patriarcal, investigamos como as ideias feministas foram recepcionadas pelos paraibanos e paraibanas depois de uma avalanche de discursos, principalmente, católicos que insistiam em apontar o feminismo como um mal social e uma realidade a ser controlada. A disseminação de representações feministas como seres revoltados, diabólicos e contrários à ordem moral cristã católica consistiu num dos instrumentos mais eficazes no controle das ideias feministas na Paraíba, o que não excluiu, entretanto, afastamentos e manipulações. Especificamente, traçamos os seguintes objetivos: analisar as primeiras expressões feministas, suas defensoras e suas ideias; compreender a relação entre a fundação do movimento noelista paraibano, organizado por mulheres católicas, e as estratégias usadas pela Igreja no combate ao feminismo e na construção de um modelo feminino ideal a ser seguido; identificar o papel desempenhado pela Igreja Católica enquanto matriz agenciadora de representações e ações sobre o feminismo e as ideias de emancipação feminista na Paraíba; problematizar sobre a fundação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino e seus propósitos feministas; pesquisar sobre a construção de uma rede de sociabilidade entre as feministas paraibanas que dirigiam a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino e a principal líder feminista brasileira, Bertha Lutz, e presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino; apontar a influência das práticas católicas na construção de uma identidade feminina considerada ideal. Teoricamente, seguimos pela perspectiva da história das mulheres e sua interface com a história cultural, cujas principais referências foram Soihet (1997, 2006, 2013), Del Priore (2010), Chartier (1990, 1995), Bourdieu (2010), Foucault (2008) e sobre a Igreja Católica Azzi (2008), Mainwaring (2004). Metodologicamente, tomamos como lições os estudos de documento-monumento de Le Goff (1992) e a noção de *representação* elaborada por Chartier (1990). Quanto às fontes, procuramos confrontar discursos do jornal *A Imprensa*, cartas pastorais, encíclicas, jornal *A União*, revista *Natal*, relatórios dos congressos noelistas, atas do Núcleo Noelista Paraibano, correspondências da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino e a bibliografia sobre o tema.

Palavras-Chave: Feminismo, Igreja Católica, Representações.

ABSTRACT

The object of this thesis is to analyze the role of the Catholic Church, its practices and representations, to combat the feminist movement and the construction of a "proper" female identity to Catholic moral standards, Paraíba (1910-1940). Observing regularities and singularities of the main feminist expressions of Paraíba time. Starting from a context marked by the ambiguities of a society that was walking toward modernization, but without giving up a traditionally patriarchal social structure, investigate how feminist ideas were received by the Paraíba and after a barrage of speeches, mainly Catholics who insisted on pointing feminism as a social evil and a reality to be controlled. The spread of feminist representations as being angry, evil and contrary to Catholic Christian moral order consisted of one of the most effective tools in controlling feminist ideas in Paraíba, what did not, however, leave and manipulations. Specifically, we draw the following objectives: to analyze the early feminist expressions, their advocates and their ideas understand the relationship between the foundation of the movement noelista Paraíba, organized by Catholic women, and strategies used by the Church in fighting feminism and the construction of an ideal female role model; identify the role played by the Catholic Church as agenciadora array of representations and actions on feminism and feminist ideas of emancipation in Paraíba; questioning about the founding of the Association for the Advancement Paraibana Female feminists and their purposes; research on building a network of sociability among feminists who ran Paraíba Association for the Advancement of Women and the main Brazilian feminist leader, Bertha Lutz, and president of the Brazilian Association for the Advancement of Women; point to the influence of Catholic practices in the construction of a feminine identity considered ideal. Theoretically, we follow the perspective of women's history and its connection to cultural history, whose main references were Soihet (1997, 2006, 2013), Del Priore (2010), Chartier (1990, 1995), Bourdieu (2010) and the Catholic Church Azzi (2008), Mainwaring (2004). Methodologically, took lessons as studies document-Monument Le Goff (1992) and the notion of representation developed by Chartier (1990). The sources, we seek to confront speeches newspaper The Press, pastoral letters, encyclicals, The Union Newspaper, Christmas magazine reports noelistas conferences, minutes of the Center Noelista Paraíba, Paraíba correspondence of the Association for the Advancement of Women and the literature on the subject.

Keywords: feminism, Catholic Church, Representations.

L'objectif de cette thèse est d'analyser le rôle de l'Eglise catholique, ses pratiques et ses représentations, à lutter contre le mouvement féministe et la construction d'une identité féminine «approprié» aux normes de la morale catholique, Paraíba (1910-1940). Observer les régularités et les singularités des principales expressions de Paraíba ère féministe. A partir d'un contexte marqué par les ambiguïtés d'une société qui a été la marche vers la modernisation, mais sans renoncer à une structure sociale patriarcale traditionnelle, nous étudions comment les idées féministes ont été reçus par la Paraibanos et Paraibanas et après un déluge de discours, principalement catholiques qui a insisté sur pointant le féminisme comme un fléau social et une réalité à contrôler. La diffusion de représentations féministes comme étant en colère, le mal et contraire à l'ordre moral chrétien catholique composée de l'un des outils les plus efficaces dans la lutte contre les idées féministes dans Paraíba, ce qui n'a pas, cependant, les congés et les manipulations. Plus précisément, nous attirons les objectifs suivants: analyser les expressions féministe avant l'heure, leurs avocats et leurs idées; comprendre la relation entre la fondation du mouvement noelista Paraíba, organisé par les femmes catholiques, et les stratégies utilisées par l'Eglise dans la lutte contre le féminisme et la construction d'un modèle idéal de rôle féminin; identifier le rôle joué par l'Eglise catholique comme agenciadora ensemble des représentations et des actions sur le féminisme et les idées féministes d'émancipation dans Paraíba; questionnement sur la création de l'Association pour les féministes promotion Paraibana femmes et de leurs fins; recherche sur la construction d'un réseau de sociabilité parmi les féministes qui ont couru Paraíba Paraíba Association pour la promotion de la femme et le principal chef féministe brésilien, Bertha Lutz, et président de l'Association brésilienne pour la promotion de la femme; le point à l'influence des pratiques catholiques dans la construction d'une identité féminine considéré comme idéal. Théoriquement, nous suivons le point de vue de l'histoire des femmes et son lien avec l'histoire culturelle, dont les références ont été Soihet (1997, 2006, 2013), Del Priore (2010), Chartier (1990, 1995), Bourdieu (2010) et la Église catholique Azzi (2008), Mainwaring (2004). Sur le plan méthodologique, a pris des leçons que des études document Monument Le Goff (1992) et la notion de représentation développé par Chartier (1990). Les sources, nous cherchons à confronter le journal Les discours de presse, lettres pastorales, encycliques, le journal de l'Union, le magazine de Noël, les rapports noelistas conférences, minutes du centre Noelista Paraibano, Paraibana Association des correspondances pour la promotion de la femme et de la littérature sur le sujet.

Mots-clés: féminisme, Église catholique, Représentations.

LISTA DE ICONOGRAFIAS

IMAGEM I - Foto das Noelistas paraibanas e seu assistente eclesiástico D. Moisés Coelho. (s.d.)

IMAGEM II – Padre Claude Allez – Fundador do Movimento Noelista.

IMAGEM III e IV - Capa da revista *Le Noel* e Capa da revista *L'Etoile Noeliste*.

IMAGEM V - Símbolo do Movimento Noelista

IMAGEM VI e VII - Cartazes de publicação das obras de catequese e recristianização das noelistas.

IMAGEM VIII - Foto de homenagem das noelistas brasileiras ao Cardeal D. Sebastião Leme.

IMAGEM IX - Capa da revista *Natal*, versão brasileira da revistas *Le Noel*.

IMAGEM X - Foto de “Riachuelo”, responsável pela edição da revista *Natal*, e “Brasil”, presidente e fundadora do Movimento Noelista no Brasil

IMAGEM XI – Hino Eucarístico Noelista.

IMAGEM XII - Foto das noelistas junto com os donativos para a distribuição do “Natal das crianças pobres”, em 1931.

IMAGEM XIII - Foto das crianças assistidas pelas Noelistas na festa “Natal das crianças pobres”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: Impressões e Expressões do Feminismo na Paraíba no início do século XX.	36
Catharina Moura: por um feminismo “elevado e nobre”.	45
Analice Caldas, Albertina Correia Lima e Lylia Guedes: expressões feministas paraibanas na década de 1920.	59
Analice Caldas: por um feminismo “ponderado e racional”.	63
Albertina Correia Lima e Lylia Guedes: por um feminismo estratégico.	66
Eudésia Vieira: um exemplo de mulher moderna cristã.	70
CAPÍTULO II: Movimento Noelista: práticas e representações de “feminismo católico”.	77
Mas o que é o Movimento Noelista e quem são as Noelistas?	79
A chegada do Noel ao Brasil e a adoção do “mito da mulher salvadora”.	91
A obra Noelista chega à Paraíba: catequese e assistencialismo.	106
CAPÍTULO III: Associação Paraibana pelo Progresso Feminino: práticas de um feminismo controlado.	125
Uma filial feminista com fins culturais.	130
A aprovação dos Estatutos confirma os propósitos culturais da Associação Paraibana.	146
Estabelecendo alianças e conquistando apoio.	154
“Pagina Feminina”: discursos de uma prática feminista paraibana.	160
CAPÍTULO IV: Para novos costumes, novos métodos: o poder do discurso católico na construção de uma identidade feminina moderna cristã.	172
Anos 1930 na Paraíba: conquistas feministas, novas estratégias católicas.	186
Noelistas paraibanas: Um instrumento em defesa da mulher cristã moderna.	190
Página “CULTURA FEMININA”: Vozes femininas no jornal A Imprensa.	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
REFERÊNCIAS	210

INTRODUÇÃO

A pesquisa iniciada, ainda durante o mestrado, levantou questões sobre a relação entre o movimento feminista e a Igreja Católica na Paraíba que não puderam ser respondidas no campo de objetivos definidos para a dissertação, *Mulheres em defesa da ordem: um estudo do núcleo noelista da Paraíba nos anos de 1930 a 1945*¹. No entanto, os incisivos discursos antifeministas divulgados pela imprensa católica e a ausência de uma organização feminista paraibana em plena campanha pela conquista do voto feminino e de outros direitos para as mulheres, em desenvolvimento nas principais capitais brasileiras, apresentava-se, no mínimo, intrigante, e, questionar sobre a relação desses fatores foi um dos motivos que nos levou a seguir com a pesquisa e desenvolvê-la neste trabalho.

Considerando o volume de pesquisas e publicações sobre a história das mulheres, pode-se afirmar que a situação atual desse campo de estudos é uma realidade que vem se expandido cada vez mais, “tornou-se consenso que as mulheres no Brasil têm uma história, que ela pode ser escrita”². O número de artigos, livros, dissertações e teses sobre o tema, resultado, em parte, dos cursos de mestrados e doutorados dedicados ao campo vêm apresentando trabalhos atualizados sobre diversos assuntos como corpo, sexualidade, movimentos de mulheres, participação feminina no espaço público, trabalho, família, educação, imigração, violência, direito, imagens femininas, entre outros olhares. (PINSKY e PEDRO, 2012, p.10).

Seguindo a mesma perspectiva, também identificamos variadas questões que compreende a temática, gênero e religião³. Contudo, verificamos que pouco tem se preocupado em analisar o papel dos discursos católicos e seus sistemas simbólicos na construção de fronteiras identitárias a partir da perspectiva de gênero. Dentre esses poucos, destacamos o trabalho, *Vozes católicas: um estudo sobre a presença feminina no periódico A Ordem (1930-1940)*, da professora e pesquisadora da Universidade do Estado do Rio de

¹ Dissertação defendida em 2007 na Universidade Federal da Paraíba pelo Programa de Pós-Graduação em História.

² Na metade do século passado, questões do tipo: “as mulheres possuem uma história? É possível uma história das mulheres?” estiveram em discussão na década de 70 e 80, quando esse campo de estudo começou a entrar em cena. Na década de 90, passamos da interrogação para a afirmação, e junto com ela a publicação de *História das Mulheres no Ocidente*, organizado por Michelle Perrot e Georges Duby. No Brasil, a publicação do livro *História das Mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priore e Carla Bassanezi em 1997 pela Editora Contexto, reafirma a o desenvolvimento dos estudos no país.

³ Publicações que discutem sobre teologia feminista, hibridismo religioso e gênero, as representações femininas nas igrejas evangélicas e nas religiões de origem africana, dentre outros. Ver *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios atuais dos feminismos*, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina de 16 a 20 de setembro de 2013.

Janeiro, Ana Maria Bandeira de Melo Magaldi, em que analisa o contexto e os propósitos, da participação feminina, como colaboradora, na revista católica *A Ordem*⁴.

A autora analisa direcionamentos por parte da Igreja Católica em relação ao feminino após o ano de 1932, período de deslocamentos quanto à condição da mulher na sociedade brasileira. Apresenta como os discursos das colaboradoras da revista *A Ordem* contribuíram para a afirmação de um projeto de civilização da sociedade brasileira nas bases concebidas pelo movimento católico. Magaldi (2008) ressalta ainda que, no âmbito do contexto de conquistas feministas, o reconhecimento da mulher como sujeito e sua capacidade de doutrinação foram evidenciados pelos editores do periódico católico de forma que, os discursos das articulistas cumpriam uma função educativa relevante no meio feminino ao definir o papel ideal para as mulheres numa sociedade moderna marcada por outras possibilidades.

Riolando Azzi (2008), ao escrever o volume *História da Igreja no Brasil: Terceira Época – 1930-1964*⁵ teve como objetivo analisar o comportamento da Igreja Católica no Brasil durante o desenvolvimento do projeto destinado a restauração da fé que marcou o período de 1922 e 1962. No sentido de contemplar essa análise de forma sistemática, o autor dividiu o seu texto em três partes: na primeira aborda a presença da Igreja na sociedade; em seguida suas relações com o Estado, e, por último sua organização institucional. Essa divisão, segundo ele, permitiria compreender o projeto eclesial da época, cuja meta principal era a afirmação do catolicismo na sociedade brasileira, a partir da colaboração do Estado.

Ao abordar o tema, “Igreja Católica e a Sociedade Brasileira”, o autor dedica um capítulo sobre o lugar da mulher na sociedade a partir da década de 1930, período em que as lutas e conquistas feministas se tornavam mais evidente, e, como a imposição da sociedade urbana e moderna possibilitava às mulheres ocupar um lugar mais destacado na vida pública. Azzi (2008) identifica que os novos padrões de conduta moral feminina levou a hierarquia eclesial adotar medidas, principalmente educativas, no sentido de promover a manutenção dos valores éticos tradicionais. O controle sobre a vida feminina no que se referia à educação e a profissionalização mereceu a atenção da Igreja na perspectiva de atender aos seus propósitos cristianizadores e de condenação aos princípios da vida

⁴ Publicação oficial do Centro D. Vital, ocupou lugar de destaque no cenário intelectual brasileiro da década de 1930. O periódico representou uma poderosa arma de combate mobilizada pelo movimento católico, no sentido de cimentar entre seus leitores os valores cristãos considerados essenciais na conformação da nação brasileira, assumindo o exercício de um apostolado doutrinário e espiritual que contou com a colaboração de personagens destacados no cenário intelectual brasileiro a serviço da causa da Igreja Católica. Ver Magaldi (2008).

⁵ O volume é parte integrante da coleção História geral da Igreja na América Latina. A obra está dividida em quatro partes: as três primeiras destinadas ao enfoque da Igreja Católica e a quarta ao estudo do protestantismo. A parte referente às Igrejas Protestantes foi redigida por Klaus van der Grijp, que de forma sintética apresentou um panorama bastante expressivo da presença do protestantismo no país. Já a parte referente a Igreja Católica foi redigida por Riolando Azzi. (AZZI, 2008).

moderna que afastava as mulheres do caminho da moral católica e da sua missão civilizadora na família e na sociedade.

Com o propósito de analisar a trajetória da emancipação feminina no Brasil, destacamos a contribuição da brasilianista June E. Hahner e sua pesquisa desenvolvida em algumas cidades brasileiras sobre o tema, que resultou no livro, *Emancipação do Sexo – A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*, publicado em 2003.

No livro, a autora considera que as mudanças econômicas, sociais e culturais, durante a segunda metade do século XIX teriam facilitado o aparecimento de novas ideias e ideologias. E, dentre os fatores que contribuíram para o pioneirismo na defesa dos direitos das mulheres, aponta, o progresso da vida urbana, a criação de escolas normais – que além de oferecer uma profissão aceitável, tornou-se num vetor consciente de novas ideias sobre os direitos e papéis das mulheres –, a criação de uma imprensa feminina⁶ – considerada um importante meio de difusão de conhecimento e conscientização – e, as associações feministas.

Segundo autora, a partir da década de 1920, as ações feministas no Brasil proliferaram a passos rápidos. E o caráter moderador, marcou o movimento em defesa dos direitos das mulheres no período. Poucas ousaram desafiar abertamente a ordem pública ou a moral convencional⁷. No entanto, a oposição aberta ao sufrágio feminino foi declarada na imprensa e a hostilização ao feminismo era frequente. Ao se referir sobre a relação entre o movimento sufragista brasileiro e a Igreja Católica, Hahner (2003) analisa, em poucas páginas, que a forte influência da Igreja Católica Romana ajudou a manter o movimento feminista dentro dos limites aceitáveis, evitando, dessa forma, as tentativas feministas de ligar a opressão da mulher à maternidade, à família ou à religião.

⁶ É importante destacar que, o Rio de Janeiro, maior cidade do país na época, centro político e intelectual, oferecia um campo mais fértil para a criação de jornais e revistas a favor da emancipação feminina. Poucas cidades brasileiras conseguiam espaço e apoio para tais iniciativas, exceto São Paulo. Dentre as principais questões debatidas nos periódicos feministas podemos destacar: o status legal da mulher, relações familiares, o acesso à educação superior e carreiras profissionais, além de questões políticas como a conquista do voto feminino. (HANHER, 2003).

⁷ A professora e escritora Maria Lacerda de Moura foi uma das poucas que assumia uma postura mais radical quanto a luta em defesa da mulher, defendia a igualdade entre homens e mulheres e a liberdade sexual. As suas convicções e objetivos quanto a emancipação feminina, levou o seu desligamento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, passando a se aproximar das feministas influenciadas pelo movimento operário anarquista e por uma ideologia de vida mais avançada para as mulheres. Foi também presidente da Federação Internacional Feminina, fundada em Santos e São Paulo. Em 1921, esta federação inseriu em seus estatutos a proposta de modificação do currículo de todas as escolas femininas, incluindo a História da mulher, sua evolução e missão social. Tornou-se uma escritora polêmica, trabalhando na imprensa operária e questionando em seus livros os padrões de comportamento impostos às mulheres, pregando o amor livre e negando a maternidade como destino inevitável. Maria Lacerda de Moura foi uma mulher que desafiou todas as formas de poder tradicional que partiam da Igreja, do Estado, das leis, da escola e da família. Sua obra ficou conhecida em toda a América Latina. (Mais informações, ver: LEITE, M.L.M. **A outra face do feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Editora Ática, 1984.).

De acordo com as informações oferecidas por algumas sufragistas brasileiras⁸, a autora afirma que, mesmo compreendendo a Igreja como uma adversária dos direitos da mulher e contra a emancipação feminina, elas admitiram que, a Instituição não obstruiu a campanha das sufragistas. Em contrapartida, as sufragistas buscavam evitar conflitos com a Igreja, evitando rupturas dentro de suas próprias fileiras, pois muitas militantes eram católicas praticantes. Hahner (2003) destaca ainda que as feministas brasileiras em geral evitavam atacar os aspectos dogmáticos católicos que fomentavam a subordinação da mulher, e a Igreja, por sua vez, evitava atacar o movimento feminista publicamente.

Segundo nossas pesquisas, os discursos antifeministas marcaram seu lugar nos mais diversos periódicos da época, dentre eles os católicos. No entanto, é importante destacar que em algumas cidades, principalmente nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, a Igreja evitava se posicionar de forma agressiva quanto ao feminismo e sua luta em defesa do voto feminino, uma bandeira que, apesar das divergências de interesses, também era compartilhada pela hierarquia católica. O que explica as bênçãos e os incentivos da Igreja dirigida às filiadas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em Pernambuco e Alagoas. Uma questão que ainda está por ser estudada.

Também seguindo o propósito de analisar a trajetória de luta das mulheres pela conquista da cidadania plena, a professora e pesquisadora da Universidade Federal Fluminense (RJ), Rachel Soihet (2013) publicou o livro, *Feminismos e Antifeminismos*. O trabalho apresenta o resultado de uma longa e considerável pesquisa sobre o feminismo no Brasil, abarcando mais de um século de luta feminista marcada por conquistas e controvérsias, por encontros e desencontros, por feminismos e antifeminismos. Segundo autora, a submissão imposta às mulheres durante anos deve ser compreendida como uma violência simbólica, violência que “não se resume a atos de agressão física, decorrendo igualmente, de uma normatização na cultura, da discriminação e da submissão feminina”. Nesse sentido, considera que “a construção da identidade feminina se pautaria na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos”. (SOIHET, 2013, p. 22).

No primeiro capítulo, “Cem anos de violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas (1850-1950)”, Soihet (2013), analisa a trajetória de práticas que contribuíram para a construção de uma identidade feminina da época condicionada aos discursos masculinos. Nessa perspectiva, ela abre o capítulo apresentando um trecho do

⁸ A advogada Zélia Pinho Rezende e Carmem Portinho, ambas, integrantes da principal associação feminista no país, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, apresentaram a June Hahner informações sobre os percalços da luta pela conquista de direitos para as mulheres no Brasil.

texto “Conselhos prudentes às senhoras” publicado pelo periódico católico o *Apóstolo*⁹, em abril de 1880. O referido artigo, que tece críticas à emancipação feminina e a luta em defesa dos direitos das mulheres, defendia e enaltecia o papel feminino na família e o que considerava adequado ao comportamento feminino. Orientava “deixar a mulher no interior da família, de onde não deve sair, a mulher altiva, ornada com a dupla coroa, o amor do marido e dos filhos”. Segundo a autora, tal discurso veiculado pela Igreja Católica, não provoca nenhum espanto, já que esta se apresenta como uma instituição tradicional, conservadora e hierárquica, célebre pela sua defesa da submissão feminina. (O *Apóstolo*, 7/04/1880).

Mesmo não se aprofundando no estudo da relação entre feminismo e Igreja Católica, Soihet (2013) coloca em evidência o papel da hierarquia eclesial no combate a emancipação feminina e na construção de identidades a partir do discurso católico. Uma questão, ainda, pouco estudada pela historiografia das mulheres e de gênero.

Com relação à Paraíba, essa foi uma tendência que também identificamos. Poucos estudos sobre as mulheres tem se preocupado em analisar a influência católica no feminismo paraibano e no comportamento feminino. Durante minhas visitas aos arquivos eclesiais, dificilmente encontrei algum outro pesquisador(a) dedicado(a) a coletar dados para um estudo sobre história das mulheres. Parecia consenso entre estes, que no discurso católico não haveria nada de novo, nada que lhe causasse espanto, como afirmou a professora Rachel Soihet.

Mas, como deixar de lado uma instituição disciplinadora como a Igreja Católica? Uma instituição que, mesmo com a instauração do Estado laico, Pós-Proclamação da República, continuava a influenciar opiniões e comportamentos, principalmente, na vida dos paraibanos de maioria tradicionalmente católica. Como não considerar que, nas três primeiras décadas do século XX, a preocupação católica com o disciplinamento e a manutenção da ordem e dos bons costumes, coincidia com o projeto disciplinador e normativo da elite do Estado¹⁰? Como não questionar sobre a condição feminina nesse contexto? Como não pensar nas suas imagens e representações, objetivos, posicionamentos e resistências?

Foi imbuída de algumas dessas preocupações que desenvolvi a dissertação de mestrado, *Mulheres em defesa da ordem: um estudo do núcleo noelista da Paraíba nos anos de 1930 a 1945*. Um estudo que tem como objetivo analisar a participação das associadas do Núcleo Noelista¹¹ da Paraíba no processo de recristianização da sociedade desenvolvido pela Igreja Católica no estado. Com estes propósitos, as noelistas paraibanas se empenharam no movimento de formação intelectual da mulher, como sendo o primeiro

⁹ O jornal o *Apóstolo* era representativo da posição oficial da Igreja Católica no Brasil.

¹⁰ Ambos, Estado e Igreja, desenvolveram projetos de disciplinamento e manutenção da ordem, a Igreja conduzida pela moral católica e, o Estado pela via das ideias modernizadoras.

¹¹ Outras informações sobre o Movimento Noelista serão apresentadas no segundo capítulo.

passo para o desenvolvimento da sua prática social que consistia, dentre outras, na realização de obras assistenciais destinadas aos subalternos, como medida de controle e disciplinamento.

Contudo, no que diz respeito ao estudo das práticas discursivas¹² católicas e sua influência no desenvolvimento de práticas feministas e na construção de uma identidade feminina paraibana, destacamos o pioneirismo,¹³ do nosso trabalho em abordar um assunto, até então, inexplorado pela historiografia das mulheres na Paraíba que, ao se preocupar na identificação de um comportamento feminista paraibano, deixou de analisar o papel da Igreja Católica nesse processo, desconsiderando a influência da hierarquia eclesiástica paraibana da época na formação de condutas e comportamentos. Uma Instituição que, apesar do contexto republicano marcado por uma perspectiva laica, exercia uma significativa influência na sociedade paraibana que não poderia ser desprezada. Nesse sentido, concordo com Bartolomeu Figueirôa de Medeiros -Frei Tito- (2006) quando afirma que a religião constitui um dos indicadores qualificados na construção de identidades.

No entanto, não podemos deixar de ressaltar a validade e a relevância dos estudos desenvolvidos sobre a história das mulheres e de gênero na Paraíba. Pesquisadores que assumiram o compromisso de transpor o silêncio e a invisibilidade há muito tempo perdurados sobre o feminino, contribuíram significativamente para retirar as mulheres do esquecimento e da sombra da memória, como afirmou Michelle Perrot, dando-lhes significado e imprimindo-lhes a condição de sujeito.

No texto, *Escritas e inscritas: mulheres na imprensa dos anos 1920*, a professora Alômia Abrantes (2010), analisa os dispositivos e deslocamentos que inseriram a presença feminina, como colaboradora, na imprensa, campo, até então, considerado interdito ao feminino. Segundo autora, a maioria das articulistas que participaram da imprensa buscava, principalmente, legitimar suas próprias condutas. Condutas, “modeladas pelos ruídos dos vários discursos que então se faziam ouvir e que tinham na imprensa seu ‘aparelho de encarnação’”. (ABRANTES, 2010, p. 69).

Abrantes (2010) analisa textos publicados pela professora e médica Eudésia Vieira e pela professora e poetisa Analice Caldas, como posicionamentos que corroboravam para uma imagem de positividade e de disciplina, que sem dúvida, contribuiu para torná-las exemplos de modelos de femininos, condizentes com o que consideravam exigências da época moderna. “Elas não apenas escrevem, ‘escrevem-se’, tem suas subjetividades

¹² A partir de Foucault (2008) compreendemos prática discursiva como um conjunto de enunciados que podem ser associado a um mesmo sistema de regras. Campo em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam.

¹³ Identificamos trabalhos voltados a analisar as representações femininas no Protestantismo, assim como nas religiões Afro-brasileiras. Dentre eles: a dissertação de mestrado, *As práticas e representações femininas no Protestantismo em Campina Grande: A Igreja Evangélica Congregacional (1927-1960)*.

inscritas, construindo não uma fala autônoma, mas urdida nas práticas discursivas que tornam possível suas visibilidades”. (ABRANTES, 2010, p.80).

No que diz respeito ao feminismo, a autora informa que as articulistas imprimiam suas impressões, imbuídas pelo que se faziam ouvir na época. Eudésia Vieira apresentava as reivindicações feministas como produto de uma revolta que liberava um sofrimento latente, causado pela ausência ou negligência do masculino. A feminista era, portanto, uma revoltada de comportamento condenável. Enquanto Analice Caldas, apesar de se referir ao feminismo com menos pudor e mais otimismo, procurou se posicionar dentro dos limites do aceitável, afirmando apoiar um feminismo considerado verdadeiro, bem comportado, sem revoltas. O que coloca, segundo Abrantes (2010), o conteúdo de Analice Caldas mais próximo dos discursos feministas que se estabilizarão ao longo da primeira metade do século. Mas, que, no entanto, não lhe rende um lugar de transgressão.

Ao considerar os discursos do Estado e dos postulados médicos sobre o feminino, como referência balizadora dos artigos de Analice Caldas e Eudésia Vieira, a autora deixou de considerar a influência disciplinadora dos discursos católicos, tão determinante quanto os citados, na definição de condutas condizentes com o que se consideravam exigências de uma “era nova”, da época moderna.

Com o objetivo de trazer ao público contemporâneo algumas biografias de professoras e escritoras esquecidas pela historiografia literária paraibana, e, compreender a efetiva participação dessas professoras em favor da educação na Paraíba, a professora Ana Maria Coutinho Sales (2005) desenvolveu sua tese de doutoramento, *Tecendo fios de liberdade: escritoras e professoras da Paraíba do começo do Século XX*. No sentido de dar historicidade à memória feminina das professoras e escritoras paraibanas, a autora buscou destacar também, a participação dessas mulheres na vida social e política do estado. Segundo ela, as primeiras professoras são também as primeiras escritoras e que no intuito de escrever “teceram e bordaram palavras, recriaram a si mesmas, reinventando novas trajetórias, criando novos sentidos e deixando suas marcas na história”. (SALES, 2005, p. 54).

A professora Ana Maria Coutinho ao desenvolver o estudo biográfico das professoras e escritoras paraibanas, destacou a presença e a participação da mulher como sujeito histórico no cenário social da Paraíba no início do século XX. Dentre as principais biografadas escolhidas destaca-se: Anayde Beiriz, Analice Caldas, Adamantina Neves, Eudésia Vieira, Lylia Guedes, Olivina Olívia Carneiro da Cunha, Albertina Correia Lima, Alice Azevedo Monteiro, Catharina Moura, Juanita Machado, Isabel Iracema Feijó da Silveira e Francisca Moura. Mulheres que, na maioria, assumiram um comportamento de vanguarda para a época, porém não de transgressão.

A dissertação de mestrado, *A Eva do século XX: Analice Caldas e outras educadoras – 1891/1945* escrita por Favianni da Silva também buscou contribuir no “resgate” de algumas mulheres paraibanas, em especial, a professora Analice Caldas. Com o objetivo de analisar a trajetória de vida de Analice Caldas e sua contribuição acerca do papel das mulheres na sociedade paraibana, destacou três diferentes perspectivas da vida da biografada: educadora, feminista e poetisa.

No capítulo IV, intitulado, “A Eva do século XX”, o autor analisou a participação de Analice Caldas em movimentos de cunho político, a exemplo dos comitês femininos em prol da Aliança Liberal e de apoio ao Presidente João Pessoa. Quanto sua atuação em defesa dos direitos das mulheres, Silva (2007) afirmou, que “a militância feminista para Analice Caldas foi tão importante quanto qualquer outra atividade sua”. E, como membro integrante da diretoria da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino¹⁴ (APPF), Analice Caldas participou ativamente para que a filiada da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino na Paraíba alcançasse o êxito que as demais filiadas já vinham obtendo nas demais cidades brasileiras.

Ainda sobre a fundação da APPF, o autor ressalta, de forma pouco aprofundada, a indiferença por parte da Igreja Católica local quanto à instalação. Um episódio compreendido como uma tensão marcada por discursos de desconfiança e reprovação, por parte da hierarquia eclesiástica, e, de conciliação e aprovação, por parte das representantes da Associação Paraibana.

Contudo, não problematiza sobre o papel da Igreja Católica no contexto de manifestações feministas que marcaram as três primeiras décadas do século XX na Paraíba. Período em que Estado e Igreja, dentro dos seus propósitos, construíram imagens da mulher ideal.

Segundo Pinsky (2012), imagens e representações têm a capacidade de influenciar os modos de ser, agir e sentir das pessoas, assim como os espaços que ocupam na sociedade, sendo, portanto, importante conhecer as representações que prevalecem em cada época, e quais os atores e estratégias que estão envolvidos nessas construções.

A análise da ação antifeminista católica, presente na imprensa e na condução das práticas feministas paraibanas, nos permite compreender os deslocamentos dessas práticas e seus mecanismos de resistência e assimilação. O que torna seu estudo relevante para a historiografia.

¹⁴ A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF) foi fundada na Paraíba, em 1933, na condição de associação filiada da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922), principal organização feminista do país, liderada por Bertha Lutz, verdadeiro ícone do feminismo brasileiro da época. Outras filiadas já haviam sido fundadas em diversos estados do Brasil, e a APPF foi a última a ser instalada no Nordeste.

Seguindo essa perspectiva, não posso, no entanto, deixar de concordar com Mary Del Priore (2003), quando afirma que ainda há silêncios. A história das mulheres ainda está por ser feita e contada, é por isso que ela é tão necessária. Se há, ainda, tantas questões e perguntas, é porque essa história se abre para novas histórias e para novas maneiras de fazer a história da mulher e das mulheres.

A história das mulheres é, igualmente, a das representações que se fazem sobre elas, que fazem sonhar, como a “boa esposa e mãe”, mas representações que fazem odiar, como as rebeldes, as prostitutas, as anarquistas, as loucas. Mas, para que serve contar a história das mulheres, suas condutas, sua participação na sociedade, seus sonhos e desejos, lutas e resistências, práticas e representações? Segundo Mary Del Priore, para permitir que a História cumpra uma das suas funções potenciais – a de fazer com que as mulheres possam existir, viver e ser.

Consideramos que ainda há questões a serem respondidas, assim como abordagens a serem exploradas sobre o que tange à história das mulheres e de gênero na Paraíba da época em análise. Por exemplo: O que explica a enxurrada de discursos sobre a mulher e o feminismo nos periódicos católicos da época? O que explica a ausência de algumas vozes femininas nos jornais e nas revistas católicas até a década de 1930? Por que a Igreja se manifestava tão contrária à emancipação feminina? O que justifica a mudança de posicionamento da Igreja na defesa do voto feminino pós-1930? Qual a influência do discurso católico sobre o papel da mulher na sociedade moderna? Por que a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino foi a última no Nordeste a se filiar a uma Federação Feminista brasileira? E por que essa filiação só ocorreu em 1933, depois da conquista do voto feminino? Há alguma relação entre as práticas feministas paraibanas e os discursos católicos? O meio paraibano apresentava-se como um campo favorável às práticas feministas e suas ideias de emancipação? A problematização dessas questões nos possibilitou compreender o papel da Igreja Católica na Paraíba, no desenvolvimento de práticas feministas e na construção de uma identidade feminina paraibana em meio a um contexto de luta pelos direitos das mulheres e de recristianização.

A passagem do século XIX para o XX, no Brasil, foi caracterizada por mudanças substanciais na sociedade, na política, na economia, na religião, na cultura. A sociedade urbana da época era impregnada por uma ambiguidade que marcava um período em plena transformação. Vozes que ecoaram como concepções de projetos sociais e políticos para o que se chamava de “nova” nação brasileira.

Muitos atores participaram desse complexo processo social de construção e divulgação de ideias, comportamentos e valores, a exemplo de médicos, intelectuais, políticos e a Igreja Católica. As mulheres também se fizeram presentes nesse momento de

interseção e de possibilidades que se apresentava. Ecoaram sua voz buscando encontrar seu lugar em meio a um contexto de mudanças e reivindicações.

Concordo com Gomes (2009) quando afirma que nessa época o que se observa é uma riqueza na produção de ideias e suas formas de expressão, tendo como agentes membros da sociedade civil organizada em torno de autênticos projetos de intervenção social, que marcaram as décadas iniciais do século XX. Movimentos associativos de cunho nacionalista, sanitaria, religiosa, feminista, etc., que realizavam ações por meio de conferências, campanhas, artigos de jornais, revistas, etc.. Campos de poder que se definiam segundo relações de forças mediadas pelo poder simbólico.¹⁵ Estratégias que marcaram disputas de interesses para a ocupação de lugares socialmente privilegiados.

Dentro desse conjunto de ideias e propostas para a sociedade, a Igreja se fez presente com seu projeto de recristianização, que visava uma maior presença da Igreja nas questões políticas e sociais a partir de uma aliança com o Estado¹⁶, criando estratégias para garantir espaço e prestígio para fortalecer a sociedade dentro dos padrões tradicionais da cultura cristã. (AZZI, 2008).

Nesse projeto, a mulher assumiu um papel importantíssimo: o de, através de uma formação cristã, orientada nos padrões morais cristãos, pudesse educar os seus dentro dos mesmos propósitos. Para tanto, era preciso que ela conservasse no lar educando os futuros cidadãos para a pátria e para a Igreja.

Seguir a modernidade e manter uma estrutura de comportamento tradicional que não alterasse a sociedade foi motivo de interesse e preocupação do Estado e da classe dominante. Assim como a Igreja, a elite política também enxergava na mulher um importante instrumento de disciplinamento social; importante referência do que é ser “distinto”, “civilizado”, “digno” e “honrado”. Nesse contexto, às mulheres era reservada uma cidadania específica a ser exercida no recesso do lar como mãe dos futuros republicanos, cabendo-lhe a defesa dos interesses familiares. Situação definida pela historiadora Rachel Soihet (2013) como violência da exclusão, que ao lembrar Hannah Arendt¹⁷, destaca que “o espaço privado não se define como o da privacidade e da intimidade, mas como o lugar da privação”. E, “estar circunscrito ao espaço privado é estar destituído da relação com os outros, pela palavra e pela ação na construção e nas decisões concernentes ao mundo comum, isto é, a existência política”. (SOIHET, 2013, p.33).

Sobre essa questão, Carla Bassanezi Pinsky (2012) informa que:

¹⁵ Adotamos o conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu, que o define como um poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 2010, p. 7-8).

¹⁶ A perspectiva de aliança entre Igreja e Estado se efetivou no governo de Getúlio Vargas, pós-1930, quando o então presidente da República e Dom Sebastião Leme, líder católico, concretizaram uma relação amistosa de reciprocidade de interesses.

¹⁷ Hannah Arendt. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária/EDUSP, 1981.

Um grande esforço teve que ser feito no sentido de enquadrar, por meio de normas, as condutas femininas, demarcar “o lugar da mulher” e definir claramente que tipo de mulher seria alvo do respeito social. Médicos, juristas, religiosos, professores e demais autoridades preocupadas com a ordem pública alegavam questões de moralidade e uniam-se no coro das vozes hegemônicas a esse respeito. A imprensa, como caixa de ressonância, dedicava-se a descrever os contornos desta mulher, a “mulher ideal” do novo século. (PINSKY, 2012, p.472).

A condição feminina que fugia do modelo de mulher satisfeita ou submissa à sua condição recebia severas críticas. Os novos hábitos, sobretudo a nova forma de comportamento das mulheres era visto como uma ameaça para a moral da época e uma confirmação dos comentários na imprensa de que uma crise social se aprofundava.

Quanto a participação feminina na cena pública e as referências ao feminismo na imprensa, Soihet (2006) acrescenta que ao longo do tempo, este vinha sendo objeto de grosseiras caricaturas em crônicas e *charges*, nas quais se buscava passar a mensagem do terror e do grotesco que representaria a participação de mulheres em esferas consideradas próprias dos homens. Tais discursos colocavam como uma das consequências a desordem familiar, e que,

via de regra, tais crônicas enaltecem a dimensão sacralizada das mulheres, representada pela maternidade, acentuam a sensibilidade específica da mulher, através da qual ‘dominando o homem, guia as crianças e governa o mundo’. Ressalta-se, afinal, o caráter específico das qualidades femininas que não passam pela atividade intelectual ou política. (SOIHET, 2009, p.108).

O projeto de disciplinamento social que consistia na moralização dos costumes e redefinição da família, com a conseqüente normatização do papel da mulher desenvolvido, pelas elites, de forma autoritária e repressiva, convergia com as estratégias do catolicismo romanizado para impor-se na sociedade, quanto aos sujeitos: a mulher e a criança – futuro cidadão para pátria e para Igreja. A utilização do discurso médico-científico para normatizar o interior dos lares, espaços e até mesmo corpos, legitimava tanto os discursos das elites, quanto de alguns setores eclesiásticos.

Discursos a favor das ideias de modernização e de uma ordem tradicional, também, marcaram presença na imprensa paraibana. No entanto, no tocante às mulheres e sua efetiva participação na sociedade, os discursos prevalecentes eram, quase sempre, de

condenação ao feminismo e às ideias de emancipação feminina. Barreiras simbólicas deixavam nítido o papel feminino ideal.

Enquanto o feminismo se infiltrava na sociedade, buscando espaço para atuar na luta pelos direitos das mulheres, a Igreja Católica, como instituição defensora da ordem e do equilíbrio social, reagia com o intuito de evitar a desordem e o caos social representado pela emancipação feminina. Criticavam-se os aspectos de cunho individualista adotados por muitas mulheres da época, que deixavam de assumir sua “verdadeira” missão para lutar por direitos políticos e uma emancipação que as afastava de seu “natural” papel social de mãe, esposa e dona de casa. Nesse sentido, defender um ideal feminino representado pela mulher-mãe consistiu no principal instrumento de manutenção de uma ordem tradicional ameaçada pelas ideias de progresso e de modernização.

Ainda sobre esse assunto, a professora e pesquisadora Rachel Soihet (2012) informa também que,

Na verdade, havia na sociedade brasileira em geral, e entre as autoridades e políticos em particular, forte oposição às reivindicações das mulheres. Respalhando tal oposição, a ciência da época considerava as mulheres, por suas supostas fragilidade e menor inteligência, inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária. Críticas ácidas às demandas femininas estavam presentes também em peças teatrais, crônicas, caricaturas e em diversas matérias na imprensa, que inclusive, ridicularizavam as militantes. (SOIHET, 2012, p.219).

O combate às ideias de emancipação feminina e ao movimento feminista de uma forma geral se intensificavam à medida que as conquistas feministas eram comemoradas pelas militantes e divulgadas na imprensa. A ocupação de um cargo público, a primeira mulher piloto, a primeira mulher médica e advogada e a conquista do voto feminino em vários países representavam uma ameaça que, segundo o clero, deveria ser evitada ou controlada de forma que essas ideias não influenciassem os lares paraibanos.

A palavra feminismo, compreendida como pejorativa e, portanto, rejeitada pela maioria das mulheres que buscavam a emancipação feminina no final do Século XIX e início do XX, transformou-se numa expressão que reunia e resumia os anseios das mulheres que lutavam por liberdade, igualdade, educação e, principalmente, participação política.

Com relação às paraibanas que se colocavam na imprensa ou participavam de movimento em defesa das mulheres, a exemplo da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, percebe-se que buscavam evitar um posicionamento ativista, se referindo ao feminismo de forma cautelosa e com ressalvas em relação às práticas do movimento,

marcas de um contexto que compreendia a emancipação feminina, pelo trabalho ou pela política, como uma ameaça as tradições e a sociedade de uma forma geral.

Sobre essa questão, Koselleck (1994) afirma que leitores posteriores emprestam aos conceitos significados e aplicações distintas, mais ou menos associados aos usos anteriores. Em sua perspectiva teórica, o conceito não tem história, ou seja, ele não muda, pois está associado a uma realidade passada que não pode ser modificada, mas sua recepção, sim. A mudança da realidade de um estado de coisas permite receptionar um conceito de forma diferente, acrescentando a esse um novo significado, “um conceito, independente de sua formulação, acumula uma variedade de significados ao longo do tempo”. Nesse sentido, cabe ao historiador analisar o conceito relacionando à realidade ou ao contexto do qual faz parte, compreendendo as continuidades e os deslocamentos que o compreende. “Cada conceito tem uma estrutura temporal complexa”, ou seja, “o conceito, em outras palavras, tem várias camadas temporais, e os seus significados têm diferentes *durées*”. (KOSELLECK, 1994, p. 10).

A historiografia sobre o tema é unânime em definir o feminismo como plural e variado, entretanto, em todas as suas vertentes, há a convicção de que a opressão sofrida pelas mulheres está ligada às práticas e às ideias machistas, tradicionais conservadoras. Combatê-la está relacionado à defesa de uma sociedade mais justa e igualitária, para homens e mulheres, conquistada a partir da ampliação dos papéis femininos.

Sobre o movimento feminista no Brasil, Céli Regina Jardim Pinto, em seu livro *Uma História do Feminismo no Brasil* (2003), define o feminismo como um movimento de luta pela transformação da condição da mulher na sociedade. Suas primeiras manifestações no Brasil ocorreram ainda no século XIX, quando se começou a combater a exclusão da mulher no mundo público, desafiando a ordem conservadora.

Afirma ainda que, no país o movimento possui uma natureza fragmentada, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas. Suas manifestações vão desde reuniões privadas em casas de intelectuais até reuniões com 3.000 participantes. É um movimento que possui muitas tendências com múltiplas manifestações de mulheres solitárias ou organizadas em defesa dos direitos das mulheres. Muitas de suas tendências existiram apenas em determinadas épocas marcadas por situações determinantes do período, outras se pode afirmar que se expressam até hoje no feminismo brasileiro.

Para Pinto, o feminismo no Brasil foi um movimento que desde as suas primeiras manifestações encontrou um campo de luta particular dentro do contexto histórico brasileiro, apesar do seu caráter personalista e fragmentado. No período compreendido entre o final do século XIX até 1932, quando as mulheres brasileiras conquistam o direito do voto, identifica-se três vertentes do movimento feminista.

A primeira, analisada neste trabalho, é apontada por estudiosos do tema como a mais forte e organizada. Liderada por Bertha Lutz teve como objetivo a incorporação da mulher como sujeito portador dos direitos políticos. Esse feminismo lutava pela inclusão da mulher na condição de cidadã – conquista do voto feminino -, mas não discutia a exclusão da mulher como uma decorrência do poder dominador do homem como também não se posicionava para a alteração das relações de gênero. Essa característica de ação e de pensamentos lhe rendeu a denominação de feminismo “bem-comportado” do feminismo brasileiro do período. Comportamento compreendido pela historiadora Rachel Soihet (2009) como uma tática necessária para o desenvolvimento de práticas feministas na época.

A segunda vertente a autora chama de feminismo difuso, por se expressar nas múltiplas manifestações da imprensa feminina alternativa. Formado por mulheres cultas e com presença na vida pública, elas lutavam por direitos políticos e também por outras questões como a educação feminina e pelo fim da dominação masculina. Por publicarem textos que tratavam de temas como sexualidade e divórcio, considerados impróprios para a época, foi considerada a face menos comportada do feminismo brasileiro no início do século XX.

A terceira vertente que teve como sua principal expoente, Maria Lacerda de Moura, defendia a libertação da mulher de forma mais radical tendo como centro das discussões a questão da exploração do trabalho feminino. Formada por mulheres trabalhadoras, intelectuais e militantes dos movimentos de esquerda, se manifestava no movimento anarquista e, posteriormente, no Partido Comunista. Essa vertente é identificada como a mais radical do movimento feminista.

Pinto compreende o início do feminismo no Brasil como sendo, antes tudo, um movimento intimamente associado a personalidades, ou seja, mesmo apresentando certo grau de organização, era resultado do esforço pessoal de algumas mulheres que, por sua excepcionalidade, na maioria das vezes intelectual, rompia com os papéis para ela estabelecidos e se colocava no mundo público na defesa de novos direitos para a mulher. Tal configuração marcou o feminismo paraibano no início do século XX, que teve à frente personalidades da elite feminina da Paraíba a exemplo de Lylia Guedes, Olivina Olívia, Albertina Correia Lima, Analice Caldas e outras.

Essa primeira fase do movimento feminista que vai do final do XIX até as primeiras décadas do XX tem suas ações interrompidas pelo golpe de 1937, reaparecendo no cenário político nacional no pós-68. Entretanto, o feminismo pós-68 assume uma nova tendência, como sendo um movimento social de alcance mundial que tomou conta das últimas décadas do século XX e, que segundo autora, está longe do seu fim.

A fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no ano de 1922 foi marcante para a afirmação do movimento feminista no Brasil nesse período de transição entre o XIX e início do XX. Presidida por Bertha Lutz, principal líder feminista, empreendeu uma consistente luta em defesa dos direitos das mulheres, dentre elas, a conquista do voto feminino, sua principal bandeira, alcançada em 1932, com o novo código eleitoral decretado, pelo Presidente Getúlio Vargas, que concedia o direito de voto às mulheres.

Com o objetivo de aglutinar associações estaduais e locais, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) avançou pelo país, divulgando suas ideias de emancipação feminina e conquistando aliados e aliadas na luta pelos direitos das mulheres. Assim, destacou-se na organização da luta feminista e na inclusão da mulher no espaço público de forma efetiva. A Federação Baiana pelo Progresso Feminino (1931), a Federação Pernambucana Pelo Progresso Feminino (1931) e a Federação Alagoana pelo Progresso Feminino (1932) foram algumas filiadas nordestinas que integravam o grupo das associações federadas da FBPF, e que se colocaram em defesa dos direitos das mulheres, cujas sedes foram fechadas com a instalação do Estado Novo, por representarem organizações políticas, o que não ocorreu com a filiada paraibana, fundada somente em 1933, na condição de associada e não de federada, o que explica a denominação Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, o que implicava menos compromissos.

Se, de um lado, o movimento feminista sufragista liderado por Bertha Lutz caminhava a passos largos na luta pelos direitos das mulheres, de outro, a Igreja seguia investindo em novos métodos e novas estratégias para evitar que algumas conquistas, como o divórcio, por exemplo, fossem alcançadas e controlar aquelas que lhe apresentavam oportunas num contexto de definições políticas como o voto feminino. Dessa forma, o pensamento conservador católico, baseado na concepção de um todo organizado, definia papéis sociais, determinando para as mulheres a relevante missão de edificar os seus lares e de contribuir para uma nação "fortemente cristã", livre de todas as ameaças, dentre elas, o feminismo, considerado o usurpador da sublime missão feminina de mãe e esposa dedicada.

Na contramão do movimento feminista brasileiro, a Igreja apoiou e acolheu a chegada do Noel, movimento leigo católico de origem francesa com fins recristianizadores e de recuperação do meio feminino, fundado pelo padre francês, Claude Allez, na passagem do Século XIX para o XX. A fundação do Movimento Noelista, ou simplesmente Noel, no Brasil, em 1914, deveria assumir o compromisso de auxiliar o clero no processo de recristianização, adotar um modelo feminino cristão exemplar para a época, combater os inimigos da Igreja e, principalmente, recuperar o meio feminino, que começava a se influenciar pelas ideias de "emancipação" importadas da Europa. Socialmente conhecidas como "rainhas do lar", às mulheres cristãs era atribuído o importante papel de construir uma

nação forte e livre de qualquer ameaça, partindo-se do princípio de que a pátria era o conjunto dos lares.

Com o objetivo de ampliar o seu exército em defesa da ordem, o Movimento Noelista brasileiro se preocupou em fundar vários núcleos noelistas por todo o país, dos quais podemos citar: Pernambuco (1914), Rio de Janeiro (1920), Bahia (1923), São Paulo (1923), Rio Grande do Norte (1924), Rio Grande do Sul (1927), Paraíba (1931), Pará (1932), Minas Gerais (1933) e Maranhão (1934). Formados por senhoras católicas de elite, esses núcleos eram centros de atividades, fundados com a iniciativa das noelistas, seguindo a tradição do Noel, e com a permissão da autoridade religiosa local. A permissão da autoridade religiosa era mais do que uma simples licença para o seu funcionamento, um compromisso que a Igreja assumia com o movimento, pois partia dela toda a orientação direcionada às suas integrantes, e isso incluía desde a formação cristã, realizada através de reuniões, de retiros e de congressos, até as obras de cristianização, como as festas beneficentes para os pobres e as aulas de catecismo, como meio de combater o ensino laico.

Para tanto, era necessário que cada núcleo fosse acompanhado por um eclesiástico, que tinha a função de conselheiro doutrinal. “Nenhum núcleo – como nenhuma obra – podia viver sem assistência de um sacerdote, com a denominação de ‘protetor’”. Sob a orientação da Igreja, o Noel representava um importante instrumento de controle social e de combate às ideias adotadas como inimigas da hierarquia (Pequeno Catecismo Noelista, 15 de abril de 1935).

Portanto, além dos constantes e incisivos discursos em defesa de uma ordem tradicional cristã, divulgados pelos periódicos católicos que, insistentemente, buscavam definir um modelo ideal para as mulheres, a conduta das noelistas, representada pela mulher-mãe, responsável pela formação cristã na família, pelo desenvolvimento de práticas assistencialistas para atender, espiritual e materialmente, aos mais necessitados e suas contribuições para o desenvolvimento de uma formação intelectual e moral “adequados” foi, sem dúvida, o modelo feminino adotado pela Igreja e, desenvolvido pelas noelistas, como o ideal a ser seguido.

No sentido de analisar a relação entre as expressões feministas na Paraíba e a conduta disciplinadora da Igreja Católica na época, seguimos a orientação teórico-metodológica de Roger Chartier (1995), quando informa que o objeto maior da história das mulheres, nesse momento consiste no estudo dos discursos e das práticas, manifestos em registros múltiplos, que buscariam garantir o consentimento feminino às representações dominantes da diferença entre os sexos: a divisão das atribuições e dos espaços, a

inferioridade jurídica, a inculcação escolar dos papéis sociais, a exclusão da esfera pública, etc.

Segundo Chartier (1995) definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal. Nesse sentido, “a construção da identidade feminina se enraíza na interiorização, pelas mulheres, de normas enunciadas pelos discursos masculinos”, no caso em estudo, o católico.

Trata, segundo Foucault (2008) “de reconstruir outro discurso, de descobrir a palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima do interior da voz que escutamos, de restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas”. (FOUCAULT, 2008, p.31).

Seguindo a trajetória da dominação, da sujeição e das resistências construída pelo discurso que a funda e a legitima, inscrita nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o cotidiano das mulheres inseridas na época analisada, partimos em busca de práticas e discursos registrados em múltiplas expressões, utilizando como categoria de análise a *representação*. Assim definida por Chartier (1990):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Compreendemos, então, que os discursos proferidos pela Igreja Católica são construções intelectuais que revelam os interesses do grupo a que pertence e a que representa, ou seja, a partir de uma prática discursiva, a hierarquia se coloca para legitimar um projeto conservador de sociedade que é seu, mas que deve ser absorvido pela sociedade como ideal, tendo como *estratégia*¹⁸ a participação de grupos leigos, como o

¹⁸ Segundo Michel de Certeau (1998), as estratégias são as intervenções do homem no mundo a partir de um lugar próprio. Elas são capazes de produzir, mapear e impor espaços. As estratégias demandam “um lugar suscetível de ser circunscrito como próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma extremidade de alvos ameaçados” (1998, p. 99). São ainda, para Certeau, racionalizadas, expansionistas, centralizadas, barulhentas e espetaculares, visando a uma ação decisiva sobre a construção de um determinado

movimento noelista, para disseminar no meio feminino o modelo de mulher-mãe como o único, o ideal e o verdadeiro papel a ser desempenhado pelas mulheres na sociedade. Utiliza, também, como estratégia a desconstrução do discurso feminista com o intuito de legitimar o seu.

A investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Nesse sentido, cabe ao historiador interrogar as representações presentes nas práticas discursivas como sendo construções marcadas por regras culturais e historicamente estabelecidas, que atende a modelos e que está implicada em determinadas relações sociais e de poder.

O discurso sobre um dado assunto expressa uma abordagem extensa e argumentada, o raciocínio sobre uma dada temática, muitas vezes, adquirindo um tom moralizante e admoestador, mas que pressupõe sempre estar falando para uma dada audiência, expor e se expor para um determinado grupo, cuja opinião pretende cativar ou convencer. (ALBUQUERQUE JR, 2012).

Sobre o estudo de discursos e pronunciamentos, o professor Durval Muniz Albuquerque Jr. (2012) afirma ainda, que os discursos não falam de um objeto externo a eles, mas constitui o próprio objeto, dando a ele nome, conceituação, versões, inteligibilidade, verdades. Tanto que somente ao pronunciar ou escrever esses discursos e pronunciamentos, somente ao expressar suas ideias e pensamentos, emoções, desejos, afetos, posições políticas, éticas, estéticas, morais ou religiosas, é que o emissor vai adquirindo uma identidade de sujeito, vai emergindo como uma figura que costumamos chamar de Eu.

Seguindo essa perspectiva e buscando atender nossos objetivos coletamos um conjunto documental que nos permitisse compreender as representações femininas da época, presentes, principalmente, no discurso católico e no discurso das 'feministas'

campo. Essas estratégias, que Certeau explicita em seu trabalho *A Invenção do Cotidiano*, visam a impor um determinado modelo aos usuários, que são supostamente passivos, e buscam estender-se ao campo político, gerando uma relação de conflito com o Estado, em determinadas circunstâncias, e de conúbio com ele em outras condições e momentos históricos. (CERTEAU, 1998, p. 39).

paraibanas. Perceber o que se falavam delas e o que elas falavam de si, ou o que lhes era permitido falar de si, definiu a nossa trajetória de pesquisa.

Sobre a Igreja Católica e seus discursos disciplinadores concentramos nossa pesquisa no jornal *A Imprensa*, principal expoente do pensamento católico na Paraíba, fundado, em 1894, pelo arcebispo Dom Aduino de Miranda Henriques como elemento estratégico de viabilização do projeto reformador. Além do jornal *A Imprensa*, encontrado no Arquivo Eclesiástico da Paraíba, analisamos o jornal *A Cruz* (Arquivo da Arquidiocese Olinda-Recife), o jornal *A Tribuna* (Arquivo da Arquidiocese Olinda-Recife); A Carta Pastoral *Do Nosso Dever para com a Imprensa* (1918), escrita por Dom Aduino de Miranda Henriques; Carta Encíclica *Rerum Novarum – Sobre a condição dos operários* (15 de maio de 1891), escrita pelo Papa LEÃO XIII; PIO XI. Carta Encíclica *Quadragesimo Anno* (1962), escrita pelo Papa Pio XI.

Quanto a análise desses e outros documentos, a historiadora Carla Bassanezi Pinsky (2011), chama a atenção para a necessidade de se contextualizá-lo, pois:

Documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu. Uma carta pastoral de um bispo, por exemplo, é a opinião do próprio autor, mas profundamente inserido em um panorama ideológico da Igreja daquele momento e daquele local. A interação do bispo com sua comunidade, e com os outros membros do clero, dará um tom específico a essa carta, e deve ser considerada. (PINSKY, 2011, p. 63)

Somado a imprensa católica citada acima, a documentação sobre o Movimento Noelista da Paraíba também recebeu nossa atenção por compreendermos o Movimento como mais um instrumento no projeto de recristianização e de combate ao feminismo. Um conjunto documental formado pela Revista *Natal* (Arquivo da Arquidiocese Olinda-Recife), principal veículo de divulgação das ideias do Movimento; Livro de Atas das reuniões do Núcleo Noelista Paraibano (Arquivo Eclesiástico da Paraíba); Legislação do Núcleo Noelista da Paraíba. (Arquivo Eclesiástico da Paraíba); Estatuto do Núcleo Noelista da Paraíba. (Arquivo Eclesiástico da Paraíba); Relatórios do I e II Congressos Noelista Nacional (Arquivo da Arquidiocese Olinda-Recife) e o Pequeno Catecismo Noelista (Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

Também foram consultados os jornais *O Educador* (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano); *Jornal do Comércio – Recife* (Arquivo Público de Pernambuco); *O Jornal – RJ* (Arquivo Nacional – RJ); e as revistas: *Era Nova* e *Ilustração* (Instituto Histórico e Geográfico

Paraibano); *Reação* (Biblioteca de Dr. Maurílio de Almeida) e a *Revista Feminina* (Biblioteca Nacional – RJ).

A pesquisa no Jornal *A União*, diário oficial do poder estadual, buscou atender os seguintes objetivos: compreender as representações femininas presente no discurso da elite paraibana, e, analisar a participação das sócias da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino como escritoras, ou colaboradoras na seção concedida, pela direção do periódico, à Associação intitulada “Página Feminina”.

A história das mulheres beneficiou-se enormemente das fontes literárias impressas. Romances, biografias, jornais e revistas abriram um vasto território de pesquisas, por meio dos quais foi possível explorar vários aspectos da vida social e do imaginário, através do qual as mulheres invadiam os sonhos masculinos - representações femininas a partir da escrita masculina.

A Escola dos Annales ao ampliar a noção de documento trouxe à tona outras possibilidades de fontes possíveis para a prática historiográfica, dentre elas, os periódicos. Colaborações importantes, ao longo do século XX, contribuíram significativamente para a ampliação do campo do historiador e, conseqüentemente para a ampliação da noção de documento histórico.

O historiador francês Jacques Le Goff (2013) em seu estudo clássico Documento/Monumento considera que o documento deve ser analisado como monumento, já que é fabricado segundo as relações de forças que detém o poder, pois o que transforma o documento em monumento é a sua utilização pelo poder. Dessa forma, o documento não deve ser compreendido como qualquer coisa que fica por conta do passado, mas, como resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.

Nesse sentido, as revistas femininas revelaram-se um território fértil para se pensar ou reler a história das pequeno-burguesas, das leitoras urbanas, fazedoras de uma cultura conservadora e identificada com as regras impostas pelo Estado e pela Igreja. Sobre o uso de periódicos como fonte histórica para a história das mulheres e os estudos de gênero, Tania Regina de Luca (2011), evidencia as possibilidades e potencialidades da imprensa para a apreensão do lugar reservado às mulheres e das imagens construídas sobre elas em diferentes épocas.

Nas páginas coloridas dos magazines, desfilavam modelos enraizados em símbolos – a “rainha do lar”, a “mãe ideal”, “a abelhinha trabalhadora” -, condutores de todas as formas de expressão que permitem que as mulheres reifiquem, sem resistências aparentes, saberes e atitudes diante da vida. As revistas femininas, invasoras dos espaços públicos e

dos privados, ajudam ainda a interiorizar a dominação masculina pela interferência direta no imaginário feminino. (PERROT, 2007).

A escolha de jornais e de revistas como fontes de pesquisa deve-se, portanto, a sua imprescindível importância para se conhecer uma dada época, pois registram a vida cotidiana das pessoas, retratando suas práticas e costumes sociais, além de expor os projetos e as reivindicações da classe ou segmento social que mantém financeiramente e/ou dirige o jornal e a revista. Assim, o historiador encontra nele subsídios para compreender os aspectos políticos, sociais, econômicos e ideológicos da sociedade que se pretende analisar. No entanto, significa reconhecer que:

Jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita... Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas. (LUCA, 2011, p. 140).

Seguindo essa perspectiva, a concessão de uma seção organizada pela Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, no jornal *A União*, autorizando a presença feminina no periódico oficial do poder estadual como colaboradora nos permite compreender que a referida concessão é mais do que um espaço cedido, representa a aglutinação de um grupo de mulheres formadoras de opinião, com poderes eleitorais, inseridas num contexto de ideias e valores definidos pela elite política paraibana, que mantinha uma relação de amistosidade com a Igreja¹⁹. O que significa que os discursos presentes na “Página Feminina” sob a pena das ‘feministas’ paraibanas existiam dentro do limite do aceitável, do permitido, atendia a ordem discursiva da época, uma ordem marcada por regras culturais e modelos definidos pelas redes de poder e de interesses entre o grupo que dirigia e financiava o jornal e as sócias colaboradoras da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino.

Partindo dessa análise e do interesse em se compreender o posicionamento reflexivo da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino em relação as suas práticas e seu contexto, consideramos as cartas enviadas pela Associação Paraibana para Federação Brasileira pelo Progresso Feminino como uma importante fonte de pesquisa para o nosso

¹⁹ Dom Adauto, Álvaro Lopes Machado (Presidente do Estado da Paraíba), João Machado e Monsenhor Walfredo Leal (Vice-presidente do Estado) foram colegas de escola e pertenciam ao mesmo grupo social.

estudo. O uso das cartas como fonte histórica nos permitiu conhecer discursos de algumas 'feministas' paraibanas que não se encontrava na escrita oficial dos jornais e revistas.

Contudo, por motivos de preservação, só conseguimos ter acesso a uma das pontas da correspondência: as cartas enviadas à matriz carioca, endereçadas, em sua maioria, à Bertha Lutz, presidente da Federação e principal líder feminista do país. Quanto a outra ponta, não encontramos em nenhum dos arquivos pesquisados. Nos estudos já realizados sobre o feminismo paraibano e sobre a Associação Paraibana, também, não identificamos a sua presença.

É importante ressaltar, que a preocupação de Bertha Lutz em preservar a memória das lutas feministas no Brasil levou sua principal líder colecionar um considerável acervo composto de cartas, relatórios, fotografias, recortes de jornais, estatutos, leis, etc. sobre a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e suas filiadas espalhadas pelos vários estados brasileiros. Uma massa documental primorosa para aqueles que se dedicam à história das mulheres e de gênero, doada pela própria Bertha Lutz ao Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.

Sobre o uso de cartas como fonte histórica, Magaldi (2012) orienta o uso dos procedimentos de crítica documental que são usualmente empregados a toda documentação. Pois, ainda que as cartas sejam dotadas de grande potencial expressivo, vale a mesma regra metodológica empregada na historiografia: nenhum documento pode iluminar por si só um tema. As cartas devem ser sempre confrontadas com outros documentos, permitindo ao historiador novas perspectivas e novos ângulos de compreensão, evitando a ilusão de que o conteúdo das cartas constitui verdade bruta e inexplorável, sua "espontaneidade" não deve ser comparada a sua "verdade". Confrontadas com outros documentos, as cartas nos possibilitou percepções sobre a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino no que diz respeito aos seus objetivos, conteúdos, limitações e deslocamentos.

Os documentos apresentados, anteriormente, não respondiam por que a fundação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino só ocorreu em 1933, depois da conquista do voto feminino; não explicava a denominação de Associação enquanto as demais filiadas eram chamadas de Federação e, principalmente, não informava sobre os limites da relação entre as 'feministas' paraibanas, Bertha Lutz e a Igreja Católica.

Segundo Malatian (2012),

a correspondência comporta trocas de ideias, elaboração de projetos, selos pactos, expõe polêmicas, fixa rupturas. Pode-se detectar por meio dela as intrincadas redes de relações sociais que reúnem os seus autores... A análise das correspondências possibilitará esclarecer a difusão das ideias entre eles,

a fixação de certas visões como dominantes numa dada época e seu poder de influir nos acontecimentos. A compreensão dessa dinâmica de influências, matrizes, interpretações e estratégias, assim como da constituição de redes e do peso da afetividade na difusão de ideias, poderão ser mapeadas pelas cartas. (MALATIAN, 2012, p.205)

O confronto das correspondências com outros documentos referentes à Associação Paraibana pelo Progresso Feminino revelaram influências, limitações e marcas de uma época. As cartas ampliaram o nosso campo de investigação e permitindo o produtivo confronto dos seus conteúdos com outras fontes. Se o jornal representava a palavra escrita tornada pública, algumas intenções e desejos eram limitados pelo controle moral imposto pela sociedade e pelas normas de conduta. Porém o mesmo nem sempre se verifica nas correspondências.

Segundo a historiadora francesa, Michele Perrot (2007), existem muitas fontes e pistas que,

emanam delas, nas quais se pode ouvir suas vozes diretamente. Podem ser achadas em bibliotecas, local do impresso, dos livros e dos jornais, como nos arquivos públicos ou privados. Lugares solitários e complementares, que não deveriam ser excludentes, mas que se diferenciam, entretanto, por um grau maior ou menor de espontaneidade discursiva. (PERROT, 2007, p.25-26)

Essas orientações foram valiosas para que procurássemos compreender o que nos inquietava e que não poderiam ser respondidas a partir da pesquisa realizada apenas em arquivos públicos ou em locais, onde o que se ouvia das mulheres era o que se construía sobre elas, a maioria vozes masculinas descrevendo comportamentos, sentimentos, desejos e objetivos adequados a um perfil feminino considerado ideal.

A intensa reação da Igreja ao feminismo e a tudo o que ele propagava pode ser compreendida como uma das principais estratégias para a construção de um **feminismo católico**, isto é, “adequado” e “permitido”, que não retirava a mulher do lar e de sua missão social de mãe e de esposa, que a incentivava a desenvolver atividades recristianizadoras, assistencialistas, e a formação intelectual com a finalidade de torná-la mais qualificada para o desempenho de sua missão “natural”.

Permitia-se o trabalho, mas apenas para auxiliar a família em condições de desamparo material. Um feminismo que atendesse às necessidades dos novos tempos sem modificar a ordem moral cristã católica. Um feminismo que buscava converter as ideias de

emancipação propostas pelo feminismo sufragista da Dra. Bertha Lutz, num modelo construído pela Igreja como o ideal para o meio feminino, em geral e, em especial, o paraibano, no período analisado.

Partindo das considerações apresentadas, organizamos nossa tese, “Feminismo e Igreja Católica: uma análise sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba (1910-1940)”, em quatro capítulos.

No primeiro capítulo: **Impressões e Expressões do Feminismo na Paraíba no início do Século XX** buscou apresentar como o feminismo foi compreendido pelo discurso católico da época e de que forma essa compreensão influenciou as primeiras expressões feministas na Paraíba. A publicação de discursos antifeministas no jornal *A Imprensa*, principal instrumento de divulgação do pensamento conservador católico no estado, assumiu o papel de doutrinação social voltado à conservação da ordem e dos bons costumes. Identificar os limites desses discursos nas primeiras expressões públicas de mulheres paraibanas sobre o feminismo compreende o objetivo deste capítulo, assim como os deslocamentos do segmento feminino paraibano no que tange a presença, a visibilidade, crítica, censura, nível de conscientização e comprometimento dessas mulheres com relação a luta pelos direitos das mulheres.

O segundo capítulo definido como **Movimento Noelista: a representação do modelo de “feminismo católico”** compreende o Movimento Noelista da Paraíba como uma importante estratégia, usada pela Igreja Católica, para o seu projeto de recristianização da sociedade via elemento feminino. A partir da documentação do Núcleo Noelista da Paraíba e demais fontes sobre o Noel no Brasil, buscamos analisar o papel das noelistas no processo de “recuperação” do meio feminino e disciplinamento social através de suas assistencialistas, catequese e formação intelectual.

No terceiro capítulo: **A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino: práticas de um feminismo controlado**, analisamos as práticas feministas desenvolvidas pela Associação Paraibana e até que ponto essas práticas sofreram a influência do discurso disciplinador da Igreja. O conteúdo dos artigos da APPF publicados no Jornal *A UNIÃO*, através da “Página Feminina” dedicada e organizada pela direção da Associação, assim como as cartas enviadas à matriz carioca e endereçada a Dra. Bertha Lutz nos permitiu compreender os limites e os deslocamentos que permitiram a fundação e aceitação das práticas feministas desenvolvidas pela Associação Paraibana.

O quarto e último capítulo: **Para novos costumes, novos métodos: o poder do discurso católico na construção de uma identidade feminina moderna cristã**, buscamos compreender as estratégias usadas pela Igreja para garantir a vitória na

construção de uma identidade feminina definida pela mulher mãe e esposa, diante dos avanços e das conquistas feministas pós-1930.

IMPRESSÕES EXPRESSÕES DO FEMINISMO NA PARAÍBA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Mulheres do Século XX! Não vos deixeis illudir com os triumphos apparentes do feminismo! Essas victórias parecem antes laços do captiveiro que indícios da liberdade! Mulheres do Século XX! A religião catholica é a vossa força, é a vossa grandeza, a vossa liberdade, a vossa salvação. (TABOSA. Jornal *A Imprensa*, 22 de dezembro de 1920)

Compreendido como uma expressão do mundo moderno, que alterava valores e comportamentos, o feminismo foi recebido pelo mundo católico como uma ameaça aos bons costumes, à moral católica, à organização das famílias e à ordem social. Nesse sentido, tanto no Brasil quanto na Paraíba, as primeiras manifestações feministas, no início do Século XX, representavam não somente uma ameaça, mas, uma realidade a ser enfrentada e controlada.

As ideias de emancipação feminina, divulgadas pelo movimento feminista, que buscava proporcionar às mulheres a conquista de direitos e uma efetiva participação na sociedade, passaram a ser compreendidas pela Igreja como um projeto contrário à manutenção da família cristã. E combater o feminismo significava garantir a estabilidade social sustentada pelo modelo tradicional de família e de moral cristã.

A necessidade do clero brasileiro e paraibano de manter uma sociedade baseada nos valores cristãos estava diretamente relacionada ao projeto da Igreja, que visava recristianizar ou “catolizar”²⁰ a sociedade e combater o que ela chamou de “erros da modernidade”, que consistiam basicamente nas ideias de laicização e de positivismo presentes na República brasileira; a maçonaria, o comunismo, o socialismo e tudo aquilo

²⁰ Esse processo correspondia ao período de organização interna da Igreja, que visava fortalecer suas estruturas e garantir influência e prestígio na sociedade abalada com a separação da Igreja do Estado.

que fosse contrário à doutrina católica e o que ela defendia, assim como o feminismo sufragista que lutava, principalmente, pelos direitos políticos das mulheres.

A separação entre a Igreja e o Estado, depois da Proclamação da República, marcou o início do Século XX, com concepções de projetos sociais e políticos para uma República que abria as portas para a modernidade visando construir uma “nova” nação brasileira e tendo como modelo os padrões modernos de civilização e de progresso internacionais, compreendidos como mais avançados.

Muitos intelectuais da época se debruçaram sobre esse fenômeno marcado por mudanças e transformações, que recebeu a definição de Modernidade. Tamanha velocidade e novidade assustavam e impressionavam. O que, em um dia, era novo, em outro já era antigo, ultrapassado. Era preciso acelerar os passos na direção do novo para não ficar para trás e ser chamado de antigo. E isso pode ser contemplado nas mais variadas áreas e segmentos sociais.

Sevcenko (1998) caracterizou o período como um fluxo intenso de mudanças que atingiram todos os níveis da experiência social e foram estimuladas, sobretudo, por um novo dinamismo no contexto econômico internacional, que afetou desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e do espaço das pessoas. De fato, nunca, em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos. Essas mudanças foram sentidas nas principais cidades brasileiras, dentre elas a Paraíba, passando a alterar o perfil das cidades na busca do que era novo e moderno o que afetou a paisagem, os hábitos, a moda e o lazer dessas cidades, como afirma Antônio Paulo Rezende:

A onda modernizadora tomara conta das grandes cidades do mundo com o avanço do capitalismo. As cidades passaram por transformações significativas, para atender aos sonhos progressistas e facilitar o avanço da ‘verdadeira civilização’. O Brasil não estava excluído dessas aventuras de modernidade, no seu lado de concretização das mudanças urbanas que influíam no traçado das cidades, nos seus hábitos de higiene, nos seus desejos de consumo (REZENDE, 1997, p. 31-32).

As epidemias, a ampliação do capitalismo e a concentração urbana exigiam medidas modernizadoras, como racionalização da administração pública, higienização, saberes especializados que atendessem cada vez mais à complexidade da convivência social e as

dimensões do público e do privado. O período foi caracterizado por muitos como o século da impureza, da ausência de bons costumes, da imoralidade, do desequilíbrio social e da inversão de papéis. À modernidade foi atribuída a responsabilidade por tamanha desordem causada na sociedade e nas classes sociais das mais variadas, devido a todas as novidades proclamadas.

Chagas (2004), em seu trabalho, *As singularidades da modernização na cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930*, afirma que a modernização da cidade da Parahyba esteve relacionada ao processo de urbanização pela qual passou nas três primeiras décadas do Século XX, o que significou dotá-la de serviços e de equipamentos, na perspectiva de afastá-la de sua feição colonial e de edificar uma nova paisagem que, nem sempre, era completamente nova, uma vez que modernizar pode não significar romper totalmente com o velho e o antigo, mas construir um cenário urbano que seja um misto de novo e de velho, do progresso e de seu reverso.

A arquitetura da cidade, a moda e a mudança de alguns hábitos que representavam o novo, o moderno receberam críticas nos jornais e nas revistas da cidade. “A nossa *urbs* e o modernismo” foi título do artigo publicado pela revista paraibana *Era Nova*²¹, com o propósito de denunciar a rapidez com que as coisas eram transformadas na cidade da Parahyba. O autor do texto, que preferiu denominar-se de A. B, assevera:

A cidade está mudando sensivelmente de aspecto. Perde a sua feição colonial para vestir a máscara uniforme da civilização. Há quem se rejubile com isto e deseje que a mudança seja completa, radical. Não deve ficar pedra sobre pedra. Todos os prédios antigos devem ser demolidos, ou pelo menos transformados, vestidos a moderna, hediondez para a qual a estética já não tem qualificativo. Para essa nervose(sic) de modernismo não há remédio. Ella tem causas profundas, complexas e variadas. Só uma coisa nos preocupa: a derradeira moda. O que não traz o selo da mais fresca modernidade já não tem valor para um grande número, sobretudo de jovens, que faz a sua cultura esthetica e moral no cinematographo, a maravilhosa invenção que a ganância dos exploradores das paixões inferiores está transformando num instrumento de perversão dos costumes. (A.B. – Parahyba, Revista *Era Nova*, 27 de março de 1921, s/p).

O processo de urbanização e de modernização imposto às principais cidades do país geraram discursos de muitos intelectuais em que o passado era reverenciado, e o moderno,

²¹ A Revista *Era Nova*, da capital paraibana, foi fundada em 1921, e em seus editoriais escreviam tantos os “novos” quanto os “tradicionais”, sem distinção. Em certo sentido, essa revista era menos conservadora do que o jornal *A União*, pois divulgava, no plano literário e no estético, as transformações materiais e de mentalidade que estavam acontecendo na sociedade paraibana. Trazia discussões novas (filosóficas, econômicas, folclóricas, políticas) que estavam cada vez mais presentes nos anos vinte, como o discurso da urbanização (BARBOSA FILHO, 1987).

uma ameaça à identidade da cidade. “Nesses tempos, os projetos de modernização invadiam o cotidiano da cidade sempre apoiados nos exemplos estrangeiros, parecendo desfazer o sossego de algo que estava consolidado, mais ainda, naturalizado” (REZENDE, 2010, p. 142).

Em relação à Paraíba, Chagas (2004) afirma, ainda, que a modernização pode ter sido instalada, mas a modernidade, compreendida como “um estilo, costume de vida ou organização social, que tem como fundamento o progresso e o gosto pelo novo”, não. As mudanças foram efetivadas na paisagem da cidade, com novas avenidas, nova arquitetura presente nos prédios públicos, nas residências, na implantação de serviços modernos como água encanada, esgoto e energia elétrica, nas vitrines das lojas que traziam a última moda, nas novas opções de lazer, por exemplo, e no cinema, considerado a escola dos maus costumes (GIDDENS, 1991, p. 11).

As novidades que a vida moderna tinha para oferecer aos paraibanos pretendia encerrar nesses setores, pois, no que se referia aos novos costumes, aos comportamentos e às mudanças na estrutura social, o que prevalecia era a ordem tradicional. Pode-se dizer, também, que, em relação aos costumes, aos comportamentos e à ordem social, a Igreja Católica contribuiu para que a modernidade não se instalasse²², pois, por ser contrária aos muitos elementos novos trazidos pela modernidade, não poupou esforços em defender uma ordem tradicional cristã católica. Segundo Dias (2008),

a república brasileira estava vinculada ao movimento de modernização que, no caso brasileiro, implicava em mudanças econômicas e reordenação da sociedade. Essas mudanças foram encaradas com restrições pela Igreja, por alterarem o quadro de valores tradicionais e reforçar “os erros da modernidade” (DIAS, 2008, p. 62).

As transformações ocorridas na sociedade da época, influenciadas pelo processo de industrialização, urbanização, laicização, importação de novas ideias, modernização das instituições e dos costumes e por outras mudanças na sociedade, que se tornava cada vez mais modernizante e moderna, contribuíram para que a Igreja se empenhasse em uma nova

²² No contexto dos séculos XIX e XX, a Igreja Católica, em busca da manutenção de sua hegemonia sócio-cultural-religiosa, opôs-se à modernidade naquilo que era contra a sua expansão e reestruturação, absorvendo para si o que a beneficiava como a técnica, a noção cosmopolita e urbana e o controle disciplinar da sociedade. Pode-se concluir que há uma contradição da Igreja Católica no tocante à modernidade e que essa contradição é parte, pois, de sua estratégia de afirmação frente às mudanças ocorridas no mundo, no Brasil e, conseqüentemente, na Paraíba Republicana e Católica. (DIAS, 2008, p. 96).

missão, a de “cristianizar a sociedade conquistando mais espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico” (MAINWARING, 2004, p. 45).

Orientada pelas diretrizes romanas, a Igreja Católica brasileira investiu no desenvolvimento do processo de romanização, que tinha como um dos principais objetivos permitir que a nova missão de cristianizar²³ a sociedade fosse executada por bispos e padres brasileiros, como forma de garantir os valores relacionados à religião e à família tradicional.

Na Paraíba, o papel doutrinador da Igreja foi atribuído ao bispo Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques,²⁴ que buscou, através de *estratégias* cristianizadoras (cartas pastorais, uma imprensa católica, criação de colégios religiosos), estruturar a Igreja no estado e orientar a sociedade contra “os erros da modernidade”. Segundo Dias (2008), Dom Adauto revelou-se fiel ao Pontífice e ao projeto romanizador de seus pares bispos brasileiros.

As várias ações pastorais e administrativas visando a estruturação da Igreja na Paraíba, apresentadas e justificadas nas Cartas Pastorais, apontam para uma interpretação do que Dom Adauto almejava com o lema episcopal *Iter para Tutum*, “preparar o caminho seguro”. Primeiro, percebe-se que as Cartas Pastorais escritas na Paraíba estavam sempre alinhadas com as ideias e decisões coletivas do episcopado brasileiro, o Concílio Latino Americano, e as Encíclicas papais; segundo que os bispos do Brasil estavam empenhados na defesa do ensinamento da doutrina cristã e no esclarecimento dos *erros modernos*, entre eles a maçonaria e o ateísmo inseridos nas ideias republicanas. Era preciso na perspectiva de Dom Adauto, preparar, na nova diocese um “caminho seguro” por onde a igreja institucional pudesse afirmar-se e os católicos caminharem seguros frente a ameaça de secularização trazida pela “modernidade”. (DIAS, 2008, p. 117-118)

Dom Adauto desenvolveu estratégias para construir esse caminho seguro para a Igreja e para os católicos paraibanos afirmando-se intransigente com tudo o que era contra

²³De um modo geral, entre 1890 e 1916 a Igreja se preocupou, sobretudo com a consolidação de reformas internas, mas alguns líderes começaram a promover uma presença mais marcante na sociedade, antecipando o modelo da neocristandade. O surgimento do modelo da neocristandade pode ser datado de 1916, mas os vinte e cinco anos precedentes se caracterizaram por adaptações institucionais aos desafios de existir numa república secular. Através do modelo da neocristandade, a Igreja revitalizou sua presença dentro da sociedade. Em poucas palavras, o modelo da neocristandade era uma forma de se lidar com a fragilidade da instituição sem modificar de maneira significativa a natureza conservadora da mesma. (MAINWARING, 2004, p. 42-43).

²⁴Adauto Aurélio de Miranda Henriques nasceu em Areia, Paraíba, no dia 30 de agosto de 1855, filho do Coronel Idelfonsiano de Miranda Henriques e Laurinda Esmeralda de Sá de Miranda Henriques, proprietários do engenho Buraco. Foi alfabetizado até oito anos de idade, por sua mãe, quando passou a frequentar a escola primária de Areia, tendo como colegas de sala Álvaro Machado e João Machado, futuros presidentes do Estado da Paraíba, e Walfredo Leal, que se tornou monsenhor e vice-presidente da Província. Por um Breve de 2, de janeiro de 1894, Leão XIII nomeou o cônego Adauto Miranda Henriques, primeiro Bispo da Paraíba.

a Igreja. Nessa perspectiva, a criação de uma imprensa católica²⁵ na Parahyba por Dom Adauto representava não somente a sua sintonia com as orientações do papa, como também um meio eficaz para preservar os bons costumes e a fé católica dos diocesanos. Na Carta Pastoral *Do nosso dever para com a Imprensa – 1918*, o bispo enfatizou a importância da imprensa católica no combate às ideias inimigas e contrárias à orientação da Santa Sé.

A boa leitura, a propaganda da boa imprensa, seria, pois, o instrumento por excelência de educação, o meio externo mais apto a produzir esta desejada mudança intelectual e moral... A imprensa Católica, sobretudo, está confiada a missão de salvar a sociedade, de vivificá-la... Trabalhem todos, fieis e Clero, Veneráveis Irmãos e filhos muito amados, pela Boa Imprensa, para trazer suplantada sempre a cabeça da serpe sedutora, quer dizer, os erros e vícios, obstando, por todos os meios, a quem dominem sobre a família e a sociedade. (HENRIQUES, Carta Pastoral 07 jul. 1918).

Desde sua fundação em 1897, o jornal católico, *A Imprensa*, assumiu o caráter doutrinador da sociedade paraibana através dos seus artigos contrários aos avanços da modernidade e aos inimigos da Igreja, construindo discursos de ordenamento e disciplinamento social. E o feminismo, enquanto representação da mulher moderna, não fugiu às suas preocupações nem aos seus “ataques”. Recuperar o meio feminino das ameaças das ideias de emancipação feminina era uma preocupação que aumentava à medida que o movimento feminista ganhava espaço e alcançava conquistas, numa sociedade que se tornava cada vez mais modernizante.

Segundo Rezende (2010), a modernização ganhava ritmo, à medida que as invenções modernas tomavam conta do cotidiano, já nas primeiras décadas do Século XX, redefinindo os lugares do masculino e do feminino. A condição feminina dentro desse contexto recebeu severas críticas. Os novos hábitos, sobretudo a nova forma como as mulheres se comportavam, eram vistos como uma ameaça à moral da época e uma confirmação dos comentários da imprensa de que uma crise social se aprofundava.

A mulher é convidada a participar desse “novo” modelo de sociedade. O mundo moderno, que passava a exigir dela muito mais do que a condição de mãe e de esposa,

²⁵ Dom Adauto fundou o jornal *A Imprensa* e o *Oito de Setembro*. Este último circulou até 1902. O jornal *A Imprensa* não se restringiu a imprimir jornais, mas também a prestar um serviço gráfico para a diocese. Foi responsável pela impressão de outros jornais católicos, como a *Verdade* e a *Voz da Mocidade* e um republicano, *O Combate*.

abria espaço para que ela pudesse participar da vida pública e reivindicar uma condição social que ia além de seu tradicional papel.

As expressões de reivindicação de direitos para as mulheres, principalmente, o direito político representado pela conquista do voto feminino, divulgado pelo movimento feminista sufragista brasileiro do início do século XX, foram apresentadas pela imprensa de todo o país como algo contrário à “verdadeira” condição feminina de mãe e de esposa. A participação feminina na política foi, nesse sentido, compreendida como uma ameaça para a manutenção da família e da sociedade.

A imprensa, enquanto veículo formador de opinião tornou-se principal instrumento utilizado para a construção de um discurso antifeminista. Exemplos das manifestações feministas desenvolvidas em outros países foram usados para definir o feminismo como um movimento diabólico. Os artigos publicados nos jornais paraibanos – *A União e a Imprensa* – tinham como objetivo construir uma imagem das feministas como sendo o exemplo de mulher abominável e reprovável contrário ao perfil da “doce” e “mansa” mulher paraibana. Um “maldito” exemplo que não deveria ser seguido.

O artigo publicado no periódico oficial do estado, *A União*, apresenta uma imagem diabólica das inglesas que lutavam pela conquista do voto feminino - as sufragistas:

Ah! Essas valentonas que querem ser homem, tem feito correr muita tinta na imprensa europeia e sobretudo nos jornaes inglezes. Sim, porque é na Inglaterra que as mulheres proclamaram uma espécie de guerra santa em favor dos direitos civis que não possuem ainda. Não vendo imediatamente satisfeitos os seus desejos, as endiabradas *suffragetes* recorrem aos meios mais violentos. As sufragistas fazem medos aos homens, ellas os ameaçam com bomba de dinamite e se armam rudemente para a conquista do seu ideal. Felizmente os brasileiros estão livres de semelhante praga. (MAGALHÃES²⁶. Jornal *A União*, 03 out. 1913)

A divulgação, pela imprensa paraibana, de algumas práticas feministas, desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos contribuiu significativamente para a construção de um conceito de feminismo que compreendia a luta pelos direitos femininos, como um movimento capaz de “aflorar” nas mulheres comportamentos e sentimentos de

²⁶ O então articulista Synfrônio Magalhães era diretor fundador e sócio correspondente da Universidade Popular, a mesma que convida a Dra. Catharina Moura para ministrar uma conferência sobre os direitos da mulher. O mesmo que concorda com a conquista dos direitos políticos para as mulheres, condena o sufragismo inglês devido às práticas radicais das inglesas na luta pelos seus direitos. Concorda com o que é reivindicado, mas não com determinadas práticas reivindicatórias.

fazer “medo aos homens”. Comportamentos, considerados incompatíveis com a natureza feminina dócil, pura, amável, compreensível e conciliadora.

Palavras como “valentonas”, “endiabradas” e “violentas” caracterizavam aquelas que se empenhavam na defesa dos seus direitos. Ao informar que “os brasileiros estão livres de semelhante praga”, o autor que, associa o feminismo a uma “praga”, uma doença nefasta, posiciona-se com o propósito disciplinador do meio feminino brasileiro em geral, buscando impedir possibilidades de adesão da mulher paraibana ao movimento.

O articulista Synfrônio Magalhães esteve diretamente envolvido no projeto de criação da Universidade Popular proposto pelo presidente do Estado da Paraíba, João Pereira de Castro Pinto, que pretendia, através de conferências públicas, preparar a Paraíba para a modernidade, concorda com os direitos políticos para as mulheres, porém defende que eles deveriam ser resultado da concessão da elite política, concessão do *sexo forte* e, não resultado de ações reivindicatórias feministas. Ao se referir as *suffragettes* inglesas considera que elas proclamavam “uma espécie de guerra santa em favor dos direitos civis que não possuem ainda”, evidenciando que os direitos políticos para as mulheres são legítimos, mas as suas práticas não.

Sobre essa questão, é importante ressaltar que o voto feminino representava uma incógnita política, os políticos não podiam ter certeza quanto àqueles em que elas votariam e, embora uns alimentassem a esperança, ou expectativa de apoio das mulheres, outros não estavam certos de poder fazê-lo. Enquanto o presidente Castro Pinto se posicionava a favor da participação política das mulheres, José Américo de Almeida defendia a emancipação feminina pelo trabalho e não pela política, talvez não tivesse tanta certeza do apoio feminino.

Ao passo que os discursos antifeministas construíam uma representação do feminismo, como algo condenável e um exemplo a não ser seguido, os artigos sobre um ideal feminino para época representado pela mulher-mãe eram construídos com o propósito de disciplinar a sociedade para um ideal tradicional de mulher que se queria manter.

Seguindo essa perspectiva, consideramos o jornal Católico *A Imprensa* como um dos principais periódicos empenhados na construção desse ideal feminino baseado na moral cristã católica. Temas como “feminismo cristão”, “a força da mulher cristã”, “a missão da mulher cristã”, “a mulher apóstolo”, “as senhoras e a questão social”, entre tantos outros que eram publicados frequentemente nos periódicos, tinham como objetivo orientar o meio feminino para uma missão na sociedade que atendesse aos propósitos recristianizadores da Igreja. Por meio de coerção e vigilância constante, buscava impedir a assimilação de ideias feministas pela “mansa” mulher paraibana.

É importante ressaltar que esses artigos eram escritos através da pena masculina, representam construções masculinas sobre o feminino com o propósito de definir um papel social adequado para as mulheres. Nesse período, a escrita, a palavra publicada na imprensa, era um território estranho às mulheres, um campo de domínio e de poder dados aos homens. De forma que “as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas”, o que resultava em “descrições e discursos pautados em preconceitos e concepções que visa a uma normatização centrada nos padrões morais considerados adequados para a mulher da época em estudo” (PERROT, 2007, p. 17).

No que diz respeito à Paraíba, poucas paraibanas, apenas uma elite intelectual feminina, era permitido se aventurar por esse domínio da escrita. “Não a escrita comum, mas aquela que publicamente praticava lugares antes interditados ao feminino, a da palavra impressa”. Entretanto, poucas foram aquelas que se arriscaram a escrever sobre a condição feminina, seus sonhos, seus desejos e suas reivindicações (ABRANTES, 2010, p. 66).

A ausência de uma imprensa feminina constituída por temas de interesse feminino escritos por mulheres, como ocorreu em outros estados brasileiros²⁷, reforçava as representações sobre o feminino e o feminismo. E o repúdio à palavra feminismo era tão grande que a sua associação a qualquer movimento de mulheres impedia o seu próprio desenvolvimento. Para a historiadora francesa, Michelle Perrot (2007), o estereótipo que marcava a palavra tinha uma força determinante numa época em que a política e a economia eram masculinizadas, e as mulheres, excluídas dos seus debates e tomadas de decisão.

O feminismo chega, portanto, à Paraíba com poucos interessados a recebê-lo e sem encontrar muita receptividade e interesse pela conquista de direitos para as mulheres por parte das paraibanas, e conservadora dos bons costumes, da família e fiel à religião católica. A preservação dos bons costumes e da família tradicional cristã marcava presença nos lares paraibanos. O entusiasmo da modernidade estava mais presente na arquitetura da cidade do que nos costumes e, principalmente, na relação entre os gêneros.

A conquista de direitos para as mulheres e a mudança dessa estrutura tradicional há séculos estabelecida não despertavam o interesse da maioria das mulheres, como ocorreu

²⁷ As atividades de mulheres feministas em jornais foram bastante expressivas e espalharam-se pelo país, pois na época, além dos jornais que circulavam nas capitais, havia um número incontável de pequenos jornais de interesse geral como de associações, sindicatos, grêmios literários ou que tratavam de assuntos específicos. A maioria das publicações consideradas feministas era efêmera com uma duração de poucos números e se concentravam nas principais cidades brasileiras. A cidade do Rio de Janeiro concentrava o maior número dela, a exemplo do *Jornal das Senhoras*, organizado por Cândida do Carmo Souza, *O Sexo Feminino*, fundado em Minas Gerais por Francisca Senhorinha Motta Diniz com o objetivo de divulgar a “causa das mulheres”; o jornal *A Família*, fundado em São Paulo, tinha grande preocupação com a educação da mulher como forma de liberação. Esses e outros jornais que focavam na mulher, se dedicando tanto aos assuntos de moda e culinária, quanto aos assuntos sobre os direitos das mulheres, foram organizados no Século XIX espalhando suas ideias para a fundação de outros no início do Século XX.

em diversas capitais do país, ficando a cargo de uma pequena elite intelectual feminina o compromisso de levantar a bandeira em defesa do feminino e, de forma restrita, do temido movimento feminista, que já se fazia sentir em muitas cidades brasileiras e que chegava à Paraíba com o *status* de reprovado.

Assim, na Paraíba, a adesão às ideias sobre direitos civis e políticos para as mulheres aconteceu de forma tímida, restrita e personalista. A ausência de uma imprensa feminina, em que as paraibanas pudessem expressar seus desejos e reivindicações, pode ter contribuído para esse atraso. Para Pinto (2003), a imprensa, de maneira geral, tinha o objetivo de se apresentar à sociedade com novas ideias para formar uma opinião pública a seu favor.

Contudo, um grupo de paraibanas pertencentes à elite intelectual se mostrou simpático à causa feminista através da imprensa e de conferência pública. Dentre elas, podemos citar a Dra. Catharina Moura, professora e advogada; Analice Caldas, professora; Albertina Correia Lima, advogada e professora; Olivina Olívia Carneiro da Cunha, professora; e outras simpatizantes da causa feminina, porém sem assumir um comportamento transgressor que colocasse em xeque a estrutura social tradicional da época. Assumir-se feminista publicamente foi um posicionamento que se buscou evitar, pois ser feminista era uma denominação que muitas não queriam para si, embora admirassem sua coragem, apoiando suas reivindicações e compartilhando dos mesmos desejos.

Catharina Moura: por um feminismo “elevado e nobre”

A paraibana Catharina de Moura Amsteim, nascida em 1882 na capital paraibana, e filha da atuante Professora Francisca Moura, foi a primeira mulher a ingressar na Faculdade de Direito de Recife depois da Proclamação da República e a primeira paraibana a conquistar um diploma de educação superior. Educada para ter uma profissão e assumir um papel social que lhe garantisse mais que um casamento, Catharina desenvolveu um perfil feminino pouco comum para uma época em que raras eram as mulheres que tinham acesso ao ensino superior e o direito de desenvolver uma atividade profissional entendida como exclusivamente masculina.

Apesar de todo o empenho dedicado à carreira de advogada iniciada na cidade de Pau d’alho, em Pernambuco, foi como professora da Escola Normal que dedicou a maior parte de sua vida. As limitações impostas por uma sociedade marcada por tradições patriarcais arraigadas e contrárias à presença da mulher na vida pública, como a paraibana nas primeiras décadas do Século XX, definiam o Magistério como uma profissão feminina

admitida e aceita. Socialmente construído, o Magistério foi entendido como o prolongamento das atividades maternas, uma ocupação essencialmente feminina, portanto, a única plenamente aceita pela sociedade.

Na imprensa, Catharina publicou suas crônicas no jornal *A União*, através do pseudônimo de “Paraguaçu”. Essa foi uma estratégia que muitas mulheres utilizaram para ver seus artigos publicados, porque não lhes era permitido expor publicamente seus pensamentos, intenções e desejos. A escrita feminina deveria ser contida, dominada e privada de propriedades. Mas sua formação e seu brilhantismo foram amplamente reconhecidos com o convite do então presidente do Estado da Paraíba, Castro Pinto²⁸, para proferir, em abril de 1913, uma conferência no Teatro Santa Rosa sobre os direitos das mulheres no novo contexto político, social e cultural, organizada pela *Universidade Popular* e prestigiada por políticos, intelectuais e educadores do Estado.

A criação da *Universidade Popular* pelo então presidente do Estado, João Pereira de Castro Pinto, foi uma das medidas modernizantes do seu governo, cujo objetivo era de impulsionar a educação e a cultura do Estado, através de conferências públicas, com o intuito de preparar a Paraíba para a modernidade. O modelo das Universidades Populares, com a organização de “conferências ao alcance do povo, sobre assuntos indispensáveis ao conhecimento de todos”, foi inspirado em congêneres italianas (Jornal *A União*, 01 de fev. de 1913, p. 1).

A conferência, “*Os Direitos da Mulher*”, realizada por Catharina Moura, no dia 01 de abril de 1913, foi publicada, na íntegra, em duas partes, pelo jornal *A União*. Era orientação do presidente do Estado, João Castro Pinto, divulgar no referido jornal informações sobre os eventos promovidos pela Universidade popular, assim como os temas das conferências, sua repercussão e a publicação integral do texto exposto.

Visando atender ao objetivo de informar a sociedade dos assuntos considerados indispensáveis ao conhecimento de todos, o tema sobre “*Os Direitos da Mulher*” foi compreendido como um conteúdo relevante no processo de modernização do país, que já se operava nas grandes cidades brasileiras, e que a Paraíba procurava acompanhar. Nesse contexto, o feminismo e a luta pelos direitos das mulheres, principalmente o direito do voto,

²⁸ João Pereira de Castro Pinto iniciou o seu governo cercado de simpatia, graças ao seu prestígio intelectual. Foi um homem sintonizado com os ideais modernos de educação propagados por liberais no Brasil no cenário da Primeira República, aliando-se aos que defendiam uma transição concreta das tradições do império para o projeto republicano. Deu total apoio à cultura, facilitando a publicação das obras de escritores paraibanos através da Imprensa Oficial. Enviou representante ao 1º Congresso de História Nacional (João de Lyra Tavares e Ascendino Cunha); fundou a primeira Biblioteca da Paraíba; melhorou o ensino, instituindo concurso para professores; fundou dois cursos profissionalizantes: Comércio e Agricultura; fundou uma escola na Cadeia Pública; não permitiu que o jornal do governo fizesse política; combateu o banditismo; retirou as eleições do interior das igrejas. Durante a sucessão ao assumir a posição de magistrado foi massacrado pelas duas oligarquias: epitacistas e walfredistas. Magoou-se e renunciou indo fixar residência no Rio de Janeiro. (MACHADO, NUNES E MENDES, 2013).

já eram uma realidade presente, como informa o artigo publicado no jornal *A União* sobre a conferência da Dra. Catharina Moura:

O movimento feminista que nos grandes centros nacionais vai tendo accentuação brilhante, num esforço intellectual dos próprios elementos, pondo em evidência o valor mental e a tempera de combatividade de muitas mulheres illustres, teve domingo último um verdadeiro sucesso nesta capital. Encarregada pela *Universidade Popular* de fazer conferência sobre os direitos políticos a Dra. Catharina Moura, jovem recentemente formada pela faculdade de direito do Recife, onde fez um dos cursos mais brilhantes, saindo com aprovações distintas em todas as dezesseis cadeiras, produziu uma peça cintilante, de forma e unidade científica, que deixou a mais duradoura e grata impressão no auditório. (Jornal *A União*, 01 de fev. de 1913, p. 1)

A conquista dos direitos femininos, principalmente os políticos, era algo que estava em discussão, apesar de haver poucos adeptos do “sexo forte” e do “frágil”. Mas, segundo Catharina, nem todos os homens são egoístas e contra o voto feminino. Para alguns, o progresso e a civilização do país passavam, também, por essas questões. Entretanto, não abriam mão da estrutura familiar sustentada pela figura da mulher-mãe, o que significava manter os padrões sociais tradicionais inalterados.

Nesse contexto, ter uma jovem paraibana formada em Direito pela Faculdade de Recife já era algo surpreendente para a época, e possibilitar a essa jovem o privilégio de se expressar publicamente, de lhe dar o direito de voz e de ocupar um espaço público para falar sobre os “Direitos da Mulher” foi algo simplesmente surpreendente, se pensarmos que o machismo e a cultura cristã católica eram os balizadores da sociedade paraibana, no início do Século XX, e que tal postura era, no mínimo, inadequada para esses padrões morais defendidos.

Apesar de se compreender a conferência como mais um sucesso do movimento feminista no Brasil, os elogios recebidos não foram dirigidos às teses levantadas pela conferencista, mas ao seu eficiente papel de oradora. Chegou-se a afirmar, no jornal *A União*, que o grande público presente na conferência foi muito mais uma homenagem “aos méritos e à distinção da Dra. Catharina de Moura” do que propriamente pelo tema em si, mesmo porque era um tema que incomodava, e muito, a maioria das famílias tradicionais e illustres presentes. Assim, os elogios dirigidos à Dra. Catharina Moura não eram pela causa que defendia publicamente, mas por sua “voz clara e firme, com ótima dicção e imperturbável calma, que denunciavam a estudiosa de método e a oradora convicta de suas

ideias”, considerada uma verdadeira “revelação de preparo e eloquência” (Jornal *A União*, 01 de fev. de 1933, p. 1).

Ao se pronunciar, a Dra. Catharina Moura fez questão de afirmar que estava ali para atender ao convite do Dr. Castro Pinto, e não, por vontade própria. Informou, também, que a escolha do tema fora dele, e não sua. Esse esclarecimento por parte da conferencista representa uma tutela masculina que lhe dava o direito de falar em defesa dos direitos das mulheres, o que significava que a conferência era autorizada por quem simpatizava com as ideias que iria proferir e que essa autorização, portanto, lhe atribuía poder de falar e de estar presente.

Durante os cinquenta minutos em que teve o domínio da palavra, a Dra. Catharina Moura usou do poder da oratória para lançar seus argumentos em defesa dos direitos da mulher, principalmente, os políticos, foco de sua prelação. Defendeu a emancipação feminina como algo benéfico para a sociedade e para o progresso do país, porque não compreendia como um país que visava à modernização, ao progresso e à civilização poderia manter suas mulheres presas a um passado remoto e não permitir que evoluísse e atuasse na sociedade. Defendeu, ainda, a necessidade de uma educação feminina voltada para os temas políticos e sociais, que possibilitasse às mulheres uma competente participação social, e não, uma educação que as incapacitava e infantilizava, e que trabalho, educação e política não eram incompatíveis com a vida doméstica do lar.

Durante toda a conferência, fazia questão de afirmar que não era feminista, e que, portanto, não esperassem muito dela na defesa de tais direitos. Desculpava-se pela fraqueza de seus argumentos, por não ser uma feminista. Para a Dra. Catharina, ser feminista era ser militante feminista e, sobretudo, corajosa, coisa que ela dizia não ser.

A necessidade de se afirmar e se reafirmar como não feminista tinha como objetivo expor publicamente que não era nenhuma dessas mulheres “revoltadas ou violentas” representadas na imprensa da época. Tal afirmação era necessária para garantir legitimidade a sua fala e aos seus argumentos, pois ser feminista, no início do Século XX, carregava um peso pejorativo que muitas não suportavam. Significava ser feia, revoltada, masculinizada. Essas eram as características atribuídas às que contestavam sua condição de quase servilismo e de sujeição ao domínio masculino.

Embora fosse preciso informar sua condição de não feminista e compreender a importância do papel feminino no espaço doméstico, Catharina Moura procurava não contribuir para reforçar tais estereótipos, ao contrário, enaltecia a luta feminista atribuindo-lhe muitos elogios e denunciando as críticas sofridas por elas. E Diz:

Quero apenas prevenir-vos, para que não espereis muito de mim na defeza da causa que aqui me traz. Disser-vos que não sou infelizmente uma feminista... Não sou uma dessas mulheres sublimes que denodadamente se batem pela elevação, pela emancipação do sexo feminino... Informados como estais de que não sou dessas mulheres admiráveis que affrontam impávidas os risos de escárnio, as pesadas ironias, os malévolos dichotes com que as *mimoseiam* os ferozes inimigos do progresso feminino, aqueles que, ou por temerem a competência do sexo que chamam de fraco ou por não quererem que lhes fuja o império até aqui exercido sobre ele, lutam com o ridículo, a mais vil de todas as armas, para todo o custo conservá-lo. (MOURA. *Jornal A União*, 01 abr. 1913, p.1)

Assumir-se feminista, no início do Século XX, era estar preparada para todos os embates, saber se defender de todas as palavras e manifestações antifeministas e preconceituosas que incidiam sobre aquelas, que se colocavam publicamente em prol dos direitos das mulheres. Era não se importar com os estereótipos de “mulher homem”, homossexual, feia, revoltada, solteirona, fracassada, inimiga dos homens e outras tantas denominações que elas eram obrigadas a carregar.

Isso explica o temor de muitas mulheres em se assumir feminista ou até mesmo falar sobre o feminismo publicamente. Revistas e jornais da época buscavam ridicularizar as feministas publicamente através de discursos, charges, piadas, chacotas e outros métodos que as ridicularizavam, com o propósito de desmoralizar o movimento e de evitar o seu desenvolvimento e suas conquistas, num processo de “coerção ininterrupta e constante” com a finalidade de disciplinarização e dominação (FOUCAULT, 1999, p. 164).

Catharina Moura compreende o riso, o deboche, o ridículo e a ironia como uma arma poderosa contra a emancipação feminina e a manutenção da submissão escrava direcionada às mulheres, o que era inadequado para o novo século e para o progresso do país.

Sobre essa questão, Roger Chartier (1995) compreende que “inscrita nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o cotidiano, a diferença sexual (que é sujeição de umas e dominação de outros), é sempre construída pelo discurso que a funda e legitima” (CHARTIER, 1995, p.42). Dessa forma, a zombaria passou a ser uma arma antifeminista. Esse era um instrumento preferencial para se deslegitimar do movimento feminista. A ridicularização utilizada como freio para os possíveis desequilíbrios de poder entre os sexos foi habitual e se perdeu na longa duração. A ironia e o cômico, como prática desmoralizadora da causa feminista, buscava evitar a adoção de novos adeptos e impedir conquistas (SOHIET, 2013).

Denunciando tais estratégias de dominação, a Dra. Catharina Moura defende o direito de voto para as mulheres, afirmando não entender os motivos de sua negação, pois considera a prática exercida no pleito um verdadeiro teatro e questiona a validade dos votos depositados pelo sexo masculino que, na maioria das vezes, não representavam uma vontade ou uma escolha ideológica, mas uma ordem superior.

Falemos sobre: Direitos da mulher, especilizando os *direitos políticos*, isto é, aquelles dos quaes os homens no Brazil não deu ainda à mulher a mínima parcella, achando que muito pesa na *fidelíssima* balança da política o voto de um homem, mesmo ignorante, quasi analphabeto, incapaz de avaliar o valor moral e intellectual de um candidato; ao passo que é imponderável o voto de uma representante do outro sexo por mais intelligente, culta e mesmo prudente que todos a reconheçam. Não desejo, não quero absolutamente eleger ou ser eleita, sinto fugiria das urnas se dellas se podesse o nosso sexo aproximar, mas julgo tão incoerente, tão em desacordo com os progressos do século o modo por que entre nós é dado o direito do voto político, que difficilmente contengo o riso quando em um dia de eleição observo de minha janella o movimento desusado das ruas, atulhadas de pobres matutos em cujas mãos introduziram os chefes locaes a patente de eleitor, fazendo-os repetirem, como as crianças o padre-nosso o nome do candidato a quem vão dar seu voto *consciente e ponderado*. Mas como não será assim se as leis são feitas pelos homens, se são os representantes do sexo forte que legislam para si e para nós? (MOURA. Jornal *A União*, 01 abr. 1913, p.1)

Além de reclamar os direitos políticos às mulheres, Catharina tece contundentes críticas à prática política da época, representada por uma política coronelística e clientelística, marcada por apadrinhamentos, ações violentas, fraudes e manipulações eleitorais para a conquista do poder²⁹. A cultura política da época, marcada por práticas que visavam conquistar e manter o poder, incluía a participação política feminina controlada pelo clero como uma ameaça a essa estrutura organizada por um grupo de famílias tradicionais paraibanas que só enxergavam a mulher no espaço privado do lar. O espaço público da rua, do poder e da política não era condizente com a natureza feminina.

Por isso, as mulheres deveriam sair da condição de incapazes e assistidas, passar por provas e mostrar que eram indivíduos responsáveis e que tinham uma cultura elevada para tomar suas próprias decisões, portanto, precisavam sair da tutela dos maridos, do pai ou do irmão mais velho. Isso quer dizer que poderiam ser independentes, pelos menos, intelectualmente, e reconhecidas como cidadãs. Esse era o problema das mulheres. Para

²⁹ Sobre esse contexto político, ver: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. O município representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997; LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**. Um estudo de caso da Oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993; RODRIGUES, Inês Caminha L. **A gangorra do poder** (Paraíba – 1889/1930). João Pessoa: Universitária/ UFPB, 1989; GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias**. João Pessoa: Ed. Universitária: UFPB, 1994; e outros.

isso, era preciso interferir na legislação. Abrir espaço para as mulheres serem ouvidas e atendidas em suas novas necessidades exigidas pela vida moderna. A conquista do voto feminino representava, segundo as feministas, a conquista do poder de decisão em suas mãos e o avanço da mulher na sociedade. Sobre essa questão, Catharina Moura assim se expressa:

Felizmente, para a mulher futura, a enfezada e archaica, theoria da inferioridade tem encontrado em campo opposto, em terreno adversário, fortíssimos campeões, grandes adeptos do valor da mulher e de sua elevação social, verdadeiros entusiastas do feminismo, não do feminismo irreflectido e tolo que abraça o amor livre e outras ideas de igual monta, mas do feminismo elevado e nobre, que procura erguer a esphera social da mulher, levantando-a, dignificando-a, arrancando-a, custe o que custar, do humilhante protectorado do sexo forte. (MOURA. *Jornal A União*, 01 abr. 1913, p.1)

Na Paraíba, as vozes que se levantaram a favor da causa feminina sempre se mostraram extremamente cuidadosas ao se referir ao feminismo, que era concebido como um assunto delicado e perigoso. Nesse terreno minado, Catharina se posiciona em defesa de um feminismo “elevado e nobre”, ou seja, um feminismo que defende direitos para as mulheres sem interferir no papel que desempenham no espaço doméstico. Um feminismo “elevado e nobre”, que também defendia o clero e os direitos femininos sem questionar ou alterar seu comportamento e a estrutura familiar. Um feminismo que não subvertesse a ordem dos sexos, sem questionar as relações entre os gêneros. Que promovesse a elevação cultural feminina conduzindo-a para o mundo do trabalho e para o direito de votar, sem retirá-la do espaço doméstico do lar nem de abandonar o seu papel de mãe e de esposa, considerado primordial para a ordem social, como esclarece Catharina:

Parece que a mulher que luta pela existência, trabalhando paralelamente ao homem, exaurindo-se no exercício de uma prophissão masculina, mas amor tem ao lar doméstico, mais se apegua a elle... Não creio que nenhuma mulher, encontrando um lar harmonioso, um santuário de ternura e não necessitando materialmente da luta pela vida, abandone esse lar, fuja ao aconchego dos pais extremosos, dos irmãos ammantes, dos filhinhos tenros ou do esposo querido para lançar-se no torvellinho social, na luta sem tréguas da vida pública, onde mesmo encontrando compensações, glória, encontrará de certo em muito maior dose, decepções e fel. Fiquem certos, senhores, de que a elevação política é uma consequência lógica de sua elevação intellectual e social e que destas também resultam, necessariamente a ellevação moral, o mais forte, o mais poderoso fator de progresso pela purificação da família, da sociedade, do povo enfim. (MOURA. *Jornal A União*, 01 abr. 1913, p.1)

Compreendendo a conquista dos direitos políticos pelas mulheres como uma condição necessária ao progresso da família e da sociedade, Catharina também reconhece a necessidade de se investir na educação feminina, porquanto só uma educação “conveniente possibilitará maior participação da mulher na sociedade, tanto no âmbito social ou político, sem que isto traga a sociedade mais que incalculáveis benefícios”. Filha de professora e por ter recebido uma larga educação, compreende a importância de se preparar a mulher para as exigências dos novos tempos e critica o estado atual da educação feminina, ao afirmar: “Não há quem ignore que a instrução da mulher ainda hoje, em quase toda a parte, acanhada rudimentar, imperfeitíssima, foi quase nula bem poucos anos” (MOURA, 1913, p. 1).

Conveniente educada para o lar como para a vida pública, para o sagrado aconchego da família como para a luta social e política pela existência, poder-se-á, sem temor alargar o círculo de seus direitos, igualá-los aos do homem, ampliar a sua atividade; fazer ao sexo fraco as concessões feitas ao outro sexo, sem que isto traga a sociedade ou a família mais que incalculáveis benefícios. Uma prudente educação desenvolverá em seu espírito o apego ao lar doméstico, cujos encantos saberá partilhar, aumentando-os; gozar, fazendo-os mais apreciáveis e numeroso. Uma instrução variada permitir-lhe-á a procurar no exercício de qualquer profissão honesta os meios de subsistência, quando não lhe houver sido possível construir um lar amigo ou quando tendo esse, faltarem-lhe no entanto aqueles. (MOURA. *Jornal A União*, 01 abr. 1913, p.1)

Catharina não rompeu com a missão feminina de mãe, esposa e dona de casa, mas acrescentou a isso a necessidade de uma mulher mais educada e orientada para uma participação ativa na sociedade, com o propósito de legislar em benefício próprio, para evitar, por exemplo, condições de miséria e de desventuras devido à falta de possibilidades de agir e de um melhor preparo para a vida fora do lar. Defende tal condição de acordo com as mudanças dos novos tempos, pois um país que se quer moderno e civilizado não deve condenar a mulher a uma inércia que a impede de evoluir e de aumentar sua influência na sociedade. “Tudo evolui, tudo progride, só a condição da mulher é quase sempre a mesma através dos séculos... só a mulher se conserva quase estacionária no meio das civilizações” (MOURA, 1913, p. 1).

Em sua condição de mulher cristã e católica, Catharina reconhecia que o Cristianismo libertou a mulher da condição de escrava, fisicamente e a elevou moralmente, mas ainda há muito por conquistar, pois se deve lutar pela elevação intelectual da mulher e pela conquista do direito de legislar. Reafirma o discurso Católico, que atribui ao

Cristianismo a elevação moral da mulher, para conduzi-la ao *status* de rainha do lar e libertá-la da condição de escrava do homem em se encontrava em outras civilizações.

Defender os direitos da mulher, o lar e a família, uma mulher emancipada, porém, não revoltada e dissociada das questões domésticas, enquadrava as ideias da conferencista dentro do limite do aceitável para as características da sociedade paraibana da época. Moderna, mas cristã e atenta aos dogmas religiosos e aos discursos doutrinários.

As ambiguidades próprias da época, no tocante ao feminino e suas reivindicações, refletiram-se no pensamento da Dra. Catharina Moura durante a conferência “*Os Direitos da Mulher*”. Ao mesmo tempo em que se apresentava moderna em defesa da causa feminista, reafirmava seu conservadorismo quando referia que a missão feminina era de ser mãe e esposa. No entanto, foi imbuída do espírito da modernidade, que a fez colocar-se diante de um teatro lotado em defesa do direito do voto feminino, de uma educação adequada para as mulheres, do seu direito de escolher uma profissão, de se elevar mental e moralmente. Enfim, ela por alguns minutos, lançou um discurso em defesa das mulheres, permitindo que a causa feminista fosse ouvida por um público seletivo.

A emancipação feminina que proporcionava às mulheres independência e liberdade foi criticada e condenada pela sociedade, principalmente pela Igreja Católica, que compreendia a emancipação como a extinção dos papéis sociais determinados para cada sexo, gerando desordem e desequilíbrio social. Representava a bandeira em defesa do abandono do lar e o fim da condição feminina de mãe e de esposa, um verdadeiro caos social que deveria ser evitado.

Ciente de o quanto o tema sobre a emancipação feminina era polêmico e condenado na época, Catharina não perdeu a oportunidade de se lançar em sua defesa, por reconhecer essa questão como importante para a elevação moral e intelectual da mulher, porém defendeu, dentro dos limites da intelectualidade e sem propor mudanças estruturantes. Para ela, reconhecer a mulher como um ser capaz e igual ao homem para tomar as próprias decisões só seria possível se a mulher alcançasse sua emancipação, uma condição que, segundo Catharina, estava distante de se concretizar, porque a imperiosa cultura machista compartilhada por homens e mulheres paraibanos ainda estava longe de ser superada. Sobre o assunto, lamenta:

Ella [a mulher] está bem longe de emancipar-se da tutela masculina e o homem continua a reconhecer que é imensa a distância entre os dois sexos. Mas infelizmente não é só o homem que assim pensa e sente. A própria mulher hereditariamente conservada nessa condição subalterna, nessa posição inferior, tem a consciência da própria inferioridade e bem distante de procurar elevar-se, vencer a distancia que a separa social e politicamente os

dois sexos sente-se impotente para sair desse quase servilismo, acha-se fraca e incapaz e, para ser mais agradável talvez ao seu tutor, une-se a esse para censurar e até ridicularizar sua irmã em sexo que procura evoluir, libertar-se da tutela ou simplesmente adquirir aptidão para o exercício de uma profissão masculina; e diz erguendo os lábios num gesto de supremo desprezo: 'fulana é tão ridícula, quer por força ser homem'. (MOURA. *Jornal A UNIÃO, A União*, 01 abr. 1913, p.1)

O discurso antifeminista, construído com elementos de ridicularização e satirização com propósitos desmoralizantes, foi identificado pela conferencista como eficiente, de maneira que a luta em defesa da emancipação feminina se desenvolvia com muitas dificuldades, porquanto poucas eram aquelas que tinham a coragem de enfrentar as ironias, os deboches e os adjetivos pejorativos, para seguir em defesa de uma causa, em que muitas mulheres não acreditavam e que também é considerada ridícula. Isso justificando o fato de a campanha antifeminista ter recebido mais apoio e adeptos, inclusive do sexo feminino, do que a luta feminista em defesa dos direitos das mulheres e do seu reconhecimento como independente e capaz.

Sobre a atuação do movimento feminista na Paraíba, Catharina Moura lamenta a sua inexpressividade:

Há infelizmente em nosso meio, muito pouco estímulo, nenhum incentivo, microscópica emulação. Encontram-se, ao contrário, em boa dose a injusta crítica, a imerecida censura, a ofensiva ironia, procurando a todo transe suplantar aqueles sentimentos e até amesquinhar, aviltar as mais nobres, as mais magnânimas ações. É grande o receio que me inspira a crítica; doe-me imenso a censura, ofende-me a ironia, mas forçada a aqui vir não podia proceder de outro modo, contrafazendo, mentindo as minhas ideas. (MOURA. *Jornal A União*, 01 abr. 1913, p.1)

A confissão denunciou o desenvolvimento e a relevância das práticas feministas na Paraíba do início do Século XX. Convicta de um ideal feminista, Catharina tentou, durante sua conferência, esclarecer a sociedade paraibana de que muito do que se fala sobre o feminismo, principalmente na imprensa, são construções machistas com o objetivo de impedir o avanço desse movimento na Parahyba e, conseqüentemente, o desenvolvimento do sexo feminino na política, na educação, no trabalho, na sociedade e na família. Assim, não compreendem que também estão impedindo o desenvolvimento do estado rumo à modernização, ao progresso e à civilização, visto que não existe, segundo ela, uma cidade moderna e civilizada onde a mulher ocupa o papel de incapaz, de ignorante e de escravizada do sexo masculino. Não poderia haver nenhum progresso em que a mulher não

fosse reconhecida como cidadã. E não acredita em outro movimento capaz de operar essa transformação social, política, intelectual e moral na condição feminina do que o movimento feminista.

E amanhã quando esse movimento, vencendo as barreiras que procuram destruí-lo, allastrar-se por todo o mundo civilizado, quando a igualdade legal dos dois sexos já não for um fantasma que o homem procura esmagar e que amedronta a mulher, receosa de perder o amor e respeito masculinos (se é que se pode chamar de amor ao culto rendido ao belo e respeito as atenções dispensadas à fraqueza) será então perfeita a harmonia entre os lares, infelicitados na maior parte dos casos pela consciência, no homem, da própria superioridade e pela inconsciência, na mulher, do seu importantíssimo papel na família. (MOURA. *Jornal A União*, 01 abr. 1913, p.1).

Para Catharina, feminismo era sinônimo de coragem. Coragem de se assumir feminista, de questionar a condição social feminina sem meias palavras, de lutar pelos direitos da mulher, de assumir a profissão que desejasse, e não, a que lhe era imposta e adequada ao seu perfil feminino. Ser feminista era ter coragem de lutar para atuar na política e escolher ser mãe, de falar e de decidir. E, ao se questionar sobre essa coragem emancipadora, dizia não saber informar “se essa falta de coragem resulta de um temperamento muito feminino ou se é em consequência do meio em que vivo. Talvez atuem em igual proporção as duas causas”, mas considerava “mais poderosa a segunda”. Era mais tranquilo e seguro assumir-se feminina do que feminista.

Lamento não poder encher-vos, como desejaria faze-lo, de imenso ardor pelo levantamento do meu sexo, sinto muito não encontrar em mim própria, para vos comunicar, o entusiasmo, a coragem de uma Stetenson, uma Fanny Lewald, uma Olympia de Gourges, uma Carmem Dolores e tantas outras mulheres admiráveis que tudo sacrificam na defesa da causa que as anima; não sou, com desgosto o confesso, não serei nunca, uma abnegada, uma norte-americana heroica ou uma suffragista ingleza. Mais que feminista, sou feminina, na verdadeira acepção ainda hoje emprega esta expressão como sinônima de fraca, de mais apta a ser guiada do que capaz de mandar ou dirigir. E, embora não me deis muito crédito, vos afirmo: agrada-me muito mais talhar e costurar um vestido, serzir um par de meias do que estar aqui a ler-vos estas insípidas tiras de papel. (MOURA. *Jornal A União*, 01 abr. 1913, p.1)

Apesar de reconhecer a importância da luta feminista para elevar a mulher, a sociedade paraibana empurrava, com sua cultura conservadora, a Dra. Catharina Moura

para um posicionamento que fosse conveniente para o meio e para a época em que ela vivia, de forma que se assumiu defensora dos direitos das mulheres, mas se revelou apaixonada pela condição de mãe e de esposa, para atender aos padrões morais e evitar futuras críticas contra sua pessoa.

Esse foi o perfil de muitas mulheres de classe média e alta e esclarecidas, que simpatizavam com a causa feminista. Muitas nem ousavam falar sobre o feminismo, mesmo concordando com as ideias de emancipação feminina. O medo de ser estereotipadas paralisava-as, e as poucas que conseguiam ir um pouco mais além se revestiam da proteção feminina e de uma tutela masculina, como a Dra. Catharina Moura, cuja conferência, "*Os Direitos da Mulher*", foi recebida pela sociedade paraibana e pela Igreja Católica com críticas e orientações quanto ao papel feminino ideal. Dois artigos publicados no jornal *A União*, dias após a conferência, posicionaram-se contrários à conquista de direitos políticos pelas mulheres por compreenderem que não cabia a elas opinar sobre as questões políticas, mas permanecer no lar cuidando dos filhos, da casa e do marido. Afirmavam que a mulher, ao se interessar pelas questões políticas, abandonaria as atividades domésticas, e isso resultaria em um desastre social.

Mesmo argumentando sobre a possibilidade de conciliar a vida pública com as atividades domésticas e apresentar exemplos de países em que as mulheres participavam da política, trabalhavam e se dedicavam ao lar, a impressão que ficou para alguns foi a impossibilidade dessa incompatibilidade. A conquista de direitos foi sempre compreendida como emancipação, liberdade, igualdade total entre os sexos e, conseqüentemente, abandono do lar. O primeiro artigo que se posicionou contrário à conferência, assinado por Maria Aparecida e publicado em 08 de maio de 1913, no jornal *A União*, afirma:

A Dra. Catharina Moura, formada em Ciências Jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife, pede, reclama e quer para a mulher todas as prerrogativas do homem, inclusive aquelas concernentes ao pleno direito político, pois, a mulher, na douda opinião da ilustrada conferencista, deve votar e ser votada e ir ainda além, até onde possa chegar a ambição do homem... Errônea orientação essa, que faz colocar na boca de uma mulher, acima da mediocridade, um conceito quase deprimente para a condição de sua espécie! ... Tirar a mulher do largo círculo para que foi criada, tirar a mulher da família, seduzi-la, impulsioná-la para as incertezas todas da vida extra-doméstica, para a corrupção dos costumes que, infelizmente, até abastardam a existência do homem fora do lar, é sacrificá-la, é empalidecer o brilho de sua majestade e beleza, é descer com ela os últimos degraus de ignomínia. (*A União*, 08 mai. 1913, p.2)

Como ressaltou Catharina Moura, o meio paraibano não era favorável às conquistas feministas. O artigo que condena a participação política da mulher, reafirmando que o espaço feminino era o lar e que a condição de mãe e de esposa era o papel social adequado ao sexo feminino, só reforçava o quanto a luta feminista tinha que avançar para ser reconhecida e quantos obstáculos teriam que enfrentar. Os piores deles eram a ignorância e o preconceito em relação às conquistas feministas.

O tom agressivo das críticas levou alguns pesquisadores³⁰ a concluir que Maria Aparecida seria o pseudônimo de alguém que, revestido de outra identidade, ficaria mais à vontade para tecer comentários tão opostos à conquista dos direitos femininos. Considerando Maria Aparecida um pseudônimo, poderíamos apontar, com mais evidência, uma identidade masculina, pois a maioria dos discursos antifeministas foi uma prática mais masculina do que feminina, ainda mais levando em consideração que, no início do Século XX, a imprensa era mais aberta aos homens do que às mulheres.

Seguindo a mesma linha contrária à participação política das mulheres, outro artigo foi publicado no jornal *A União*, no dia 27 de maio de 2013. Sob a autoria de João Lourenço, o artigo defende as práticas antifeministas e reafirma a condição feminina de mãe e de esposa como o “verdadeiro” papel social a ser desempenhado pelas mulheres. Sobre esse aspecto, o articulista argumenta:

Se por um capricho ingrato do destino, a mulher entende de abandonar o seu sublime posto, equivalente a beleza de suas formas, a graça de sua estrutura, e rigorosamente adaptado aos nobres sentimentos de sua alma, não tardará muito o dia em que havemos de vê-la confundida nessa promiscuidade que se chama vida pública, onde se assalta vilmente a honra alheia e se mercantilha impunemente o caráter. O ante-feminismo, quando cogita simplesmente de retrain a mulher da vida livre, longe de ser um ataque, é uma defesa cabal aos encantos, ao pudor do sexo belo. E cream-me as senhoras que porventura me queiram ler, que ninguém no mundo pode ser superior a uma mulher, quando colocada na sua mais linda e plena grandeza – mãe e esposa! (LOURENÇO. Jornal *A União*, 27 mai. 1913, p.2).

O jornal católico *A Imprensa* também comentou a conferência da Dra. Catharina Moura. O texto escrito pelo Padre Ausório, cujo título é “De leve...”, sinalizava como o assunto deveria ser analisado, “bem de leve” e com cuidado, pois se tratava de uma questão que começava a ganhar espaço e adeptos em várias cidades do país. Foi, portanto,

³⁰ No livro **Catharina Moura e o feminismo na Parahyba do Norte**, escrito por Charlton José dos Santos Machado e publicado em 2013, Maria Lúcia da Silva Nunes e Márcia Cristiane Ferreira Mendes afirmam que Maria Aparecida era um pseudônimo, mas não informam de quem.

com preocupação e cuidado que o Padre Ausório tentou tratar do feminismo e da luta pelos direitos das mulheres argumentados pela Dra. Catharina Moura durante sua conferência.

De leve mui de Leve, toquemos um assunto, em excesso, delicado; delicado porque se refere ao belo sexo e delicado também porque não padece aumento nem diminuição... Claro está que vamos dizer do Feminismo. Não sei de tese em sociologia que comparar possa com o Feminismo. É um assunto moderno, expressivo e bonito; mas é de meter medo a gente, pois grandemente influi na economia social e, o que mais é, exige uma justa medida, palavras refletidas, pesados a fio de ouro... Dessa vez bem pode ser que demos algum arrecife... Só de leve, mui de leve... A análise dos fatos sociais leva-nos a essa conclusão que deve incutir sérios receios ao mundo feminino: "A situação da mulher nesses últimos tempos se vai tornando verdadeiramente precária". Para tanto, muito bem concorrido a própria mulher em esquecer a sua missão alta e sublime, buscando logo **emancipar-se, conquistar uma falsa independência**. (Pe. Ausório. *Jornal A Imprensa*, 17 abr. 1913, p.1- grifo nossos)

O Padre Ausório, como representante da Igreja, reconhece que o feminismo é uma realidade que está presente na sociedade e tem influenciado o mundo feminino. E por ser um assunto delicadamente preocupante, não poderia ser negligenciado pela hierarquia eclesial. A modernidade do assunto, como afirmou o padre, exigia estratégias por parte da Igreja que garantisse uma atualização na condição feminina, sem alterar a estrutura patriarcal. Nesse sentido, reconheceu a necessidade de uma educação feminina adequada aos novos tempos.

Sobre a missão feminina no lar, o feminismo ideal e a educação feminina, Padre Ausório afirma:

Ser mãe é a grandeza da mulher, é a sua aureola de glória, é o título primeiro de seus direitos e prerrogativas. **Eu admito o feminismo político, como admito o feminismo intellectual**. Um e outro, entendidos direitinho, são justificáveis. Os excessos é que são condenáveis. Eu condeno, pois os excessos das suffragistas inglesas, como condeno os excessos da moda, esse luxo que em lugar de aformosear, afeia a mulher, esse excesso de independência que a subtrai à autoridade do marido e aos deveres domésticos. O excesso contrário também é reprovável; essa inação, esse nenhum amor às letras não é compatível com a missão da mulher moderna. A mulher deve ser instruída e culta. (Pe. Ausório. *Jornal A Imprensa*, 17 abr. 1913, p.1- grifo nossos)

A Igreja compreende, então, que a mulher poderá votar, porém sem se interessar em ser votada. Poderá ser culta e intelectual, apenas o necessário para bem educar seus filhos, e não se intelectualizar demais a ponto de perder o interesse pelas questões domésticas e se tornar uma concorrente do homem no espaço público. Portanto, o “feminismo ideal” pensado pelos eclesiásticos deveria ser aquele que lutasse pelos direitos das mulheres sem alterar sua condição social de mãe e de esposa, sem propagar a igualdade entre os sexos e a emancipação feminina. Acolhia e incentivava a mulher moderna, porém moderna cristã, que não abandonasse sua missão natural por uma “falsa emancipação” com promessas de uma “falsa liberdade”.

Portanto, o Padre Ausório parabenizou a Dra. Catharina Moura e sua conferência em defesa dos direitos das mulheres, que não apresentava propostas de mudanças na condição feminina na sociedade ou alterações nas relações entre os sexos. Disse o padre:

Assim é que vivamente felicitamos a distinta e illustre conterrânea, a Ema. Dra. Catharina Moura, pela belíssima conferencia que sobre os direitos da mulher produziu na Universidade Popular. Essa bela oração é mais um desmentido solene da inferioridade intellectual da mulher. Eu não admito que a mulher seja igual em tudo ao homem, mas nego que a esse lhe seja inferior intellectualmente, e nesse particular vou até a defender-lhe com Gillet a superioridade relativa do homem. E basta, que prometi tratar o assunto de leve, bem de leve. (Pe. AUSÓRIO. *Jornal A Imprensa*, 17 abr. 1913, p.1)

Independentemente da época e do local em que o feminismo foi posto em prática, sempre foi recebido como uma prática progressista e desafiadora da sociedade e das ideias tradicionais e conservadoras vigentes. Por manter essa postura desafiadora, o feminismo gerou um antifeminismo que combate toda e qualquer ideia de emancipação feminina vista com o intuito de “desestruturar a sociedade”.

Analice Caldas, Albertina Correia Lima e Lylia Guedes: expressões feministas paraibanas da década de 1920

A década de 1920 foi uma época de grande efervescência para o movimento feminista sufragista no Brasil. A luta pela conquista do voto feminino, principal reivindicação do movimento, ganhava espaço na imprensa e novos adeptos que simpatizavam com a

causa. Conquistas femininas no trabalho e na educação se tornavam manchetes nos jornais e nas revistas como as “vitórias do feminismo³¹”.

Na Paraíba, a revista *Era Nova* também divulgou em suas páginas artigos, contra e a favor ao sufrágio feminino, escritos por personalidades femininas a exemplo de Analice Caldas, Olivina Olívia, Eudésia Vieiras, etc. A atuação na imprensa serviu para o despertar de uma consciência política e para uma maior visibilidade no âmbito público, possibilitando posicionamentos quanto à elevação cultural da mulher e sua condição na nova ordem social. Fatores que contribuíram, anos depois, para despertar a opinião pública para as campanhas em apoio ao presidente João Pessoa em 1930, com a arrecadação de fundos e de munição para as lutas de Princesa, uma vez que fora negado à Paraíba a autorização para compra de material bélico que iria municiar a polícia e propiciar a defesa da autonomia do estado.

O contexto da década de 1920 foi polarizado por inúmeros descontentamentos e movimentos de insatisfação que vinham se manifestando ao longo da República, como o Tenentismo, o Modernismo, a criação do Partido Comunista e o crescimento do Feminismo. Movimentos de grande efervescência que revelavam insatisfações relacionadas ao nível econômico, político, das ideias, do comportamento, dos valores. E o movimento em defesa do reconhecimento de direitos das mulheres inseria-se nessa configuração.

A conquista do voto feminino em importantes países³² reforçava a luta pelo sufrágio feminino no Brasil e contribuía para formar novas organizações oficiais pelos direitos femininos. Dentre elas, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada em 1922 pela Dra. Bertha Lutz³³, passou a ser a mais importante organização sufragista de liderança no país. Seu caráter moderado e “bem comportado”, somado à rede de influências estabelecida entre políticos e intelectuais influentes, formava o conjunto de fatores responsáveis por impulsionar a luta pelo sufrágio feminino, que foi aceita e debatida publicamente em jornais e em revistas da época (HAHNER, 2003).

³¹ A aviadora brasileira, Anésia Pinheiro Machado, que recebeu seu brevê em 1922, foi destaque nos principais jornais e revistas da época como sendo mais uma vitória do feminismo brasileiro.

³² Alguns países foram pioneiros em conceder o direito de voto às mulheres, a exemplo da Nova Zelândia, em 1893, a Finlândia, em 1906, a Noruega, em 1913, a Inglaterra, em 1918 (após I Guerra Mundial e muitas manifestações que influenciaram muitas mulheres em diversos países como o Brasil), e os Estados Unidos, em 1920.

³³ Bertha Lutz, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista Adolf Lutz, nasceu em São Paulo em 1894. Quando adolescente, estudou na Europa, onde teve contato com a campanha sufragista inglesa. Em 1918, licenciou-se em Ciências, na Universidade de Sorbonne, e, em seguida, voltou ao Brasil, onde ingressou, através de concurso público, como bióloga, no Museu Nacional. Defensora dos direitos da mulher no país, criou, em 1919, juntamente com Maria Lacerda de Moura e outras mulheres, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que foi o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada em 1922 no Rio de Janeiro e que tinha como principal bandeira de reivindicação a conquista pelo sufrágio feminino. A FBPF incentivou a criação de associações feministas filiadas à FBPF, o ocorreu com sucesso nas principais cidades brasileiras (Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, 2000).

Assim, a luta pela conquista do voto feminino ganhou visibilidade nas principais cidades brasileiras que seguiam rumo ao progresso e à civilização, como a Parahyba, por exemplo, que, mesmo buscando manter inalterada sua estrutura social e a conservação dos “bons costumes”, já começava a sentir a presença de vozes que ecoavam em defesa dos direitos das mulheres durante toda a década de 1920.

Intelectuais, políticos e a Igreja lideraram as discussões sobre os avanços do movimento feminista e sua luta em defesa do voto feminino, posicionando publicamente a favor da causa feminista ou contra ela, em jornais e revistas, com o propósito de imprimir seu discurso e convencer a sociedade paraibana de suas convicções antifeministas.

Como o direito de expressar opiniões, interesses e convicções eram quase que exclusivamente dos homens, uma minoria feminina se aventurava nesse terreno de dominação masculina. Faziam parte dessa minoria a Professora Analice Caldas, a Dra. Albertina Correia Lima, a Professora Olivina Olívia, a Dra. Catharina Moura, a Dra. Lylia Guedes e mais uma meia dúzia de mulheres que formavam uma elite intelectual feminina paraibana que se fizeram presentes na imprensa através de seus textos sobre poesia, educação, história e de forma cautelosa, sobre a condição feminina da época e o que elas defendiam para o seu seguimento.

Inseridas no conjunto de valores morais conservadores e cristãos que definiam a sociedade paraibana da época, a referida elite intelectual feminina, apresentava seus discursos sobre as mulheres, permeada por esse contexto, sem abandonar o caráter conservador e moderado definido pela sociedade, principalmente pelo discurso doutrinador e disciplinador da Igreja Católica. O que contribuía para que muitas delas não se sentissem à vontade para falar sobre o feminismo, tampouco assumir-se feminista, visto que o discurso antifeminista era o dominante.

O artigo “A Vida Mundana”, escrito pelo Padre Tabosa e publicado no jornal *A Imprensa* em 22 de dezembro de 1920, reforçava a construção do discurso de condenação do feminismo, ao passo que elevava à condição feminina de mãe e de esposa, ressaltando que é no lar o “verdadeiro” lugar da mulher. Para o padre, “a vida mundana”, condenada em seu artigo era representada pela modernidade e suas promessas de emancipação feminina defendidas pelo movimento feminista. Nesse sentido, orientava as mulheres sobre as “falsas” ideias do feminismo:

Mulheres do século XX! Não vos deixeis iludir com os triunfos aparentes do feminismo! Estas vitórias parecem antes laços do cativo que indícios da liberdade! A emancipação da mulher só se faz pela prática da virtude, pela dedicação as boas causas, pelo cumprimento escrupuloso de seus árduos deveres honrosíssimos (sic). Deveis vos convencer que nunca levantareis o

vosso trono fora do lar; só no lar doméstico, nos hospitais e cátedra de mestra podereis reinar cercada do respeito, do carinho e da veneração de todos. Nas repartições públicas e nas casas comerciais podeis, a golpes de esforços constantes, vos impor um pouco aos que moirejam(sic) nas mesmas ocupações; mas não tereis aquela autoridade augusta que só a família vos sabe dar, que só a fé vos saberá conceber. (Pe. TABOSA. *Jornal A Imprensa*, 22 dez 1920, p. 1)

Segundo o padre, a felicidade e a “verdadeira” realização do sexo feminino só poderiam ser encontradas no espaço privado do lar, desempenhado as atividades de mãe e de esposa. A sociedade moderna, que possibilitava a emancipação feminina, trazia, segundo a hierarquia eclesiástica, males para a civilização cristã, na medida em que possibilitava a atuação das mulheres fora do lar dedicando-se a empregos considerados inadequados e nem um pouco apropriado para o perfil feminino.

Nessa perspectiva, eram atribuídas aos movimentos de emancipação feminina a responsabilidade de promover a subversão da estrutura familiar cristã e a luta pela independência social, econômica e política da mulher, sobretudo, de incentivar a atividade feminina fora do lar à custa duma ação familiar decrescente. Também proporcionava o ingresso das mulheres nas universidades e sua masculinização, colocando em risco as estruturas da tradicional sociedade cristã, sustentada pela mulher mãe, esposa e dona de casa recatada, submissa e cumpridora das suas atividades domésticas.

Com o propósito de combater tal situação, orientava o sexo feminino para abandonar as “falsas ideias” de emancipação, que só trariam prejuízos para a mulher, a família e a sociedade. Sobre isso, orienta:

Mulheres do século XX! Os vossos triunfos são todos aparentes e as vossas derrotas são realissimas (sic) As invasões criminosas nos lares se multiplicam, os desrespeitos às mulheres de todas as classes não se contam; não há depósitos que tenham capacidade para comportar as lágrimas dos desgostos... A família, coisa tristíssima está em triste e vergonhosa debandada. A mulher boa é a jóia mais preciosa da sociedade; mas deve ser menos vista para não se empoeirar. Os mantos augustos do recato se contaminam facilmente das sujidades do mundanismo. A mulher deve entrar no mundo mas, não permitir que o mundo entre na sua alma. Mulheres do século XX! O lar, o lar é o vosso invencível reinado! Mulheres do século XX! A religião catholica é a vossa força, é a vossa grandeza, é a vossa liberdade, a vossa salvação. (Pe. TABOSA. *Jornal A Imprensa*, 22 dez 1920, p. 1)

A Igreja exclamava constantemente para as mulheres do Século XX. Para as suas ovelhas desgarradas, para a mulher que incorporava as mudanças do século. Aquela que

passou a ocupar um espaço social fora do lar, que seguia em busca de uma independência financeira, que seguia seus sonhos e seus desejos e queria construir o próprio destino. Era preciso, segundo o padre, que mulher renunciasse a essas ideias e retornasse ao lar e à Igreja, pois somente abandonando “o reinado do lar” e a religião católica para se influenciar pelas “falsas” ideias de emancipação defendidas pelo feminismo.

Discursos como o do padre Tabosa e de outros representantes da Igreja e da sociedade paraibana contribuíram para o processo de disciplinarização do sexo feminino. Foi nesse contexto em que Analice Caldas, Albertina Correia Lima e Lylia Guedes deixaram suas marcas na imprensa através de seus textos e poesias.

Analice Caldas: por um feminismo “ponderado e racional”

Nascida na cidade do brejo paraibano de Alagoa Nova, em 1891, e filha de uma tradicional família paraibana, Analice Caldas³⁴, que sempre se mostrou interessada nas letras e dedicada a elas, veio para a capital completar seus estudos na Escola Normal³⁵, onde se formou professora e dedicou-se ao Magistério. De uma formação intelectual privilegiada e bem relacionada na sociedade paraibana da época, publicou artigos em diversos jornais e revistas sobre educação, comportamento e sobre os direitos das mulheres. Como era solteira, jovem, instruída, de família abastada e com influência na sociedade, Analice Caldas pôde se dedicar mais à causa e dar esclarecimentos sobre a condição feminina e a necessidade de direitos a serem conquistados.

Defendia que a mulher precisava se tornar mais instruída e habilitada a exercer uma profissão fora do lar e adaptar-se aos novos tempos. Acreditava na capacidade intelectual feminina e em sua habilidade para o trabalho em diversas áreas. Em seus textos, não usava a expressão ‘emancipação feminina’, mas entendia que a mulher tinha o direito de trabalhar fora de casa como uma mudança social que só traria benefícios. Segundo ela, para a família e para a pátria, mesmo consciente de que o trabalho emancipava e libertava.

³⁴ A partir de 1912, passou a lecionar Português na Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba; ensinou também taquigrafia na Academia Eitácio Pessoa e tornou-se taquígrafa da Assembleia Legislativa. Teve uma participação ativa na campanha dos “Mil Réis Liberal” (para angariar fundos para a compra de armas para a luta de Princesa contra o governo de Washington Luís); foi militante ao lado de João Pessoa e uma das fundadoras da Associação pelo Progresso Feminino na PB, em 1936; membro da Associação Paraibana de Imprensa; membro do IHGP. Faleceu num desastre de avião aos 54 anos (SANTOS, 1991).

³⁵ A Escola Normal era o único lugar onde as moças poderiam prosseguir seus estudos e ingressar no mercado de trabalho, principalmente para aquelas das camadas médias da população, que tinham condições de investir na educação dos filhos.

Encontramos registros de textos e de colunas assinados por Analice Caldas nos jornais *A União* e *O Educador* e nas revistas *Era Nova* e *Ilustração*. Em todos esses veículos, ela deixava suas impressões sobre a condição feminina e sobre o movimento feminista, que ela tratava sem grande temor, mesmo porque fazia questão de informar e reforçar o discurso de repúdio às sufragistas inglesas por suas reivindicações e o modo “radical” e “violento” com que se manifestavam. Analice Caldas entendia que as mulheres deveriam lutar, principalmente, por uma educação adequada e pelo direito a exercer uma profissão.

Diferentemente de Catharina Moura, que dizia não ser feminista, mas admiradora da militância das sufragistas inglesas, inclusive combatendo o discurso antifeminista construído sobre elas, Analice Caldas se compreende feminista, porém não ao nível do feminismo inglês, mas de um feminismo “mais ponderado e racional”, embora admirasse as conquistas feministas, pois, segundo pensava, “as mulheres discutem o feminismo, são governadoras, são deputadas, ministras, vão ao despeito de tudo arranjando o mais ruidoso sucesso!” É como um movimento que vem “corrigir e aperfeiçoar” o sexo feminino que Analice compreende o feminismo (Jornal *O Educador*, 16 jun. 1922. p. 1).

Seguindo essa perspectiva, ela analisa a expansão do feminismo no Brasil e suas influências na Paraíba com bastante otimismo, por possibilitar mudanças na condição feminina na sociedade da época. Sobre isso, assim se expressou:

Está afinal o nosso Brasil feminino, consciente de que a vida não é apenas um limite de vaidade fútil e preconceitos insensatos. Todo o país e até a nossa miniauresca Parahyba já se remexe num movimento promissor de reivindicação! **O feminismo é uma necessidade social**, não esse movimento ridículo de mulheres desiludidas que de estandarte e luneta pregam em comícios, pela imprensa, fantasias irrisórias de seus cérebros superexcitados. Mas, essa corrente de reconstrução moral que é a noção exata, a compreensão pela prática, da responsabilidade do futuro. (CALDAS. Jornal *O Educador*, 26 mai. 1922 – grifos nossos).

Segundo Analice, a pequena Paraíba “já se remexia” com o feminismo, isto é, as ideias de reivindicação de direitos para as mulheres já começava a se tornar uma realidade, já se fazia presente na tradicional sociedade paraibana, o que, para a articulista, era algo muito positivo, por contribuir para elevar o sexo feminino e compreender que suas reivindicações “é uma necessidade social”. Entretanto, não era qualquer feminismo que ela apoiava, mas o feminismo que defendia o direito à educação e o trabalho feminino. E, ao condenar o feminismo “exaltado” das sufragistas inglesas, reforçava o discurso antifeminista

que condenava a luta pela emancipação feminina como sendo uma luta ridícula organizada por mulheres revoltadas, desiludidas e contra os homens. Analice Caldas compreendia o feminismo como um movimento que buscava conquistar direitos para as mulheres sem alterar a estrutura social, como “uma corrente de reconstrução moral”, e não, de desequilíbrio.

Defendia o direito de a mulher poder se preparar para, no futuro, exercer uma profissão que lhe garantisse seu sustento e de sua família, caso fosse necessário. Sob seu ponto de vista, o direito de ter uma profissão e de poder “ganhar o pão de cada dia” não poderia ser uma exclusividade do sexo masculino. E foi com orgulho e sem medo de sofrer críticas ou ser chamada de revoltada ou desiludida que informou sobre a participação de conterrâneas no espaço público do trabalho:

É desvanecida que registro sem cair no desagrado de todos que já temos conterrâneas nossas, num instituto de ciências, em repartições públicas, no comércio, etc. lucrando sua inteligência, seu valor físico no trabalho que é a principal fonte da vida, a melhor higiene da alma, a bem da pátria e da família. Quantos pais inválidos estão confiados a responsabilidade de uma filha? Deve ser o direito de todos, preocupar-se com o pão de cada dia, e não um triste privilégio do homem, como tem sido até aqui. (CALDAS. *Jornal O Educador*, 26 mai. 1922).

O direito ao trabalho e a uma educação adequada era compreendido e divulgado por Analice como um bem para a pátria e para a família, uma necessidade que não se podia negar ao sexo feminino. Nesse sentido, seu posicionamento coaduna com o discurso da Igreja e da sociedade, que entendem o trabalho feminino como uma necessidade para atender à família em momentos difíceis, e não, como um capricho pessoal ou um desejo egoísta de emancipação.

Segundo Azzi (2008), a profissionalização da mulher, admitida e promovida pela Igreja, regulava-se por três critérios fundamentais: em primeiro lugar, as profissões deveriam ser condizentes com a condição feminina católica, caracterizada pelo espírito de sacrifício e doação. Segundo, o trabalho feminino deveria ter, sobretudo, uma dimensão missionária de conquista e de fortalecimento da fé. E, por último, a mulher jamais poderia competir com o domínio masculino, e o trabalho feminino deveria ser compreendido como sendo a presença católica no âmbito profissional.

Seguindo esses critérios, a hierarquia eclesiástica selecionou três profissões consideradas adequadas ao meio feminino: a de assistente social, a de enfermeira e a de professora primária, profissão seguida com afinco pela Professora Analice Caldas. A

possibilidade de exercer uma profissão socialmente permitida garantia às mulheres a oportunidade de transcenderem o âmbito doméstico na busca de realização e independência social e econômica.

Seguindo essa perspectiva e ao compreender o feminismo como uma necessidade social e o trabalho como uma necessidade financeira, Analice imprimiu um caráter conservador, num discurso que deveria ser emancipador e libertador de controle e de preconceitos. Assim, afirmou-se feminista sem romper com os padrões morais da época. Como afirmou Febvre (1956), “o indivíduo é apenas o que sua época e seu meio permitem”, e a época e o meio de Analice Caldas não permitia mais do que um feminismo moderado e “bem comportado” que atendesse aos padrões morais definidos pela Igreja e pela sociedade. No entanto, apesar das limitações do meio e de suas convicções, ela foi uma voz feminina presente na imprensa paraibana (FEBVRE, 1956, p. 46).

Albertina Correia Lima e Lylia Guedes: por um feminismo estratégico

Albertina Correia Lima e Lylia Guedes também construíram sua história no mesmo contexto social, político e cultural de Analice Caldas. Mulheres que tiveram a coragem de enfrentar os obstáculos oferecidos ao seu sexo na busca de uma educação superior e de uma profissão. Ambas, formadas em Direito pela Faculdade de Recife (PE), representavam a capacidade intelectual tão negada ao seu sexo.

Albertina Correia Lima é definida por pesquisadores como sufragista, advogada e jornalista. Percorreu quase o mesmo caminho daquelas que pertenciam à alta sociedade paraibana e que via na educação a possibilidade de avançar rumo a uma carreira profissional e à emancipação. Nasceu em 25 de dezembro de 1889, em João Pessoa-PB, formou-se professora pela Escola Normal da Paraíba e, posteriormente, diplomou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife. Como advogada, lutou pelos direitos das mulheres, entre eles, ao voto.

A carreira de jornalista foi a atividade de mais destaque na vida de Albertina. Ainda em 1912, foi colaboradora de diversos jornais, na Paraíba, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, como o *Correio da Manhã* e *O Jornal*. Dentre suas principais obras publicadas, podem-se citar: *Georgina, estrutura da Terra* (1922), *Mulher e seus direitos em face da nossa legislação* (1933), e *Através da vida* (1933), conferência sobre a escritora Júlia Lopes de Almeida.

Conseguiu, através da imprensa, apresentar suas impressões sobre o papel feminino da época e defender a conquista dos seguintes direitos para as mulheres: direito ao trabalho, à educação e à participação política. Assim como Analice Caldas, Lylia Guedes, Catharina Moura e Olivina Olívia, Albertina Correia Lima contribuiu para fundar, em 1933, da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, filiada da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz, cujo principal objetivo era de elevar a condição feminina na Paraíba.

Lylia Guedes nasceu em 1900, na cidade de Nova Cruz (RN), e veio morar, ainda bebê, com sua família na capital paraibana. Formou-se em Direito pela Faculdade de Recife e se destacou profissionalmente como poetisa, professora³⁶, advogada³⁷ e defensora das causas femininas.

Como colaboradora de jornais e de revistas, também escreveu textos sobre a condição feminina da época. Através de seus registros produzidos durante a década de 1920, foi possível analisar sua simpatia pelo movimento feminista e pela luta em defesa dos direitos das mulheres. Apesar de não se definir como feminista, ela se referia ao movimento feminista sufragista de forma objetiva e estratégica, defendia que é possível conciliar as atividades domésticas com as atividades fora do lar e que essa questão merecia fortalecer seus argumentos para ser aceita. Para Lylia Guedes,

é na atualidade, em que a questão do feminismo é encarada por diversos prismas, ainda se torna mais importante para os seus adeptos salientar pelos argumentos indestrutível dos fatos que a mulher verdadeiramente superior, age sempre, quer no lar, quer fora delle, pela brandura, pela calma, pelo amor. (GUEDES. *Jornal A União*, 25 ago. 1922).

A diversidade de opiniões sobre o feminismo, na época, ou os “diversos prismas” por onde o feminismo foi analisado, principalmente pelo lado negativo, comumente divulgado na imprensa, sinalizava as estratégias que o feminismo deveria utilizar para avançar e alcançar seus fins. Para Lylia Guedes, o movimento precisaria estabelecer argumentos que possibilitassem a compreensão de que era possível conciliar a luta por direitos das mulheres

³⁶ Ainda como estudante de Direito, Lylia Guedes lecionou na Escola Normal como auxiliar nas cadeiras de Português, Geografia e História da Civilização. Lecionou também Geografia no Lyceu Paraibano, de onde também foi aluna, algo de grande prestígio para a época, já que somente os alunos selecionados por meio de um exame estavam aptos a fazer parte do corpo discente dessa instituição.

³⁷ Lylia Guedes entrou para a Faculdade de Direito em 1918, como a única representante feminina de sua turma. Isso causou, ao mesmo tempo, admiração e restrição, pois sua iniciativa de se formar em Direito era um costume inovador para uma época em que o destino reservado às mulheres era apenas o de ser mãe e esposa. Foi a primeira mulher a fazer parte do Instituto dos Advogados do Brasil, hoje OAB. Primeiro, trabalhou na instituição como secretária e, depois, atuou como advogada no Tribunal Popular do Júri na capital paraibana.

e o comportamento conservador da época. Um feminismo que, na mesma medida que proclamasse em defesa dos direitos das mulheres, também se colocasse a favor da permanência da mulher no lar, assumindo o seu papel de mãe e de esposa, e que participasse ativamente da sociedade sem negligenciar as atividades domésticas, pois, um feminismo formado por argumentos que garantissem mais participação da mulher na sociedade sem retirá-la do lar seria mais aceito pela sociedade e pela Igreja, que já havia se posicionado em favor de um feminismo moderado e adequado aos padrões morais cristãos em que a mulher continuaria assumindo sua missão de mãe e de esposa.

No artigo, “Feminismo Cristão”, publicado no jornal *A Imprensa*, no dia 16 de março de 1922, a Igreja defende um modelo de feminismo que aprova a participação política da mulher na sociedade por compreender que sua natureza pacífica e religiosa só traria benefícios para a pátria e para a família, como mostra este trecho:

Não somos partidários do feminismo na extensão que lhe querem dar os espíritos exaltados de muitos países. A mulher tem uma outra missão a cumprir que o homem e, por isso, pela própria natureza, lhes são impostas muitas restrições e não se pode aprovar que ela seja igualada em tudo ao homem. Entretanto ela está conquistando posições e direitos que lhe tem trazido glória e mesmo felicidade as nações. Assim o direito de voto: as votações das mulheres têm salvado vários países da Europa da anarquia completa, da revolução e socialismo bolchevista. Por seu espírito de religiosidade, piedade e caridade, são mais conservadoras, mais pacíficas, se atêm mais aos princípios da moral cristã e procuram mais salvaguardar os interesses básicos da sociedade, o bem estar da família. Daí a importância do voto feminino. (Jornal *A Imprensa*, 16 mar. 1922, p.1)

A Igreja passou a enxergar o voto feminino como algo positivo para a hierarquia e para o que ela defendia, pois, orientado de acordo com os valores cristãos, só traria benefícios, e isso não foi assimilado só por Lygia Guedes, mas também pelo movimento feminista sufragista do Brasil, liderado por Bertha Lutz, que conduziu a luta pelo voto feminino de forma moderada, conservadora e “bem comportada”.

Na Paraíba, essa era uma questão com poucos simpatizantes, principalmente da elite política, pois o direito de votar e de ser votada ia além de uma simples escolha, mexia, sobretudo, com as relações de poder estabelecidas durante séculos. Além de outros fatores, o temor à participação política das mulheres se explica por compreenderem que o voto feminino estaria comprometido, principalmente, com a Igreja Católica, já que a maioria das mulheres formava o seu corpo de fiéis. “Temiam que, manipuladas pela Igreja de democracia cristã, elas desviassem o voto para a direita” (PERROT, 2007, p. 152).

Outros fatores também foram responsáveis pelo conjunto de argumentos contrários ao direito das mulheres de votar. Temia-se também que a participação política as desviasse das atividades domésticas, do zelo pela família e pela maternidade. A grande questão que envolvia a conquista do direito político das mulheres não era somente o preconceito quanto a sua capacidade mental, mas também e, principalmente, o “desajuste social” que isso poderia causar, porque se temia que elas deixassem de ocupar o espaço privado do lar para assumir o espaço público da política.

José Américo de Almeida, numa palestra de colação de grau para as concluintes da Escola Remington³⁸ sobre a educação profissional da mulher, afirmava defender um feminismo que preparasse a mulher para o trabalho, e não, para participar da política. Sobre isso, afirmou:

Quem passa pelas repartições públicas e pelos escritórios comerciais da Parahyba vê, para logo, que essa preparação tem uma finalidade econômica. É a invasão feminista, a concorrência da mulher nas folhas do Tesouro e nos salários do comércio. É o feminismo ensaiando medrar também entre nós. Eu sou por esse sistema para facultar a mulher os direitos que ela deva exercer na luta pela vida. Não sou pela igualdade política, mas pela melhoria das condições sociais e econômicas e, principalmente, pelo acesso a situações que libertem esse ser aparentemente frágil de dependências vexatórias. Sou feminista, a meu modo, como estendo essa doutrina, sem a inspiração das formulas propagadas. O verdadeiro feminismo é a mulher podendo viver sem o homem. Nem contra ele, nem como ele, mas sem ele se assim for preciso. (ALMEIDA. *Jornal A União*, 24 nov. 1927).

O feminismo defendido por José Américo de Almeida é, portanto, um feminismo que emancipa a mulher pelo trabalho, sem concorrer com o homem e desempenhando atividades adequadas ao seu sexo, como estavam fazendo as alunas da Escola Remington, e não, através da política, uma atividade essencialmente masculina. A política seria perigosa demais para as mulheres. Segundo Michelle Perrot (2007), “de todas as fronteiras, a da política foi, em todos os países, a mais difícil de transpor. Como a política é o centro da decisão e do poder era considerada o apanágio e o negócio dos homens” (2007, p.151).

Os discursos antifeministas ou por um feminismo controlado que atendesse aos interesses de grupos políticos e da Igreja Católica, somados às características da sociedade

³⁸ A Escola Remington oferecia cursos profissionalizantes para um público cuja maioria era formada por “senhorinhas” da alta sociedade paraibana. Moças que buscavam conhecimentos profissionalizantes para exercer uma profissão ou “apenas por simples primor de educação e utilidade doméstica”. O curso de datilografia era o mais requisitado pelas moças paraibanas, pois as habilitava para o trabalho em repartições públicas e escritórios. Anaíde Beyriz foi diplomada em datilografia pela Escola Remington (*Jornal A União*, 24 nov. 1927).

paraibana, nas primeiras décadas do Século XX, marcaram o caráter personalista do feminismo paraibano da época.

Eudésia Vieira: um exemplo de mulher moderna cristã

Diferente das paraibanas citadas anteriormente, Eudésia Vieira era constantemente convidada a colaborar com seus artigos para o jornal *A Imprensa*. Filha de uma família de classe média, de rígida formação religiosa, nasceu em 1894, na cidade paraibana de Livramento. Diplomou-se professora em 1911 e, anos mais tarde, publicou seu primeiro livro didático: *Pontos de História do Brasil*, adotado pelas escolas públicas da época. Sua frequente presença na imprensa era marcada por textos que evidenciavam, entre outros assuntos, a importância do papel feminino de mãe e de esposa na sociedade moderna. Em relação ao desenvolvimento das atividades fora do lar, sempre defendeu uma atividade que correspondesse à natureza feminina e que não se sobrepusesse às atividades domésticas. Seguindo essa convicção, formou-se em Medicina (1934) e se dedicou à ginecologia e à obstetrícia, somente depois de ter cumprido sua missão de mãe e formadora dos seus.

Eudésia Vieira era a representação da mulher moderna cristã nas primeiras décadas do Século XX. Desenvolvia atividades fora do lar sem negligenciar o papel de mãe e de esposa. Assim, atendia às orientações da Igreja quanto ao modelo feminino definido adequado para a época. Na condição de mulher católica, mãe, esposa, escritora e médica (algo surpreendente para o período), Eudésia não deixava de endossar o discurso católico de formação de um perfil feminino que atendesse às necessidades da vida moderna sem comprometer o seu papel doméstico.

No artigo “*A Mulher*”, publicado na Revista *Era Nova*, Eudésia Vieira analisou os fatores que contribuíram para formar diferentes modelos femininos presentes em sua época. Para ela, Deus criara a mulher para ser mãe e companheira do homem, e essa deveria ser sua missão na sociedade. “Criatura sublime que deveria ser a digna companheira do rei da natureza”. Convicta desse propósito, ela apresenta, através de elementos bíblicos e históricos, os possíveis argumentos que poderiam explicar os “desvios” de conduta e os objetivos que influenciavam o novo comportamento feminino. Como era considerada revoltada, desiludida, exaltada, masculinizada e inimiga do homem, o feminismo seria o resultado de uma vida feminina mal vivida, vitimada pela incompreensão e pela dominação masculina. Sobre esse aspecto, assim se expressou:

O homem esqueceu que a mulher fora destinada a ser sua companheira, tornou-a sua escrava. Elle podia cometer muitas faltas, a menor leviandade por ela praticada, merecia o castigo de Tântalo. A mulher permaneceu submissa. Mal remunerada nos seus esforços, mal compreendida nas suas aspirações, mal satisfeita nos seus affetos, foi perdendo aquella docilidade e timidez de caráter – sua divisa em outros tempos, e cansada de soffrer foi procurando se libertar do domínio do homem a quem ambicionava não como senhor mas como amigo e companheiro, na posição primitiva que o bom Deus o colocara. E uma noite de lágrimas sufocadas teve como aurora uma coesão de sentimentos revoltados que recebeu o estratégico nome de – feminismo! (VIEIRA. Revista *Era Nova*, 15 abr. 1922).

A respeito das sufragistas, diz:

É sempre uma revoltada que procura abafar seus padecimentos querendo não ser a companheira do homem, mas rival ou mesmo sua antagonista. Merece também compaixão. Foi a infelicidade que a impelliu a extravagância de proceder, para dest'arte abafar um sofrimento latente. (VIEIRA, Eudésia. "A Mulher". Revista *Era Nova*, 15 abr. 1922.

Na compreensão de Eudésia Vieira, a sufragista era o resultado da mãe e da esposa que não deu certo. Uma revoltada que não foi bem compreendida como mulher, que não recebeu a atenção necessária que seu sexo merecia, e na condição de vítima da dominação masculina, passou à condição de inimiga, de antagonista e rival do sexo masculino. No entanto, é merecedora de compaixão, de piedade, de ser recuperada, ou melhor, cristianizada, porquanto a feminista não é feminista porque escolheu sê-lo, mas porque as circunstâncias a levaram a esse estado de revolta. A fraqueza feminina e a necessidade de orientação para as mulheres eram elementos presentes no texto da autora. Elementos absorvidos do discurso católico, que definia a mulher como um ser fraco e incapaz de tomar suas próprias decisões e de ser dona de seu destino. Um ser que deveria ser orientado e controlado, para evitar futuros desvios e revoltas.

Continuando sobre os perfis femininos que poderiam ser encontrados no início do Século XX, Eudésia Vieira apresenta a representante da mulher moderna cristã bem diferente da sufragista revoltada e da melindrosa³⁹ fútil e superficial. Segundo refere,

³⁹ Eudésia Vieira define a *melindrosa* como a mulher escrava da moda e do luxo e que sacrifica tudo, inclusive a família, para estar sempre em evidência na sociedade em que vive. Para ela, a primeira *melindrosa* "deveria ter

Há representantes do bello sexo que, sendo uma antítese acabada das melindrosas, não declinam, entretanto para o campo das feministas. Tem algo de varonil no seu caráter, na sua integridade moral. Cultivam a litteratura, praticam a equitação, ocupam-se dos problemas sociais, interessam-se pelo progresso das sciências e das artes, discutem assumptos religiosos e políticos, sem olvidar os outros deveres inerentes ao seu sexo. Em constituindo família, addicionam as suas práticas primitivas o desempenho da economia e da medicina doméstica, dando a pátria filhos robustos, cidadãos prestimosos, cuidando ainda em argumentar honrosamente o patrimônio dos posteros(sic). É a mulher independente, sempre alvejada pela maledicência dos invejosos. A Egreja dá-nos o exemplo desse tipo de mulher na pessoa admirável de Joana D'Arc, a aldeã francesa. (VIEIRA. Revista *Era Nova*, 15 abr. 1922).

O exemplo de mulher moderna cristã é representado por uma mulher que, mesmo sendo atacada e injustiçada, foi persistente, com o intuito de salvar sua pátria. Uma heroína santificada pela Igreja por sua atitude e coragem. Este era o perfil feminino que a mulher paraibana deveria seguir: participar da sociedade no que lhe fosse permitido, sem abandonar seu papel de mãe, esposa e cristã, e afastar-se de tudo o que a levaria para a condição de feminista ou melindrosa, exemplos condenáveis de mulher. Esse seria o perfil adequado para a “nova mulher” que, ao atender às necessidades da época para o seu sexo, não deveria esquecer para que Deus a criou.

À mulher moderna caberia compreender que a maternidade e as demais atividades domésticas também haviam se modernizado, e a necessidade de se estar atento a essas questões refletiria no desenvolvimento da nação. Com a missão patriótica de gerar filhos para a pátria, gerar os futuros cidadãos para o país, a missão de mãe, não deveria ser apenas resultado de instintos inerentes a natureza feminina deveria ser produto de um aprendizado cientificamente organizado e transmitido. Os principais defensores desse propósito foram os médicos que, embasados nos princípios atualizados de higiene e de sanitarismo, mobilizaram-se em divulgar o discurso de maternidade científica.

Essa nova dimensão da mulher na sociedade, permitida pelo discurso científico e politizador da maternidade, passou a ser compreendido como a chave para o progresso e a civilização do país, o que contribuiu para o crescimento do diversificado movimento feminista, que vinha ganhando visibilidade no início do Século XX no Brasil, pois conferia à mulher um papel social que ia além do espaço privado do lar. Reconhece na mulher o papel

sido uma noiva ou esposa esquecida, a quem o despeito suscitou toda essa sorte de estratagemas para atrair o desviado do dever”. (Revista *Era Nova*, 15 abr. 1922).

de cidadã consciente e capaz de exercer funções sócias sem abandonar o papel prioritário da maternidade. Essa ideia de compatibilidade de papéis públicos e privados desempenhados pela mulher, na época, constituiu a base do discurso de emancipação feminina no período (FREIRE, 2009). Nesse contexto, recai para a mulher o papel de “salvadora da pátria”, já que a família, a infância e a maternidade eram compreendidas como um campo de exclusiva responsabilidade feminina, que gerava uma nova dimensão do que era ser mulher na sociedade moderna.

Maria Martha de Luna Freire (2009), ao analisar o discurso maternalista no Brasil, em seu livro *Mulheres, mães e médicos*, afirma que, no início do Século XX, principalmente na década de 1920, a maternidade assumiu outras dimensões, com o caráter de cientificidade e modernidade, que a transformou em espaço de valorização e inserção das mulheres no espaço público e na vida social mais ampla. No ideário de “maternidade científica”, como parte integrante do projeto republicano de modernização/civilização do país, cujo objetivo era o de construir uma nova nação brasileira baseada nos moldes científicos avançados internacionalmente, a maternidade foi alçada à dimensão de questão de ordem pública, devendo ser amparada e protegida, fazendo emergir um movimento em defesa da necessidade urgente e imperiosa de educar as mulheres para o exercício da maternidade.

Num processo de valorização da mulher, representada pela figura de “guardiã do lar”, atribuiu-se a ela a “missão sagrada” e a “vocação natural” de procriar, como demonstravam as teses de Medicina das faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro desde meados do Século XIX. Era consenso na época que o lar era o “verdadeiro” lugar da mulher, pois era no lar onde ela reinava, mais do que em qualquer outro espaço, mesmo que fosse bem sucedida no espaço público. O casamento era a sua verdadeira vocação, em que ela encontrava a real felicidade. O seu destino já estava traçado pela natureza: casar e ter filhos. A não compreensão dessa missão idealizada, pelo discurso católico e pelos grupos sociais dominantes, implicava grande pecado, que colocava em risco o futuro da nação.

A condição feminina voltada para o lar e para as atividades de mãe e de esposa encontrava na educação feminina um instrumento de fundamental importância para realizar o projeto de formação da sociedade brasileira. Havia uma preocupação, também, por parte do Estado e da sociedade, representada pelos intelectuais, em promover uma formação com o objetivo de preparar a mulher para atender às exigências da sociedade moderna e destiná-las a uma atividade mais efetiva na sociedade, em que ela conciliasse a formação de mãe e de esposa cientificamente.

Influenciada por essas histórias e por sua formação religiosa, Eudésia Vieira definiu como modelo ideal feminino o da mãe de família, aquele que tem como única e exclusiva missão ser mãe, definindo-a como a “mulher adorável”:

...mãe de família compenetrada que, escrava ou senhora, sabe resistir às tempestades da vida a sorrir bondosamente, tornando-se um admirável exemplo de virtudes cristãs. E' a mulher que encontramos nos labores domésticos, alimentando o filho com o seu próprio sangue, recebendo-lhes com extremo o afetuoso e primeiro sorriso... E' a mulher votada ao sacrifício, que não se importa de morrer um pouco cada dia para ressuscitar gloriosa na pessoa dos filhos que lhe serão a coroa immortal na perpetuidade da espécie e dos costumes. E' a mulher decantada pelos grandes poetas, que infelizmente vai desaparecendo das gerações hodiernas, por mero capricho de uma vaidade mal compreendida... E dessa sorte a mulher, presa inconsciente de uma vaidade culposa e aplaudida, prefere ser um simples instrumento de satisfação efêmera e improdutiva, a ascender a glória inigualável da maternidade, preenchendo o fim primário a que o Criador a destinou – a perpetuidade da espécie humana! (VIEIRA. Revista *Era Nova*, 15 abr. 1922).

Segundo Eudésia Vieira, o feminismo só poderia oferecer uma vaidade culposa e uma satisfação efêmera, enquanto a missão de ser mãe era a satisfação concreta na vida da mulher. A busca por realizações fora do ambiente doméstico, sem o compromisso com a maternidade, só traria desilusão e revolta para o “belo sexo”. A condição feminina de mãe e de esposa era a ideal, definida por Deus, e que deveria ser seguida por todas as mulheres, e não, as manifestações irrefletidas das sufragistas que gastavam esforços e energias por uma causa que não era destinada a elas.

Na Encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII, no final do Século XIX, a família é definida como uma sociedade doméstica anterior à sociedade civil, ele afirma que o determinante para uma nação forte eram os costumes puros e as famílias fundadas sobre bases de ordem e de moralidade e que o verdadeiro papel da mulher é no lar, cuidando da boa educação dos filhos e da prosperidade da família, e não, trabalhando fora dele, “a qual natureza se destina **de preferência** aos arranjos domésticos”.

Em 1931, na Encíclica do *Quadragesimo Anno*, Pio XI reafirmou a posição de Leão XIII sobre a condição feminina determinando que “as mães de família devem trabalhar em casa ou nas suas adjacências, dando-se aos cuidados domésticos”. Condenou o fato das mulheres serem obrigadas a trabalhar fora, “por causa da mesquinhez do salário paterno, a ganharem a vida fora das paredes domésticas, descuidando os cuidados e deveres próprios e sobretudo a educação dos filhos”. (Encíclica *Quadragesimo Anno*, 1931)

Entre a tradição e o moderno, configurava-se um novo comportamento feminino que buscava atender às necessidades da nova época sem alterar a estrutura social tradicional e conservadora estabelecida há séculos, na qual a missão feminina ideal deveria ser a de

mãe e de esposa. Nesse processo, a Igreja Católica na Paraíba se posicionou no sentido de estabelecer estratégias visando o disciplinamento e a manutenção da ordem e dos bons costumes, de acordo com a moral cristã.

O ano de 1930 marcou profundamente a sociedade brasileira e, em especial, a sociedade paraibana, consequência de uma série de tensões e conflitos de representações na estrutura institucional. O discurso carismático e inovador do presidente João Pessoa conquistou parte da elite feminina paraibana, constituída em sua grande maioria por estudantes e professoras, que passaram a integrar os chamados comitês femininos pró- Aliança-Liberal, a exemplo da Cruzada Feminina Liberal Clara Camarão, em Campina Grande e o Comitê feminino Presidente João Pessoa, na Capital, assim como em outros municípios.

Durante a campanha da Aliança Liberal para a presidência do país, os comitês cumpriam atividades de acordo com o calendário eleitoral, orientado, exclusivamente para as mobilizações das mulheres junto às escolas, a igreja e diversos espaços urbanos. Segundo Silva (2009), a intensificação dos comitês femininos era uma das metas da campanha e constituíram-se em verdadeiros espaços de propaganda e num instrumento eficiente de divulgação das bandeiras liberais na Paraíba.

Na ocasião da fundação da Cruzada Clara Camarão, em Campina Grande, a professora Apolônia Amorim⁴⁰ ao proferir seu discurso de apoio ao Presidente João Pessoa, convoca as paraibanas a se inteirarem e se integrarem das questões políticas do país na época, mesmo não podendo participar diretamente através do voto. Segundo ela, “o actual momento político do Brasil não comporta o indiferentismo de ninguém”, pois “estamos diante de um movimento de renovação de costumes, em que patriotas obnegados se dispuzeram a mudar esse regime de compreensão em que vivemos desde a fundação da república”. Movimento que exigia uma participação feminina, de forma que “se não podemos concorrer como votantes, ao menos concorramos com a nossa assistência moral ao bravo Presidente João Pessoa”. (Jornal *A União*, 10 de jan. de 1930).

A assistência exigida pela professora Aplônia Amorim, por parte da elite feminina paraibana ao Presidente João Pessoa, foi acolhida e ampliada, pois além das entusiasmadas recepções preparadas às Caravanas de Aliança Liberal na Paraíba, também foram as idealizadoras da *Campanha dos Mil Reis Liberais*, em que os paraibanos foram chamados a aderir a causa, concorrendo com tal quantia para ajudar o Governo do Estado a

⁴⁰ Apolônia Amorim nasceu em Barra de Santana, Cabaceira, em 09 de fevereiro de 1904. Foi professora formada pela Escola Normal, Em 1930, fez parte do movimento da Aliança Liberal, a frente das Campanhas Cívicas em apoio a João Pessoa, através do Comitê Clara Camarão em Campina Grande e na Intentona de 1935, em repúdio à Lei da Segurança Nacional. Contribuiu com vários artigos de cunho político e social nos Jornal *A UNIÃO* e *A IMPRENSA* na “Página Feminina”, falecendo no Rio de Janeiro em 1949.

adquirir munição para a sua constante luta política de Princesa⁴¹. Após a morte do Presidente João Pessoa, as senhoras e senhoritas ilustres da sociedade promoveram varias campanhas de comemoração cívica em homenagem ao presidente assassinado.

O entusiasmo pelo programa da campanha da Aliança Liberal devia-se as suas bandeiras inovadoras, entre as principais estavam o voto secreto, o voto feminino, a institucionalização da justiça do trabalho, a lei das oito horas e a Justiça Eleitoral. Até então, as demandas feministas em torno do voto não tinham sido atendidas, era tão-somente um direito defendido, em tese, pelas ideias liberais, passando a ganhar força durante a campanha presidencialista da Aliança Liberal e da campanha constitucionalista iniciada no país em meados de 1931. A conquista da revolução de 1930, a adoção do voto feminino e a institucionalização da representação classista animavam as expectativas das paraibanas já citadas anteriormente, passando a expressar suas impressões sobre as questões que permeavam a época por meio da imprensa.

Segundo Silva (2009), a presença de educadoras na década de 1930, em sua maioria de classe média e alta, nos comitês femininos em apoio a Aliança Liberal Getúlio Vargas/ João Pessoa, configuraram-se enquanto espaços de visibilidade política da mulher paraibana, à medida que passaram a registrar na história certa consciência tática de participação no território público e na cena política, o que, conseqüentemente, propiciou os debates sufragistas femininos, sugerindo alterações na legislação eleitoral brasileira em curso e na própria organização cultural da sociedade.

Esses dados sinalizam os limites e o nível de conscientização e comprometimento dessas mulheres com relação às mudanças que se processavam na época, possibilitando uma brecha para a emergência de reivindicações feministas, como o voto feminino, compreendido pelo movimento feminista como o primeiro passo para a emancipação feminina. No entanto, é importante ressaltar o nível de exposição pública, o tipo de crítica e censura que sofreram. Tornando-se alvo de debates dentro dos meios mais conservadores, principalmente, dentro da Igreja, que impulsionou o clero paraibano no sentido de orientar a sociedade para uma vida em família e um lar harmonioso.

Seguindo essa perspectiva, era necessário controlar os ímpetos femininos da época e enfrentar os desafios que o feminismo oferecia para conservação da família cristã. Seguindo esses propósitos, a hierarquia convoca grupos femininos leigos para a “cruzada” contra os “erros da modernidade” e, dentre esses grupos, o Movimento Noelista assume a missão de recuperação do meio feminino e de recristianização da sociedade.

⁴¹A guerra de Princesa, em 1930, foi um movimento que marcou e transformou a vida estadual e teve repercussão nacional. Caracterizou-se pelas discórdias políticas e econômicas, envolvendo poderosos coronéis do interior do estado e o governador eleito da Paraíba em 1927, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. O principal deles era o chefe político de Princesa Isabel, o “coronel” José Pereira de Lima, detentor do maior prestígio na região e o líder do movimento contrário as reformas estatizantes do Presidente João Pessoa.

CAPÍTULO II

MOVIMENTO NOELISTA: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DO “FEMINISMO CATÓLICO”.

O feminismo que não desintegra a mulher do lar, esse terá sempre as bênçãos da Igreja. A igreja é imutável na verdade de seus dogmas, mas não é imóvel. Ela é um organismo vivo. Não é indiferente as transformações políticas e sociais que agitam o mundo. Por isso a igreja abençoa tanto a mulher que trabalha para viver honestamente... Como a que vai purificar nas urnas, com a sua fé intencional e participar da vida pública do país. (A Igreja e o Feminismo - *Jornal A Imprensa*, 25 mar. 1931).

Esse modelo de feminismo, que atendia aos princípios católicos e permitia certa participação da mulher na sociedade, sem alterar a estrutura social, sem que ela abandonasse as atividades domésticas e o seu papel de mãe e esposa, foi “abençoadado” pela Igreja. Uma “emancipação” permitida por meio da orientação católica, que buscava controlar os ímpetos de “revolta” e de “egoísmo” provocados por um feminismo “irrefletido” que, segundo a hierarquia, levava à ruína a mulher, a família, a religião e a pátria.

Um feminismo que aceita o trabalho feminino exercido “honestamente”, ou seja, quando realmente fosse necessário. Isso significava que manter a família em tempos de dificuldades financeiras na ausência da contribuição masculina foi aceito pela Igreja, assim como a contribuição feminina nas decisões políticas quando ela assumia uma postura cristã em defesa dos interesses católicos. O voto feminino, defendido pela Igreja, representava um dever patriótico e cristão, que a mulher deveria “purificar nas urnas com a sua fé intencional”.

A ameaça do Estado laico, decretado com a Proclamação da República no Brasil, em 1889, que resultou na separação da Igreja com o Estado fez com que a hierarquia católica

buscasse estratégias para garantir seu poder e prestígio na sociedade brasileira de uma forma geral. Era preciso “catolizar” a sociedade brasileira, visto que o Estado organizado pelo sistema republicano havia abandonado. Deus das suas instituições, era preciso livrar a pátria das mãos “maléficas” do liberalismo, do positivismo e do protestantismo.

Assim, a participação feminina na sociedade cada vez mais se efetivava, principalmente no que dizia respeito a sua participação política. Ainda mais, quando a busca por direitos para as mulheres resultava, também, na conquista de poder político e de prestígio social para a Igreja.

Esse comportamento feminista, que buscava conciliar os avanços sociais e políticos das mulheres com a moral cristã, foi definido pelo clero católico como **feminismo católico**. Um feminismo que incentivava grupos de mulheres organizadas e orientadas pelo clero a assumirem um papel na sociedade com a missão cristianizadora do meio social, como o Movimento Noelista. O Noel, como também era chamado o Movimento Noelista, ao desenvolver suas práticas na defesa de uma formação intelectual elevada para as mulheres e o direito de voto, buscava conquistar novos fiéis para a Igreja.

Segundo Azzi (2008), uma ala mais aberta da hierarquia católica “reconhecia que as mulheres podiam auxiliar no projeto de recristianização da sociedade, atuando em algumas áreas específicas de trabalho”, através “da ação social e educativa, a exemplo de fazer com que os operários não se afastassem da fé católica”. E foi seguindo essas orientações e com a missão de contribuir para a Igreja que as noelistas, então militantes do Movimento Noelista, realizavam suas obras (AZZI, 2008, p. 128).

Mas o que é o Movimento Noelista e quem são as noelistas?



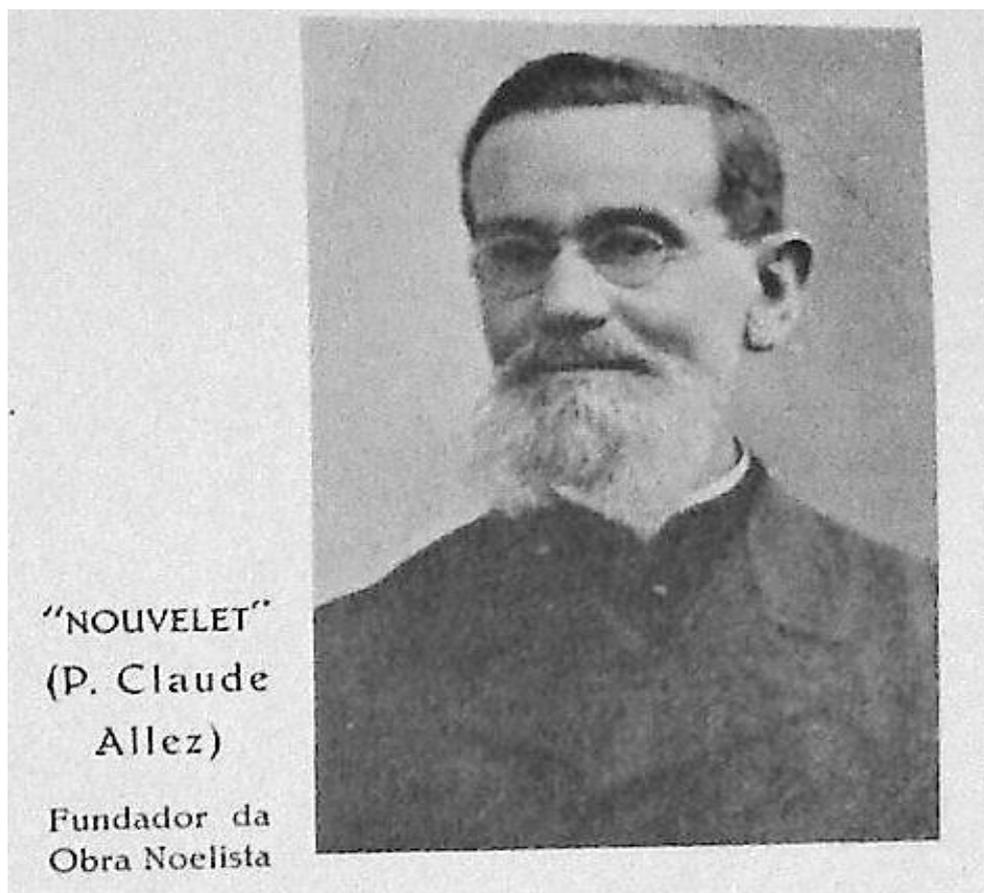
Fonte: Acervo do Arquivo Eclesiástico da Paraíba
Foto das Noelistas paraibanas e seu assistente eclesiástico D. Moisés Coelho. (s.d.)

A imagem acima é bastante representativa do que foi o Movimento Noelista e quem eram as noelistas, sobretudo porque era um movimento leigo, formado por senhoras da sociedade sob a orientação de um assistente eclesiástico e com uma participação ativa na sociedade em que atuavam.

O Noel ou Noelismo, como também é chamado o Movimento Noelista, originou-se na França, em 1894, com a criação da revista católica *Le Noel*, divulgada na noite de Natal pelo Padre Chardavoine e dedicada inicialmente ao público infantil. Oficialmente, o Movimento Noelista foi fundado pelo padre francês, Cláudio Allez, a partir da leitura da revista e das relações entre suas leitoras.

Sob a direção do Padre Allez, os integrantes do Noel, que antes eram exclusivamente crianças, passaram a acolher moças católicas. *Le Noel* tornou-se, então, uma “revista de formação geral a inspirar um movimento amigável de juventude feminina, em busca de um ideal de vida cristã, intelectual e apostólica”. O Movimento Noelista, ou simplesmente Noel, recebeu esse nome “porque lembra o mistério do nascimento de Jesus, mistério de alegria e de comunicabilidade irradiante, tão próprias da mocidade”. Foi oficialmente constituído na noite de Natal (Pequeno Catecismo Noelista, 1935, p. 3).

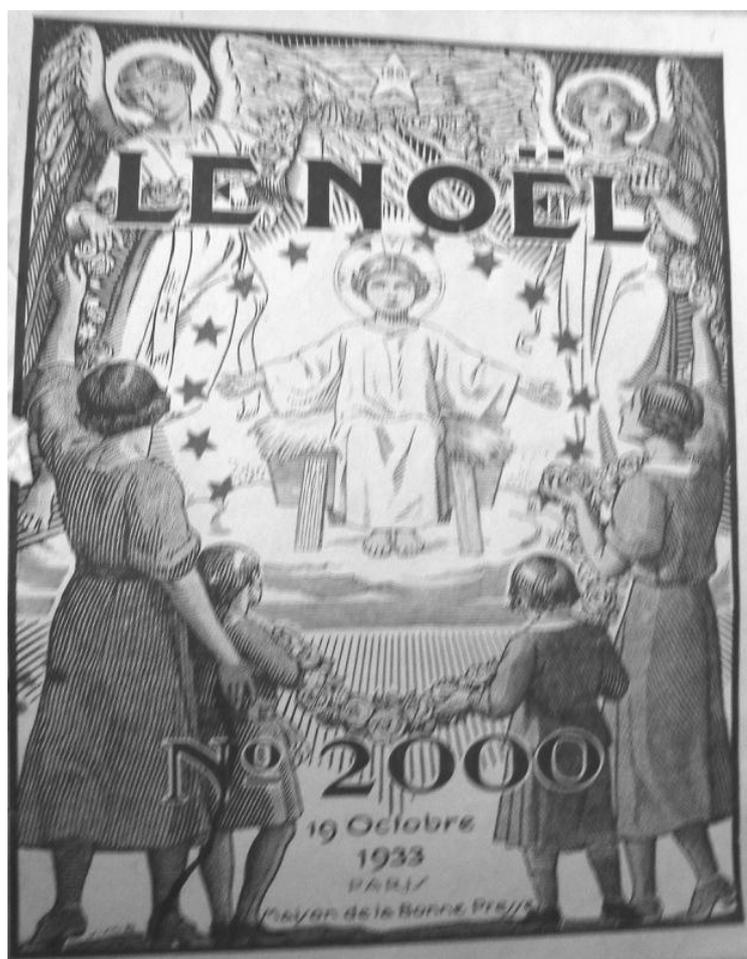
O Padre Claudio Allez ou “Nouvelet”, pseudônimo noelista adotado por ele, dedicou sua vida sacerdotal à formação da juventude feminina e, como fundador e diretor oficial do Noel, foi responsável por seu desenvolvimento e presidiu todas as suas sucessivas adaptações.



Fonte: Arquivo da Arquidiocese de Olinda - Recife

Sob a direção de “Nouvelet”, o Movimento Noelista centralizou suas atenções para a juventude feminina católica, porém sem se esquecer dos pequenos, pois, além da Revista *Le Noel*, destinada à formação das moças católicas, foram criadas duas novas revistas, a *Etoile Noelista*, em 1914, destinada às mais jovens, as “caçulas” e a Revista *La Manson*, em 1920, para as casadas.

Desde sua fundação, o Padre Claudio Allez foi o principal orientador da obra noelista e se tornou um ícone do movimento depois da sua morte em 1927 no dia de natal. O sacerdote agostiniano responsável pela construção da identidade do Noel buscava orientar as noelistas para uma vida cristã exemplar, através das lições presentes em suas revistas, nas reuniões, nos retiros fechados e nos congressos. As revistas do Movimento Noelista representavam um importante instrumento de formação e divulgação do movimento.



Fonte: Arquivo da Arquidiocese de Olinda-Recife.
Capa da revista *Le Noël*. Revista de edição francesa destinada às todas noelistas, inclusive as brasileiras.
Edição de 19 de outubro de 1933.



Fonte: Arquivo da Arquidiocese de Olinda-Recife.

Capa da revista *L'Étoile Noëlisme* dedicada às meninas, ou como eram chamadas no Noel, as “caçulas”, entre 7 e 13 anos de idade. Ao apresentar em sua capa a representação de uma cena cotidiana presente numa sociedade tradicional, em que a definição de papéis é estabelecida pelo sexo, a revista assume a função pedagógica de ordenamento social cristão, constituindo num instrumento de disciplinamento e controle frente às novidades da época para as mulheres. Exemplar de 16 de setembro de 1937 – edição francesa.

O Noel, que, a princípio, tinha como objetivo se dedicar às crianças com o intuito de lhes oferecer uma leitura voltada para uma mística cristã e que, logo depois, passou a se dedicar ao público feminino, pode ser compreendido como uma ação de luta contra o “progresso”, que visa manter a ordem tradicional da sociedade, direcionando mais atenção ao público feminino, e defender os direitos que tinham dentro dessa mesma ordem, ou seja, o direito da mulher de ser dona de casa, mãe e esposa, que, segundo a Instituição, estava ameaçado por uma nova ordem definida como moderna.

A dedicação, principalmente, ao meio feminino devia-se ao fato de que, em seu conjunto de fiéis, o maior número era composto de mulheres⁴². Vale lembrar, ainda, que, nesse período de dificuldades por que estava passando a Igreja Católica Romana, “praticamente todas as mulheres mantiveram seu compromisso com a fé”. As Igrejas cristãs se tornaram acentuadamente feminizadas, no período compreendido entre o final do Século XIX e início do XX (HOBSBAWM, 1988, p.366).

A necessidade da Igreja de combater as instituições políticas modernas e seus fundamentos iluministas – especialmente, o racionalismo, o laicismo e demais inimigos, como o protestantismo - levou-a a considerar que a necessidade maior no momento era muito mais formar de as mulheres, suas principais fiéis, para uma reação frente às mudanças que estavam ocorrendo do que conquistar, exclusivamente, as crianças para a fé cristã.

Esse direcionamento tornava a reação da Igreja mais rápida e eficaz, visto que, ao contrário das crianças, a maioria das mulheres já era devota da fé e dos dogmas católicos, portanto, era necessário que fossem orientadas para se transformar em um verdadeiro exército cristão, em defesa da Igreja, e combater tudo e todos os que se colocassem contrários à sua orientação e seus dogmas. Além do mais, se bem formadas fossem as mulheres, muitas delas mães, ou futuras mães, poderiam desempenhar com mais eficácia a missão de educar seus filhos nos mesmos preceitos cristãos, formando futuros fiéis e cidadãos para a Igreja e para a pátria.

O Movimento Noelista, formado pela juventude feminina católica e sob a orientação de um assistente eclesiástico que era chamado de “protetor”, era mais que um movimento religioso que tinha como finalidade reunir moças para o aperfeiçoamento de sua fé através de orações ou lições apresentadas pelo padre. O Noel tinha o objetivo de ultrapassar os limites físicos da igreja, era um movimento que formava moças católicas para uma prática social, para uma vida cristã, intelectual e apostólica, através das diversas obras que desempenhavam.

Durante o seu processo de formação e consolidação, o Movimento Noelista passou por três fases: a primeira, em 1902, chamada de **Signo da Amizade**, caracterizava-se pelo encontro das leitoras da Revista *Le Noel* para trocarem ideias quanto às suas práticas assistencialistas, auxílio quanto às vocações religiosas e à formação intelectual; a segunda fase, desenvolvida em 1904 e chamada de **Signo da Edificação e do Apostolado**, tinha como objetivo organizar grupos, através de encontros e de congressos, com o intuito de intensificar cada vez mais as chamadas “boas obras”; a terceira e última fase, desenvolvida

⁴² Em fins do Século XIX, o número de religiosas profissionais aumentou consideravelmente. Não foi por coincidência que muito dos santos católicos do mesmo período tenham sido mulheres: Santa Bernadette de Lourdes e Santa Teresa de Lisieux, assim como o incentivo notável por parte da Igreja ao culto à Virgem Maria.

em 1924, chamada de **Signo da Ação Católica**, correspondia à participação das noelistas no movimento da Ação Católica, movimento mundial que convocou todos os católicos do mundo inteiro para a grande Cruzada Cristianizadora. No entanto, a participação das noelistas brasileiras no movimento da Ação Católica só ocorreu no final da década de 1930 (Pequeno Catecismo Noelista, 1935, p.10).

Definidas como “servas de Deus a serviço da Igreja”, as noelistas foram orientadas pelo Padre Allez, no sentido de serem “boas paroquianas, boas diocesanas, boas católicas”. Ser uma mulher cristã exemplar era a principal obra noelista, pois, segundo “Nouvelet”, era através do exemplo que elas conseguiriam conquistar novas almas para suas obras e para a Igreja (Pequeno Catecismo Noelista, 1935, p.11).

O Noel era formado por moças católicas da alta sociedade, que atendiam a alguns critérios exigidos pelo Movimento, a saber: “1º uma vida cristã exemplar, 2º educação ao alcance de entender as revistas noelistas, 3º assinar uma das revistas do Movimento Noelista”. Essas eram as condições gerais para pertencer à obra noelista, que se restringiam à participação do Noel para as moças católicas de elevado nível social, pois a educação destinada às meninas ainda era um privilégio para poucas no final do Século XIX e início do XX, período de fundação do Movimento e auge do desenvolvimento de suas atividades (Pequeno Catecismo Noelista, 1935, p. 10).

O Meio Noelista é sobretudo a burguesia, colocando-se entre a alta sociedade e a classe média, atingindo-as também. Mas sua característica é a semelhança na educação e na cultura. Essa homogeneidade intelectual e moral sempre especificou o público noelista que se estende hoje de mãe a filhas, formam um todo completo e homogêneo. Esse todo completo e homogêneo é o movimento noelista. Esse movimento formou-se espontaneamente pela leitura do Noel e as relações cordiais das suas primeiras leitoras. (Jornal *A Cruz*, jun. 1937).

Além da necessidade de uma educação adequada para se entenderem as revistas, a futura noelista também deveria arcar com os custos da assinatura de uma das revistas do movimento. Todos esses critérios limitavam a participação de moças de outros níveis sociais na obra noelista, haja vista que era uma obra não somente católica, mas, principalmente, elitista. O Noel, portanto, era um movimento leigo católico, organizado por um grupo social com a finalidade de ordenar a sociedade de acordo com os interesses da religião e condizentes com o grupo social que representava. E nesse processo de ordenação da sociedade, o ideal feminino foi definido seguindo esses determinantes.



Fonte: Arquivo da Arquidiocese de Olinda - Recife
Símbolo do Movimento Noelista

Para se distinguir das demais moças, as noelistas deveriam usar o símbolo que representava o movimento de forma que se tornasse visível, de preferência, em forma de broche preso a sua roupa. Essa orientação tinha como objetivo transmitir a ideia de que as noelistas representavam a presença do Menino Jesus e, junto com elas, levavam o mistério de alegria e de comunicabilidade cristã, ideal do movimento. Além das condições gerais para se tornar uma noelista, a moça também deveria atender às condições particulares de admissão da União Noelista, composta pelas assinantes das revistas do Noel. As condições particulares eram as seguintes:

Ser assinante da *Le Noel* há mais de um ano, ter um pseudônimo aprovado, ter mais de 15 anos, dedicar-se a algum apostolado, quando possível trazer exteriormente um distintivo religioso, invocar todos os dias Santa Joana d'Arc rogai por nós e por todos os membros da União Noelista, juntar 5 francos ao pedido de admissão: em resposta receberá um "Memento-Noel" e um pergaminho de inscrição. (Pequeno Catecismo Noelista, 1935, p. 11).

Dos critérios apresentados acima como condição para ingressar no Movimento Noelista, o principal consistia em ter uma vida cristã exemplar. A noelista deveria dar exemplo de sua fé para todos os que faziam parte do seu meio e para aqueles que elas deveriam conquistar através de suas obras que, no geral, eram divididas em três áreas que se completavam: a formação intelectual, a piedade e a caridade.

A formação intelectual, considerada uma das principais atividades das noelistas, tinha como fim desenvolver, no meio feminino, uma alta cultura cristã para bem servir à sociedade. Acreditava-se que, somente com um exército bem formado, poder-se-ia ganhar uma luta. E esse era o intuito do movimento, formar, na juventude feminina, uma sólida cultura cristã, para combater os males que atingiam a sociedade. Esse combate deveria começar por seu meio, ou seja, sua família, através da qual se chegaria à sociedade, à nação e ao mundo.

A piedade consistia em se dedicar às vocações sacerdotais. As noelistas deveriam estimular as vocações e fazer por onde elas fossem concretizadas, não somente incentivando para o caminho da religião como também assistindo financeiramente aquele ou aquela que se decidisse pela vida religiosa. A piedade era a base de toda a vida cristã. As militantes defendiam uma piedade sólida e esclarecida, capaz de combater o que elas chamavam de religião sentimental e romântica, considerada um dos males do mundo.

A caridade era um conjunto de obras assistenciais e recristianizadoras organizadas pelas noelistas. Elas se sentiam no dever de atender aos mais necessitados, tanto de forma material quanto espiritual. Para isso, faziam festas beneficentes para os mais pobres de determinados lugares ou ministravam aulas de catecismo para eles, como uma forma de lhes fazer chegar o conhecimento da divina santidade.

O movimento era dividido em Núcleos Noelistas - centros de atividades fundados por meio da iniciativa das noelistas e com a permissão da autoridade religiosa local. Cabia a cada Núcleo definir que obra deveria ser mais bem desenvolvida para atender às necessidades locais. A fundação de um Núcleo e a que obra ele deveria dedicar mais sua atenção passava pela aprovação de um representante da Igreja e para cuja fundação era consultado o representante maior da hierarquia católica local, nesse caso, o Bispo ou o Arcebispo que, na maioria das vezes, e fugindo à tradição do movimento, era quem tomava a iniciativa da fundação de um Núcleo Noelista em um determinado país ou cidade. Quanto às obras desenvolvidas pelas noelistas, a orientação também vinha do assistente eclesiástico do Núcleo, chamado de "protetor".

Nenhum núcleo noelista – como nenhuma obra – pode viver sem a assistência dum sacerdote, que com a denominação de “protetor”, é o conselheiro doutrinal, o guia seguro no apostolado, o intérprete autorizado das diretivas da hierarquia, o responsável pelo grupo junto à autoridade religiosa. (Pequeno Catecismo Noelista, 1935, p. 12)

Cabia ao “protetor” garantir uma formação religiosa cristã para as noelistas, orientando-as para a realização de suas obras. Determinava-se como obrigatória a presença de um eclesiástico nos Núcleos, o qual deveria estar presente em todas as suas ações: reuniões, encontros, retiros e festividades.

O controle eclesiástico sobre a vida feminina era uma recomendação que estava presente nas cartas pastorais. Com esse propósito, “os bispos insistiam na educação familiar que a mulher deveria ter, na vida que deveria levar o modo adequado de se vestir e se comportar na sociedade”. E por considerá-la “um ser incapaz de se autogovernar, os prelados atribuíam a si a tarefa e a missão de orientá-la em sua vida particular e social” (AZZI, 2008, p.129).

A presença obrigatória do “protetor” não servia somente para “protegê-las” das ideias consideradas subversivas da sociedade moderna, mas também para garantir o desempenho das obras e a eficácia do exército feminino em defesa da fé e da Igreja Católica. A determinação era de que os núcleos noelistas só funcionassem sob a vigilância e o disciplinamento da hierarquia. As noelistas deveriam ser orientadas para estar a serviço da Igreja, em prol de uma sociedade católica, e não, de algo menor e egoísta, como em defesa dos seus próprios direitos, como afirmava defender o movimento feminista.

Cada Núcleo tinha uma comissão responsável por suas atividades. Formada por uma presidente, uma vice-presidente, secretária, tesoureira e conselheiras, a comissão era eleita a cada dois anos pelos membros do próprio Núcleo. Deveriam assumir seu cargo com empenho e responsabilidade.

A depender do desenvolvimento do Noel em determinada localidade, poderia se estender a um público feminino de diversas idades e objetivos sociais. Em muitos casos, os Núcleos eram divididos em quatro diferentes categorias, a saber: 1º - os Núcleos das *Caçulas* (N. C.), que agrupam as assinantes da Revista *Estrela*⁴³ (7 a 13 anos), que participavam do movimento sob a responsabilidade de uma irmã mais velha, também integrante do movimento; 2º - os Núcleos das *Médias* (N. M.), que agrupavam as assinantes das Revistas *Estrela* ou *Le Noel*, com moças de 14 a 17 anos; 3º - os Núcleos da *União Noelista* (U. N.), que agrupavam as moças assinantes da Revista *Le Noel* e pertencentes à

⁴³ Versão brasileira da revista francesa *L'Etoile Noëliste* dedicada as meninas.

União Noelista; 4º - e os Núcleos das *Amigas do Lar* (A. L.), que reuniam as noelistas mais velhas e as casadas, associadas à União Noelista e assinantes da Revista *Noel-Maison*.⁴⁴

Cada categoria de Núcleo tinha uma santa padroeira de devoção. As caçulas e as médias, era Santa Inês; das moças da União Noelista, Santa Joana d'Arc, das Amigas do Lar, Nossa Senhora do Bom Conselho. Entretanto, a principal devoção era à Santa Joana d'Arc. Associava-se à Santa "salvadora" a missão salvadora das noelistas através de suas obras cristianizadoras.

Segundo Michelle Perrot (2008), parece comum que, em momentos de crise, recorresse às mulheres salvadoras. "É o que se poderia chamar de síndrome de Joana d'Arc: já que nada funciona, por que não uma mulher?". No entanto, segundo a autora, não se escolhe qualquer mulher, mas mulheres particularmente enérgicas, aptas a enfrentar as tempestades e que superariam os homens no plano da autoridade e da moral, um campo em que as noelistas dedicavam todo o seu empenho (PERROT, 2008, p. 131).

Para "Nouvelet", as noelistas foram as escolhidas, capazes de enfrentar o momento de crise porque a Igreja estava passando. Foram escolhidas por sua capacidade cristianizadora, pela forma enérgica e disciplinada com que conduziam a obra noelista e, principalmente, por estarem dispostas a contribuir com a hierarquia, aceitar suas orientações e colocar em prática o que lhes era determinado.

A obrigatoriedade da invocação diária à Santa Joana d'Arc pelas noelistas representava mais que uma simples oração, mas a inspiração necessária para a realização de suas obras. Santa Joana d'Arc era o exemplo de força, fé e determinação que as noelistas deveriam seguir. A representação heroica da guerreira Joana d'Arc construída pela Igreja era a de ter sido enviada de Deus para salvar a França, um exemplo de mulher forte, que se mostrou sem medo e à luz do Evangelho em momentos difíceis de seu tempo. Uma defensora da Igreja e da fé cristã que representava a religião e o patriotismo.

Esse era o símbolo de força e de missão que deveria guiar a obra noelista, assumindo a condição de servas de Deus a serviço da Igreja. A canonização de Joana d'Arc pela Igreja Católica, em 1920, representou a criação de uma santa que trouxesse todas as ovelhas de volta à religião católica. Essa também deveria a missão das noelistas, trazer de volta as ovelhas que se desgarraram da Igreja com a instauração do Estado moderno, a laicização das suas instituições, as transformações dos costumes e as ideias subversivas, como a emancipação feminina.

A Igreja incentivava a obra noelista através de bênçãos, indulgências e documentos de encorajamentos:

⁴⁴ Em março de 1934, existiam 1.162 núcleos repartidos 86 dioceses francesas, e 10 núcleos em outros países.

Três Papas: Pio X, Bento XV e Pio XI manifestaram uma benevolência especial pelo Noel concedendo-lhe indulgências e preciosos encorajamentos. Ao todo, 24 documentos pontifícios, entre eles o Breve *Coelestum Agnum* de Bento XV. (28 de janeiro de 1920). Além disso, *Le Noel* já registrou 600 bênçãos episcopais de aprovação e encorajamento ao seu humilde papel junto a mocidade feminina. (Pequeno Catecismo Noelista, 1935, p.15).

Com a aprovação e os incentivos da Igreja, através de bênçãos e de documentos papais de encorajamento, o Noel irradiou suas ações cristianizadoras, por meio da mocidade católica feminina por vários países. Primeiramente, pelos países de língua francesa: França e colônias, Bélgica, Suíça e Canadá; depois, pelos países latinos: Itália, Portugal, Argentina, Brasil, etc., e nos países do Oriente próximo.

O Noel tinha como finalidade definida promover **a formação geral do espírito e do coração, o apostolado do seu meio e a orientação geral para as obras**. A formação geral é a principal preocupação do Movimento Noelista, pois, para o desenvolvimento das obras, ela deveria ter uma cultura vasta, como preparação para o serviço social cristão. A formação intelectual da militante cristã não poderia deixar de atender às necessidades modernas, ou seja, a formação da noelista não era simplesmente a uma formação cristã, mas uma atualização para os novos tempos sob uma orientação eclesial. Era preciso, de forma controlada, estar atenta às novidades da ciência moderna, haja vista que o meio de sua atuação era a sociedade moderna.

A referida formação intelectual, que todas as noelistas deveriam adquirir, consistia no prolongamento das lições recebidas no lar ou nos colégios pelos estudos religiosos, literários, artísticos, históricos e instrutivos, todos penetrados pelo espírito cristão. Entre os principais meios de formação geral destinados às noelistas, podemos citar as revistas do movimento, as conferências, os círculos de estudos sociais e religiosos, as reuniões mensais, os congressos noelistas e religiosos e a Pequena Academia Noelista, criada em 1911, com a finalidade de promover, no meio noelista, a produção de textos literários, artísticos, religiosos e científicos submetidos à crítica eclesial e noelista, como forma de desenvolver e aprofundar sua formação intelectual a fim de prepará-las bem mais para uma vida social cristã ou católica.

O apostolado do meio e a orientação geral para as obras, segunda e terceira finalidades do Noel, orientava que, primeiramente, a noelista deveria iniciar o processo de cristianização em seu meio familiar e social assumindo uma vida cristã exemplar “desprendida de todo respeito humano, de todos os preconceitos mundanos, de todas as

prevenções sociais”. A orientação geral para as obras consistia em atender às orientações da Igreja, a fim de ultrapassar os limites do meio noelista no sentido de atender aos mais necessitados de apoio material e espiritual através de obras assistencialistas e de instrução religiosa, como as aulas de catecismo (Pequeno Catecismo Noelista, 1935, p.17).

Formados com base em uma orientação geral, cada núcleo noelista deveria escolher a qual obra se dedicar. O que correspondia melhor a sua inclinação, as suas aptidões e às necessidades locais. A vida noelista, segundo orientação eclesiástica, deveria se alimentar de estudos religiosos, de retiros fechados, da devoção ao Papa, no exercício dos sacramentos. Deveria se reunir mensalmente para desenvolver os trabalhos intelectuais e manuais com o objetivo de atender às obras de assistencialistas. Como “servas de Deus a serviço da Igreja”, as noelistas também deveriam fazer parte dos “grandes movimentos católicos”, como a Ação Católica, por exemplo. O Noel “deveria estar pronto a ajudar a todas as obras” (Pequeno Catecismo Noelista, 1935, p. 22).

Segundo a hierarquia representada pelos assistentes eclesiásticos, as noelistas deveriam desenvolver as obras que lhes eram orientadas, imbuídas do “espírito noelista”, que consistia na alma moral do movimento, a alma inspiradora e guia de sua ação. Dentre as principais características do “espírito noelista”, destaca-se o espírito de distinção e de cultura, ou seja, as noelistas eram orientadas a não se influenciar pelos novos costumes e comportamentos da época:

A Noelista deve precaver-se da **banalidade, da vulgaridade, da moda, do snobismo das apreciações, reduzidas a estereótipos e divulgadas em série, de todas as forças de nivelamento**. Trazemos do Criador uma individualidade, uma personalidade. É um bem a fazer valer no domínio do pensamento, do coração e da sensibilidade. É uma flor que deve exalar o seu perfume nas relações sociais. (Pequeno Catecismo Noelista, 1935, p. 30 – grifos nossos)

Nesse sentido, o espírito de distinção e de cultura a ser cultivado pelas noelistas tinha o objetivo de orientá-las quanto ao seu papel na sociedade e sua participação no espaço público através de suas obras, não se deixar influenciar pelos comportamentos da mulher moderna. Seu papel deveria ser o de combater esses comportamentos “inadequados” como algo contrário ao desenvolvimento moral da juventude feminina. Cabia, portanto, às noelistas mostrar-se distintas, modernas, porém cristãs.

O espírito de mocidade e de alegria era considerado fundamental para o processo de cristianização e de conquista de novas sócias para o Movimento Noelista, pois, segundo “Nouvelet”, a irradiação do Noel seria mais eficaz através de uma prática de otimismo, simplicidade, coragem e entusiasmo. O estado de alegria e o entusiasmo que deveria representar a noelista eram para ser contagiantes e conquistadores. O espírito de piedade e de zelo, assim como o espírito católico, também completavam o espírito noelista pois

um cathólico caminha com segurança entre as discórdias as opiniões, porque se guia obedecendo e amando, pela luz da verdade que vem de Roma, em todo assunto ligado aos interesses religiosos. Espírito católico: espírito de submissão filial, solícita e absoluta! Um cathólico ama seu campanário, é excelente paroquiano. Olha todavia, muito mais além. Nada lhe é indiferente dos interesses de sua família mais vasta: a diocese e a Igreja. Honra seu nome: é universal... A Noelista conservar-se-á fiel a esse espírito. (Pequeno Catecismo Noelista, 1935, p.30)

Era, portanto, esse espírito católico marcado por uma fé absoluta e pela submissão à Igreja e seus dogmas que deveria guiar a obra noelista. Sempre dispostas a atender aos interesses da hierarquia, foram definidas pelo Papa Pio XI “como a presença de Deus, espalhadas em todo o lugar, presença em toda a parte benfazeja” (S.S. Pio XI em 19 set. 1931).

A chegada do Noel ao Brasil e a adoção do “mito da mulher salvadora”

Foi sob o influxo dos paternaes conselhos e da carinhosa proteção do nosso sempre lembrado D. Luís Raimundo da Silva Brito, 1º Arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, que se fundou em Pernambuco, a 18 de maio de 1914, o primeiro grupo noelista no Brasil. D. Luís nos reunia em seu Palácio, celebrava as nossas missas mensais, presidia as nossas reuniões, interessando-se como um pai aos nossos trabalhos intelectuais e manuais, chegando mesmo a tomar parte em nossas discussões. (Jornal *A Tribuna*, set, 1933.)

Fugindo à tradição do Movimento Noelista e como havia determinado “Nouvelet”, o Noel foi fundado no Brasil, não a partir da iniciativa das noelistas, mas da iniciativa do Arcebispo de Olinda e Recife, D. Luís Raimundo da Silva Brito⁴⁵.

Segundo Silva (2003), a atuação do maranhense, D. Luís da Silva Brito, na diocese de Pernambuco, coadunava com os propósitos da Igreja na República Velha, no sentido de buscar uma efetiva inserção sociopolítica da hierarquia que “sempre promoveu entre os católicos o espírito cívico e a colaboração com as autoridades”. Nesse sentido, a fundação, no Brasil, de um Núcleo com inspiração europeia, como era o Noel, via Pernambuco, era oportuno, se considerarmos que o Núcleo era formado por senhoras católicas, da alta sociedade, e que a Igreja se interessava em fortalecer a fé dos católicos, conquistar fiéis e estreitar os laços entre a elite sociopolítica, não só em Pernambuco, como também em todo o país (SILVA, 2003, p. 102).

As preocupações da Igreja Católica na Europa, no período compreendido entre o final do século XIX e início do XX, representadas pelo conflito declarado com os ideários do liberalismo, do laicismo e do comunismo, foram transferidas para o Brasil, embora estas correntes de pensamento de origem europeia não seguissem os mesmos fundamentos na realidade brasileira⁴⁶.

Beozzo (1986), ao se referir à situação da Igreja Católica na ascensão e crise da ordem liberal no Brasil, afirma que a Instituição perde por toda a parte o seu poder à medida que as elites dela se afastam, passando a encontrar no liberalismo, no protestantismo e no positivismo os substitutos para a visão de mundo proposta pelo catolicismo: “A Igreja não é mais vista como uma fonte possível de legitimação do poder do Estado, mas como força política contrária aos seus interesses e o da sociedade. (...) A tendência é de rejeitar a Igreja como instituição social”. A partir de então, para os liberais, “a Igreja é uma instituição ‘anticientífica’ e por isto ‘irracional’, contrária ao ‘progresso’ e à ‘modernização’”. (RICHARD, 1978, p. 73 *apud* BEOZZO, 1986, p. 276-277).

Essa situação se concretiza, ainda, mais com a separação da Igreja do Estado em 1891, o que representou um grande choque para a Instituição. Entretanto, ela não rejeita totalmente a nova ordem liberal, pois esta lhe trouxe o fim da sua submissão ao Estado, e, estando livre de intervenção, lhe permitia a realização de sua reforma interna. Estando ela excluída da ordem pública e social, a sua estratégia de ação foi a de buscar aceitação pelos

⁴⁵ Dom Luiz Raimundo da Silva Brito nasceu em São Luís do Maranhão, em 1840, onde também realizou seus estudos no Seminário Santo Antônio; foi ordenado em 1864 e sagrado bispo de Olinda em 1901, pelo Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Joaquim Arcoverde. Durante o seu episcopado (1901-1915), visitou toda sua diocese, o que resultou na elevação de Olinda à Arquidiocese. Como primeiro Arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, D. Luiz buscou promover entre os católicos o espírito cívico de colaboração com as autoridades (SILVA, 2003, p.101-102).

⁴⁶ Para maior aprofundamento do tema, ver Emília Viotti da Costa, José Honório Rodrigues, Sérgio Adorno, Roberto Romano.

detentores da nova ordem. Essa tentativa de aproximação e aceitação da Igreja, por parte das elites, fez com que a Instituição seguisse os mesmo passos de tais elites, como esclarece o texto abaixo:

Do mesmo modo que as elites dirigentes do país se subordinaram às ideologias dominantes na Europa e nos Estados Unidos, ao liberalismo, ao positivismo, a Igreja vai seguir um caminho paralelo, na sua reforma. Se as elites tornaram-se “estrangeiras” na sua cultura, também a Igreja, fazendo vir da Europa uma centena e meia de congregações e ordens religiosas masculinas e femininas, num curto período de trinta anos, vai se europeizar e romanizar, tornando-se estranha à religião luso-brasileira, até então praticada pelo povo e veiculada pela Igreja. (BEOZZO, 1986, p.279).

Essa estratégia da Igreja, que se volta para as elites com o intuito de conquistá-las para o seu meio, como forma de recuperar prestígio e poder, vai bater de frente com os costumes do povo, que praticava um catolicismo com características próprias, brasileiras. Este “novo” catolicismo europeizado, com características mais intelectuais e racionalistas, foi organizado para atender às elites, agora, também europeizadas, “e é entre elas, abaladas pelo fim da guerra e pelo fim do mito do progresso e da racionalidade capitalista e liberal, que a Igreja vai colher uma série importante de conversões de homens de letras, homens de Estado, diplomatas e científicos”. (BEOZZO, 1986, p.280).

A proclamação da República brasileira instalou um Estado em que os papéis religiosos e os papéis civis estavam separados. A Igreja passava a ser uma instituição separada e independente. Quanto ao Estado, este se tornava, a partir de então, uma instituição laica, “sem vínculo” ou “ligação religiosa”. Para a Igreja Católica brasileira, a República gerava um ambiente de perspectivas que a agradavam e desagradavam. Primeiro, porque o fim do sistema de Padroado, que tornava a instituição dependente do Estado, havia chegado ao fim e, segundo, porque temia, com a separação, a descristianização do país, caso viesse a seguir o modelo francês.⁴⁷

A partir de então, com implantação do Estado laico, a Igreja Católica intensificou o processo de romanização, que, segundo Ferreira (1994) significou a europeização do catolicismo através de uma política geral do Vaticano, que visava estreitar o vínculo com as Igrejas nacionais, reforçar o sentido da hierarquia católica e resgatar a posição de destaque dos sacramentos na prática do catolicismo.

⁴⁷ A descristianização, também denominada secularização, ascendeu espetacularmente na França durante os anos em que o anticlericalismo dominou a política francesa – de 1880 em diante – e, especialmente, durante os anos que culminaram com a separação da Igreja e do Estado (HOBSBAWM, 1987).

Para a mesma autora, o processo de romanização da Igreja no Brasil, iniciada na segunda metade do século XIX, que consistia na condenação de um mundo cada vez mais laicizado, ganhou fôlego após a proclamação da República, com a conseqüente separação entre a Igreja e o Estado. Nesse sentido, afirma a autora que:

A romanização constituiu-se numa política elaborada pelo Vaticano e posta em prática em todos os países católicos, numa tentativa de retomar os valores tridentinos – abrandados ou deturpados ao longo do tempo – para enfrentar as inovações do mundo moderno, especialmente fazer frente ao liberalismo. (FERREIRA, 1994, p.25-26).

Diante de tal situação, a Igreja buscou uma retomada do espírito da Cristandade, e, a partir dessa retomada, o que ocorreu foi uma atualização desse espírito, com o surgimento da chamada *Neocristandade*, definida por Scott Mainwaring, (1989, p.44) como sendo “uma forma de se lidar com a fragilidade da instituição sem modificar de maneira significativa a natureza conservadora da mesma”. No sentido de cristianizar a sociedade brasileira, no que se referia à área de difusão da doutrina católica, a ampliação da propaganda confessional, foi uma das estratégias utilizadas, tendo como instrumentos a criação de jornais e outros periódicos católicos.

Era preciso cristianizar a sociedade brasileira, visto que o Estado organizado pelo sistema republicano havia abandonado Deus das suas instituições, era preciso livrar a pátria das mãos malélicas do liberalismo, do positivismo e do protestantismo, portanto, nessa linha de pensamento, a Igreja declarava, por meio dos seus veículos de imprensa, a necessidade de se cristianizar a República. Segundo Ferreira, (1994) o relacionamento da Igreja com o Estado no Brasil seguia as orientações gerais do Vaticano.

E quanto ao povo, que posicionamento a Igreja toma para a sua conquista ou cristianização? Como resposta a tal questão, Beozzo (1986, p.280) afirma que, “a estratégia principal da Igreja na época não visa diretamente ao povo e sim às elites. É estabelecendo uma rede importante de colégios em todo o país que a Igreja conta cristianizar as elites, para que estas por sua vez ‘cristianizem’ o povo, o Estado, a Legislação”.

Nessa aproximação com as elites, por parte da Igreja, que tinha como intuito ganhar prestígio nesse meio, assim como “prepará-lo” para cristianizar o povo ou as massas, pode incluir como uma de suas estratégias o Movimento Noelista, que consistia num movimento feminino francês com objetivos cristianizadores “modernos”, possuindo, assim, o perfil apropriado para o que a Igreja queria, pois era formado por mulheres católicas da elite

brasileira. Nesse momento, ter o apoio das mulheres das elites era de grande importância para a conquista desse segmento social e dos objetivos que, até então, a Instituição almejava. A mulher, como responsável pelo lar, pela educação dos filhos, e pela influência sobre os seus, foi a imagem que a Igreja não somente cuidou em preservar como também enalteceu, conclamando-a para uma luta em defesa da família, da religião e da pátria. Nesse sentido, podemos afirmar que, a fundação do Movimento Noelista no Brasil se configurou bastante oportuna para os propósitos da Igreja.

O interesse da Igreja Católica pela fundação de um movimento que reunia moças católicas empenhadas no processo de cristianização da sociedade, combatendo os inimigos da hierarquia por meio de obras cristianizadoras, começando pela recuperação do meio feminino e a formação de um exército de mulheres modernas cristãs dispostas a serem “servas de Deus a serviço da Igreja”, revelou-se um projeto apropriado aos propósitos da hierarquia brasileira num contexto marcado pelo processo de modernização.

A mulher, como responsável pelo lar, pela educação dos filhos e pela influência sobre os seus, foi a imagem que a Igreja não somente cuidou de preservar, como também enalteceu, conclamando-a para uma luta em defesa da família, da religião e da pátria. Nesse sentido, podemos afirmar que a fundação do Movimento Noelista no Brasil se configurou bastante oportuna para os propósitos da Igreja, como informou D. Luiz da Silva Brito no discurso de fundação do Noel no Brasil:

A vida noelista representa, importa, reúne todas as esperanças futuras. Marca entre nós não só um grandioso caminho de fé e verdade. Diz também da **santa emancipação feminina** dentro dos princípios sadios da moral cristã. Dentro da justa compreensão de deveres e direitos. **Uma estrela guiou os três magos a Belém. Uma outra estrela guiará a organização noelista no Brasil** (Revista *Natal*, 1939, p. 26 – grifos nossos)

Desde a fundação do Noel no Brasil, em 1914, as expectativas que foram depositadas no movimento, no sentido de colocar em ordem a sociedade que vinha sofrendo com os “inimigos” da Igreja, abriu um espaço de esperança e reforço para o exército cristão em defesa da Instituição e do que ela representava.

Felipa Brandão Uchoa Cavalcanti, de pseudônimo “Brasil”⁴⁸, ou Dona Felipinha, como também era chamada, assumiu a presidência nacional do Noel brasileiro que, como

⁴⁸ Como era tradição do Movimento, cada noelista deveria ter um pseudônimo aprovado pela União Noelista. Era dessa forma que elas se comunicavam.

um movimento religioso e cultural, que seguia a tendência francesa, tinha como programa de atividades desenvolvidas: lições de catecismo, círculos de estudos, obras assistenciais, vocações sacerdotais e parte recreativa. Formado por mulheres e jovens da alta sociedade pernambucana e seguindo os critérios e orientações do Noel francês, o movimento foi recebido no Brasil com incentivos e entusiasmos, como informou sua presidente no II Congresso Noelista, realizado no Rio de Janeiro em 1939:

O Noel marcou o início do grande movimento de mocidade feminina. Marcou uma fase diferente no cenário católico brasileiro. Até então, existiam entre nós associações inúmeras de caráter piedoso. Organizações valiosas, mas que limitavam o programa de vida ao fervor da prece, ao calor da oração. O Noel chega ao Brasil trazendo a bandeira de um vasto e complexo movimento. Exigia fé e piedade, como base do grande edifício. **Estimulava a cultura, numa justa compreensão à lógica evolução dos tempos.** Ensinava a caridade, baseada não na simples filantropia, mais apoiada nos princípios de justiça, **nas múltiplas exigências das necessidades sociais. Pela primeira vez no País, uma organização piedosa desdobrava um programa ativo: descia a penitenciária, corria hospitais, aparecia na imprensa. Escrevia e rezava.** Com a mesma simplicidade e modéstia estava na sala de teatro ou na choupana do pobre. Cumprindo a síntese do seu programa – **servir.** Ensinando às suas associadas aquela magnífica trilogia que tão bem se reúnem(sic) em uma vida de mulher – **amar, servir, proteger.** (Revista *Natal*, 1939, p. 28 – grifos nossos).

No Brasil, o Noel assumiu o compromisso cristianizador através das obras assistencialistas, direcionando a todos aqueles que se encontravam afastados da Igreja. Mas a recuperação do meio feminino foi o seu ponto de partida, e isso significava converter as mulheres influenciadas pelas ideias “egoístas” da emancipação feminina para assumir o seu papel cristão na sociedade, convocando-as para o desenvolvimento de uma prática social a serviço da Igreja e para o empenho das qualidades de mãe, esposa e dona de casa. A mãe em defesa da religião católica e da pátria foi a missão divulgada pela obra noelista.

Um movimento eminentemente sociocultural com o diferencial de “estimular a cultura, numa justa compreensão à lógica evolução dos tempos” era o lema do Noel na sociedade moderna. Com a morte de D. Luís da Silva Brito, D. Sebastião Leme⁴⁹ assumiu a

⁴⁹ Dom Sebastião Leme de Oliveira Cintra era paulista; nasceu na cidade de Pinhal em 1882. Iniciou seus estudos no Seminário Menor Diocesano de São Paulo. Continuou os estudos na Itália por indicação do bispo de São Paulo, Dom Joaquim Arcoverde, onde cursou Humanidades e Filosofia na Gregoriana. Doutorou-se em Filosofia em 1900, foi ordenado em 1904 e retornou a São Paulo logo em seguida. Como padre na diocese

condição de “protetor” das noelistas impulsionando-as e apoiando suas obras. Sobre a influência de D. Sebastião Leme sobre o Movimento Noelista brasileiro, as associadas informaram:

Foi, porém, a sombra protetora de D. Sebastião Leme que as Noelistas de Pernambuco mais se desenvolveram... D. Sebastião Leme aceitou para grande honra nossa, de ser o nosso protetor. Dava-nos a sua missa às 7 horas e ½ no Palácio Arquiepiscopal e às 10 horas vinha presidir as nossas reuniões que já se efetuavam no Colégio Eucarístico. Recebendo sempre as maiores demonstrações de seu paternal afeto, dilatavam-se nossos corações, fortalecia-se a nossa vontade nos melhores desejos de trabalhar e, guiadas pela ardente fé de sua alma de grande apóstolo, sentíamos-nos encorajadas a seguir. (Jornal *A Tribuna*, set. 1933).

O Movimento Noelista, com suas características e finalidades, recebeu de D. Leme apoio e incentivo, pois o Noel representava o leigo em defesa da Igreja, a mulher cristã em defesa da religião e de uma pátria católica, um perfil apropriado aos propósitos recristianizadores de D. Leme. As mulheres católicas foram compreendidas, nesse período de crise, pela Igreja como um instrumento cristianizador e salvador de uma ordem tradicional católica ameaçada pelas instituições modernas. E a noelista representava o ideal de mulher católica a serviço da Igreja e dos seus dogmas.

Assim, no Brasil, a preocupação inicial do Noel era de recuperar o meio feminino, de conquistar cada vez mais adeptas para a obra noelista e de afastá-las das ideias de emancipação feminina importadas da Europa e dos Estados Unidos e que já começavam a se expandir no Brasil. Era preciso preparar a juventude feminina para catolizar a sociedade sob a orientação da hierarquia. Com uma “atuação sempre mais voltada para o apostolado junto às elites e a formação de uma elite intelectual entre os católicos”, D. Leme via no Noel um instrumento adequado ao seu projeto cristianizador, como havia declarado na *Carta Pastoral* de 1916 (SILVA, 2003, p.104):

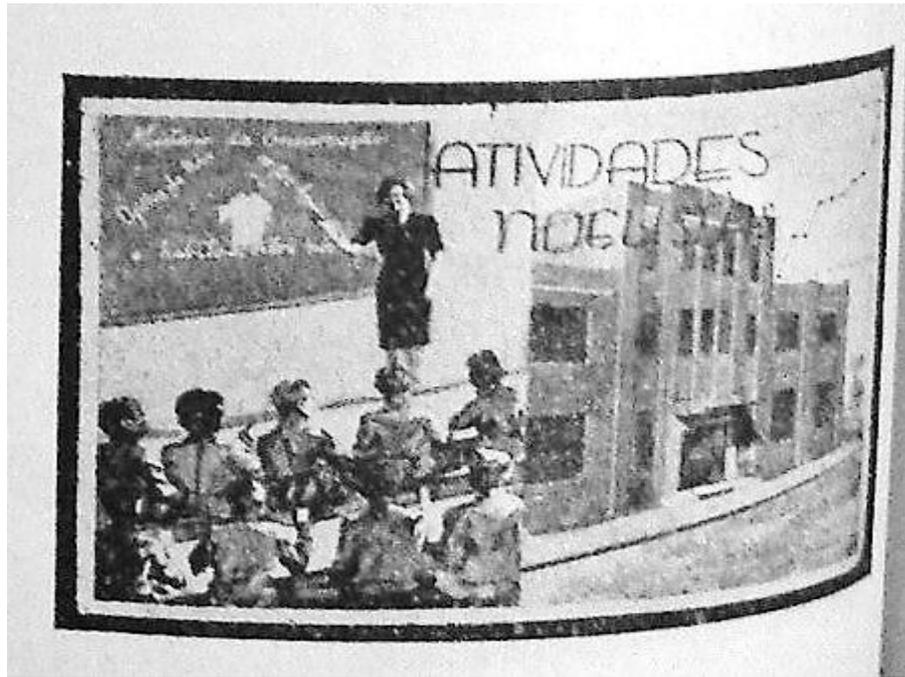
O que pretendemos é agitar as ideias, inspirar iniciativas, alimentar apostolados, despertar dedicações [...] Em vez do coro plangente, formemos uma legião que combate: quem sabe falar, que fale; quem sabe escrever, que escreva; quem não fala e nem escreve que divulgue os escritos dos outros. O que é necessário é que não fiquemos imóveis a chorar um passado que se foi ou a acenar com festas para um futuro que nos sorri. Se esperamos um futuro melhor, urge que o façamos vir. (LEME, 1916).

paulista, passou por várias paróquias e chegou ao cargo de Arcebispo de Olinda e Recife em 1916 (SILVA, 2003, p. 102-104).

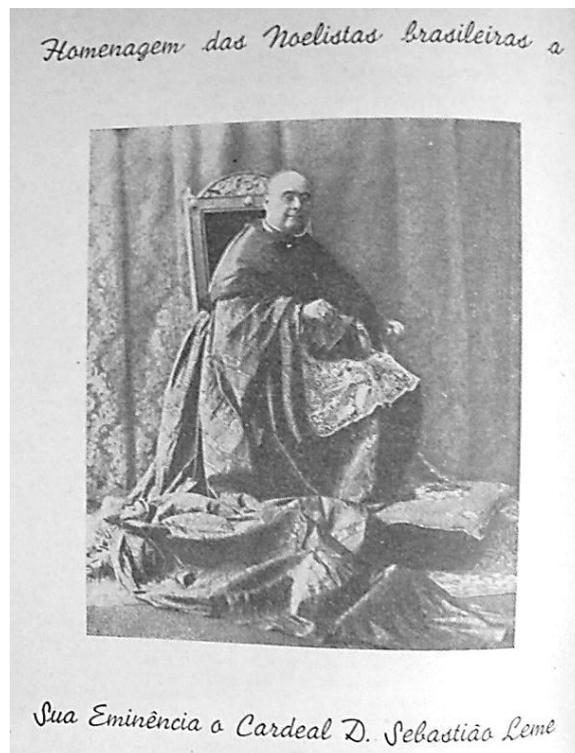
Fazia parte das preocupações de D. Leme “a educação religiosa, as vocações sacerdotais e a formação de grupos de senhoras católicas da sociedade”. Já o Noel, cuja finalidade era de desenvolver obras de incentivo às vocações sacerdotais, que se empenhavam em expandir as aulas de catecismo ministradas pelas noelistas e que tinha como propósito expandir o Noel por vários estados brasileiros, representava para D. Leme um forte aliado, no sentido de marcar uma forte presença católica na sociedade. Representava o empenho em catolizar a sociedade moderna via uma elite feminina católica (SILVA, 2003, p. 104).



Fonte: Arquivo da Arquidiocese de Olinda e Recife
Cartazes de publicação das obras de catequese e recristianização das noelistas. In: Revista *Natal*, novembro de 1939. Ano XVII, Nº. 55. p. 60 e 61



Fonte: Arquivo da Arquidiocese de Olinda e Recife
Cartazes de publicação das obras de catequese e recristianização das noelistas. In: Revista *Natal*, novembro de 1939. Ano XVII, Nº. 55. p. 60 e 61



Fonte: Arquivo Eclesiástico de Pernambuco
Foto de homenagem das noelistas brasileiras ao Cardeal D. Sebastião Leme. In: Revista *Natal*, novembro de 1939. Ano XVII, Nº. 55. p. 4.

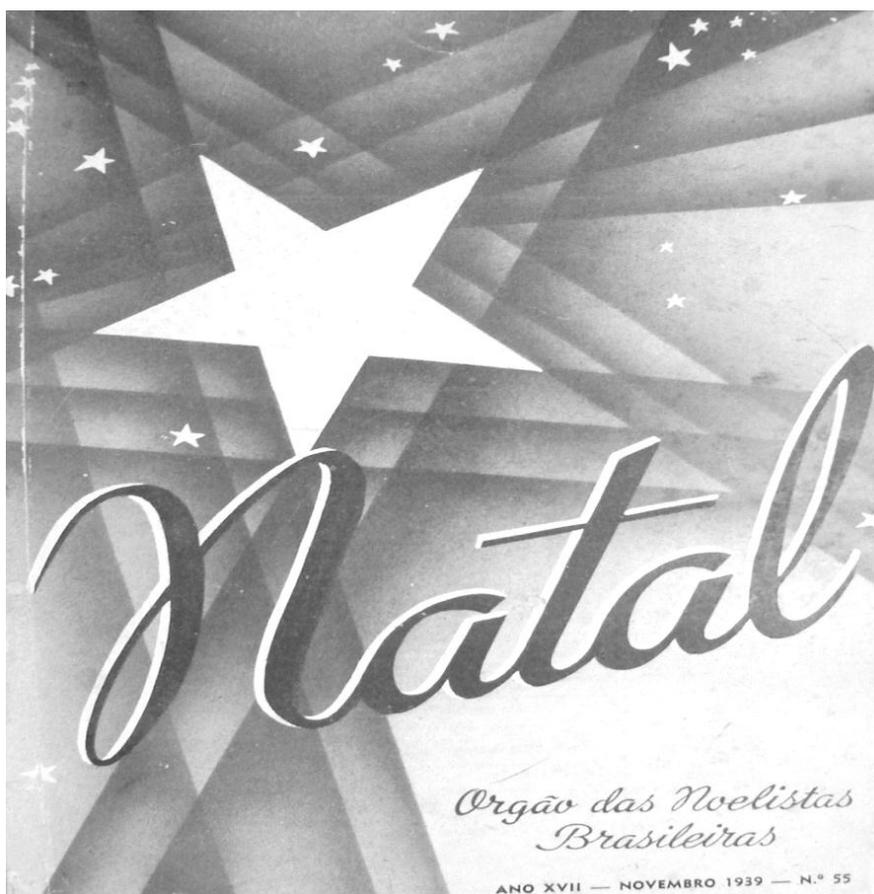
As bênçãos e os incentivos ao Movimento Noelista eram declarados. Segundo D. Leme, “O Noel é uma escola perfeita de formação intelectual, religiosa e moral, uma perfeita escola técnica de apostolado e de ação católica”. Nesse sentido, os propósitos do movimento noelista não só eram bem aceitos pela Igreja, como também bem adequados ao intuito da Igreja naquela época (Jornal *A Cruz*, 1939).

A partir de tantos incentivos - e como era pretensão do Noel - vários núcleos noelistas foram fundados no Brasil. Seguindo a ordem de fundação, foram eles: Pernambuco (1914), Rio de Janeiro (1920), Bahia (1923), São Paulo (1923), Rio Grande do Norte (1924), Rio Grande do Sul (1927), Paraíba (1931), Pará (1932), Minas Gerais (1933) e Maranhão (1934). No geral, as atividades de todos esses núcleos eram a formação cristã no meio feminino, que as noelistas chamavam de formação intelectual, as obras assistencialistas, as aulas de catecismos e as obras de vocação religiosa.

Dentre os núcleos distribuídos pelo Brasil, o do Rio de Janeiro tinha como principal compromisso criar uma revista para o Noel brasileiro, a Revista *Natal*, importante meio de divulgação do movimento no país. As ideias do Movimento Noelista divulgadas através dessa revista foi uma das contribuições das noelistas para fortalecer o que se chamava de “Boa Imprensa”, a principal estratégia usada pela Igreja para combater a imprensa laica, chamada de “Má imprensa”.

A preocupação com a imprensa se tornou uma constante, devido às “invasões” dos periódicos laicos que excluíam a religião católica e o que ela pregava como doutrina, passando a incentivar pensamentos e comportamentos considerados impróprios para uma sociedade cristã. Diante da ameaça da “má influência” que uma imprensa não religiosa poderia causar aos lares cristãos, a contribuição das noelistas com a chamada “boa imprensa” foi intensa.

Diversos artigos eram publicados em jornais e revistas católicos. Assim como a Revista *Le Noel*, a Revista *Natal* tornou-se leitura obrigatória para as noelistas, além de serem incentivadas a adquirir um grande número de exemplares para ser distribuídos, para garantir que a imprensa católica alcançasse o maior número de famílias.



Fonte: Arquivo da Arquidiocese de Olinda e Recife

Capa da Revista *Natal*, versão brasileira da Revista *Le Noel*, devido às dificuldades de se compreender a revista oficial do movimento editada em francês, que também se tornou oficial do Noel brasileiro, devido à Segunda Guerra Mundial, que dificultava o intercâmbio com o Noel francês. Exemplar encontrado no Arquivo da Arquidiocese de Olinda - Recife. Novembro de 1939. Ano XVII, Nº. 55.

A sessão chamada de Pequena Academia Noelista era um espaço para a publicação de artigos das próprias militantes, que tanto tinham o direito quanto o dever de escrever, uma vez no ano, para essa sessão, a fim de contribuir com os temas mais debatidos sobre a mulher da época. Foi uma maneira encontrada de incentivar a produção intelectual das noelistas brasileiras, visto que esse sempre foi um dos ramos mais estimados dentro do Noel. A necessidade de uma cultura intelectualmente desenvolvida era de extrema importância para a realização das obras. Como já afirmava o fundador do Noel, “é preciso conhecer para bem servir”.

Com as revistas, [as noelistas] formam o espírito e o coração. Nela encontram diretrizes seguras para o apostolado do meio e a orientação necessária para as Obras. [...] a revista [...] proporciona às suas leitoras, alimento farto e sadio, capaz de satisfazer plenamente qualquer espírito

finamente cultivado. São transmissoras do bem sob múltiplos aspectos, de maneira suave, que vai infiltrando gota a gota, por assim dizer, reformando a mentalidade, dando-lhe esse gosto particular das coisas sérias. Católicas, literárias, artísticas, instrutivas e educativas, as revistas noelistas ensinam com segurança a viver santamente e servir alegremente. (Relatório do II Congresso Noelista Nacional, 1939).

A ampla distribuição e divulgação da Revista *Natal*, porta-voz do Noel brasileiro, buscava fortalecer e orientar o Movimento como forma de garantir uma atuação unificada em todas as regiões do país. A divulgação da obra noelista, através dessa revista, também intencionava disciplinar a sociedade para uma conduta que atendesse à moral cristã católica. Destinada, principalmente, ao público feminino, assumia o propósito de formar um ideal feminino adequado aos padrões morais católicos, isto é, da mulher mãe, esposa e dona de casa.



Fonte: Arquivo da Arquidiocese de Olinda e Recife
Foto de "Riachuelo", responsável pela edição da Revista *Natal*, e "Brasil", presidente e fundadora do Movimento Noelista no Brasil. In: Revista *Natal*, novembro de 1939. Ano XVII, Nº. 55. p. 84.

A noelista representava, através de seu exemplo, o ideal feminino a ser seguido e uma missão na sociedade que ia além das atividades domésticas. Em tempos de mudanças que marcaram o início do Século XX, a mulher cristã deveria assumir uma posição no espaço público e na vida pública do país, colocando-se em defesa da religião católica e contrária a qualquer posicionamento que levasse à ruína da família, da religião e da pátria.

O texto da noelista carioca e conselheira da Revista *Natal*, Guiomar de Sá Fonte, publicado pelo periódico pernambucano *Jornal do Comércio*, em 30 de outubro de 1932, sobre o voto feminino, revelava a preocupação em convocar as mulheres, principalmente as católicas, para a missão política de defender uma pátria cristã. Segundo a articulista, a Igreja abençoa o voto feminino e a mulher católica que vai às urnas contribuir para a construção de um país que colocasse Deus em suas instituições. Sobre a conquista do sufrágio feminino, afirma:

O direito de voto concedido às mulheres brasileiras empolga deveras a elite feminina, na compreensão inteligente do cumprimento de um dever cívico, do qual está a depender o destino da nossa Pátria. Era um dos meus grandes anseios e fui sempre uma grande defensora dos direitos políticos da mulher. Defendi pela imprensa o direito do voto feminino, e reclamei a introdução da mulher na nossa vida política. Velhos políticos quiseram levar essa questão para o lado ridículo e a levaram: e trocistas não faltaram, encarando-a com a mais supina incompreensão da missão social da mulher e do seu valor intelectual, esquecidos que vários países da Europa já haviam reconhecido esse direito da mulher... Deveras inexplicável o excluir-se a mulher da política, visto ser a política a vida coletiva de um povo, e ser a mulher um membro livre e independente da vida humana. Não lhe faltam conhecimentos e capacidades para competir nas urnas com os homens, quanto mais contribuir com o seu voto para a eleição dos seus dirigentes. Muitos são os adversários do sufrágio feminino, alegando que assim procedem por medida de prudência, pois à mulher faltam aptidões, e porque a sua missão primordial é de companheira do homem, e a sua principal função a maternidade. É um falso conceito. São velhas teorias, que o próprio tempo se encarrega de exterminá-las. (Recife, *Jornal do Comércio*, 30 out. 1932, p. 2)

Ao defender o voto feminino como algo legítimo para as mulheres, a noelista Guiomar de Sá Fonte condena as críticas que foram dirigidas às feministas na luta pelos direitos políticos para as mulheres, com ridicularização e zombaria, assim como as teorias que apontavam para a incapacidade intelectual feminina, para a falta de aptidão para tomar decisões e para a incompatibilidade entre a vida doméstica e as atividades desenvolvidas fora do lar. As bênçãos da Igreja sobre o voto feminino fizeram com que o sufrágio deixasse

de ser um ato de revolta para ser para compreendido como uma atitude cristã e patriótica. Sobre isso, veja-se este trecho do Jornal:

O papel da esposa e mãe não impede a mulher exercer grande influencia fora do lar, fora do ambiente familiar. Pela sua personalidade moral, a mulher pode desenvolver livremente a sua capacidade em prol dos interesses políticos dos povos. A mulher que é membro livre e independente da vida humana, valendo pela sua superioridade própria, e não pelo fato de ser mãe de família. O catolicismo não condena o sufrágio feminino. **O direito de voto à mulher é, sem contestação, uma garantia para desenvolver os problemas sociais católicos. E a Igreja Católica prestigiou sempre os direitos jurídicos, sociais e políticos da mulher...** Muitas são as opiniões de grandes vultos da Igreja em favor do sufrágio feminino... A mulher e, sobretudo a mulher católica, que é um agente de primeira grandeza nos vários ramos do viver social, não pode recusar o seu prestígio nesse momento, em que a lei vem em favor do voto feminino, obrigando-a em certo modo a alistar-se e concorrer com seu voto para o engrandecimento moral e cívico do Brasil. O direito de voto é uma responsabilidade que assume a mulher brasileira. **O Brasil tudo espera da sua contribuição.** É chegado o tempo em que a mulher católica tem o dever de interessar-se pelos altos problemas do Brasil a luz da fé, e pugnar pelo ideal do povo brasileiro – trabalhar, portanto, em prol dos grandes ideais da Família e da Pátria. É um dever de “defesa dos sacrossantos princípios da Igreja, da Moral e da Sociedade”, como bem diz o nosso Cardeal Arcebispo. Às urnas pois, patrícias minhas, Deus o quer! (Recife, *Jornal do Comércio*, 30 out. 1932, p. 2- grifos nossos)

Naquele momento, em que a Igreja era ameaçada pelas instituições modernas e pela conquista do voto feminino, era necessário orientar a mulher cristã para o exercício do dever eleitoral católico. A hierarquia buscava convocar o segmento feminino através dos grupos leigos, da imprensa e dos discursos, durante as missas, para o alistamento eleitoral e para o compromisso de votar em candidatos que garantissem e respeitassem os direitos de Deus e da Igreja. Como forma de ver seus princípios respeitados pelos representantes do Estado, a hierarquia fundou a Liga Eleitoral Católica, com o propósito de ter os direitos de “Deus e da Igreja” atendidos. Assim, uma grande ação católica, formada por homens e mulheres, tinha a função de orientar os eleitores quanto aos candidatos “adequados” para uma pátria cristã.⁵⁰

⁵⁰ Para se aprofundar mais no assunto, ver José Oscar Beozzo. "Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização". IN: BORIS, Fausto (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, v.4, 1986. Edgar Carone. **Brasil: Anos de Crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991. Martha Falcão de Carvalho e Morais Santana. **Estrutura de Poder e Intervenção Estatal – Paraíba 1930-1940**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

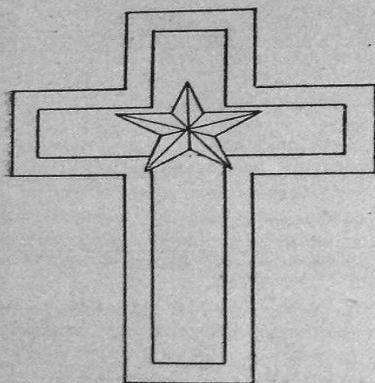
Esse movimento em prol de um país que respeitasse e defendesse os direitos divinos (leia-se: católicos) teve grande apoio das mulheres católicas, como as noelistas, e do Movimento *Juventude Católica Feminina*. Essas últimas trabalharam à frente da propaganda eleitoral, com o intuito de arregimentar eleitoras, visto que, pela nova ordem constitucional-eleitoral, o voto feminino só era obrigatório para as funcionárias públicas.

A *Juventude Católica Feminina* era formada por moças dos mais variados níveis sociais, que se colocavam a serviço dos interesses políticos da Igreja. O objetivo da associação, como parte integrante da Ação Católica, era de fazer o alistamento eleitoral entre as mulheres, visitando-as de casa em casa, pedindo-lhes que assinassem os requerimentos exigidos pelo Juiz Eleitoral e pelo Escrivão de Registro Civil, formando um exército feminino a serviço da Igreja. Muitas delas dividiam seu tempo com a causa e com o trabalho, necessário ao seu sustento, o que era uma atitude louvável, segundo a Igreja (COSTA, 2007, p. 61-62).

A efetiva atuação da Liga Eleitoral Católica para conquistar o voto feminino direcionado aos interesses da Igreja contribuiu para engrossar o número de mulheres votantes, não somente na Paraíba, mas também em todo o país. A campanha em prol do alistamento eleitoral feminino, dirigida pela LEC, buscou arregimentar votos em defesa da moral cristã, inculcando nas mulheres o dever cívico em prol da fé católica.

Hino Eucarístico Noëlista

Cônego Tomás de Aquino



Côro

Cristo vive, eia sus! Cristo vive...
Cristo reina. Noelistas, dizei.
O Brasil é de Cristo, afirmemos,
Jesus Cristo será nosso Rei!...

Estrilho

Noelistas, jurêmos amôr
A Jesus, nosso Deus e Senhor!...

I

Nossas vozes unidas se elevem,
Exaltando a Jesus, nosso Pai.
Diante d'Ele que é Deus, Verbo Eterno,
Eia os joelhos, Noelistas, dobrai.

II

Nossa cruz que é de côres tão simples,
Fulge á luz esplendente da fé;
Para a glória de Deus, hoje e sempre,
Todas firmes, alerta, de pé.

III

Sobre os erros da hora presente
Nossa estrêla espargiu sua luz
Que sem medo, seguras, felizes,
Para Deus nossas almas conduz.

IV

Pelos laços da fé sempre unidas
Noelistas, num só coração,
A bater pela Igreja, avancemos,
Desfraldemos de Cristo o pendão.

V

Seja o zêlo qual ouro o mais puro,
Nossa oferta num preito fiel,
E a piedade qual onda de incenso
O perfume do amor de Noel!...

VI

Para o céu, para o céu, Noelistas,
Eia vamos, por Deus, avançaí.
Toda a glória no céu vos espera,
Glória a Deus nas alturas, cantai!...

Fonte: Arquivo da Arquidiocese de Olinda e Recife

A obra noelista chega à Paraíba: catequese e assistencialismo

Aos 5 de agosto de 1931, nessa cidade de João Pessoa, capital do Estado da Parahyba do Norte, no salão de honra do Palácio Arquiepiscopal estando presente Sua Excelência D. Adauto de Miranda Henriques, o Revd. Mons. Anísio B. Dantas, nosso assistente eclesiástico, as noelistas de Pernambuco: *Brasil, Amaragy*. [...] Abre lugar a reunião de inauguração do primeiro comitê em João Pessoa. A sessão começou pela eleição da

diretoria que ficou assim constituída: Presidente: *Roceira* [Rita Miranda], Vice: *Tabajara-Noel* [Carmem Coelho]... (Ata de Inauguração do Núcleo Noelista de João Pessoa, 05 ago. 1931).

A fundação do Núcleo Noelista da Paraíba, em 1931, também foi uma iniciativa que partiu do seu primeiro assistente eclesiástico, o Monsenhor Anísio B. Dantas, e não, das noelistas de João Pessoa, como era a tradição do Movimento Noelista. A presença do Arcebispo da Paraíba, D. Adauto de Miranda Henriques, na solenidade de fundação, representava mais do que uma presença ilustre, mas a autorização e o apoio da Igreja Católica do Estado ao desenvolvimento da obra noelista. A fundação do Noel em João Pessoa, como nos demais estados, foi bastante comemorada pela juventude católica feminina local e prestigiada tanto pelas noelistas quanto por presenças já conhecidas da sociedade intelectual paraibana, como a Professora Analice Caldas, citada em capítulo anterior.

A presença da presidente do Noel no país, Dona Felipa Uchoa Cavalcante, ou simplesmente “Brasil”, reforçava o apoio às noelistas de João Pessoa, com o intuito de também orientá-las para o desenvolvimento das obras do movimento, cuja atuação em diversos estados do país já era uma realidade, e a eficácia de suas obras conquistou as mulheres católicas das vizinhas pernambucanas.

O que motivou a fundação de um Núcleo Noelista em João Pessoa apenas em 1931, se o Noel já era uma realidade no Brasil desde 1914 na vizinha Recife? Sobre essa questão, podemos inferir que, inicialmente, o Noel brasileiro assumiu como principal missão o problema da recuperação do meio feminino, o que, para a capital paraibana, talvez não apresentasse evidências, como apresentamos no primeiro capítulo. Então, o que determinou sua fundação em 1931?

Assim como as demais cidades do país, a Paraíba passava por problemas sociais, políticos e religiosos. A mendicância, o comunismo, o surgimento da classe operária, a presença de religiões protestantes, o ensino leigo, o estado laico e outros elementos que marcavam a sociedade moderna se tornavam cada vez mais evidentes na capital paraibana. De forma que, cada vez mais, a Igreja exigia estratégias por meio das quais se poderiam garantir a ordem moral cristã, prestígio e poder na sociedade. Buscando esse propósito, a Igreja acolheu gerações de leigos católicos, com a missão de catolizar a sociedade, como as noelistas, por exemplo, que foram recebidas na Paraíba e assumiram o papel de contribuir para combater o ensino leigo e o comunismo através de suas obras cristianizadoras.

A partir de então, as noelistas paraibanas, imbuídas desse espírito cristianizador que as orientava, dedicaram-se à prática de conquistar almas para a religião católica. Orientadas pelo assistente eclesiástico, elas colocaram seu “exército” nas ruas com a missão de levar apoio material e espiritual aos mais necessitados, através das suas obras assistencialistas e das aulas de catecismo que proferiam, consideradas como um dever com a fé católica.

Sobre o papel do orientador eclesiástico, chamado pelas noelistas de “protetor”, Farias (1998) afirma que o principal mecanismo de controle introduzido nas organizações e nas associações católicas foi, sem dúvida, a obrigatoriedade da presença de um membro do clero, considerado responsável pela “obra” e que deveria estar presente em todos os trabalhos. As figuras instituídas, nesse sentido, foram: os “diretores” das associações, cuja função era de dirigir todos os trabalhos e orientar os sócios. Os assistentes eclesiásticos geralmente faziam parte do órgão deliberativo das entidades, eram indicados pelo arcebispo e possuindo direito de veto a qualquer deliberação que não fosse conveniente.

Assim como as demais noelistas presentes nas diversas cidades brasileiras, as associadas paraibanas foram orientadas no sentido de desenvolver uma prática católica para restaurar a sociedade nacional em Cristo. “A noelista tem como programa geral do seu apostolado ser: serva da presença de Deus, isto é, vivê-la e espalhá-la por toda parte”. A condição de “serva da presença de Deus” passava, primeiramente, pela formação de um perfil noelista que consistia em ser uma cristã exemplar. Garantir a formação desse perfil era de responsabilidade do “protetor” que, através das reuniões, buscava incutir nas noelistas a verdadeira condição de mulher cristã na sociedade, conduzindo-as a viver a “presença de Deus” e “espalhá-la por toda a parte” através de obras cristianizadoras (Legislação do Núcleo Noelista da Paraíba).

Segundo a legislação do Núcleo Noelista da Paraíba, a preocupação do Noel em conquistar a mulher paraibana também foi efetivamente desenvolvida. A “União Noelista visava recristianizar o meio independente feminino, desenvolvendo entre seus membros e, através desses, um tríplice movimento de piedade, cultura e apostolado”. As noelistas paraibanas eram mulheres que faziam parte de uma elite social católica e urbana. As de maior relevo na sociedade tinham acesso a bons livros e a uma educação formal, o que as distinguia da maioria das mulheres da época. As condições exigidas para se tornar uma noelista restringia as moças da alta sociedade à pertença ao movimento. A maioria era formada de professoras da Escola Normal, formadoras de opinião, ou apenas fiéis católicas que se dedicavam aos assuntos da Igreja (Legislação do Núcleo Noelista da Paraíba).

Os dois primeiros anos de atividades do Noel, na Paraíba, desenvolveram-se sob a presidência da Professora Rita de Miranda Henriques, prima paterna do Arcebispo da Paraíba, D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, que, ao se colocar alinhado às

orientações romanas e estabelecer estratégias para catolizar a sociedade paraibana e combater os “erros da modernidade”, via no Noel a contribuição da juventude católica feminina no processo de cristianização e de defesa dos princípios morais cristãos.

Sob a presidência de Rita Miranda e da vice Carmem Coelho, as atividades do Noel, na Paraíba, foram direcionadas para a formação da noelista paraibana, visando ao desenvolvimento de práticas assistencialistas e das obras de catecismo como forma de combater o ensino leigo, instituído pela Constituição republicana.

Durante as reuniões mensais⁵¹ do Núcleo, buscava-se garantir a formação do espírito noelista através das leituras das revistas do Noel ou das orientações recebidas pelo “protetor”. As revistas do movimento foram o principal instrumento de formação das noelistas paraibanas, seguidas das lições recebidas pelos assistentes eclesiásticos, retiros fechados e congressos. A pergunta mensal elaborada pela direção das revistas era discutida pelas noelistas durante suas reuniões e, muitas vezes, era o que direcionava as questões a serem analisadas pelo núcleo. A cada encontro uma ou duas sócias eram escolhidas para mediar o debate e levar por escrito suas conclusões no próximo encontro. Essa prática levava a noelista a desenvolver sua habilidade de escrita e oratória, fundamental para a realização das obras cristianizadoras.

O primeiro encontro das noelistas, após a inauguração do Noel em João Pessoa, realizou-se no Palácio Arquiepiscopal, no dia 03 de setembro de 1931, e foi marcado por definições que caracterizariam a atuação do Noel na capital paraibana. Teve como pergunta mensal a ser debatida “O que é mais louvável preparar as crianças ou os adultos para a 1ª comunhão”? Esse tema causou entusiasmo entre as sócias presentes e definiu uma das principais obras desenvolvidas pelas noelistas paraibanas, devido a sua importância para a Igreja.

Com a finalidade de preparar o espírito noelista, a então presidente, Rita Miranda ou “Roceira”, orientou as sócias sobre o espírito de caridade e de fraternidade que deveria animar todas as noelistas, levando a apoiar as necessidades físicas como também perseguir a paz. O espírito noelista se coadunava com os propósitos cristianizadores da Igreja, de forma que as suas orientações nesse sentido fossem compreendidas como natural e, portanto, aceitas, permitindo às autoridades eclesiais a competência da orientação moral, religiosa e também política, configurando-se, dessa forma, no que Bourdieu (2010) chamou de poder simbólico, “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2010, p. 08).

⁵¹ Antes de iniciar as reuniões mensais era exigido do Núcleo que se fizesse uma oração e a invocação à Santa Joana d’Arc.

Com o propósito de apoiar as necessidades físicas, materiais e espirituais, foi debatida, durante o primeiro encontro, a organização do Natal das crianças pobres. Ficou determinado que fosse de responsabilidade das noelistas arrecadar os donativos no comércio local para a confecção dos presentes que seriam distribuídos nas festividades realizadas pelas associadas aos mais necessitados. Por serem as noelistas mulheres da alta sociedade da capital paraibana, elas usavam de suas influências para angariar os donativos necessários as suas obras assistencialistas.

A cada reunião, a presidente ou vice-presidente do Noel escolhia para leitura uma sessão da Revista *Le Noel* que fosse contribuir para o desenvolvimento da formação intelectual do Núcleo. Por se tratar de uma revista de língua francesa, muitas tinham dificuldades de compreender e passavam a se dedicar apenas à leitura da Revista *Natal*, entretanto Carmem Coelho insistia na necessidade de se seguir a Revista *Le Noel*. Apresentar os fins do Noel mostrando os deveres das noelistas na família, na sociedade, e para a União Noelista também fazia parte da sua formação, sendo amplamente divulgados pelas representantes do movimento, principalmente pela vice-presidente, Carmem Coelho, ou “Tabajara-Noel”, e por seus assistentes eclesiásticos.

Os assuntos sobre o ensino religioso e a assistência aos mais necessitados eram frequentes nas reuniões do Noel. E, seguindo esse propósito, “Tabajara-Noel” chamou a atenção das associadas

para a fundação de uma escola noturna destinada ao ensino religioso e declarou a importância das noelistas se comprometerem a lecionar por um tempo determinado durante um ano afim de que a escola tivesse o concurso de todos os membros dessa sociedade de beneficência. (Livro de Atas do Núcleo Noelista de João Pessoa, 19 fev. 1932).

A preocupação das noelistas em oferecer ensino religioso de forma alternativa atendia aos propósitos da Igreja, que via na educação laica um erro contra a família e a moral cristã. O ensino religioso, como outros campos em que a Igreja perdera a exclusividade depois da Proclamação da República, foi um dos pontos mais questionados por parte da Instituição Católica, por se considerar a “educadora natural”, arrogando-se, portanto, a ela a tarefa de educar.

Segundo o Papa Pio XI, a missão de educadora pertencia, em primeiro lugar, à Igreja, “sociedade de ordem sobrenatural a quem Cristo conferiu o divino magistério: Ide, e ensinai a todas as nações”. Afirmava, ainda, que a Igreja gera, alimenta e forma as almas

para a fé cristã, portanto, tem o pleno direito de se dedicar à educação da juventude. Fazendo uso das palavras de Leão XIII, sobre a constituição cristã da sociedade, enfatizava que “tudo o que nas coisas humanas se refere à salvação das almas é da alçada da Igreja, tudo o que entra na ordem civil e política é submetida à autoridade do Estado, tendo Jesus Cristo ordenado dar a César o que for de César e a Deus, o que for de Deus”, reafirmando que o papel de educar pertencia à Igreja, e não, ao Estado (Jornal *A Imprensa*, 01 mar. 1930, p.1).

A questão do ensino leigo, segundo Beozzo (1986), era uma das grandes reivindicações de liberais republicanos atendida pela Constituição de 1891, que decretava que todo ensino ministrado nas escolas públicas seria leigo. Isso era visto pela Igreja como um desagravo às leis de Deus e à “ordem natural”. Entretanto, o confronto entre a Igreja e o Estado manteve-se inalterado até o movimento de 1930, quando o novo contexto, marcado por transformações econômicas e pelo crescimento dos centros urbanos, forçava a implantação das medidas determinadas com a Proclamação.

No caso da Paraíba, isso também foi percebido, haja vista que a Igreja continuou a exercer suas antigas funções antes da proclamação da República. Somente depois do movimento de 1930, essas funções foram questionadas na tentativa de se colocar em prática o que já havia sido conferido ao Estado pela Constituição de 1891⁵². Verificou-se certo estranhamento do então interventor Antenor Navarro com o Arcebispo da Paraíba, D. Adauto de Miranda Henriques, devido às mudanças decretadas pelo interventor, tais como a extinção das escolas municipais, substituídas por unidades estaduais sob uma *orientação leiga*, o que desagradava e muito à Igreja, que pregava o ensino religioso, além da secularização dos cemitérios, tendo aquele arcebispo considerado o decreto *antipático e opressivo* (MELLO, 1994, p. 186).

Diante dessa reconfiguração da ordem político-social, a Igreja se aliou à família, classificou a educação como um prolongamento familiar e, juntamente com ela, lança-se em defesa do direito religioso, posicionando-se contrária ao ensino leigo. A escola, antes considerada uma ramificação da família, por transmitir os ensinamentos também cristãos, com a laicização, perdia seu prestígio quanto à educação dos filhos das famílias cristãs. Então, concluía-se que seria da família a responsabilidade de educar os seus dentro da doutrina cristã (COSTA, 2007, p.100).

⁵² Mesmo tendo sido decretada a separação da Igreja do Estado, a implantação de um estado laico só ocorreu, efetivamente, durante a Interventoria de Antenor Navarro (1930-1932), em que foram implantadas as medidas laicizantes declaradas pela Constituição de 1891, a exemplo das escolas estaduais com orientação leiga, em substituição às municipais; a secularização dos cemitérios e a reorganização dos registros civis e de casamento. Para um estudo mais aprofundado sobre a Interventoria de Antenor Navarro, consultar: SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado: a interventoria de Antenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. João Pessoa: UFPB, 2007. Dissertação (Mestrado em História).

Diante de tal necessidade, as noelistas paraibanas se empenharam nessa missão “salvadora” da sociedade, impondo como dever de cada associada ministrar aulas de catecismo em estabelecimentos educacionais ou não, com o intuito de suprir a ausência do ensino religioso nas escolas e em outros lugares, levando, segundo elas, a doutrina cristã para aqueles que não tiveram a oportunidade de conhecê-la. Reforçando o objetivo de catolizar a sociedade pelas associações católicas, afirmavam que a finalidade era de “*tornar a Majestade Divina mais conhecida e amada*”. As noelistas consideravam a recristianização uma causa urgente e de extrema relevância para a Igreja, principalmente para a pátria, que teria como resultado cidadãos cristãos, conhecedores e disciplinados na doutrina cristã, capazes, a partir de então, de construir uma sociedade mais humana e harmoniosa (Livro de Atas do Núcleo Noelista da Paraíba em 05 mar. de 1932).

Com o intuito de tornar mais conhecida a “*Divina Majestade*”, as noelistas organizaram aulas ambulantes de catecismo, ministradas nos bairros mais pobres e nos mais afastados da cidade, “onde as crianças são as mais esquecidas, quer dos socorros materiais, quer dos socorros morais e cristãos”. Outro meio eficaz apontado por elas na referida reunião foi o de que deveriam reunir, em suas próprias casas, crianças para ministrar aulas de catecismo e prepará-las para a primeira comunhão (ATA da Reunião do Núcleo Noelista da Paraíba em 05 de mar. de 1932.).

No sentido de alcançar o êxito necessário na tarefa de levar o ensino religioso aos lugares mais afastados e tornar a “*Majestade Divina mais conhecida e amada*”, alertava a vice-presidente do Noel, Carmem Coelho, para a necessidade de comparecer as missas e as reuniões para fortalecer sua formação, tornando-se mais preparada para levar aos pobres socorros com mais assiduidade.

A base de sua formação era adquirida nas aulas de catecismo que elas recebiam de seu *protetor* durante as reuniões, nas missas dedicadas a elas e através dos retiros fechados realizados uma vez por mês, que tinham a finalidade de fortalecer o “espírito noelista”. É importante destacar que a presença do assistente eclesiástico nas reuniões, nos dois primeiros anos, não era uma constante. Tanto o Monsenhor Anísio B. Dantas quanto D. Aauto deixavam a cargo das representantes do movimento a tarefa de “orientá-las” dentro da doutrina cristã, nesses momentos.

Durante a festa de comemoração do primeiro ano do Noel na Paraíba, o Cônego João de Deus dissertou sobre a finalidade desse Movimento e parabenizou as noelistas pelo espírito cristão que animava as suas obras. A festa foi marcada por apresentações musicais e uma missa celebrada pelo protetor das sócias paraibanas, D. Aauto de Miranda Henriques, que se despedia de seu cargo de assistente eclesiástico para assumir a missão de orientar o movimento para D. Moisés Coelho, que se mostrou bastante dedicado nessa

tarefa, buscando estar sempre presente durante as reuniões do Núcleo e orientando as noelistas para o desempenho de sua formação e para a realização das obras de catecismo e de assistência aos mais necessitados.

A reunião realizada em 04 de março de 1933, presidida por D. Moisés Coelho, contou com a presença da Professora Analice Caldas, que era sempre bem recebida pelas noelistas. O encontro seguiu como tema norteador uma pergunta que objetivava atender às necessidades do momento, e não, as orientações dirigidas pelas revistas do Movimento. Foi feita às presentes a seguinte questão: “Quais as qualidades que deve ter um candidato para ser eleito: morais ou intelectuais?” A discussão sobre o tema foi dirigida por D. Moisés, que determinou que cada noelista levasse por escrito seu parecer na próxima reunião (Livro de Atas do Núcleo Noelista da Paraíba, 04 de março de 1933).

A presença da Professora Analice Caldas como convidada das noelistas representava mais do que um convite, era a conquista do voto de uma das representantes da organização feminista na Paraíba, porque Analice fazia parte da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, filiada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e liderada pela líder do movimento feminista sufragista brasileiro, Bertha Lutz. Além dessa filiação, a convidada era uma figura de certo prestígio na imprensa paraibana. Publicava em jornais e revistas e sempre se colocou em defesa dos direitos políticos das mulheres, como já referimos no primeiro capítulo.

Dias depois da reunião, A Liga Eleitoral Católica (LEC) divulgou na imprensa seu programa político para o Brasil, elencando dez pontos considerados chaves para o bom desenvolvimento de um país cristão. Com isso, orientava os seus fiéis, inclusive as noelistas e todo o segmento feminino paraibano eleitor, quanto aos programas apresentados pelos partidos e candidatos, forçando-os a aderir às reivindicações católicas como condição para o apoio da Igreja⁵³.

⁵³ O programa da LEC foi resumido em dez pontos:

1º - Promulgação da Constituição em nome de Deus.

2º - Defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com assistência às famílias numerosas e o reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso.

3º - Incorporação legal do ensino religioso, facultativo nos programas das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, do Estado e dos municípios.

4º - Regulamentação da assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais etc.

5º - Liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados, tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros.

6º - Reconhecimento do serviço eclesialístico de assistência espiritual às forças armadas e as populações civis como equivalente ao serviço militar.

7º - Decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã.

8º - Defesa dos direitos e deveres da propriedade individual.

9º - Decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis.

10º - Combate a toda e qualquer legislação que contrarie, expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica. (JORNAL *A Imprensa*, 23 mar. 1933, p.4)

Sobre essa questão, Beozzo (1986) afirma que o que se pode observar do programa da LEC é que a Igreja organizava uma estratégia de cerco ao Estado para atingir os pontos principais de mais representação dos valores de uma nação: a família, a escola e as Forças Armadas.

O artigo “A Liga Eleitoral Católica”, publicado em 09 de março de 1933, pelo jornal católico *A Imprensa*, buscava definir em que consistia a Liga, assim como esclarecer os pontos que ela defendia, com o objetivo de conclamar os paraibanos a depositarem seu voto com consciência cristã. Isso significava escolher os candidatos que defendessem os valores cristãos apontados pela LEC. Ao se definir como acima e fora de todos os partidos, a Liga procurava concentrar apoio de todos os que estavam a favor dos princípios morais cristão. Informava:

Não queremos que nossos filhos *brinquem de casar*, e por isso não podemos votar em quem defenda o divórcio. Queremos os nossos filhos moralmente sadios e religiosamente formados, e por isso não podemos votar em quem se manifesta contrário ao ensino religioso FACULTATIVO nas escolas. Queremos a família garantida na sua integridade respeitada na sua honorabilidade, e por isso não votamos em quem não queria reduzir o chamado casamento civil a um mero registro do casamento religioso realizado por qualquer confissão religiosa. São essas as nossas ideias. E devem ser essas as ideias dos nossos representantes. O contrário, é o subterfúgio, e a mentira à própria consciência, é o escorregar-se no plano inclinado de todas as defecções. O contrário é negar a sua fé. (Jornal *A Imprensa*, 09 mar. 1933, p.4)

Segundo registro da LEC paraibana, a Liga se encontrava disseminada em todo o Estado, seja em cidades, vilas ou povoados, “onde quer em que se encontrasse uma consciência católica, lá estava a Liga, agindo e operando”. Todo esse movimento que buscava formar uma consciência cristã consistia em garantir para a Igreja privilégios políticos e evitar a entrada do comunismo nas instituições brasileiras (Jornal *A Imprensa*, 09 mar. 1933, p. 4).

O momento sinalizava para um retorno ao início, à Família, instituição responsável pela “boa educação”, pelos bons costumes, pela conservação da moral e da fé cristã. Enfim, era preciso recuperar o papel da família na sociedade e fazer cumprir o seu papel aquela que era a “responsável” por toda a sua estrutura e consolidação, a mulher-mãe. Por isso, toda a atenção deveria ser dedicada às mulheres. A mulher-mãe era o alvo, a ela cabia a responsabilidade de transmitir uma educação cristã. Para tanto, era necessário preparar o segmento feminino e formá-la para assumir o papel de educadora cristã.

Seguindo esse propósito formador da mulher-mãe, cristã e educadora, foi organizado o Primeiro Congresso Noelista, realizado na Bahia, em setembro de 1933. O objetivo era de reunir todas as noelistas brasileiras para lhes garantir uma formação cristã apostólica adequada às necessidades do momento. O “Congresso das Noelistas é um pequeno contingente do grande exército de Cristo, unido, corajoso e ardente, que se congrega para seguir novas orientações e planejar novos triunfos para a Igreja e para Deus”. O trecho escrito pela noelista “Buriti”, do Núcleo das Amigas do Lar do Noel, de Pernambuco, durante a abertura de sua tese sobre “A Noelista e o Lar”, apresentada no Congresso no dia 12 de setembro de 1933, resume bem os propósitos do evento (Relatório do Primeiro Congresso Noelista, 1933, p.68).

As reuniões, os retiros fechados, as revistas e as orientações dos assistentes eclesiásticos assumiam a função formadora das associadas do Noel, porém as necessidades apresentadas pelo novo contexto político-social exigiram uma formação conjunta do Noel como forma de garantir o sucesso de suas obras em defesa da Igreja. As teses apresentadas durante o Congresso tinham como preocupação principal orientar as noelistas para uma cultura cristã voltada para a missão de educar os seus. Sobre isso, vejam-se estas palavras da noelista “Buriti:

É preciso que transformemos os nossos lares numa escola de virtudes, num pouso de felicidade, onde os pais, tendo a autoridade efetiva sobre os filhos, corrijam os erros da educação moderna, no que ela tem de pernicioso [...] Por isso, uma das mais belas esperanças e vitórias do Noel, é a formação de lares cristãos. [...] A família é a célula da Pátria. O lar e a pátria da família. São essas pequenas pátrias que formam a grande pátria. Quando os lares forem puros, honestos, cristãos, a pátria também o será. Renovemos os lares. Empenhemo-nos nessa cruzada nobre e santa. É essa a condição essencial para a renovação do nosso amado Brazil! (“Buriti”, “A Noelista e o lar”. Relatório do I Congresso Noelista, 1933, p.68).

É importante ressaltar que o Congresso contou com a participação de representantes dos Núcleos Noelistas brasileiros e de fora do Brasil. O Núcleo de João Pessoa enviou, como um de seus representantes, a então presidente Carmem Coelho e seu “protetor”, o Padre José Delgado, que apresentou uma síntese da ação noelista na Paraíba. Os representantes dos núcleos presentes no evento deveriam assumir o papel multiplicador em seus núcleos locais, para orientar as demais militantes sobre o conteúdo dos estudos e as conferências apresentadas para garantir uma formação que possibilite a construção de lares educados em bases cristãs. A partir de então, passou-se a exigir da noelista seu empenho

na tarefa de recuperar o meio feminino no sentido de preparar as mulheres para a missão de educadoras cristãs.

Os propósitos do Primeiro Congresso Noelista, no Brasil, foram apresentados pela presidente do Noel paraibano, Carmem Coelho, na reunião do dia 07 de outubro de 1933. Assim, foi registrado em ata:

A nossa Presidente expôs com ardor e entusiasmo a utilidade e o bem que em todo o Brasil produziu o nosso Primeiro Congresso Eucarístico, salientando a ação benéfica do Centro Noelista, falou com experiência e acerto causando uma agradável impressão. (Livro de Atas do Núcleo Noelista de João Pessoa, 07 out. 1933).

Seguindo as orientações recebidas no Primeiro Congresso Noelista, a presidente do Noel paraibano, Carmem Coelho, escreveu para o jornal católico, *A Imprensa*, o artigo “A Irradiação do Noel”, publicado em 22 de outubro de 1933, dias depois do seu retorno do evento. O longo texto publicado em duas partes buscava informar à sociedade paraibana o que é o Noel, apresentar os seus objetivos na atual sociedade moderna, a importância de sua obra e a necessidade de se conquistar a juventude feminina para as obras da Igreja. Afirma que “o Noel a todos irradia a todos se dá. Seu apostolado é universal, não tem margens nem limites e estende-se a todas as necessidades. Uma grande família composta por 80.000 membros a serviço da Igreja” e que tem como intuito

fazer que as noelistas sejam na sua paróquia as melhores cristãs. As mais edificantes. [...] Interessando-se em tudo que se faz na sua Igreja. Vivendo uma vida paroquial com mais assiduidade e com mais gosto. Oferecendo-se a sua paróquia: ensino de catecismo, obra dos Tabernáculos, etc. Sempre tendo presente que ao lado da assistência material é preciso reunir a assistência moral. [...] A noelista é apóstolo! Atrai todas as jovens para o noelismo. [...] Se nós, moças, que compreendemos bem o fraco do nosso sexo não nos auxiliar, propagando o bem, o ideal do Noel, - o que será de nós? É longo e triste o capítulo da degeneração humana! Dia a dia há mais corrupção. A sociedade necessita de uma reação cristã. A nós noelistas compete esse importante papel. Aproximar-se da mocidade como movimento da juventude e impor a ela o peso suave das virtudes conquistadas. O noelismo não tem outra ambição do que conduzir para Deus a juventude feminina e com ela tudo que fica sob o domínio de sua influência de natureza cada vez mais dilatada (COELHO. Jornal *A Imprensa*, 22 out. 1933, p.5-6)

Além de divulgar o Movimento Noelista na Paraíba, através da imprensa, expondo suas finalidades e seus propósitos na sociedade, o artigo da presidente do Núcleo Noelista de João Pessoa utiliza-se da palavra pública para reforçar a orientação às noelistas paraibanas, com o intuito de informar e cobrar delas a confirmação do seu empenho na Igreja, no dever cristianizador e de formação de uma sociedade católica.

Reafirma também que o Noel tem a missão de atrair a juventude feminina para contribuir com suas obras e combater a formação que conduzia a mocidade para uma vida fútil, egoísta e sem compromisso cristão. Informa que o Noel tinha muitos instrumentos que poderiam interessar às jovens, como as revistas do movimento, as festas noelistas, as reuniões, os retiros e a alegria irradiante inerente a cada associada.

As obras cristianizadoras, através da assistência social, formavam um dos pilares das vocações noelistas que, juntamente com as aulas de catecismo, tornaram-se as obras de maior relevo do Núcleo Noelista de João Pessoa. Durante os seus encontros mensais, elas colocavam como pauta a melhor forma de atender aos mais necessitados e confeccionavam os donativos que seriam entregues. Seguindo esse gesto de “caridade”, procuravam divulgar a fé cristã para aqueles que haviam se afastado dela.

Fazia parte dos estatutos no Núcleo a obrigatoriedade de “prestar colaboração: as obras das vocações sacerdotais; as obras de catequese e **as obras de assistência social**. Assim, “a assistência social dos pobres e dos enfermos era um dos ramos do movimento noelista”. Nesse sentido, as obras assistencialistas, desenvolvidas pelas noelistas, tinham como finalidade atender às crianças pobres e aos desamparados. Para isso, realizavam festas beneficentes, em que eram distribuídos enxovais para as mulheres dos trabalhadores que estavam grávidas, assim como roupas alimentos e dinheiro para comprar remédios. Todos esses “presentes” eram doados pelos comerciantes da capital, que se comprometiam com a causa de caridade cristã realizada pelas noelistas paraibanas⁵⁴, com ações conjuntas entre a elite da capital paraibana, representada pelos comerciantes. O Noel e a Igreja, ao desenvolver práticas paternalistas desse tipo, procuravam colaborar com a manutenção da ordem social, haja vista que o grande número de pessoas desempregadas e de pedintes, que perambulavam pelas ruas da cidade, formava um quadro ameaçador para as classes dominantes (Estatuto do Núcleo Noelista da Paraíba, arts. 25 e 26).

Dentre os seus assistidos, encontravam-se as crianças e os trabalhadores pobres, os encarcerados, as empregadas domésticas, as operárias, entre outros segmentos que compunham as classes pobres e miseráveis da capital paraibana. Ao atender aos pobres e aos mais necessitados, as noelistas praticavam uma ação de caridade, cujo fim adicional era de catolizar os que viviam em condições desfavoráveis.

⁵⁴ Livros de Atas das reuniões do Núcleo Noelista da Paraíba – 1930/39. IN: AEPB. Núcleo Noelista da Paraíba, Grupo Presidência, série atas (NN: P; a).

Santana (1999), ao analisar o contexto socioeconômico da Paraíba do início dos anos trinta, afirma que o impacto da Grande Depressão de 1929 abateu não somente o país, mas também, e principalmente, o Nordeste, vitimizando, significativamente, a classe trabalhadora e aumentando as contradições sociais, que se agravaram ainda mais com a da seca dos fins de 1931 e de todo o ano de 1932.

Era também com o objetivo de atender a essa parcela da população pobre e desamparada que, no final de cada ano e na Páscoa, as noelistas realizavam grandes festas beneficentes, denominadas de “Natal dos Pobres” ou “Natal dos Trabalhadores” e “Páscoa dos Pobres” ou “Páscoa dos Trabalhadores”, assim como realizavam o “Natal das crianças pobres”. Durante essas festas, elas distribuíam alimentos, roupas e tecidos para crianças, homens e mulheres, pobres e desamparados, doados pelos comerciantes da cidade, que, muitas vezes, não se negavam a colaborar com essa causa, pela qual se viam também beneficiados, pois, com esses gestos, acreditavam estar amenizando a situação das pessoas pobres e necessitadas.

Em ata do dia 19 de fevereiro de 1932, foi determinado à Secretaria do Núcleo Noelistas que fizesse uma circular par as casas comerciais *Silva Cunha* e *A imperial*, com a finalidade de lembrá-las da promessa de doar retalhos, mensalmente, à Associação Noelista, destinados à confecção de roupas para os necessitados. Na mesma ata, as noelistas foram orientadas para ser mais assíduas nas missas e nas reuniões para fortalecer o Núcleo e poder levar aos pobres, com mais assiduidade e solidez, socorro material e moral.



Fonte: Acervo do Arquivo Eclesiástico da Paraíba.
Foto das noelistas junto com os donativos para a distribuição do "Natal das crianças pobres", em 1931.

O local de realização das festas era escolhido de acordo com a categoria a ser atendida. Quando queriam atender aos mendigos e aos pobres que perambulavam pelas ruas, as militantes noelistas escolhiam um lugar no centro da cidade, onde aqueles miseráveis pudessem receber seus donativos e saciar uma necessidade emergencial. Ao se dirigir aos trabalhadores e aos pobres, elas iam para os bairros onde eles se concentravam e que ficavam nas áreas mais afastadas do centro, a fim de levar socorro para onde "*reinasse a verdadeira necessidade*" (Livro de Atas do Núcleo Noelista da Paraíba em, 02 abr. 1932).

A concentração da população pobre nos lugares mais afastados da cidade era resultado do seu processo de urbanização e modernização que, com o objetivo de deixá-la com o ar salubre e moderno, afastava do núcleo a população pobre e "desqualificada" por

enfear a urbe, segundo as elites produtoras e consumidoras, dos elementos de modernização, instauradas na cidade de João Pessoa, nas primeiras décadas do Século XX.

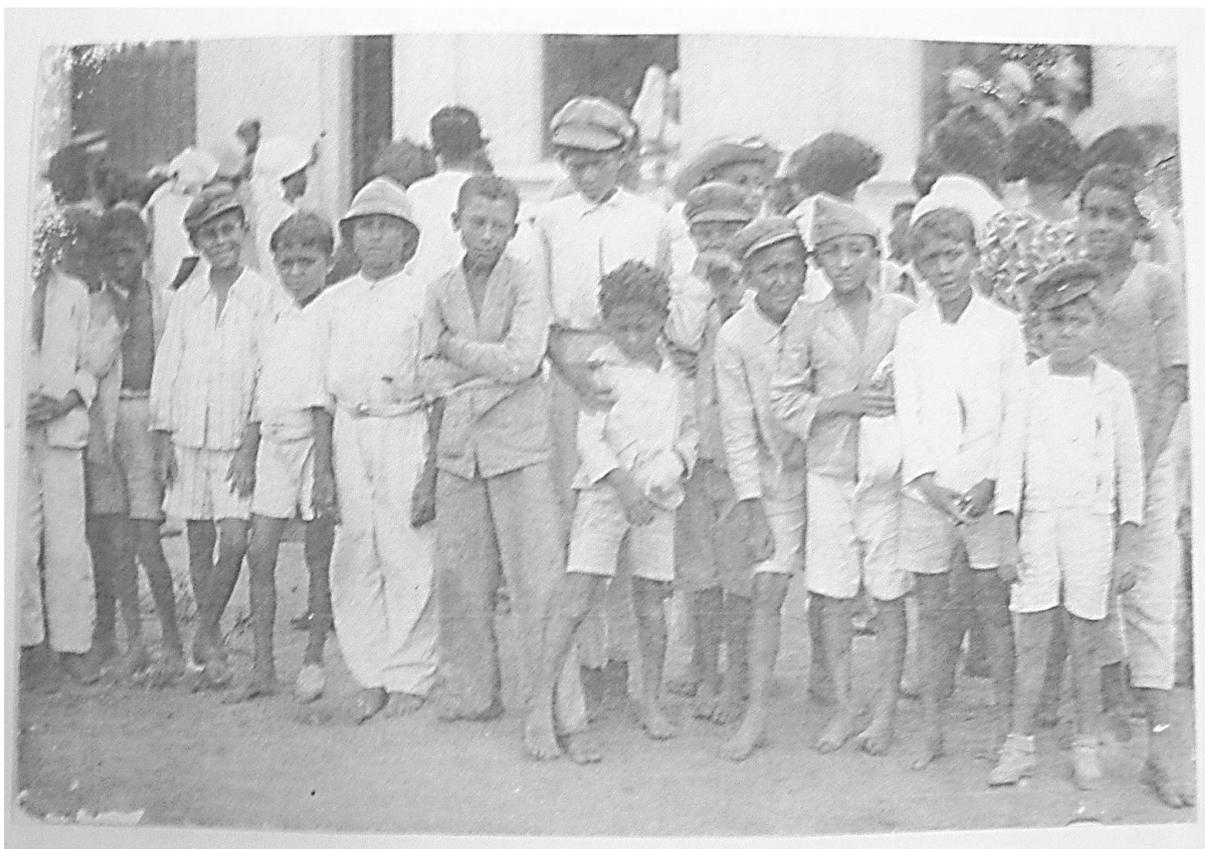


Foto das crianças assistidas pelas Noelistas na festa “Natal das crianças pobres” Fonte: Acervo do Arquivo Eclesiástico da Paraíba

Pensando em atender às mães pobres, as noelistas confeccionavam, durante as reuniões, roupinhas para bebê e arrecadavam recursos entre as pessoas do seu meio, para formar enxovais que seriam distribuídos nas maternidades, “pois muitas eram as futuras mães que se encontravam em vésperas de dar a luz a um filho que não tinha o que lhe esquentar o corpo, sendo de muita ajuda a contribuição dada pelas noelistas”. Era durante as reuniões que as noelistas traçavam suas estratégias de ações assistencialistas e confeccionavam muitos dos donativos a serem entregues aos que seriam assistidos (Livro de Atas do Núcleo Noelista da Paraíba, 02 de abril de 1932).

Além de tecidos, roupas e sapatos, também se distribuíam alimentos que ajudavam a resolver o problema da subalimentação e impediam a proliferação de doenças, visto que muitas famílias eram numerosas e não tinham meios de sobreviver⁵⁵. A preocupação com a proliferação de doenças se tornou um assunto público desde o início do século, quando os médicos sanitaristas, responsáveis pelas boas condições de saúde da população, principalmente das classes dominantes, procuraram modificar hábitos e costumes da população em geral, principalmente a população pobre, considerada como “suja e fedorenta”, o que levou a se instituírem medidas disciplinares para a população, como o “isolamento” através da criação de bairros afastados para a sua conglomeração, visando impedir a proliferação de doenças, como a varíola (CHAGAS, 2004, p.189).

Essa prática assistencialista, desenvolvida na capital paraibana, estava inserida no processo de ordenamento e de controle dessa população pobre, que tinha o apoio da Igreja, do Estado e da elite para realizar festas beneficentes destinadas à população pobre, que com o propósito de amenizar as mazelas materiais da vida dessa parte da população, buscava conquistá-las para seguir os princípios religiosos católicos, efetivando o processo de cristianização da sociedade. Era uma ação conjunta entre a Igreja, segmentos da sociedade civil e o Estado. Os dois primeiros agentes se empenharam bem mais nessa missão do que o último, que contribuía com o respaldo político à ação, porquanto esse foi um movimento em que se pretendia a salvação espiritual do país e da nação, com a finalidade era de reintroduzir Deus na vida de toda a sociedade (COSTA, 2007, p. 122).

Iamamoto e Carvalho (2005), ao se referir à ação social no Brasil, afirmam que as obras caridosas mantidas pelo clero (e leigos) têm uma longa tradição, que remonta aos primórdios do período colonial. De igual modo, não era recente a tentativa de intervir na organização e no controle do operariado.

A participação do clero no controle direto do operariado industrial remonta, por sua vez, ao surgimento das primeiras grandes unidades industriais, em fins do Século passado. É viva a presença de religiosos no próprio interior dessas unidades, que muitas vezes possuíam capelas próprias, onde diariamente os trabalhadores eram obrigados a assistir à missa e a outras liturgias. Nas *Vilas Operárias* sua presença é constante. No plano sindical, com o apoio patronal, desenvolvem iniciativas visando contrapor-se ao sindicalismo autônomo de inspiração anarco-sindicalista. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005, p. 165).

⁵⁵ Para mais informações sobre o sistema de saúde da Paraíba, no início do período republicano, ler: SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba**: uma cidade entre miasmas e micróbios, o serviço de higiene pública – 1895-1918. Tese (Doutorado em Saúde pública). Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem/USP, 1999.

A preocupação da Igreja Católica era de amenizar as contradições sociais por meio da doutrina cristã, pois a ordem social só poderia ser alcançada por via religiosa. Era na moral cristã em que estariam assentadas as bases de uma sociedade harmônica e ordeira. Para a Instituição, a década de 1930 foi um momento de redefinir e de conquistar fiéis, espaço e privilégios políticos.

Sua ação social partia do princípio de que era necessário mostrar sua força disciplinadora e, nesse sentido, ela procurou uma atuação mais abrangente sobre a sociedade civil e a reafirmação de sua posição como agência de controle das classes subalternas. Seguindo essa perspectiva, o Noel assumia a tarefa de atender aos mais necessitados e conquistá-los para o seio da Igreja Católica, a fim de seguir os dogmas e os preceitos católicos, evitar o contato com o comunismo e aliar-se a ele (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005, p.214).

Entre os anos de 1930 e 1945, a campanha anticomunista tinha a função de incutir nas mentes dos trabalhadores o *mal* que esse sistema poderia fazer à sociedade, gerando, assim, a imagem do denominado *Perigo Vermelho*, que estaria ameaçando a religião, a moral, a família e a Pátria. O jornal católico *A Imprensa* foi um dos mais importantes veículos de comunicação que divulgava os males do *Perigo Vermelho*. É importante ressaltar que, nesse período, todo ato “subversivo” era considerado ação comunista, portanto, não havia distinção de movimentos, atos e outras práticas. Os pensadores católicos foram considerados os mais ativos no combate ao socialismo, ao comunismo e ao anarquismo.

O comunismo, com sua propaganda materialista, procurava, segundo os católicos, negar tudo o que é substancial na Humanidade e criado por Deus: a família, a Pátria, o Estado, a religião. O materialismo, ao negar qualquer espiritualidade às instituições humanas, negava também os laços sagrados da família que unem homem e mulher pelo matrimônio. Segundo a Igreja, pregava o comunismo a dissolubilidade do casamento em virtude de seu caráter meramente formal e civil, ao mesmo tempo em que procurava desintegrar a família invertendo os papéis de seus membros, permitindo que a mulher fosse ao trabalho e deixasse sua função de zeladora do lar e de educadora dos filhos. Eles também seriam entregues a uma educação social, ideia que quebraria a relação educativa que deveria unir pais e filhos (FARIAS, 1998, p.75).

Na Paraíba, o governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1940), aliado à Igreja Católica, foi um dos mais repressores da campanha anticomunista. Ao assumir o governo, decretou como lema: “*A Paraíba numa só e única família*”. Era a Paraíba em *ordem* com Deus e a família, como afirmou em seu discurso de posse. Para tanto, usou como

instrumentos a conciliação e/ou cooptação e como principal bandeira, o compromisso de harmonizar a Paraíba partindo para uma coalizão de forças políticas, que envolvia oligarquias dissidentes e decaídas, intelectuais, Igreja e frações da classe trabalhadora. Esse processo, iniciado no período constitucionalista, alcançaria seu ápice no Estado Novo, com a centralização política via intervencionismo estatal (SANTANA, 1999, p.152).

Nessa perspectiva de doutrinação, como um meio para estabelecer e manter a ordem social, a hierarquia projetada a mulher cristã, dentre elas, a noelista, como sua forte aliada, por acreditar que, quando *bem formada* e *bem organizada* nos grupos leigos católicos, seria um instrumento eficaz contra os inimigos de Deus, da Igreja Católica e da pátria.

Em síntese, a mulher era feita para ajudar. Reportando-nos às noelistas, que também compartilhavam desse pensamento, elas traduziram *ajudar* por *servir*. Segundo seus deveres de *servas da presença de Deus*, estavam prontas para *servir*. Foi para isso que colocaram em prática suas obras assistencialistas, pois, como mulheres, viam-se dotadas de grande paciência e sacrifício para servir aos seres fracos, às crianças e aos pobres.

O apostolado social permitia que essas mulheres, com suas qualidades “naturais”, participassem ativamente do empreendimento político e ideológico de sua classe e em defesa de seus interesses. Paralelamente, sua posição de classe lhes facultava um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitimava sua intervenção. A assistência social desenvolvida pelas noelistas era compreendida por elas como um trabalho que, ao assistir os necessitados, “procurava honrar a presença de Deus entre nós. Para isso, voltava-se para os pobres” (REVISTA *Natal*, 1940, p. 23).

O apostolado da caridade era uma das mais eficazes maneiras de catolizar a sociedade, pois, ao fazer as doações, elas buscavam levar a doutrina cristã aos que, segundo elas, dela necessitavam, pois muitos ou não a conheciam ou haviam deixado de a ela se dedicar. De acordo com as militantes, esse trabalho assistencialista que elas praticavam era de grande alcance social, pois não pretendiam atender aos pobres por mero diletantismo nem por curiosidade nem por compaixão. Viam nessa atividade uma missão: como cristãs “verdadeiras”, deveriam ser caridosas com “esses lares pobres, onde mora uma família numerosa que não possui bens desse mundo, nem alegrias, nem prazeres” (REVISTA *Natal*, 1940, p. 24).

O desejo de visitar e atender aos pobres era justificado, porque

esses pobres são seus irmãos, infelizes sofredores, são os membros do corpo místico de Cristo, são talvez quem sabe galhos partidos, separados da árvore do Cristianismo. É essa a ideia que ilumina só corações dessas noelistas, que fiéis aos seus nomes querem servir sempre em toda parte a presença de Deus. É a caridade que as inspira. Qualquer pessoa mesmo sem religião, por um simples e naturalíssimo sentimento de pena poderia visitar muitas famílias necessitadas, levando presentes e brinquedos? É tão bom dar! Entrar em diversas casas e distribuir donativos, que alegria! Que prazer! Tudo isto poderia unicamente revelar uma índole generosa. Ao passo que [a visita frequente as mesmas famílias], exigiria paciência, espírito de sacrifício. Não seria uma ocupação passageira e sim um compromisso regular de uma visita mensal ou talvez semanal e juntaria aos gestos gênero de um presentinho levado à família visitada a preocupação de um apostolado que bem compreendido, bem orientado pela caridade irradiadora das servas da presença de Deus traria a possibilidade de uma influência cristã na vida daquelas famílias pobres. (REVISTA *Natal*, 1940, p. 24).

Era preciso intensificar as obras materiais, mas e, principalmente, as morais. Para isso, as noelistas se viam preparadas para essa missão, pois, como elas mesmas afirmavam, “o Noel sabe que é preciso formar a tropa antes de enviá-la ao fogo”. A necessidade de levar auxílio aos mais necessitados, ou seja, às famílias mais pobres da população, não se concentrava apenas em atender a uma necessidade material daquele momento, mas em atendê-las, ainda, no sentido de levá-las o auxílio espiritual da fé católica.

A partir de então, podemos afirmar que o apostolado da caridade praticado pelas noelistas era uma prática caracterizada como assistencial e caridosa, marcada pela ideologia católica. Ao participar de um apostolado social, em que objetivavam enquadrar as camadas mais pobres da sociedade, essas mulheres, que representavam uma classe social que detinha o poder e/ou a cultura, desenvolviam uma atuação política realizada através do movimento católico, caracterizando uma forma de intervir no controle social e político das camadas que elas assistiam.

O Núcleo Noelista da Paraíba ultrapassou vários momentos da história política do país, desempenhando seu papel de manter a ordem tradicional. Chegou ao fim na década de 1970, por falta de mulheres interessadas em se dedicar às causas do movimento, e encerrou seus trabalhos com apenas três associadas. Dentre as associadas que mais

contribuíram com o Núcleo paraibano, destaca-se a Professora Carmem Coelho⁵⁶, que o presidiu muitas vezes, direcionando o movimento noelista na Paraíba.

⁵⁶ Carmem Coelho de Miranda Freire (Carmita, como era carinhosamente chamada) nasceu em João Pessoa; foi professora de História do Lyceu paraibano e de outras escolas. Foi admitida no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em 17 de agosto de 1976, na Cadeira nº 29, cujo patrono é seu irmão, o Padre Carlos Coelho, que foi assistente eclesiástico das noelistas. Ela também pertencia a outras instituições culturais, como o Instituto de Genealogia e Heráldica, além de vários livros publicados sobre os mais variados temas.

CAPÍTULO III

ASSOCIAÇÃO PARAIBANA PELO PROGRESSO FEMININO: PRÁTICAS DE UM FEMINISMO CONTROLADO

Instalar-se-á, com a denominação de “Associação Parahybana pelo Progresso Feminino, a associação de senhoras que há dias se vinha organizando nessa capital, sob a direção da Sra. Alice de A. Monteiro, Dras. Albertina Correia Lima e Lylia Guedes, senhorita Olivina Olívia Carneiro da Cunha e outras. O movimento se iniciara em virtude de um convite da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com sede no Rio, por indicação da Dra. Carmem Portinho. A presidente da F.B.P.F. Dra. Bertha Lutz, escrevera a Dra. Lylia Guedes convidando-a, juntamente com a sra. Alice de A. Monteiro e Srtas. Olivina Olívia, Analice Caldas e Ritinha Miranda – a quem também escrevera - a “fundar uma filial da Federação na Parahyba heróica, único Estado nordestino que ainda não tem expressão feminista, mas que certamente uma vez organizado se tornará baluarte das nossas reivindicações” (Y. Associação Parahybana pelo Progresso Feminino – sua instalação hoje - *Jornal A União* 11 mar. 1933 p. 8).

A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino se instalou na Paraíba em março de 1933, como uma filial feminista com fins culturais e com a proposta de não pleitear direitos para as mulheres. O convite e as orientações oriundos da principal organização feminista do país, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF⁵⁷, somados a um contexto político de mais participação política tornaram possível a concretização do desejo de um pequeno grupo de mulheres letradas e pertencentes à elite intelectual e social da capital paraibana simpáticas à causa feminista.

Lylia Guedes, Albertina Correia Lima, Olivina Olívia, Alice de A. Monteiro, Analice Caldas e outras foram impulsionadas pela líder feminista e presidente da FBPF, Bertha

⁵⁷ Durante os anos de 1920 e 1930, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF, sob a liderança da Dra. Bertha Lutz, tornou-se a mais proeminente organização sufragista e feminista no Brasil. Embora novos grupos tenham se formado e ramificado, nenhum se aproximou da FBPF em tamanho, extensão geográfica ou amplitude de rede de contatos pessoais.

Lutz⁵⁸, a enfrentar os obstáculos do meio e a fundar uma filial feminista paraibana, tornando-as parte integrante do grande movimento em defesa das mulheres.

A fundação de uma filial da Federação Brasileira na “Paraíba heroica, único Estado nordestino que ainda não” tinha “expressão feminista”, representava o estabelecimento de alianças para as futuras conquistas do movimento feminista brasileiro organizado pela Federação Brasileira. Bertha Lutz e suas companheiras compreendiam que o momento que antecedia a elaboração da Carta de 1934 era o de estabelecer alianças e ampliar a rede de contatos na busca de apoio à causa feminista na Constituinte.

Era preciso instalar novas filiais, conquistar novas militantes influentes na sociedade, capazes de fazer pressão à classe política, no sentido de ver garantidas as conquistas já alcançadas e outras que ainda poderiam ser conquistadas. Era precioso levar as ideias feministas às cidades mais distantes e recrutar um número cada vez maior de mulheres dispostas a se empenhar na luta pelos seus direitos. Com esse propósito, a “heroica Paraíba” não poderia mais ficar de fora. Sobre esse assunto, Carmem Portinho afirmou: “Sempre que ouvimos falar de uma mulher graduada na universidade, nós lhe escrevíamos e tentávamos trazê-la para o movimento”⁵⁹. Cartas e telegramas foram, nesse sentido, o meio mais eficaz e utilizado pela Federação para estabelecer sua rede nacional de intercâmbio a fim de atender aos seus propósitos⁶⁰.

Dentre as correspondências enviadas por Bertha Lutz às paraibanas para a fundação de uma filial feminista, como informa a nota publicada no jornal *A União*, no dia 11 de março de 1933, citada acima, destaca-se como uma surpresa o fato de que a presidente da Federação Brasileira “também escrevera” para a Ritinha Miranda, convidando-a para fazer parte da luta pelos direitos das mulheres como mais uma integrante da organização feminista que presidia. Tal destaque, quanto ao nome de Ritinha Miranda, deve-se ao seu espírito altamente conservador, religioso e por ser presidente do Núcleo Noelista na

⁵⁸ Pioneira das lutas feministas no Brasil, Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo (SP), no dia 2 de agosto de 1894. Era filha da enfermeira inglesa, Amy Fowler, e do cientista e pioneiro da medicina tropical, Adolfo Lutz. Adolescente, foi completar sua educação na Europa, onde manteve contato com a explosiva campanha sufragista inglesa. Em 1918, em Paris, licenciou-se em Ciências na Universidade de Sorbonne; em seguida, voltou para o Brasil, onde ingressou, através de concurso público, como bióloga no Museu Nacional. Desde seu regresso, aos 24 anos, Bertha tornou-se uma defensora incansável dos direitos da mulher no país. Graduiu-se advogada em 1933, de modo a participar plenamente da vida política (Dicionário Mulheres do Brasil, 2000, p. 106).

⁵⁹ Entrevista realizada por J. Hahner, com Carmem Portinho, Rio de Janeiro, 11 de junho 1984.

⁶⁰ Durante a campanha pela conquista do sufrágio feminino, Bertha Lutz escreveu ao Presidente de Estado da Paraíba, João Suassuna, pedindo-lhe que, assim como o senador do Rio Grande do Norte e candidato ao governo do estado, Juvenal Lamartine, ele também aprovasse o voto feminino na Paraíba. Apesar de se afirmar simpático à luta feminista, João Suassuna enviou um telegrama à Dra. Bertha recusando o seu pedido. Dizia o telegrama: “Já conhecia ideias Senador Lamartine e deliberação congresso Rio Grande Norte sobre voto feminino vejo com mais franca simpatia conferir se esse direito mulher brasileira mas tenho dúvida se congressos estaduais podem instituir lo diante texto estatuto supremo república e restrições capacidade civil mulher casada. Sds reverentes João Suassuna Presidente Estado”. (Telegrama de João Suassuna em resposta a solicitação de Bertha Lutz sobre o voto feminino, 1927).

Paraíba, uma sociedade feminina de orientação católica. Segundo o discurso conservador e dominante da época, a associação de uma representante do meio feminino católico a um movimento que pretendia emancipar “totalmente a mulher” era incompatível com o comportamento tradicional predominante na capital paraibana.

O feminismo constantemente combatido pela imprensa e pela Igreja, como um mal a ser controlado, endossava a recusa de Ritinha Miranda a integrar um projeto feminista na Paraíba. Somava-se às imposições do meio o fato de a noelista ser prima de Dom Adauto A. de Miranda Henriques, Arcebispo da Paraíba e contrário às ideias e às práticas feministas defendidas pela Dra. Lutz, por mais conservadora que a Federação Brasileira pretendesse ser. Entretanto, tais características da personalidade de Ritinha Miranda, assim como seu perfil ideológico, já conhecidos pela Federação, não representavam para Bertha Lutz um entrave ao convite enviado, pois, para as pesquisadoras da Federação Brasileira, o interesse em ter seus objetivos alcançados levou a FBPF a conquistar o apoio de diversas associações femininas com perfis dos mais variados, passando, nesse sentido, a abrigar “um grupo diversificado de sufragistas e de profissionais femininas, de associações cívicas e entidades de benemerência e caridade” (Hahner, 2003, p.313).

Em seus pronunciamentos, as líderes da Federação utilizaram como tática o cuidado de não criticar a família ou a identidade doméstica das quais muitas mulheres dependiam, mesmo que as militantes rejeitassem o papel tradicional de esposa e de mãe como fonte suficiente de autorrealização e segurança econômica. Seguindo essa tática, Ritinha Miranda não poderia ser excluída da campanha da Federação na Paraíba somente por seu perfil conservador e católico, já que se tratava de uma mulher instruída e de classe social privilegiada com grandes possibilidades de exercer influência no meio político-social paraibano. Muitas das integrantes da Federação Brasileira eram donas de casa e católicas (SOIHET, 2006).

Analice Caldas, Albertina Correia Lima, Olivina Olívia, Lylia Guedes, Alice de A. Monteiro, Francisca Moura, Juanita Machado e outras nutriam grande admiração pelo empenho da Dra. Bertha Lutz na defesa dos direitos das mulheres e pela intensa atuação da FBPF no país. Então, bem antes da primeira sessão preparatória⁶¹ para a fundação da Associação Paraibana, a presidente da filial paraibana, Dra. Lylia Guedes, já se apresentava

⁶¹Na primeira sessão preparatória dirigida por Alice Monteiro, Ninita, Albertina Correia Lima, Lylia Guedes, Olivina Olívia e Omezina de Azevedo, foi informado que a sociedade feminina a ser instalada na Paraíba seria “mais ou menos nos moldes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino” e com a finalidade de: “1º promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina; 2º Proteger as mães e a infância; 3º Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; 4º Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; 5º Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público” (Jornal *A União*, 06 de fev. de 1933).

como uma fiel colaboradora da Federação Brasileira na Paraíba, como informa a carta enviada a Bertha Lutz, em resposta sobre o comportamento da mulher paraibana a respeito das conquistas feministas e, principalmente, sobre o interesse delas em participar das decisões políticas do país. Diz a carta:

Distinta patrícia Dra. Bertha Lutz
Meus cordiais cumprimentos

Sem mesmo aguardar qualquer notícia de sua parte referente a minha última carta, venho escrever-lhe novamente, por ter notado nos jornais de ontem e de hoje uma modificação do que mandei dizer sobre o alistamento. Os primeiros editais até então publicavam a individualização completa do alistamento; agora vejo que dessa individualização foi omitida a idade. Por iniciativa de quem? Não sei. O certo é que a atenção foi despertada para o problema. E descobri um indício que me levou a uma suspeita. **O partido catholico está trabalhando para alistar um grande número de mulheres – elemento com que conta para a sua victoria!** Soube então que alguns padres prevendo a verdadeira causa da recusa lembraram as suas parochianas que declarassem apenas a maioria se era esse o motivo que as detinham... Até aqui a lista publicada dos qualificados ex-ofício sobe apenas a 2.087. As qualificações requeridas estão englobadas nos pedidos de inscrição, feitos obrigatoriamente em ambos os casos e chegam somente a 192 no edital de hoje. Em uma população de perto de um milhão e meio de habitantes cifras tão baixas bem evidenciam o desinteresse pelo alistamento. Recebi um número do Boletim da UNIÃO UNIVERSITÁRIA DE MULHERES. Muito agradecida pela gentileza. Aguardando suas prezadas notícias, subscrevo-me atenciosamente, Lylia Guedes. (Carta de Lylia Guedes à Bertha Lutz em 22 de janeiro de 1933).

A conquista do voto feminino em 1932 lançou para a FBPF o desafio de convencer as brasileiras a se registrarem como eleitoras e se tornarem instrumentos de poder para garantir, na futura Constituição, direitos políticos para as mulheres iguais aos dos homens. E, diante dessa imperiosa necessidade para a época, a FBPF formou, em 1º de janeiro de 1933, a Liga Eleitoral Independente, que tinha como objetivo promover a educação política das mulheres e lançar candidatas femininas para as próximas eleições. A referida Liga, portanto, teria também que enfrentar a efetiva participação da Igreja Católica nesse processo de alistamento eleitoral, que, segundo informou Lylia Guedes, seguiu num ritmo intenso de recrutamento de eleitoras defensoras de um ideal católico.

Para a FBPF, a efetiva participação da Igreja no processo eleitoral poderia representar um obstáculo aos interesses do movimento feminista, pois, apesar do caráter moderado do movimento liderado por Bertha Lutz, a vitória da Igreja na Constituição de

1934 poderia não implicar uma vitória feminista, já que a instituição católica era contrária à emancipação feminina e à condição das mulheres como agente político em busca de direitos, como pretendia a Federação Brasileira.

A atuação do “Partido Católico” ou Liga Eleitoral Católica (LEC), em meio feminino paraibano, era mais eficaz por ser um estado em que o número de mulheres católicas era bastante expressivo, e a influência da religião católica era incisiva no comportamento e nas escolhas dessas mulheres, ainda mais se considerarmos que o uso consciente do voto feminino era praticamente inexistente, fazendo prevalecer a orientação católica⁶².

As hostilidades ao feminismo e a qualquer organização de orientação feminista, divulgadas, insistentemente, na imprensa favoreceram para a instalação de posicionamentos contrários a qualquer sociedade feminina de orientação feminista com fins de conquistar direitos para as mulheres. Superar tais dificuldades, impostas pelo meio hostil a tais conquistas, implicava estabelecer estratégias no sentido de tornar a Associação aceitável aos padrões de comportamento definido para a mulher paraibana. Essas estratégias visavam consentir os códigos de conduta estabelecidos por uma sociedade machista, patriarcal e preconceituosa como a paraibana, mobilizando-os para garantir que a fundação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino fosse filiada à Federação Brasileira.

Uma filial feminista com fins culturais

As organizadoras da filial parahybana encontraram grandes obstáculos na adoção do amplo, complexo e elevado programa seguido, pela matriz, que agindo em um meio de grandes possibilidades e tendo a frente um grupo de senhoras escolhidas entre as mais altas mentalidades femininas do país, muito tem realizado na defesa dos direitos da mulher, constituindo-se assim a guarda avançada das reivindicações mais oportunas. **Em nosso meio feminino não há grande entusiasmo pela defesa dos direitos políticos. Urgia, entretanto dar a novel Associação uma feição compatível com as**

⁶² Quando a Igreja Católica decide apoiar o voto feminino, ela o faz porque a maioria de seus fiéis eram mulheres, que seriam aliadas na conquista de seus objetivos dentro no novo contexto político do país. Era a forma de ver garantidas na legislação brasileira reformas que possibilitassem a construção de uma sociedade cristã e o aumento de poder e prestígio político da Igreja. Nesse sentido, cabia à mulher o dever eleitoral católico, no qual elas eram orientadas a votar nos candidatos que garantissem e respeitassem os direitos de Deus e da Igreja. Seu dever político não se encerrava em ter uma consciência cristã na hora do voto, mas em ser uma multiplicadora dessa consciência através do trabalho desenvolvido pela Liga Eleitoral Católica (LEC), com a finalidade de ver seus objetivos atendidos na Constituição de 1934. Para se aprofundar mais no assunto, consultar José Oscar Beozzo - "Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização". IN: BORIS, Fausto (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, v.4, 1986. Edgar Carone. **Brasil: Anos de Crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991. Martha Falcão de Carvalho e Morais Santana. **Estrutura de Poder e Intervenção Estatal – Paraíba 1930-1940**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

aspirações da maioria local e que não encontrasse óbices ao seu desenvolvimento por conter um programa alheio ao ponto de vista geral. Não é que falte entre nós adeptas das grandes conquistas dos direitos da mulher em todos os campos e atividade da vida moderna: mas essas, em flagrante minoria, não desejaram entravar a ação da agremiação nascente, dando-lhe um caráter antipático àquelas que ainda se esquivam de pleitear qualquer direito, ou pelo menos apoiar a ação daquelas que o pleiteiam. Exposto o ponto de vista acima a presidente da F. B. P. F. depois de trocar algumas cartas sobre o assunto, aquela senhora acaba de apoiar o movimento iniciado lembrando que o seguinte programa foi unanimemente aceito: “A Associação Parahybana pelo Progresso Feminino” destina-se a coordenar rumar os esforços da mulher no sentido de **elevant-lhe o nível de cultura e tornar-lhe mais eficiente a atividade doméstica, social e intelectual**”. (Y. Associação Parahybana pelo Progresso Feminino – sua instalação hoje - *Jornal A União* 11 mar. 1933 p. 8).

Desde o início do Século XX, a imprensa paraibana divulgava artigos antifeministas no sentido de construir uma imagem negativa do movimento feminista e daquelas que se empenhavam na luta pela conquista de seus direitos, visando coibir qualquer interesse em seguir a causa feminista. A ironia, o deboche, o grotesco, a zombaria e o ridículo foram armas usadas para intimidar as mulheres a lutarem por seus direitos. Intelectuais, políticos e religiosos eram enfáticos em seus discursos de condenação ao feminismo e sua ação na corrupção dos costumes e na desmoralização social.

O artigo, “Considerações sobre o feminismo”, escrito por Luís Batista para o jornal *A União*, em 1932, condenava o feminismo por “lançar suas improdutoras sementes” na sociedade. Segundo o articulista, “querem a ferro e a fogo que o feminismo prospere, querem a mulher eleitora, querem a mulher no parlamento, na judicatura, nas artes e nas ciências... Isso não dá certo. A verdadeira missão da mulher é o lar” (BATISTA. *Jornal A União*, 05 abr. 1933, p.3).

As feministas eram retratadas como horrorosas, revoltadas, fracassadas, inimigas dos homens ou, simplesmente, mulheres que queriam virar homens. O discurso dominante pautado em postulados médicos informava que o interesse pela política as tornava históricas e aberrações sexuais desprovidas do charme feminino. Mulheres educadas e independentes enfrentavam repetidas vezes escárnio e humilhações. Essas representações geraram uma verdadeira aversão ao feminismo (SOIHET, 2013).

A historiadora francesa, Michelle Perrot (2007), afirma que, independentemente da época e do local em que o feminismo foi posto em prática sempre foi recebido como uma prática progressista e desafiadora da sociedade e das ideias tradicionais e conservadoras vigentes. Por manter essa postura desafiadora, o feminismo gera um antifeminismo que

combate toda e qualquer ideia de emancipação feminina vista com o intuito “desestruturar a sociedade”.

Os novos hábitos, sobretudo a nova forma de as mulheres se comportarem era visto como uma ameaça para a moral da época, representando uma crise social que se aprofundava. A vida moderna, que havia gerado a emancipação feminina, passou a ser alvo de grandes debates dentro dos meios mais conservadores e, principalmente, dentro da Igreja.

Esses obstáculos enraizados na sociedade paraibana pelo discurso dominante sobre o feminismo e o que ele representava, levou as organizadoras da Associação Paraibana a compreenderem que revestir a referida sociedade feminina de “uma feição compatível com as aspirações da maioria local” seria o caminho para a sua aceitação em meio tão indiferente às questões femininas.

Tal compreensão significava aceitar as imposições do meio para a concretização do desejo de uma minoria. Isso não significava se curvar a uma submissão, mas construir um recurso por meio do qual deslocasse ou subvertesse a relação de dominação que o meio impunha como uma condição necessária, naquele momento, e garantisse a fundação Associação Paraibana, porquanto insistir numa associação afirmativamente feminista, com o propósito de investir na luta pelos direitos políticos para as mulheres, barraria qualquer possibilidade de desenvolvimento (CHARTIER, 1995).

Atendendo às necessidades do meio como uma tática necessária, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino se instalou na Paraíba, na condição de filiada da FBPF, com o propósito de atender a objetivos culturais, e não, de defender os direitos políticos para as mulheres. Entretanto, diferentemente das demais filiadas da Federação Brasileira e devido à impossibilidade de seguir o seu programa, a Associação Paraibana não se filiou na condição de Federação Estadual, mas de associada filiada, o que implicava menos compromissos com a Federação Brasileira e a não obrigatoriedade de seguir rigorosamente o seu programa. Essa condição foi permitida e aceita pela FBPF, que buscava conquistar cada vez mais associadas com as mais diversas orientações.

Apesar de a Associação Paraibana ser constituída de uma direção formada por uma elite intelectual “adepta das grandes conquistas dos direitos da mulher em todos os campos e atividade da vida moderna”, ficou estabelecido pelas associadas um programa que atendesse ao caráter cultural da Associação. Inicialmente, foi definida a criação de 12 núcleos de estudos, com a finalidade de garantir a elevação e o nível cultural da mulher paraibana e de tornar “mais eficiente a atividade doméstica, social e intelectual”. São estes os núcleos:

1º Literatura e cultura da língua materna; 2º Brasilidade – Geografia e História da Pátria; 3º Francês; 4º Inglês; 5º Alemão; 6º Italiano; 7º Economia doméstica; 8º Cultura Física; 9º Prendas Domésticas. Pintura; 10º Jogos Recreativos. Música; 11º Beneficência; 12º Educação político-social. Noções de direito usual. (Jornal *A União*, 15 mar. 1933, p. 8)

A estratégia da diretoria da Associação de revesti-la de uma feição que agradasse ao meio feminino paraibano, no sentido de garantir a adesão de um grande número de associadas e ter o apoio da sociedade para desenvolver suas atividades, mostrou-se eficaz, se considerarmos o elevado número de mulheres que procuraram se matricular nos cursos oferecidos pela Associação. O trabalho social dedicado aos mais necessitados também não foi esquecido pela Associação que, por compreender tal atividade como “uma nobre tarefa que não pode ser esquecida por uma associação feminina abrangendo em seu programa obras de caridade”, investiu nesse propósito como forma de garantir o respeito e a aceitação da Associação no meio paraibano (Jornal *A União*, 15 mar. 1933, p.8).

É importante ressaltar que o problema da mendicância, na capital paraibana, havia se tornado um problema social, que despertou o interesse de algumas associações femininas que se dedicavam a contribuir para amenizar o problema, como o Núcleo Noelista da Paraíba, por exemplo, que, desde 1931, realizava obras assistencialistas para atender a essa parcela pobre e miserável da população através das festas: “Natal das crianças pobres” ou “Páscoa das crianças pobres” e “Natal dos trabalhadores pobres” ou “Páscoa das crianças pobres”, além de outras obras cristianizadoras.

Também pensando em atender a moças e viúvas desassistidas da cidade, a Associação Paraibana se propôs a auxiliar moças pobres, para que recebessem certa instrução que as habilitasse a conseguir um meio de vida honesto. A sociedade pretendia manter “uma escola para aquelas que, não estando em idade escolar ou que trabalhando para a própria manutenção, não disponham de bastante tempo, como acontece tantas vezes até mesmo com senhoras” que se viam na “contingência de procurar emprego sem competência para exercê-lo”. E, visando qualquer questionamento ou críticas de ordem religiosa ou política, destacou: “A associação manter-se-á inteiramente alheia a qualquer movimento sectarista (sic), conservando cada associada as suas convicções políticas ou religiosas” (Jornal *A União*, 15 mar. 1933, p. 8). Entretanto, o artigo publicado pelo jornal católico, *A Imprensa*, dias depois da fundação da Associação Paraibana, mostrou que as

explicações apresentadas não foram suficientes para esclarecer os seus “verdadeiros” propósitos e acalmar os ânimos católicos. Eis o que afirma o artigo:

A ‘ASSOCIAÇÃO PELO PROGRESSO FEMININO’, do Rio acaba de fundar em nossa capital uma agremiação congênere. Fundada e dirigida pelo espírito irrequieto da doutora Berta Lutz a A.P.P.F. se torna desde logo suspeita. Quem não conheceu, na República Velha, as proezas divorcistas da escritora Lutz? E, na Nova, a ‘emancipada’ ainda logrou um lugarzinho na Comissão do Ante-Projeto Constitucional. Felizarda em duas Repúblicas... A sucursal que acaba de se inaugurar entre nós, apoiada em nomes respeitáveis de nossa elite social feminina, promete seguir rumos diversos do que norteiam a matriz carioca, dado, segundo as declarações na fundação, o desinteresse de nosso meio pelas questões feministas. A esperta Lutz sabe por essa forma arrebanhar as nossas incautas patrícias sob o inocente pretexto de ensinar-lhes línguas... Ou a filial da Parahyba é um ramo da grande árvore ‘Pelo Progresso Feminino’ e então aceitará mais cedo ou mais tarde o seu programa de divorcio, pelo menos se não chegar como a ‘confreira’ Maria Lacerda de Moura a defesa teórica e prática do amor livre; ou, então, é uma associação toda diversa, de programa definido, dispensando a orientação da conhecida Berta Lutz. As gentis senhorinhas parahybanas pensem nisso: antes só do que mal acompanhadas. Berta Lutz não é boa companhia... (A Associação pelo Progresso Feminino, *Jornal A Imprensa*, 14 mar. 1933, p.2).

A instalação de uma associação feminina sob a possível orientação da principal líder feminista do país não agradou nem um pouco a Igreja Católica na Paraíba. A dúvida quanto aos destinos da recém-instalada sociedade e as influências que ela sofreria da Dra. Bertha Lutz e de seu feminismo “divorcista” e “emancipador” não representavam para a Igreja realmente uma dúvida, mas a imposição de um poder informando que não aprovava a interferência da líder feminista no meio feminino paraibano de maioria católica como também não aceitava que uma filial da Federação Brasileira se dedicasse apenas às questões de ordem cultural e social. Não considerava possível que a filial paraibana pudesse seguir “rumos diversos da matriz carioca”, e o clero considerava o poder de “convencimento” de Bertha Lutz eficaz demais para ser desprezado.

E, por mais que fosse exposto o desinteresse das paraibanas pelo programa feminista, na Paraíba, a Igreja considerava a filiação a uma sociedade como a Federação Brasileira um perigo para a ordem social, porque tinha à frente de suas atividades uma líder

capaz de reverter o pacato meio feminino paraibano em feministas “revoltadas” e empenhadas em conquistar direitos. As críticas dirigidas a Maria Lacerda de Moura (considerada uma feminista revoltada), a Bertha Lutz e à sociedade que ela presidia seguiram no sentido de coibir qualquer ação de influência feminista dessas mulheres na direção da Associação Paraibana, as quais, em outros momentos, expressaram sua simpatia pela conquista de direitos para as mulheres, mesmo sendo portadoras de um comportamento adequado aos padrões morais cristãos da época e pertencendo a uma elite social respeitável.

A conferência sobre “**A mulher e seus direitos em face de nossa legislação**”, apresentada por Albertina Correia Lima, na Rádio Clube da Paraíba, em 22 de fevereiro de 1933, dias antes da fundação da APPF, especialmente dedicada à mulher paraibana, com o objetivo de mostrar ao público feminino que a conquista por direitos civis e políticos para as mulheres era legítimo e essencial para a construção de um país civilizado, o que não justificava os preconceitos estabelecidos sobre o assunto, contribuiu para que o clero paraibano apresentasse seus questionamentos e preocupações quanto ao destino da Associação Paraibana recém-instalada.

Durante seu discurso, Albertina argumentou que a conquista de direitos não poderia mais ser compreendida como resultado de um ato de revolta causado pela insatisfação feminina por ter fracassado em não conseguir assumir a condição de mãe e de esposa, como era apresentado por aqueles e aquelas que se colocavam contrários a tais feministas. Referia que os direitos até então permitidos para as mulheres estavam fundamentados na prepotência masculina estabelecida há muitos anos e que lutar por direitos não significava lutar contra os homens, mas contra a prepotência que dominava. Apontou para a necessidade de a mulher investir na educação e garantir uma profissão, um espaço na sociedade.

O lar, segundo Albertina, já não era mais o seu único lugar de atuação, visto que a sociedade esperava muito mais da atual mulher, que não se desvirtuava por exercer uma profissão fora do lar ou participar da política. E ao apresentar as experiências de outros países em que a mulher se desenvolveu no trabalho, na economia e na política e contribuiu para o progresso e para a elevação moral do país, buscou dar um caráter moderado e moralmente aceitável ao seu discurso sobre os direitos das mulheres na nova legislação. “O ingresso das mulheres nas diversas profissões e ofícios, até então privativos do homem, imprimiu nova feição á vida das nações, sob todos os aspectos” (LIMA. Jornal *A União*, 22 de fevereiro de 1933, p. 9).

O discurso católico considerava a emancipação feminina, através do trabalho, da política e de outras atividades desempenhadas na sociedade, como uma ilusão e um grande

equivoco, pois retirava a mulher do seu “papel verdadeiro” para lhe “emprestar” uma função que não era a sua e que poderia ser tomada de volta a qualquer momento, o que gerava uma falsa emancipação.

Analisado com o propósito doutrinário de ordenar fiéis e a sociedade como um todo, o discurso religioso tinha como instrumento legitimador a instituição católica, que controlava seus fiéis seguindo as leis de Deus. E como representante dessa doutrina religiosa, defendia uma moral cristã que estabelecia a função de mãe e de esposa como uma vocação feminina “orientada moralmente e biologicamente”.

Nesse sentido, qualquer versão do feminismo que colaborava para a emancipação feminina era encarada pelo clero como um perigo eminente a ser enfrentado. Uma realidade social a ser controlada. Uma escola de corrupção dos costumes. Um movimento que impedia a ação de Deus no meio feminino por incentivar a mulher a assumir espaços na sociedade, o que resultaria no abandono de sua missão e do seu destino natural de mãe e de esposa. Assim, a instalação de uma sociedade feminina filiada ao principal movimento feminista do país, na pacata e católica Paraíba, não poderia fugir aos intentos disciplinadores da Igreja.

Os incisivos argumentos apresentados pelo jornal *A Imprensa* foram recebidos com preocupação pela direção da filial paraibana, sobretudo, por compreender que a falta de apoio da Igreja seria um grande obstáculo para o desenvolvimento da Associação pelo Progresso Feminino, haja vista que a maioria de suas associadas era católica. Diante do posicionamento da Igreja em relação à Associação, Lylia Guedes resolveu escrever para Bertha Lutz, para remeter-lhe suas preocupações e, principalmente, pedir-lhe que informasse sobre a relação entre as demais filiadas e o clero, como informa a carta abaixo:

Prezada Dra. Bertha Lutz
Meus cordiais cumprimentos

A carta junta assinada pela diretoria da Associação Parahybana pelo Progresso Feminino, aclamada na noite da instalação, lhe dará uma notícia do que temos feito. Aguardei ansiosa sua resposta, já noticiada na carta da consocia Maria Sabina e como até hoje 3 de abril, nada tenho recebido, resolvi escrever uma notícia somente inspirada nas informações de Alagoas e Recife. Demorei um pouco em enviar-lhe qualquer notícia esperando mandar logo o que publicasse em defeza, mas em vista da demora envio tudo agora. Amanhã sairá o nosso artigo que lhe remetterei. Rogo-lhe a fineza de algumas informações sobre a Federação aí, da maneira como tem sido tratada pelo clero; bem como quais são as outras filiaes, além das três mencionadas em sua primeira carta. Na próxima vez lhe farei uma apresentação de todas as senhoras que fazem parte de nossa Diretoria, pois foram indicadas por mim. Com as minhas recomendações a Dra. Carmem e demais consocias continuo, fraternamente. Lylia Guedes.(Carta enviada a Bertha Lutz por Lylia Guedes em 03 de abril de 1933).

As informações enviadas pela Federação Brasileira sobre a relação entre suas filiadas e o clero local, como havia solicitado Lylia Guedes, formaram a linha argumentativa do texto publicado no jornal *A União* em defesa dos questionamentos da Igreja sobre a orientação da sociedade feminina instalada na Paraíba. E mesmo considerando os exemplos de Pernambuco e de Alagoas numericamente pouco expressivos para convencer a Igreja quanto às práticas “bem comportadas” e sem pretensões políticas da Associação, Lylia Guedes considerava urgente escrever para suas “patrícias” com o propósito de esclarecer que a Associação não era contrária à religião católica nem tinha o objetivo de desenvolver atividades que fossem incompatíveis com a religião que elas professavam.

Para se defender das críticas e dos obstáculos apresentados pelo discurso católico, Lylia Guedes escreveu:

Sr. Redator: Meus respeitosos cumprimentos. Rogo-vos a mínima gentileza da publicação, em vosso conceituado jornal, do seguinte esclarecimento que desejo às nossas patrícias, na qualidade de presidente da Associação Parahybana pelo Progresso Feminino, sociedade recém fundada nessa capital. Logo ao circular a notícia de nossa instalação, algumas associações catholicas eram advertidas pelos seus diretores espirituais de que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com sede no Rio de Janeiro, dirigida pela Dra. Bertha Lutz - sociedade por cuja iniciativa fora fundada a nossa, pregava ideias contrárias ao catolicismo. Ora, a nossa única intenção foi reunir a família parahybana no laço da maior fraternidade, sem impor princípios que viessem ferir melindres religiosos, políticos, ou mesmo regionalista. A associação com as suas setenta e tantas associadas, em grande parte, católicas, conta além da maioria de paraibanas que era de esperar, brasileiras de outros Estados e até estrangeiras, tendo como preocupação exclusiva o engrandecimento da mulher sem imposição ou restrição alguma as suas crenças que serão respeitadas de modo absoluto. Todas somos mulheres e é isto que no momento nos une. (GUEDES. Jornal *A União*, 05 abr. 1933, p.3)

Como defensora de uma ordem social patriarcal tradicional, baseada na diferença entre os sexos, a Igreja compreendia o feminismo como um movimento subversivo e um inimigo a ser combativo por tentar promover mudanças no comportamento feminino que resultariam em um verdadeiro desequilíbrio social, como afirmava a instituição. Por isso suas fiéis deveriam ser alertadas sobre os perigos que o feminismo poderia causar à família e à sociedade, para evitar qualquer investida do feminismo.

Compartilhando dessas ideias, o clero paraibano considerava não haver nenhuma compatibilidade entre o feminismo professado pela Dra. Bertha Lutz e o que a Igreja defendia para as mulheres. Assim, entendia que a Associação Paraibana, como filial da grande corrente feminista do país, era uma entidade que tinha por fim defender princípios contrários ao que pregava a hierarquia.

A prática de orientar as associações católicas femininas a se manterem longe de entidades que visavam à emancipação feminina representava o poder doutrinador do discurso católico na formação de um perfil feminino ideal aos seus propósitos, através do próprio elemento feminino, como foi o caso do Movimento Noelista, cujo principal objetivo era de recuperar o meio feminino das ideias “subversivas” do movimento feminista e prepará-las sob as orientações de eclesiásticos, para se colocarem a serviço de Deus e da Igreja.

Em geral, se, de um lado, a Federação Brasileira assumiu a tática de assumir uma postura moderada e de evitar atacar os aspectos dogmáticos da doutrina da Igreja Católica Romana que fomentavam a subordinação da mulher, mesmo não concordando com eles, de outro, a Igreja evitava, em geral, atacar publicamente o movimento feminista, mesmo se mantendo vigilante para evitar as tentativas feministas de ligar a opressão da mulher à maternidade, à família ou à religião. Porém, no que se refere à Paraíba, o que se verificou foi a total rejeição ao feminismo e ao que ele representava.

Tal desaprovação do clero paraibano representou um problema para a direção da Associação que, consciente da influência da Igreja sobre o meio feminino paraibano, temia o fracasso da recém-fundada sociedade. Podemos, ainda, destacar que era orientação da Federação Brasileira buscar o apoio de diversas sociedades femininas, ainda que fosse com objetivos e orientações diferentes. A tática era estabelecer alianças, e não, promover inimigos.

Para evitar que a Associação fosse obrigada a encerrar suas atividades antes mesmo de iniciadas, a Dra. Lylia Guedes, como presidente da Associação, compreendeu que era urgente a necessidade de defender a sociedade feminina das afirmações apresentadas pelo jornal *A Imprensa*, no sentido de esclarecer a mulher paraibana e também o clero que tais restrições não só não se justificam como eram resultado de uma interpretação apressada por parte dele, já que outras filiadas receberam apoio da Igreja Católica local. Assim, a presidente da Associação se defendeu, afirmando:

Apressei-me, pois, em pedir informações às filiais da Federação, da maneira como tinham sido recebidas pela Igreja Catholica e agora que me chega boa

documentação sobre o caso, estou habilitada a dizer às minhas distintas consocias e demais patricias que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, dirigida pela Dra. Bertha Lutz, de cujo programa nos afastamos na parte em que pleiteia direitos para a mulher – pela razão já divulgada pela imprensa, mas que se faz oportuno repetir, de ser a grande maioria de nossas patricias indiferentes a tais conquistas – foi recebida nos Estados onde fundou filiais, com os maiores aplausos, por parte da Igreja Catholica e em alguns parece até que a Igreja e a Federação comungam o mesmo ideal político. (GUEDES. *Jornal A União*, 05 abr. 1933, p.3)

No sentido de acalmar os ânimos, esclarecer qualquer incompatibilidade entre a Associação e a religião católica, Lylia Guedes continua seu discurso afirmando que,

É pelo menos o que deixa supor a notícia publicada no “Jornal de Alagoas”, de 18/1/932 onde se vê que o revdm. Padre Antônio Monteiro fez uma conferência “A Igreja e a Mulher” na primeira sessão litero-musical levada a efeito pela Federação Alagoana pelo Progresso Feminino. É preciso notar que a Federação Alagoana como as demais filiais não se afasta em ponto algum do programa da Federação Brasileira, obedecendo em tudo a orientação dessa última. Pois bem a conferencia aludida foi presidida pelo Sr. Interventor Federal, ladeado pela Dra. Lyli Lages, presidente da Federação Alagoana e além de outras pessoas gradas, pelo Sr. Exmo. Arcebispo Metropolitano D. Santino Coutinho cujo testemunho é para nós do mais alto valor por ser paraibano e representar uma alta dignidade eclesiástica. Da Dra. Lyli Lages, além dessa, recebi numerosas e elogiosas notícias sobre a atuação da Federação ali publicadas em três jornaes locais, sendo dois dirigidos por padres: “O Semeador” e o “Diário de Maceió”. Esse último dirigido pelo Cônego Antônio Valente diz o seguinte em sua edição de 16/1/1932: “Promovendo essa série de conferências, tem por intuito a Federação Alagoana pelo Progresso Feminino orientar as nossas conterrâneas no caminho de novas responsabilidades, que, como cidadão brasileiro lhes anunciam”. “Felicitemos a novel sociedade pelo modo com que vem, ativa, inteligente e brilhantemente, desempenhado seu vasto e nobre programa”. (GUEDES. *Jornal A União*, 05 abr. 1933, p.3).

Outro exemplo citado por Lylia Guedes foi a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, que teve apoio e incentivos da Igreja para sua fundação na capital do vizinho estado paraibano, como explica:

A Federação Pernambucana foi fundada e é dirigida por d. Edwiges de Sá Pereira, conhecida intelectual pernambucana, pertencente a uma importante

família de seu Estado, senhora virtuosíssima e reconhecidamente católica. D. Edwiges assim me diz em sua carta: “Eu jamais me filiaria a qualquer associação cujos fins contrariassem os princípios da Igreja”. “Sou catholica, de família tradicionalmente catholica”. “Antes de resolver a minha colaboração ao 2º Congresso Internacional Feminista e a fundação em Pernambuco de uma associação congênere da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, ouvi aqui a um ilustre e adiantado sacerdote e no Rio, na própria residência episcopal, ao nosso digníssimo conterrâneo o ilustre bispo D. José Pereira Alves, em Niterói”. “Solicitei a sua opinião (depois de ouvi-la) por escrito, em uma carta que possuo e muito me honra, etc.” Falando ainda d. Edwiges sobre o conceito em que são tidas as senhoras filiadas à Federação no Rio, assim se expressa: “Convidaram-me (a Sra. Bertha) para assistir a uma reunião de assembléia geral da Federação, no palacete da Baronesa de Mesquita – senhora de rigoroso espírito religioso, cuja filha d. Jerônima Mesquita, da associação do Sagrado Coração, tem inestimáveis serviços prestados e amplo prestígio na seção da Igreja do Sagrado Coração”. (GUEDES. *Jornal A União*, 05 abr. 1933, p.3)

A carta de D. Edwiges de Sá Pereira dirigida à Lylia Guedes sobre a atuação da Federação Pernambucana e sua amistosa relação com a Igreja informa, ainda, que a Federação Baiana também foi fundada por uma representante das mais importantes famílias católicas baianas. “Edith Mendes, a simpática, brilhante e equilibrada representante da Bahia, senhora casada, católica em absoluto, fundou a Federação Baiana, filial da Brasileira” e referia-se a Bertha Lutz com muito entusiasmo e sem temer as suas convicções feministas.

A presidente da Federação Pernambucana informou também que o bispo de Niterói, D. José, havia aprovado e enaltecido o Curso de Educação Política organizado pela Federação Brasileira no final do ano de 1932. Sobre o referido curso, D. José afirma acompanhar com muita simpatia “o patriótico movimento de educação política, especialmente no que diz respeito ao salutar e cristão exercício do voto feminino a nossa salvação política está na lição eterna do Cristo e da sua Igreja, aplicada a vida dos povos” (GUEDES. *Jornal A União*, 05 abr. 1933, p.3)

Edwiges concluiu sua carta sobre a relação da Federação Brasileira com a Igreja Católica informando que o apoio da Igreja às práticas desenvolvidas pela Federação só traria benefícios para as mulheres, para a religião e para a sociedade, pois

o voto, que tanto impugnam, não é hoje prestigiado pela Igreja? a LEC [Liga Eleitora Católica] é um atestado vibrante da necessidade da atuação feminina, disciplinada e forte, na legislação do país na política enfim. E o voto (feminino) é preciso notar: É OBRA EXCLUSIVA da Federação

Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada e dirigida por Bertha Lutz. (GUEDES. *Jornal A União*, 05 abr. 1933, p.3)

Apresentar à sociedade paraibana e, principalmente, à mulher paraibana e aos representantes da Igreja Católica local o perfil católico das representantes da Federação Brasileira e de suas filiadas seguia o propósito de desconstruir a imagem negativa divulgada pela imprensa e pelo discurso católico sobre Bertha Lutz e seu feminismo. Um feminismo que, para alcançar os seus objetivos, estava disposto a estabelecer as alianças necessárias, principalmente com o clero, haja vista que a maioria de suas associadas era católica e pretendia permanecer assim. Portanto, era fundamental que essa “aliança” não fosse somente estabelecida, mas também divulgada amplamente, como fez Dona Edwiges de Sá Pereira que, de forma implícita, orientava Lylia Guedes na mesma direção: a de buscar alianças católicas e divulgar o espírito religioso que formava as associadas, para desfazer qualquer imagem que levasse à compreensão de que a Associação Paraibana, por ser filiada à Federação Brasileira, era contrária à religião católica.

É importante destacar que a Federação Pernambucana, fundada em 1931, a Baiana, também no ano de 1931, e a Alagoana, em 1932, estavam inseridas num contexto político e social em que a Igreja Católica via o voto feminino como um importante instrumento na defesa dos seus propósitos, portanto, era facilitada a aliança entre associações sufragistas e representantes do clero católico.

O sufragismo moderado defendido pela Federação Brasileira como tática para alcançar os objetivos do movimento contribuiu para que a conquista do voto feminino deixasse de ser compreendida como uma expressão de revolta para ser exaltada como um fim patriótico e cristão. Isso contribuiu para que algumas filiadas, como a Pernambucana, por exemplo, recebessem o incentivo e o apoio por parte do clero pernambucano para ser instalada, a fim de que fosse organizada a campanha em defesa do voto feminino no Estado. O tema também se estendeu às associações femininas católicas, dentre elas, a Juventude Feminina Católica e o Movimento Noelista, que passou a defender o voto feminino como um compromisso patriótico e religioso, como informou o artigo da noelista Guiomar de Sá Fonte no capítulo anterior.

Os discursos apresentados por Lylia Guedes como argumento em defesa da recém-fundada sociedade feminina buscava, num passado recente, explicações para um presente com uma nova configuração política, em que cada um, movimento feminista e Igreja, pleiteava direitos, muitas vezes incompatíveis com a futura constituição, alterando, em alguns casos, alianças estabelecidas.

Os discursos antes de 1933 faziam parte de um contexto político em que a Igreja, também defensora do voto feminino, recebia com simpatia e até apoiava a campanha em defesa do sufrágio feminino organizada pela Federação Brasileira, presidida pela Dra. Bertha Lutz. O caráter moderado da campanha, cujo foco era o voto sem alterações no sistema político e social, permitiu que alguns representantes do clero brasileiro enxergassem a Federação e suas filiadas muito mais como uma aliada do que totalmente como uma inimiga a ser combatida.

As líderes do movimento sufragista brasileiro desejavam reformar mais do que reestruturar radicalmente o sistema político e social da nação. Buscavam unir-se ao sistema como participantes iguais para melhorá-lo, e não, para subvertê-lo. No confronto com os temores antissufragistas, em especial, sobre o cuidado da família, tinham de reiterar o argumento de que as obrigações políticas de uma mulher não constituíam qualquer ameaça para a vida do lar nem lhe demandariam muito tempo para ser cumprido. Ao ressaltar a importância da contribuição que as mulheres seriam capazes de dar em prol das necessidades públicas e sociais da nação, um espírito assistencial e participativo passou a impregnar o movimento (HAHNER, 2003). Entretanto, o contexto que permeou a fundação da Associação Paraibana era outro - a mulher já havia conquistado o direito de voto, e a luta em defesa dos direitos políticos das mulheres e da conquista de novos direitos parecia ameaçar a instituição católica, que sempre se colocou como responsável pelo papel doutrinador do meio feminino.

Nesse contexto, a influência do discurso católico na construção de uma identidade feminina distante dos propósitos feministas contribuiu decisivamente para uma cultura antifeminista, antes e depois de 1930. Isso ganhava mais evidência na Paraíba, devido ao caráter altamente conservador e devoto da religião católica, que marcava o meio feminino paraibano, de forma que a forte influência da Igreja Católica Romana liderada na Paraíba pelo arcebispo Dom Adauto A. de Miranda Henriques foi incisivamente eficaz para manter o “feminismo” da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino dentro dos limites aceitáveis para a instituição, evitando discussões que ligassem a opressão da mulher à maternidade, à família e à religião.

A Igreja, em seu projeto de manter a ordem social cristã, em que definia para as mulheres o papel de mãe e de esposa, assim como os incentivos ao trabalho feminino sem necessidade ou a conquista de direitos políticos que fossem além do direito de votar e de voltar aos seus deveres domésticos foram diligentemente assistidos. Nessa perspectiva, a direção da Associação Paraibana, formada por membros da mais expressiva intelectualidade feminina, simpáticas às conquistas feministas, compreendia que a atuação

da sociedade deveria levar em consideração os espaços permitidos tanto pela Igreja quanto pela sociedade.

O texto da colaboradora da Associação Paraibana, Juanita Machado sobre Bertha Lutz, publicado no jornal *A União*, em 21 de maio de 1933, é representativo das necessidades do contexto e da importância de se abrirem novos espaços e novas possibilidades para conquistar direitos para as mulheres, a partir da desconstrução da imagem negativa atribuída a Bertha Lutz e ao movimento feminista na Paraíba. Poucas vezes encontramos mulheres se colocando em defesa do feminismo publicamente através da imprensa, principalmente na Paraíba. Juanita Machado fez isso com a propriedade de quem domina a arte e o poder das palavras. Escritora, jornalista e professora do curso de declamação oferecido pela Associação Paraibana, Juanita compreende a arte de falar bem como sendo um “fator imensurável das conquistas mais belas e duradouras”.

De posse de tal poder, ela se coloca muito à vontade para falar da líder feminista, Bertha Lutz, como a mais exemplar figura feminina do país vitimada por injustos preconceitos estabelecidos por cétricos e pela cultura machista predominante. Diz Juanita Machado:

Bertha Lutz

Esse nome é o melhor título para uma síntese de grandeza do ideal feminista. Bertha Lutz foi o general em chefe de exército feminista, no Brasil feminista. Hoje Bertha Lutz é um nome que está consubstanciado com esse ideal de feminismo e esse ideal por sua vez consubstanciou-se com o verbo ser. **Ela é a gonfaloneira do ideal que se concretizou em beneficância, sob as bênçãos de Deus doadas no gesto icástico do alevantado espírito do cardeal D. Sebastião Leme, e sob as bênçãos da mulher redimida do passado, para um presente mais positivo e livre das insidias da fome e do abandono.** Hoje essa figura é uma iluminação de vitórias. Aquele T do seu nome, que o impede de ser “luz” é um símbolo: significava até agora a trave onde se seguravam as feministas, contra a má fé de uns e a ignorância de outros, hoje essa “trave” se fez driça por onde sobe e se hasteia a bandeira do triunfo... **Essa Joana d’Arc do feminismo esteve muito tempo de pé (sempre sobranceira), diante de um tribunal de escribas e fariseus, hoje recebeu permissão para sentar-se e deram-lhe um trono, o eminente apóstolo estendeu um pálio e sua voz disse palavras de paz e de benção, palavras previdentes de pastor,** que chama a si o grande e belo rebanho, do qual Bertha era a guiadora. A sua resistência foi de heroína de fé absterá e firme, como a montanha, que essa fé removeu. (MACHADO. *Jornal A União*, 21 mai de 1933, p.8 – grifos nossos).

Visando desconstruir as críticas contra Bertha Lutz e o movimento feminista por ela organizado, Juanita Machado se apropria de elementos discursivos que fundamentavam as críticas sobre a emancipação feminina e que marcavam a dominação masculina com o

objetivo de fundamentar um discurso favorável à então condenada emancipação. Nesse sentido, a articulista imprime na figura de Bertha Lutz características dotadas de coragem e feminilidade. A heroína de fé inabalável, capaz de superar todos os obstáculos e críticas em defesa de um ideal incompreendido.

Constrói um discurso com o recurso permitido pelas estruturas dominantes para deslocar ou subverter a relação de dominação em defesa de seus próprios fins, utilizando elementos do discurso de representantes da sociedade, do Estado e da Igreja para o processo de desconstrução da imagem negativa elaborada para o feminismo e para sua líder. Estabelece, portanto, “uma tática que mobiliza para seus próprios fins, uma representação imposta – aceita, mas que se volta contra a ordem que a produziu”. Portanto, marca uma resistência em relação à ação dominadora dos discursos negativos sobre a conquista dos direitos das mulheres, organizados, principalmente, pela escrita masculina (CHARTIER, 1995, 41).

As definições atribuídas à Bertha Lutz eram características de mulheres com aceitação por toda a sociedade. Ao defini-la como **a gonfaloneira do ideal que se concretizou em beneficência, sob as bênçãos de Deus doadas no gesto icástico do alevantado espírito do cardeal, D. Sebastião Leme, e sob as bênçãos da mulher redimida do passado, para um presente mais positivo e livre das insidias da fome e do abandono**, Juanita traz para o discurso uma representação imposta pelo discurso masculino, no sentido de construir um recurso permitido com a finalidade de deslocar ou subverter a relação de dominação. Refere-se a Bertha Lutz como uma abençoada, e não, uma rebelde ou revoltada, como afirmavam, pois havia sido autorizada a perseguir um ideal permitido pela Igreja e pela mulher cristã e recata. De forma que não há nada de subversivo ou contrário à ordem cristã na luta feminista.

Compara Bertha Lutz e sua luta mal compreendida em defesa da mulher brasileira com a figura da heroína injustiçada e fiel, Joana d’Arc, que se entregou em defesa da França e que sofreu impunemente o mais cruel dos castigos. Era santificada pela Igreja e estandarte de mulher guerreira e fiel. O convite feito à Bertha Lutz pelo presidente Getúlio Vargas para integrar a comissão de redação do texto da constituição de 1934 é apresentado como a redenção de Bertha e do movimento feminista perante “a má fé de uns e a ignorância de outros”. A comparação dos representantes do estado brasileiro aos fariseus colocava como injustiçada aquela que como “pastor que chama a si o grande e belo rebanho, do qual Bertha era a guiadora”.

A representação de heroína, de fé inabalável, persistente e seguidora de seus propósitos, imprimida na líder feminista, tinha como objetivo apresentar às mulheres paraibanas e a toda a sociedade que a Associação recém-fundada tinha como

representante nacional uma mulher que só deveria inspirar respeito e confiança, o que não justificava as acusações e as inquietações auferidas sobre o seu nome.

A fundação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino deveria ser compreendida, portanto, como um instrumento de esperança e de elevação para a mulher paraibana, como informava outro artigo de Juanita Machado, publicado no *Diário de Pernambuco* e no jornal *A União*, no dia 01 de junho de 1933. Juanita informa a todos que possam interessar:

Está fundada na Parahyba a “Associação pelo Progresso Feminino”. Para todos aqueles que clamam contra o marasmo asfíxiante do meio, não acreditando que mesmo o impulso de nomes prestigiosos como os que formam a diretoria da novel sociedade, pudesse levar de vencida a empresa. Evidenciarão mais uma vez quanto é verdadeira a frase do galanteio gaulez: “Ce qui femme vent, Dieu Le vent”, se quiserem fazer como o prudente e testarudo São Tomé “Ver para crer”. E vale a pena ver a alegria renovadora, o entusiasmo crescente que vai a pouco e pouco congregando ali, naquela sede improvisada, belos espíritos femininos, que já são uma afirmação a par dos outros que se vão fazendo auspiciosas promessas. Caracteriza-os a todos, a mesma ânsia de elevação mental, de perfeição moral e estética e de caridade cristã. Expande-se a inteligência seivosa em demonstrações de cultura, ou no afan de saber, de aprender. É como divina aplestia que tenta saciar-se de beleza e cultura útil. (MACHADO. Jornal *A União*, 01 jun. 1933, p. 5).

Ao apresentar a instalação da Associação Paraibana como sendo a concretização de um “elevado” desejo de uma minoria intelectual feminina a serviço de uma obra que se destinava a elevação mental da mulher, Juanita Machado insiste em desconstruir qualquer crítica que servisse de obstáculo ao desenvolvimento de suas atividades.

A articulista procurava dissociar qualquer imagem que levasse a uma compreensão negativa da Associação. Informava que, ao contrário do que muitos pensavam ou temiam, a Associação Paraibana não representava uma ameaça à formação moral e cristã do meio feminino paraibano, pois suas atividades seguiam com o intuito de possibilitar as suas associadas a “elevação mental e moral”. Ao se apropriar, mais uma vez, de termos permitidos e aceitos pelos grupos dominantes para dar legitimidade ao seu discurso, Juanita buscava apresentar a Associação Paraibana como uma sociedade que visava promover, no meio feminino, práticas de “perfeição moral e estética e de caridade cristã”, características consideradas adequadas e cultivadas por uma sociedade feminina como a Associação.

Assim, garantia sua aceitação pela sociedade paraibana conservadora dos costumes tradicionais.

As críticas dirigidas à Associação foram, então, apresentadas por Juanita como resultado de uma cultura patriarcal marcada por preconceitos machistas e contrários ao desenvolvimento feminino na sociedade. Portanto, eram injustas todas as palavras de condenação dirigidas à Associação e à sua direção.

Segundo Juanita,

nas capitães mais afastadas, onde os costumes patriarcaes conservam laivos de ferrenhos preconceitos medievais, ainda se tenta tolher a ânsia libertadora da mulher, repetindo velhas razões de todo derruídas hoje. Existem, ainda, entre nós, brasileiros, muito agarrados às sedições tradições, e que repetem convictos que o melhor emprego para uma mulher é **um marido**. Sentem esses a revolta de verem abaladas as suas voluptuosas prerrogativas, **de senhor** da mulher pelo poder do capital... O homem de quase todas as latitudes, onde o progresso abarcou todos os problemas, já sentiu a necessidade de fazer da mulher, não somente a musa capaz de condimentar um bom quitute e cerzir meias, mas uma colaboradora eficaz, pronta a substituí-lo, quando houver mister. Mas no Brasil, essa visão do problema chocou com a fatalidade temperamental do homem dos trópicos, de uma raça cheia de primitivismos. Ele olha e enxerga a mulher apenas com os olhos do instinto, ela é para ele, uma propriedade que nem ao menos tem um futuro certo. Mas... devagar, devagar, sobe-se a montanha sem cansar. Digamos, pois, com parabéns na voz: Aleluia! Ela aí vem: a bandeirante de um lindo e alevantado ideal vem para um destino gênero de bondade, para um nobre destino, digno, por todos seus fins, da compreensão elevada e justa de todos os paraibanos que verdadeiramente amam sua terra, em todos os surtos de sua potencialidade entre os quais e primordial o fator da mentalidade. Louvor as desbravadoras, as parsifães de tão magnífico e sumptuário idealismo. (MACHADO. *Jornal A União*, 01 jun. 1933, p. 5).

A aprovação dos Estatutos confirma os propósitos culturais da Associação Paraibana

Durante meses, a diretoria provisória da APPF, formada por Lylia Guedes, Olivina Olívia, Alice de Azevedo Monteiro, Albertina Correia Lima, Francisca de Ascensão Cunha e Analice Caldas, empenhou-se no compromisso de coordenar os trabalhos para a elaboração dos Estatutos da Associação Paraibana. Esse compromisso implicou coordenar objetivos e convicções muitas vezes divergentes. As integrantes da direção, simpáticas às conquistas feministas e à luta pelos direitos civis e políticos das mulheres, compreenderam a

necessidade de recuar em suas ideias e adotar as propostas das demais associadas como uma condição necessária para o estabelecimento da Associação na Paraíba.

A série de reuniões e de debates para definir o perfil e os objetivos da sociedade foi encerrada em 04 de junho de 1933, com a aprovação dos Estatutos, a eleição do Diretório Central (órgão de competência a escolha da Diretoria da APPF) e a escolha da Diretoria. O Diretório Central, formado por Albertina Correia Lima, Lylia Guedes, Alice de Azevedo Monteiro, Olivina Olívia Carneiro da Cunha, Analice Caldas, Francisca de Ascensão Cunha, Catharina Moura, Juanita Machado, Maria Alice Monteiro, Dulce Medeiros e Carmem Bezerra Cavalcanti, elegeu como diretoria da APPF a Dra. Lylia Guedes, como presidente; Olivina Olívia, vice-presidente; Juanita Machado, oradora; Francisca de Ascensão Cunha, tesoureira; Alice Monteiro, secretária; Analice Caldas, bibliotecária, e Albertina Correia Lima, como consultora jurídica.

A escolha da diretoria foi comunicada à Federação Brasileira, via carta, em resposta a sua solicitação. O caráter centralizador da Dra. Bertha Lutz impedia que qualquer atividade ou alteração realizada por suas filiadas ficasse fora do seu conhecimento. Para isso, estabeleceu o constante contato entre elas, através da troca de cartas, em que eram enviadas orientações e informações.

Os dois primeiros artigos dos estatutos reafirmam a filiação à Federação Brasileira e confirmam o objetivo de “coordenar e rumar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível de cultura e tornar mais eficiente a atividade doméstica, social e cultural”. Os núcleos de trabalhos escolhidos para atender ao programa de formação cultural, intelectual, doméstica e social da Associação, já definidos na solenidade de sua fundação, foram mantidos nos estatutos com o cuidado de especificar, de forma clara e objetiva, a finalidade de cada um, como consta no artigo terceiro.

Art. 3º - A Associação inicia suas atividades com a criação de 12 “núcleos” adiante especificados: 1º CULTURA DA LÍNGUA MATERNA – Literatura em geral. Esse núcleo tem por fim proporcionar uma educação intelectual mais ampla e aprimorar tanto quanto possível o manejo da língua vernácula, preocupação cujo valor nunca é demais encarecer; 2º BRASILIDADE - GEOGRAPHIA E HISTÓRIA DO BRASIL. Destina-se o núcleo de Brasilidade a estudar com o máximo interesse a geographia e a história pátria intensificando o sentimento de patriotismo e fazendo conhecer o valor e utilidade das imensas riquezas naturais de nosso vasto país. 3º FRANCÊS. 4º INGLÊS. 5º ALEMÃO. 6º ITALIANO. O estudo de línguas, ampliando a cultura intelectual pela aquisição de novos conhecimentos será um meio de preparar as associadas a falarem as línguas modernas, habilitando-as ainda, na literatura estrangeira, apreciar o estilo do escritor lendo a obra na língua original. 7º ECONOMIA DOMÉSTICA. Esse núcleo cuidará da alimentação

(escolha e preparo), da higiene, da habitação e de tudo quanto se relacione com a boa ordem e administração do lar. 8º CULTURA FÍSICA. Esse núcleo tem por objetivo promover a conservação da saúde prescrevendo preceitos higiênicos além de exercícios físicos que fortaleçam e embelezem o corpo. 9º PRENDAS DOMÉSTICAS. Esse núcleo é um desdobramento do de educação doméstica e destina-se a confecção de roupas e de toda sorte de ornamentação do lar. 10º JOGOS RECREATIVOS. Música. Esse núcleo ocupa da parte recreativa da sociedade. 11º BENEFICÊNCIA. Logo que disponha de uma renda suficiente, cuidará esse núcleo do problema da mendicância, bem como de auxiliar as moças e senhoras desempregadas a se prepararem para a obtenção de um emprego ou qualquer meio de vida honesto seguindo o plano que for estabelecido no Regimento Interno. 12º EDUCAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL. Esse núcleo fornecerá instruções sobre o exercício do voto e sobre a organização administrativa do país. a) Aí aprenderão também as associadas a exercer certos direitos sem precisar da orientação de outrem, como passar mandatos, simples contratos, escrituras, ligeiras transações, tudo finalmente que a lei faculta ao cidadão na defesa ou simples exercício de seus direitos, independente de advogado; b) Esse núcleo ainda tornará conhecidas das suas associadas as principais leis do país. (Estatutos da APPF, 1933, p. 3-5).

A definição de alguns cursos oferecidos pela APPF às suas associadas buscava atender à ânsia que o contexto apresentava em relação ao meio feminino não somente da Paraíba, mas também de todo o país. Apresentou como projeto feminino a ampliação do conhecimento sobre os cuidados com o lar e a família a fim de torná-las mais salubres.

Os discursos publicados nos mais variados jornais e revistas da época apontavam para a necessidade de se criarem escolas domésticas, com o objetivo de preparar as mulheres cientificamente para os cuidados com o lar e com a família de forma a garantir uma melhor saúde e formação do futuro cidadão da pátria. Nesse sentido, compreendia-se a necessidade de uma educação feminina mais ampla, que a habilitasse a assumir o papel de mãe-educadora a serviço da nova nação que perseguia o caminho do progresso e da civilização.

O debate que já vinha sendo travado na sociedade brasileira a respeito do papel das mulheres assumiu lugar central na cena pública, notadamente quando a função maternal adquiriu contornos diferenciados na virada do Século. Associada ao projeto modernizador, a maternidade, ainda que intrinsecamente vinculada à natureza feminina, rompia as fronteiras da esfera doméstica e adquiria um novo caráter, de missão patriótica e função pública. Ser mãe não significava apenas garantir filhos ao marido, mas cidadãos à pátria. (FREIRE, 2009, p.21).

Como consumidora desses discursos de valorização da maternidade e da nova dimensão do papel da mulher na sociedade da época, promovidos pela elite social e intelectual, a Associação Paraibana compreende tal necessidade como um compromisso com a mulher paraibana, para lhe garantir uma ampla formação, no sentido de “elevar-lhe o nível de cultura e torná-la mais eficiente para a atividade doméstica, social e cultural”.

Nesse contexto, em que o papel da mulher-mãe é constantemente exaltado, a Igreja Católica também se coloca como portadora de um discurso em defesa de uma melhor educação, sobretudo como formadora de uma educação cristã a ser transmitida para os seus. Ambos os discursos eram absorvidos pelas associadas que, além de pertencer à elite social, eram de maioria católica. A valorização dessas ideias explica o sucesso dos cursos representado pelo grande número de associadas inscritas e interessadas em participar.

Sobre as inscrições nos núcleos, os estatutos determinam:

Art. 4º - A inscrição nos núcleos em funcionamento até a reunião da Assembléia Geral para a aprovação dos presentes Estatutos será gratuita, havendo uma contribuição mensal de 1\$ nos que se venham a organizar posteriormente. a) os núcleos isentos de contribuição por se acharem já funcionando são os seguintes: Cultura da Língua Materna, Brasilidade, Francês, Inglês, Alemão, Educação Político-Social e Declamação; este último estava unido ao 1º, mas será posteriormente desligado. Art. 5º - É facultado à diretoria o desdobramento, a supressão ou criação de qualquer núcleo, bem como a alteração da contribuição de que trata o art. 4º. Art. - 6º A associação poderá ainda proporcionar qualquer ensinamento dentro dos limites do art. 2º, independente de nucleamento, por meio de palestras às associadas em geral. Art.7º - Será limitado o número de sócias da Associação Parahybana pelo Progresso Feminino. § Único – A diretoria, entretanto, poderá sustentar as inscrições sempre que por qualquer motivo assim julgue conveniente, podendo também convocar para isto a Assembléia Geral que deliberará da primeira vez o número de sócias que comparecerem. (ESTATUTOS DA APPF, 1933, p. 5-6).

Assim, os Estatutos da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino determinaram que a Diretoria atribuiria os critérios de organização e os conteúdos dos cursos oferecidos pela sociedade. Portanto, era sobremaneira importante para o desenvolvimento da Associação que fosse atribuído mais poder de decisão à sua direção, e ainda que ela fosse escolhida por votação, através de uma eleição de que todas participassem, a Federação orientava às organizadoras da sociedade que se mantivessem à frente dessas escolhas.

A Diretoria deveria ser formada por um grupo de adeptas ou simpatizantes da causa feminista de forma que pudessem manter a rede de contato direto com a matriz nacional, para atender às suas orientações para o fim maior, que era o de conquistar direitos para as mulheres, mesmo que a maioria de suas associadas não compreendesse a importância de tais conquistas. Nesse caso, o sigilo entre a matriz e sua filiada garantia a eficácia de suas práticas feministas veladas.

Sobre o ingresso das novas associadas, a classificação em categorias e sua efetiva participação na Associação, os Estatutos determinam os seguintes critérios:

Art. 8º - Poderão ser sócias todas as senhoras ou senhorinhas maiores de 18 anos, desde que possuam idoneidade moral e sejam devidamente propostas. § único - As sócias fundadoras menores de 18 anos serão conservadas e qualquer sócia proposta no mesmo caso poderá ser admitida se tiver diploma oficial ou de escola equiparada a qualquer estabelecimento secundário oficial. Art. 9º - A Associação terá 4 categorias de sócias: fundadoras, efetivas, correspondentes e beneméritas. Art. 14º - As sócias fundadoras e as efetivas contribuirão com a mensalidade de 2\$, formando assim a classe das contribuintes. Art. 15º - A sócia contribuinte, quite com os cofres sociais, tem direito: a) a votar e ser votada ou designada para qualquer cargo; b) a utilizar-se dos livros, jornais e revistas da bibliotheca, bem como do aparelhamento de jogos ou qualquer outro objeto pertencente à sociedade; c) a fazer qualquer proposta de interesse para a Associação e de utilidade social; d) a convocar a Assembléia acompanhada de 9 sócias quites, apresentando motivo relevante a juízo da diretoria. Art. 18º - A sócia que desejar propor novas associadas comunicará previamente sua deliberação a pelo menos dois membros da diretoria e essa encaminhará a proposta à Comissão de Sindicância. Essa última dentro de 8 dias deve dar o seu parecer pedindo prorrogação do prazo somente quando lhe seja uma investigação mais demorada. Art. 19º - A sócia que tendo recebido a comunicação de que foi aceita deixar de comparecer, sem motivo justificado, a 3 sessões consecutivas da diretoria para se empossar será considerada como não aceita. (ESTATUTOS DA APPF, 1933, p. 7-8).

Fazer parte da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino era “privilégio” para poucas. Os critérios estabelecidos por seus Estatutos restringiam o nível social e intelectual de suas associadas e definiam o caráter elitista da sociedade.

A Comissão de Sindicância nomeada pela direção, em caráter restritamente confidencial, com o objetivo de dar parecer sobre a admissão das novas sócias, garantia o perfil conservador e elitista da Associação que, apesar de também se propor a atender a mulheres pobres, no sentido de lhes oferecer uma formação, a fim de prepará-las para o mundo do trabalho e para uma vida mais honesta, tinha como foco das suas atividades a

ampliação de sua formação intelectual e cultural, para atender aos interesses de uma classe que buscava cada vez mais privilégios.

A Associação Paraibana, portanto, instalou-se na Paraíba, organizada por um grupo de mulheres da elite social e intelectual, com o objetivo de atender aos interesses da mulher pertencente a uma classe social privilegiada, e não, à mulher pobre e trabalhadora, que continuava desprotegida e vulnerável à exploração, ao preconceito e ao abandono econômico e legislativo. Sobre a organização administrativa da Associação, os Estatutos determinaram: “A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino se comporá dos seguintes órgãos administrativos: a) uma diretoria ou diretório central; b) um diretório dos núcleos; c) um conselho fiscal; uma comissão de sindicância”. Ficou estabelecido, também, que os assuntos de interesse da sociedade fossem apresentados e debatidos em assembleias ordinárias, que seriam realizadas anualmente, no dia 11 de março, data de sua fundação. Na Assembleia, a presidente também deveria apresentar o relatório anual das atividades e o balanço da tesouraria. O referido relatório também deveria ser apresentado à Federação Brasileira para a apreciação das atividades desenvolvidas pela filiada, que avaliava o desempenho dos seus objetivos e orientava a intensificar suas práticas, quando necessário, a fim de atender aos objetivos feministas da matriz (ESTATUTOS da APPF, 1933, art. 23º, p.).

Os Estatutos também determinavam que a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino fosse mantida enquanto houvesse um número de sócias que a quisesse e pudesse, diferentemente da Federação Pernambucana e de outras filiadas, que foram obrigadas a encerrar suas atividades por determinação do regime do Estado Novo que a compreendia, não como uma sociedade de promoção cultural, mas como uma entidade política (ESTATUTOS da APPF, 1933, art. 54, p. 15).

Assinaram os Estatutos as representantes da primeira diretoria eleita da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, formada por: Lylia Guedes, Olivina Olívia, Alice de Azevedo Monteiro, Albertina Correia Lima, Analice Caldas e Francisca de Ascensão Cunha. A conclusão e a aprovação dos Estatutos representavam para a Associação Paraibana o estabelecimento de um ideal a ser desenvolvimento. O passo seguinte seria o de fortalecer a sociedade, incitando cada associada a assumir o compromisso empenhado nos artigos dos Estatutos, a fim de alcançar o seu principal objetivo - o de garantir a elevação mental da mulher paraibana.

Diante dessa imperiosa necessidade, Juanita Machado, então oradora da Associação, discursou para as associadas, a fim de lhes informar que deveriam se manter fortes e persistentes diante dos preconceitos, “da má fé e das deblaterações” em prol do ideal de elevação feminina a que se propunha a APPF. Com o objetivo de fortalecer a

Associação na defesa de seus ideais, Juanita apresentou um discurso permeado de analogias populares e cristãs amplamente disseminadas na sociedade.

Ao se reportar à fábula do feixe de lenhas, que ensina que a união faz a força, caracterizou as associadas como sendo um feixe de almas que precisavam se manter unidas para alcançar os seus propósitos, mantendo-se firmes e perseverantes, unidas por uma força de vontade capaz de superar todas as contingências em prol de “um progresso útil, que obrigasse a má fé de hoje a se curvar sem argumentos justos, como até agora” (MACHADO. *Jornal A união*, 1933, p.5)

Continuou o seu discurso construindo mais uma analogia para reafirmar a importância da força da união em defesa de um elevado propósito utilizando-se da expressão divina que diz: “Eu estou em cada ato de bondade e de beleza como o fio através de um colar de pérolas”. Foi assim que convocou as associadas a se afirmarem como uma pérola, unidas pelo “belo e consistente ideal” que anima a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. “Um ideal que a todas congregou sob a flâmula azul, do mesmo anseio de elevação” (MACHADO. *Jornal A União*, 1933, p.5).

A Associação compreendia que, para prosseguir com seus propósitos, deveria preparar suas associadas para enfrentar a onda contrária às ideias de progresso para o sexo feminino, representada pelos discursos de dominação masculina, amplamente divulgada pela imprensa, pela Igreja e pelos debates informais. Ciente de tal necessidade, Juanita Machado apostou no poder das palavras para enfrentar os discursos contrários à Associação e ao que ela se propunha.

Portadora de uma brilhante oratória, Juanita apresentou como estratégia de defesa e de combate as mesmas armas e imposições apresentadas contra as conquistas femininas na sociedade, através do trabalho, da educação e da política. Apropriou-se de elementos do discurso dominante para dar legitimidade ao ideal que defendia. Representou uma figura das mais expressivas em defesa dos ideais feministas na Paraíba no início do Século XX.

Prosseguindo com seu discurso unificador e fortalecedor da Associação Paraibana, Juanita informou às consocias que era preciso persistir com a força dos bandeirantes e superar os obstáculos em defesa de um ideal superior. E assevera:

Sabeis todas, muito bem, o que foram os heróis das bandeiras, esses bandeirantes que penetraram, rasgaram, desbravaram, as matas, passando a véu os rios e igapós, sem temer as mazelas da caminhada porque tinham têmperas de titãs; incitava-os um idealismo, prático é verdade, mas patriótico também, é que não só venceram, mas também, criaram um símbolo imortal, símbolo de perseverança, de altivez, de coragem moral. Vós sois as bandeirantes desse trabalho de patriótico alcance que é desbravar o caminho da vida, para uma finalidade de bem coletivo, lançando mão dos nobres

meios da inteligência e capacidade de trabalho, que uma sã e boa orientação dá a essa inteligência. Pois bem, bravas bandeirantes, que um mesmo ideal une e encoraja, que nenhuma deslustre a grandeza do sonho, que já se vai fazendo realidade, que nenhuma desmereça o símbolo de constância e fortaleza que erigiram até agora. Que se não confirme o que dizem por aí... Fogo de Palha (MACHADO. *Jornal A União*, 1933, p. 5).

A articulista apresenta para as consocias e para quem possa interessar, principalmente os divulgadores de um discurso contrário aos seus propósitos, que o caráter que marcava a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino era resultado da bravura de um grupo de mulheres dispostas a desbravar as matas do preconceito plantadas há séculos, no tradicional estado da Paraíba, uma bravura que deveria se expandir para todas aquelas que integravam a Associação de forma a persistir na busca de seus ideais, o que, para Juanita, só representaria uma ameaça àqueles que se utilizavam dos meios mais degradantes para manter uma estrutura patriarcal e dominadora que em nada correspondia aos almejados interesses de progresso e de civilização, ao contrário, apenas reafirmavam a marca do atraso e do arcaico que ainda fundamentava a sociedade paraibana.

Sobre as redentoras que formavam a diretoria da referida sociedade feminina, Juanita as apresenta assim:

Seis pastoras de um maravilhoso sonho, seis gonfaloneiras de um nobre idealismo, seis porta-bandeira de uma vitória final, portadoras todas elas de raras credenciais de beleza moral, de valor mental, criaram essa sociedade, através as hostilidade do ambiente maninho. (MACHADO. *Jornal A União* 1933, p. 5)

Essas pastoras, segundo Juanita, por acreditar na importância de um ideal,

plantaram essa árvore de Jessé, cujas benditas ramadas hão de abrigar uma nova geração de mulheres, mais cômicas de suas prerrogativas. É necessário que isso fique consignado de uma maneira indelével nos anais da sociedade, é preciso que se cumpra essa justiça, não de palavras que se esfumam no ar, mas de fatos que se não esqueçam através de nossa vida associada. Para as que chegam, para as que hão de vir, é preciso mostrar que nós todas sabemos compreender e consagrar o valor e estimular o bem. (MACHADO, 1933, p. 5)

A Igreja Católica paraibana, ao questionar sobre a orientação que iria nortear as atividades desenvolvidas pela Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, apontou o movimento feminista como uma árvore que não poderia produzir bons frutos, indagando de forma condenatória aquelas que se interessassem por fazer parte dela, como informa o artigo já citado, que diz: “Ou a filial da Paraíba é um ramo da grande árvore ‘Pelo Progresso Feminino’ e então aceitará mais cedo ou mais tarde o seu programa de divórcio” (Jornal *A Imprensa*, 14 mar. 1933, p. 2).

Em seu discurso de defesa da Associação Paraibana, Juanita utiliza a simbologia da árvore de Jessé para construir seus argumentos contra as críticas que lhe foram direcionadas, por ser vista pela sociedade como uma ameaça à ordem social por promover a emancipação feminina responsável por retirar as mulheres dos seus lares para ocuparem espaços, até então, considerados como de exclusividade masculina.

A árvore de Jessé é uma representação artística da árvore genealógica de Jesus a partir de Jessé, pai do rei David. Segundo texto da Bíblia, aqueles que brotavam dessa árvore, “do tronco de Jessé, e de suas raízes, um renovo frutificará”. Ao fazer uso dessa simbologia para representar a fundação da Associação Paraibana, a articulista procurava apresentar à sociedade paraibana que a então sociedade feminina recém-instalada deveria ser aceita e bem recebida por ser bendita e por ter como propósitos promover bons frutos, mesmo em solo infértil.

Os argumentos do discurso cristão utilizados nos textos de Juanita Machado como instrumento legitimador das práticas “feministas” na Paraíba representam uma resistência ao discurso dominante marcada pela apropriação de um recurso permitido para subverter a relação de dominação, o que permitindo uma aceitação que possibilitava o desenvolvimento de suas atividades atendendo às peculiaridades de um contexto marcado por uma cultura tradicional em que não cabiam ao segmento feminino largas expressões de reivindicação.

Estabelecendo alianças e conquistando apoio

A festa em homenagem ao interventor Gratuliano de Brito, oferecida pela Associação Paraibana pelo Progresso Feminino em 23 de julho de 1933, foi representativa da tática utilizada pela sociedade para conquistar o apoio do estado, através de seu representante maior, para a sua atuação na Paraíba. A festa também estendeu a homenagem ao cônego Mathias Freire e aos representantes da imprensa.

O apoio de pessoas e dos setores importantes e influentes da sociedade foi uma tática desenvolvida por Bertha Lutz para alcançar os objetivos do movimento feminista na conquista do voto feminino e que se estendeu para todas as suas filiais, entre elas, a

Associação Paraibana que, seguindo orientações de sua matriz, promoveu uma festa em homenagem ao interventor do Estado, a um representante da Igreja e ao veículo de divulgação de ideias, projetos sociais, comportamentos e definição moral, como é o caso da imprensa.

Apresentada como um evento cultural com apresentações de pessoas de renome no meio artístico e cultural paraibano e, a princípio, divulgada como sem nenhum propósito político, a referida festa foi amplamente divulgada pela imprensa para informar a despreziosa realização da sociedade feminina. A divulgação também visou convidar as demais autoridades, colaboradores da Associação e suas associadas e família.

Sobre a festa de homenagens organizada pela Associação Paraibana, o jornal *A União* dedicou um artigo apresentando os mais largos elogios:

A solenidade que teve início às 20 horas, consoante estava assentado, no salão nobre da Escola Normal, teve o comparecimento pessoal do chefe do governo, de várias autoridades, numerosas famílias da sociedade pessoense, representantes da imprensa, etc. O programa da manifestação, magnificamente selecionado, foi cabal e habilmente desempenhado pelas gentis senhoritas componentes daquele núcleo feminista e da Escola de Música “Anthenor Navarro”. Tanto a parte de declamação como a de piano mereceram os mais justos e significativos aplausos da seleta assistência, que não negou as suas palmas às dedicadas alunas da sra. Juanita Machado e do professor Gazzí de Sá. (Jornal *A União*, 25 jul. 1933, p. 1).

É importante ressaltar que a festa também objetivou agradecer pela nova sede da Associação instalada no prédio da Escola Normal, “cedido gentilmente pelo Sr. Interventor Gratuliano de Brito, de acordo com o cônego Mathias Freire, diretor do mesmo estabelecimento de ensino”, e em agradecimento ao espaço cedido pelo jornal *A União*, para a publicação da “Página Feminina” sob a direção da Associação. Mesmo com todas as recusas de suas associadas, a imprensa se dirigia à Associação Paraibana como “um núcleo feminista”. Essa definição não foi adotada pela diretoria, que a afastou da imagem da sociedade feminina por ela organizada, pois, como já referimos, a denominação feminista carregava um caráter pejorativo que afastava qualquer pretensão de associação feminina. Entretanto, sua filiação à Federação Brasileira e, principalmente, a Bertha Lutz registrava essa denominação mesmo com todas as recusas apresentadas (Jornal *A União*, 31 mai. 1933, p. 8).

Prossegue o artigo:

Ao término da elegante festa de arte, o cônego Mathias Freire, diretor da Escola Normal, pronunciou eloqüente discurso, agradecendo em nome do chefe do governo e no seu próprio aquela demonstração de simpatia que acabavam de receber. Disse do alcance da Associação Parahybana pelo Progresso Feminino, e dos relevantes serviços que vinha prestando a mulher pessoense a sra. Juanita Machado que, com as luzes do seu espírito e fina intelectualidade, organizará entre nós tão futura e tão útil agremiação. Prossequindo em seu discurso, o distinguido sacerdote falou sobre a boa vontade sempre revelada pelo interventor Gratuliano de Brito em favor da bela iniciativa, enaltecendo as suas qualidades pessoais e os inestimáveis serviços que vem prestando ao nosso Estado, numa administração de paz e trabalho. (Jornal *A União*, 25 jul. 1933, p. 1).

As atividades desenvolvidas pela Associação Paraibana, para elevar o nível cultural e intelectual da mulher paraibana, sem pretensões políticas aparentes, e prepará-las para a vida social e doméstica, através das aulas ofertadas pelos diversos núcleos que formavam o seu programa, foram representativas de uma estratégia eficaz para garantir o apoio e a confiança dos setores mais importantes e influentes da sociedade. O sucesso da festa em homenagem ao interventor do Estado e que também se estendeu ao cônego Mathias Freire e aos representantes da imprensa, foi mais uma representação dessa estratégia, que buscava estabelecer alianças entre as principais instituições que formavam os pilares da estrutura de poder na Paraíba.

As expressões de enaltecimento e de agradecimento empenhadas aos homenageados pela Associação Paraibana foram registradas através do discurso proferido por Juanita Machado durante a solenidade. Mais uma vez, a inteligência e o domínio com as palavras foram usados para agradecer e estimular novas expressões de apoio, de forma que aos homenageados foram dispensados os mais exuberantes elogios.

Ao se dirigir a Gratuliano de Brito, enalteceu sua “mentalidade fulgente e liberal” e ressaltou:

Não podia de certo, o Sr. Interventor ficar indiferente ao movimento inaugural de uma sociedade como essa, auspiciosa e de mais elevada finalidade. À sua visão abstersa, magistrado supremo do Estado, não podiam escapar as mil sutilezas que formam a trama de nosso idealismo consistente e patriótico como aqueles que mais o possam ser. Exmo. Sr. Interventor o gesto desassombrado e generoso com que v. exc. , acolheu e amparou a nossa associação, foi uma festa verde na qual as nossas esperanças cataram hinos numa voz armisona de lutadoras em marcha. Foi bandeira branca a drapejar num pícaro de montanha, em acenos de paz... Pondo a disposição da nossa sociedade os salões da Escola Normal, foi como si lhe desse azas, ampliando, multiplicando ao incalculável, as suas possibilidades educativas e beneficentes. (Jornal *A União*, 25 jul. 1933, p. 1).

Em agradecimento, a Associação se comprometeu em expandir

o nobre e útil programa apenas começado; programa que aspira a uma constante elação da mentalidade feminina, que deseja se utilize de modo nacional a inteligência e a capacidade produtiva da mulher, fazendo dela um fator útil, livrando-a sobretudo do ativismo inconsciente que a tornou um simples motivo de lirismo gongórico. A mulher evoluída, consciente de sua personalidade moral e biológica, compete fazer do filho – cidadão de amanhã – um ente moralmente são, eugenicamente perfeito, mentalmente liberto. E nada disso exclui a fé religiosa, que faz do lar um encantado e almo agnosteiro, onde a bondade feminil é o Agnus-Dei do companheiro irredimido (Jornal *A União*, 25 jul. 1933, p. 1).

O discurso dominante, que define para a mulher-mãe moderna uma formação adequada para educar melhor os futuros cidadãos da nação, que defende a maternidade não mais como algo natural, mas como uma atividade científica desenvolvida, capaz de gerar filhos para a pátria, cidadãos “moralmente são, eugenicamente perfeitos, mentalmente libertos”, atualiza o discurso de Juanita Machado e coloca a Associação alinhada aos objetivos do Estado brasileiro num contexto em que o projeto modernizador, com vistas ao progresso e à civilização, tinha como base formar uma nação forte, com cidadãos bem formados e um papel feminino bem definido na condição da mulher-mãe preparada para ofertar o melhor para essa nação. Sua estratégia de adicionar ao discurso o papel da mulher cristianizadora do seu lar e da sociedade também empenha um compromisso não somente com o Estado, mas também com a Igreja Católica, que, apesar dos prestígios políticos perdidos, mantinha uma influência incisiva na sociedade brasileira, ainda mais no tradicional e patriarcal estado da Paraíba. De forma que o apoio dessas duas instituições mostrava-se imprescindível para o estabelecimento da Associação Paraibana pelo Progresso feminino e seus futuros fins.

Juanita continuou sua estratégia de exposição argumentativa defendendo a igualdade social e jurídica da mulher como uma condição necessária para a construção de uma nação moderna e civilizada. Uma conquista ainda mal compreendida por aqueles que insistiam em se sustentar em argumentos infundados e preconceituosos. Alertando as associadas para as dificuldades encontradas pelo caminho e a força necessária para superá-las, afirmou:

Todas nós sabemos que a equidade social e jurídica da mulher depende do grau de cultura de cada povo. Estamos certas, por isso mesmo, de que essa

equidade para nós, brasileiras, não será adquirida sem luta e sem riscos. Um vento continuará a sacudir a árvore uberosa do feminismo; mas na fúria iconoclasta, só o que for frágil e velho cairá da copada fronde, de modo que o próprio excídio fará a seleção (Jornal *A União*, 25 jul. 1933, p. 1).

Ao se dirigir à elite intelectual paraibana, procura esclarecer, eloquentemente, o quanto eram injustas e infundadas as críticas dirigidas à Associação Paraibana:

À elite mental da Parahyba cabe imitar o gesto áulico do nosso ilustre Interventor, gesto que foi uma benção olímpica do azul, auxiliando beneficentemente a frutecencia da pequena semente embrionária, que é por ora a nossa associação: À elite mental da Parahyba cabe amparar essa iniciativa para que sua ação beneficente se faça fonte iblea de beleza, ao espírito e à alma de suas mulheres, não esquecendo que elevar a mulher é preparar com inteligência a geração futura. O Estado da Parahyba é um guerreiro destemeroso, cuja espada, está sempre pronta a defender os mais nobres ideaes, com denodo e com ardor; é de esperar, pois que ele defenda as mais sublimes das causas, a única perene através das vicissitudes dos séculos e dos milênios, aquela que melhor atesta aos porvindouros, o valor de um, a pujança de uma raça, flama que é divino no humano – A mentalidade! É pela elevação mental da Parahyba, senhores, é pela glorificação de seu cérebro imenso, pletórico, equatorial, que essas falangiarias femininas estão tersando armas, numa luta que não tem sido isenta de sacrifícios. Prol á elas, senhores, que são um verbo de luz em nossa terra! Prol ao alevantado espírito do dr. Gratuliano Brito, nosso augusto patrono! (Jornal *A União*, 25 jul. 1933, p. 1).

Ao se dirigir aos representantes da imprensa presentes e homenageados pela Associação, Juanita teceu inúmeros elogios à imprensa paraibana pelo trabalho desenvolvido e pela “generosidade” de divulgar as ideias e as atividades da referida sociedade feminina. E por compreender que o jornalismo “vale pelas ideias que propaga, pelos incentivos que espalha, clarim da mentalidade de um povo”, Juanita pediu aos representantes da imprensa presente que transmitissem “aos seus jornais ‘o muito obrigado’ profundamente sincero da Associação Feminina”.

A última fase de agradecimentos em nome da Associação Paraibana foi dirigida ao cônego Mathias Freire, representante da Igreja Católica na festa e também homenageado pelo apoio e pelo incentivo dispensado à sociedade:

V. Exc. É para a Associação Feminina um nome venerável, prestigioso e querido. Louvo-me pelo encargo que me permite ser a intérprete de minhas consocias, a menos brilhante, mas mais entusiasta. Do Hissope de ouro de seu espírito magnífico, v. exc. Aspergiu sobre o nosso labor a sua benção

litúrgica de mistagogo preclaro. Vendo-nos erguer aos ombros um fardo profano, mas sublime, v.exc. pensou com aquela iluminada condescendência do santo Sr. Salles, quando em sua notável Philothea escreveu o seguinte: - “A santidade não é nenhuma flor solitária da Tebaida. Não é tão pouca flor de estufa que só possa medrar no silencio tranqüilo dos claustros. Mas é flor divina que viceja perfeitamente em toda a parte, mesmo por entre as rajas ásperas da vida! (Jornal *A União*, 25 jul. 1933, p. 1).

Acrescentou que São Francisco de Salles,

ao escrever essa cristianíssima sentença, poderia ter acrescentado que, as flores bafejadas pelo bochorno, maltratadas pelos rigores da tempestade, e que se santificam na dor das contendas, são as mais impolutas, as mais raras, e as suas raízes estão plantadas no coração de Deus! (Jornal *A União*, 25 jul. 1933, p. 1).

Agradeceu ao cônego Mathias Freire pela “compreensão larga de bondade e da beleza” com que “saudou o aparecimento da Associação”. A incompreensão baseada em costumes preconceituosos era, segundo Juanita Machado, a natureza das críticas dirigidas à Associação. Portanto, foi necessário apresentar à sociedade paraibana a força e a importância do idealismo que ela representava. Os discursos contrários a uma sociedade feminina de filiação feminista, oriundos dos mais diversos meios, eram constantes e apresentavam-se como incisivos e doutrinadores, reais obstáculos ao desenvolvimento das atividades da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino. Logo, justificavam a necessidade de apoio e o agradecimento dirigido aos homenageados e representantes dos mais importantes e expressivos poderes instituídos da sociedade paraibana da época.

As repercussões da festa organizada pela Associação Paraibana foram expressas no jornal *A União* e no boletim *Reação*. O primeiro, órgão oficial do Estado, já dedicava um espaço de seu jornal para publicar artigos e notas informativas da Associação. As reuniões preparatórias, o informe sobre sua fundação, as convocações para as reuniões e demais notícias sobre a Associação Paraibana tinham espaço no referido jornal, cujo diretor era o Senhor Carlos Dias Fernandes, um simpatizante do feminismo no Brasil. Já o segundo, o porta-voz da Liga Pró-Estado Leigo⁶³, abriu espaço em sua folha para parabenizar a

⁶³ Frente única que mobilizava as mais diversas tendências ideológicas, a Liga Pró-Estado Leigo era de cunho laicizante e defendia, sobretudo, a liberdade de pensamento religioso. Propunha-se a impedir a intromissão da Igreja Romana na política do Brasil, a qual, sob a liderança de Osias Gomes, João Santa Cruz, Horácio de

diretoria da Associação pelo brilhantismo da festa em homenagem ao interventor Gratuliano de Brito, ao cônego Mathias Freire e à imprensa conterrânea, sem pretensões políticas. Segundo o artigo publicado no boletim *Reação*,

essa festividade, que não se revestiu de caráter político, foi significativa demonstração de simpatia aos homenageados, que com eficiência, vem prestando a sua solidariedade moral a brilhante associação cultural de que fazem parte as nossas mais fascinadoras mentalidades femininas... *Reação* apresenta à diretoria da elegante e fina sociedade sinceros parabéns. (Revista *Reação*, mai. 1933, p.4)

O caráter cultural sem pretensões políticas aparentes e conservador que revestiu a Associação Paraibana, formada por uma elite social e intelectual influente e católica, contribuíram para o desenvolvimento de suas atividades.

“Página Feminina”: discursos de uma prática feminista paraibana.

A “Página Feminina” dirigida pela Associação Paraibana pelo Progresso Feminino e publicada quinzenalmente pelo jornal *A União*, com a proposta de divulgar textos literários e expressões artísticas das suas associadas e colaboradoras foi determinante para garantir à Associação o seu estabelecimento e respeito por parte da sociedade paraibana.

Quinzenalmente, a “Página Feminina” publicava poesias, comentários de textos literários, textos informativos de interesse feminino, textos sobre educação, notas sobre História do Brasil e História Geral, divulgação de festas beneficentes organizadas pela Associação, notas sobre expressões artísticas como dança e recitais, textos homenageando pessoas ilustres da sociedade paraibana e brasileira, principalmente suas associadas e colaboradoras, contos, conselhos úteis de etiqueta e cuidados domésticos, textos oferecidos aos núcleos de estudos dirigidos pela Associação, etc.

O propósito da “Página Feminina” de ser uma seção cultural, a fim de contribuir para a elevação do meio feminino paraibano, foi fielmente seguido durante os dois primeiros anos de existência da Associação sob a presidência da Dra. Lylia Guedes, primeira presidente da sociedade e escolhida por Bertha Lutz para dar os primeiros passos da Associação

Almeida e Josebias Marinho, era formada por intelectuais de esquerda, protestantes, católicos, maçons e espíritas (SANTANA, 1999, p. 121-122).

Paraibana e eleita pelas consócias para prosseguir, por mais dois anos, como a líder do movimento pelo progresso feminino na Paraíba.

Durante esses dois anos, pouco se publicou sobre as conquistas feministas e muito pouco ainda sobre a luta em defesa dos direitos das mulheres. O espírito bem comportado da Dra. Lylia Guedes compreendia que o momento era o de conquistar apoio e respeito para a sociedade feminina recém-fundada, e não, o de enfrentar os arraigados costumes tradicionais que definiam a sociedade paraibana, incitando uma guerra em defesa dos direitos das mulheres.

Sobre a conquista da “Página Feminina”, Juanita Machado afirma:

A nossa vitoriosa associação, “bom gré mal gré, já vai fazendo repontar, aqui e ali, reflorescências galhardas da inteligência feminina esquecida de si mesma, pelo menos desde que estou em João Pessoa... Nessa página, rebatulo(sic) de inteligências preclaras, está o sinaculo(sic) de mais uma conquista. Ela será a melhor oportunidade para tanto valor que se oculta na falta de incentivos do nosso meio. Nela virão, a mais gloriosa das arenas, preliadoras(sic) galhardas. (MACHADO. Página Feminina, *Jornal A União*, 20 ago. 1933)

Sobre a necessidade de se incentivar o desenvolvimento da atividade intelectual como algo fundamental para o progresso de um povo, Juanita continua:

E a pequena e aguerrida ParaHYba, carece e carece muito, desse incentivo, desse impulso, que a salve do marasmo enleante e entorpecedor, toxico fatal que vai aniquilando uma florescência tropical de grandes talentos, irmãos esquecidos de todos esses que em centro de cultura e irradiação de arte honram e nobilitam esse rincão nordestino. (MACHADO. Página Feminina, *Jornal A União*, 20 ago. 1933).

Os artigos publicados na “Página Feminina” seguiam esse propósito formador da intelectualidade feminina paraibana. A preocupação com a aceitação da Associação definiu o tom moderado dos artigos. Olivina Olívia, Albertina Correia Lima, Lylia Guedes, Beatriz Ribeiro e Juanita Machado formavam o grupo das colaboradoras mais atuantes da “Página Feminina” e, de forma sutil e esporádica, estavam sempre introduzindo questões sobre as conquistas e os direitos das mulheres. “Pleiteando direitos”, “Pela mulher”, “A Eva do Século XX”, “As representantes da mulher”, “Registro da mulher moderna”, “A mulher e a evolução social” e “A mulher no parlamento nacional” foram textos publicados com a finalidade de introduzir, na sociedade paraibana e, principalmente, no meio feminino, o interesse pela

conquista de direitos, algo considerado pouco relevante para os interesses do referido meio social.

É importante destacar que muitos dos referidos textos ou não tinham autoria informada ou só eram registrados por letras iniciais. Poucas mulheres tinham a coragem de assumir uma posição de reivindicação ou comportamento de apoio feminista na imprensa. A paraibana Albertina Correia Lima era uma das poucas que se apresentava como a mais disposta a se lançar em defesa dos direitos das mulheres, entretanto, o tom moderado também era característico nem seus textos.

O artigo “O lar e a mulher”, publicado na “Página Feminina” em 20 de agosto de 1933, por Albertina Correia Lima é um expressivo exemplo da necessidade de introduzir na sociedade paraibana o interesse pelas conquistas de direitos, sem interferir na estrutura social tradicionalmente estabelecida, conciliando no mesmo discurso as exigências da sociedade moderna para as mulheres e a manutenção da figura da mulher-mãe como essencial para a educação dos futuros cidadãos da pátria.

Segundo a articulista,

o lar é o âmbito da família. É a escola em que se reeducam os esposos pela comunhão dos sentimentos que fazem a “vida a dois”. É o templo em que se cultivam o espírito e o coração das crianças, que são as mais belas flores do formoso jardim da pátria. (LIMA, “Página Feminina”, jornal *A União*, 20 ago 1933).

Em relação ao papel da mulher no lar, Albertina Correia Lima afirma:

É a mulher, sobretudo a mulher mãe, que está reservada a delicada missão de fazer a ambiência moral do lar doméstico, onde se formam os homens de amanhã, os futuros responsáveis pelo destino da pátria. O lar é um Estado em miniatura com todos os seus órgãos, com todo o seu mecanismo administrativo... No lar, há ordem a manter, harmonia a conservar, receita a orçar, despesas a fixar, justiça a distribuir, direitos a defender, educação a ministrar, higiene, puericultura e medicina a dispensar. E todas essas múltiplas atribuições, que na administração pública, estão divididas entre diversos departamentos ou órgãos, no lar estão centralizadas nas mãos únicas da dona de casa. (LIMA, “Página Feminina”, jornal *A União*, 20 ago 1933).

A articulista refere, todavia, que a capacidade e a inteligência feminina não deveriam se restringir aos limites da casa, pois, no progresso atual das civilizações, a sociedade moderna exigia da mulher uma nova mentalidade, um novo preparo, porquanto,

dos próprios reclamos da civilização, nasceu um novo sistema, se já nos podemos exprimir assim – o feminismo. Encarado através do prisma real e sadio, o feminismo é uma escola idealista, destinada a elevação mental da mulher; ao desenvolvimento de suas energias, de sua capacidade e aptidões; ao seu preparo para os embates da vida, de modo a torná-la útil a si mesma, a família e a sociedade; a propugnar pela conquista dos seus direitos, para com mais dignidade cumprir a sua missão social. (LIMA, “Página Feminina”, jornal *A União*, 20 ago 1933).

Ao se colocar em defesa do feminismo, Albertina afirma defender uma versão do feminismo “real e sadio”:

O verdadeiro feminismo não pretende retirar a mulher do lar, que ela tanto perfuma com a essência da virtude e exalta pela beleza moral. Isso seria o mesmo que desraigar a planta a florescente de seu “habitat” natural, para transpô-la para solo inóspito. É possível que o feminismo encontre opositores, mas há de triunfar porque é a verdade e a verdade é como o Sol. A luz solar pode ser obumbrada por nimbos impertinentes, mas, em breve, surge mais bela e esplendorosa. (LIMA, “Página Feminina”, jornal *A União*, 20 ago 1933).

A esporádica publicação de artigos que apresentavam a evolução social da mulher de forma positiva contrastava com a frequência de artigos sobre festas e ações beneficentes organizadas pela Associação, com o propósito de cumprir uma obrigação que cabia a toda a sociedade feminina e a toda aquela que se dizia cristã.

A comemoração do 1º aniversário da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino comemorado com um chá em benefício ao Leprosário Paraibano foi uma expressão desse propósito, que colocava a frente dessas questões o Núcleo de Beneficência da Associação, então responsável por angariar fundos para as obras assistencialistas da sociedade. Lylia Guedes afirmava que “a caridade é a virtude das virtudes. É a essência puríssima da fé”. (GUEDES. “Página Feminina”, 26 nov 1933). Olivina Olívia Carneiro da Cunha informou que: “A nossa Associação, com seu núcleo de beneficência, tem socorrido materialmente, grande número de infelizes”. (“Página Feminina”, 18 fev. 1934). Albertina Correia Lima, diz que:

Desde muito, porém, notamos a necessidade de fundação de um instituto, onde moças transviadas e abandonadas possam encontrar amparo e que, pela reeducação e pelo trabalho honesto e útil, lhes sirvam ao mesmo tempo de escola de regeneração moral. As obras de tamanho alcance morais e tão humanitárias finalidade não faltarão, de certo, o concurso generoso de todos os paraibanos e, sobretudo da mulher, que já tem dado sobejas provas de seus sentimentos de caridade cristã. (LIMA. "Pagina Feminina", jornal *A União*, 04 mar.1934)

Os discursos em defesa da caridade como uma atitude de fé e de responsabilidade cristã atribuída à natureza feminina, como uma missão obrigatória a ser desenvolvida, aproximava-se do discurso das noelistas que compreendiam o assistencialismo aos desamparados como um compromisso cristão em favor dos mais necessitados. Seguindo a estratégia de conquistar apoio e respeito para a Associação Paraibana desenvolvendo atividades que garantissem a aprovação da sociedade paraibana, aproximava as práticas da Associação Paraibana às desenvolvidas pelas noelistas, consideradas feministas católicas, por trabalharem a serviço do engrandecimento do meio feminino na defesa dos princípios católicos.

As práticas e os discursos de propagação cultural, artística e assistencialista foram colocados em evidência durante os dois primeiros anos de atividade da Associação Paraibana. A cultura e o assistencialismo foram apresentados como a vitrine da Associação. Segundo Lylia Guedes, era o que o meio permitia como condição para sua aceitação. Sobre esse assunto, a presidente escreveu para a Federação Brasileira este texto:

Se não assumimos compromisso pecuniário em nossos estatutos foi que temíamos cair em falta, dadas as hostilidades com que iniciamos o nosso trabalho e, como já disse anteriormente, o fato de não podermos aqui fazer da defesa ou conquista de direitos o ideal da maioria. Essa prefere que a nossa associação seja cultural, recreativa, caritativa a que se entregue ao programa da Federação todo trabalho, renúncias, abnegação, esforço na defesa da emancipação financeira, civil e política da mulher... Em nome da Diretoria e no meu próprio peço desculpas da insignificância, fazendo votos para que a Federação continue sempre em prosperidade e possa alcançar as amiores conquistas para gaudío de suas denodadas batalhadoras e de todas nós. Cordialmente, Lylia Guedes. (Carta de Lylia Guedes a FBPF, 26 nov. 1933)

Ressalte-se, entretanto, que a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino tinha um papel de influência política a ser cumprido. Afinal, todos os incentivos direcionados a sua instalação partiram da necessidade de se buscar apoio entre a classe política estadual para aprovar e incorporar as conquistas feministas na nova constituição. Algo que foi feito sem estardalhaços por meio de correspondências e de visitas sociais sem muita pretensão política aparente.

Em cartas enviadas por Bertha Lutz e representantes da Federação Brasileira para a presidente da Associação Paraibana, Lylia Guedes, eram apresentadas orientações políticas em defesa da causa feminista no Estado, que definiram uma política de influência à bancada paraibana na Câmara Estadual e Federal realizada apenas por alguns membros da diretoria e sem fazer muito barulho para garantir o *status* bem comportado da sociedade cultural que afirmavam representar.

Em resposta às orientações atendidas da Federação Brasileira, a Associação Paraibana lhes enviou várias cartas informando como estava sendo feito o trabalho de influência e apoio político e a receptividade dessa estratégia entre os representantes do poder no Estado. Os textos citados abaixo são representativos dessa prática política silenciosa e diplomática da Associação Paraibana.

Temos recebido as circulares daí. Telegrafamos aos deputados Pereira Lira, Carlos Maximiliano, Raul Fernandes, Levi Carneiro e Adolfo Soares... Nossa distinta consocia Alice de Azevedo Monteiro, escreveu em mala aérea ao Ministro José Américo e ao deputado Pereira Lyra, agradecendo o que eles tem feito em defesa dos direitos da mulher, acrescentando que a Associação defendia os mesmos princípios aceitos e pleiteados pela Federação Brasileira pelo P. Feminino. (Carta de Lylia Guedes à Bertha Lutz em 20 de março de 1934).

Dirigimo-nos três ou quatro vezes aos constituintes, segundo orientação daí e deles somente o Dr. Odon Bezerra teve a cativante gentileza de congratular-se conosco ao comunicar-nos a queda da emenda sobre o sorteio militar. Logo depois da greve telegrafei-lhe agradecendo a valiosa atuação congratulando-me com ele pela votação final da constituição e pedindo-lhe a fineza de tornar extensivos nossos agradecimentos a todos quantos colaboraram na defesa dos nossos direitos. Manifestaremos, logo que aqui chegam a nossa gratidão aos membros da bancada que segundo as informações daí trabalharam pela nossa causa. Quanto a possibilidade de atuação política por parte do elemento feminino pelas razões ditas antes é absolutamente impossível aqui. É justo confessar que já noto grande diferença no animo dos dirigentes e mesmo do povo quanto às ideias sobre a mulher. (Carta de Lylia Guedes enviada à Bertha Lutz em 01 de agosto de 1934).

A vitória feminista na Constituição de 1934 foi bastante comemorada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e muitas de suas filiadas. Segundo a historiadora Rachel Soihet (2006), no final da luta, as feministas tiveram a maioria de suas reivindicações concretizadas na Constituição de 1934. Nela foram incorporadas muitas das sugestões de Bertha Lutz como membro da comissão que elaborou o anteprojeto. Entre elas, reafirmava-se a conquista do voto, consagrava-se o direito de as mulheres brasileiras casadas com estrangeiros manterem sua nacionalidade e a transmitirem aos filhos e a igualdade diante da lei sem distinção de sexo e de outras conquistas relativas à legislação trabalhista e à educação.

Na Paraíba, as conquistas feministas foram comemoradas homenageando os constituintes paraibanos que contribuíram para a vitória feminista. Sobre essa iniciativa, a Federação Brasileira parabenizou as associadas paraibanas e as orientou para que incluíssem entre os homenageados o deputado classista Vasco Toledo, apontado como um dos que mais trabalharam para assegurar os direitos das mulheres na nova Constituição, portanto, foi merecedor de todo o apoio do elemento feminino paraibano.

Para a líder feminista Bertha Lutz, o passo seguinte seria eleger a mulher como deputada a fim de garantir antigas e novas conquistas para o sexo feminino, como informa a carta enviada a Lylia Guedes pela consócia da Federação Brasileira, Beatriz Pontes de Miranda, em agosto de 1934. Diz a carta:

... Sempre que ganhamos terreno, ficamos na eminência de perdê-lo, precisamos não só ganhá-lo, mas firmarmos definitivamente o direito de tê-lo. Devemos não nos esquecer do que se tem passado na Alemanha, onde as mulheres perderam tudo o que haviam conquistado. O único meio da mulher assegurar os seus justos direitos é fazer com elementos feministas sejam deputados, possam legislar: naturalmente que melhor será se fizermos deputada **mulher**. Para isto cumpre continuar um serviço muito intenso de alistamento. Sobretudo, de mulheres conscientes. Aliás são os próprios deputados que nos pedem que alistemos mulheres para votarem com eles. Onde não for possível pleitear para a chapa federal, convém pleitear para a estadual, mas o essencial que a mulher, que tenha de fato valor e possa servir ao interesse feminista... Sem mais, conte com a companheira Beatriz Pontes de Miranda. (Carta de Beatriz Pontes de Miranda à Lylia Guedes em 08 ago. 1934).

Tais orientações foram analisadas por Lylia Guedes como algo ainda impraticável na Paraíba, devido às hostilidades do meio em relação à participação política da mulher.

Informado de que o caminho nessa direção seria mais eficaz através do elemento masculino feminista e que seria nesse sentido que a Associação iria continuar desenvolvendo suas atividades, conquistando o apoio da classe política paraibana na defesa dos direitos para as mulheres, mesmo informando que havia sido convidada pelo líder político da Paraíba, José Américo de Almeida, para fazer parte da chapa estadual.

... Recebi um enviado do então embaixador José Américo de Almeida, na mesma noite da convenção do partido dominante, para escolha de candidatos às eleições recentes, o qual me vinha convidar para fazer parte da chapa estadual. Aleguei os motivos que me levavam a uma recusa, pondo a solução ao arbítrio do Dr. José Américo. Disse-me o enviado que se não voltasse teriam sido aceitas as minhas razões, no caso contrário eu teria qualquer aviso. No dia seguinte o órgão oficial publicava a chapa escolhida... (Carta de Lylia Guedes à Bertha Lutz em 1º Nov. 1934).

Sobre o desinteresse do meio feminino paraibano pelas questões políticas e pela conquista de direitos para as mulheres, o que justificava, em grande parte, o motivo de sua recusa, Lylia Guedes desabafou:

Nenhum estado dá melhor prova disto do que esse onde não houve a mais leve manifestação de interesse pela conquista do voto demonstrada pelas eleitoras, muita até, somente alistadas por força das circunstâncias. E essa indiferença é de tal modo avassaladora que se torna até contagiante, atingindo espíritos que deveriam reagir mas sucumbem ao peso ao peso bruto de sua influencia. Por todas essas razões inexplicáveis convenientemente em carta a Associação nada tem podido fazer. Isto me constrange. Desejaria levar auxílio eficiente a causa e como compreendi logo de início quais as dificuldades que surgiriam – digo melhor que realmente surgiram – no caminho de uma filial que se propusesse a seguir aqui o programa da Federação, tive de seguir rumo um pouco diferente conciliando tanto quanto possível as possibilidades do meio. E o relativo triunfo alcançado está ainda dependendo de grande acuidade, de muitas preocupações para que se firme, para que não passe como tudo que se tem começado aqui em matéria de sociedade. Quantas crises não é preciso encarar e, quanta diplomacia não é precisa para vencê-la galhardamente? Há momentos em que realmente me arrependo de ter tomado a ombros essa tarefa superior as minhas forças. Aguardando suas prezadas ordens aqui continuo. Mui cordialmente, Lylia Guedes. (Carta de Lylia Guedes enviada à Bertha Lutz em 22 dez. 1933).

Cumprindo o que determinavam os Estatutos da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, a Dra. Lylia Guedes permaneceu na presidência da Associação até março de 1935, data em que foi escolhida uma nova diretoria, dessa vez, presidida pelo espírito ousado e assumidamente feminista da Dra. Albertina Correia Lima. Ao deixar o cargo de presidente para assumir o de oradora da sociedade, Lylia Guedes informou que a Associação já estava firmemente estabelecida na Paraíba e gozava de ótimo conceito na sociedade.

Albertina Correia Lima assumiu a Associação com a missão ousada de desenvolver atividades mais eficientes no sentido de orientar o meio feminino paraibano sobre as conquistas feministas ou sobre a conquista de direitos para as mulheres e sobre o que a Federação Brasileira tinha feito nesse sentido.

O contexto político-social apresentava-se mais favorável à apresentação para essas orientações e a outros questionamentos relativos à causa feminina. O feminismo sufragista da Dra. Bertha Lutz e da Federação Brasileira já havia se estabelecido como um movimento moderado, elitista e bem comportado. A Associação Paraibana também já consolidava sua imagem de sociedade feminina elitista e conservadora. Havia provado que não era nem “ultra-feminista nem comunista, nem fascista, nem hitlerista, nem anticlerical... Nada disto”. Dessa forma, uma atuação feminista mais expressiva se tornou possível até 1937, período em que Albertina Correia Lima esteve à frente da direção da Associação Paraibana pelo progresso Feminino (“Página Feminina” - Jornal *A União*, 19 jun. 1934, p. 8).

Nos anos de 1935 a 1937, a “Página Feminina” ganhou um novo impulso - abriu espaço para a publicação de artigos sobre as conquistas feministas e sua luta por direitos, como informa Albertina:

Dei mais elástico à “Página Feminina”, que se limitava até então a artigos meramente literários, publicando alguns de propaganda e defesa de nossos direitos e noticiando as vitórias da mulher brasileira no domínio da política, a fim de estimular as associadas e as coetâneas em geral. (Carta enviada à Bertha Lutz por Albertina Correia Lima em 24 out. 1935).

Textos sobre Bertha Lutz e publicações da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino se tornaram frequentes numa “Página” em que o espaço para as expressões artísticas, culturais e beneficentes eram quase que totalmente predominantes. Artigos sobre temas como o “Movimento Feminista no Brasil”, “O feminismo no estrangeiro”, “vultos femininos do Brasil”, “Deputada Bertha Lutz”, “São o homem e a mulher mentalmente desiguais?”, “Novo tipo de mulher moderna”, “Mulheres geógrafas”, “Vitória da mulher”,

“Curiosidades feministas”, “O Feminismo e a sucessão presidencial” e informes sobre congressos feministas foram bastante divulgados na página dirigida pela Associação Paraibana e publicados pelo órgão oficial do Estado, o jornal *A União*.

Compreendendo o momento como sendo o de impulsionar a luta feminista para novas conquistas, Bertha Lutz orientou Albertina Correia Lima a criar uma rede de influência com os deputados paraibanos para apoiarem a causa feminista na elaboração da Constituição Estadual. Sobre essa orientação, Albertina respondeu à Bertha Lutz, informando que ficou combinado entre os membros da diretoria que cada uma iria estabelecer essa influência em seus círculos sociais.

A Associação Paraibana também foi orientada para criar uma Comissão de Funcionárias Públicas e uma Liga Eleitoral e formar uma Caravana Feminista. A Comissão foi formada por Analice Caldas, Beatriz Ribeiro, Francisca de Ascenção e Davina de Queiros. Quanto à Liga e à Caravana, afirmou Albertina à Bertha: “devo dizer com a máxima franqueza que não dispomos desses elementos. Três ou quatro companheiras manifestam ideias feministas, em conversa, mas daí a uma afirmação pública a distância não é pequena” (Carta enviada à Bertha Lutz por Albertina Correia Lima em 02 mar. 1937).

Mantendo os propósitos do Núcleo da Beneficência, a Associação Paraibana instituiu o “Natal dos pobres”, a fim de prestar socorro material àqueles mais necessitados também no período natalino, data de grande significação cristã. É importante ressaltar que essa festa também era organizada pelas noelistas paraibanas que atendiam distintamente às crianças e aos trabalhadores pobres, em dezembro, como um compromisso de caridade cristã com os que necessitavam de bens materiais e espirituais. O assistencialismo aos mais necessitados era uma finalidade que deveria fazer parte de toda a sociedade feminina, era o princípio que deveria marcar a sua identidade de gênero, de religião e de *status* social, e que a Associação deveria integrar às suas atividades como condição de aceitação no meio que pretende inserir.

Apesar do empenho depositado em defesa da causa feminista, Albertina encerrou o seu primeiro ano à frente das atividades da Associação apresentando os esforços empenhados e lamentando o desinteresse do meio feminino paraibano pela conquista de seus direitos. Em trecho do relatório referente ao ano administrativo de 1936, apresentado em Assembleia Geral, reunida em 11 de março de 1937, pela presidente Albertina Correia Lima, informa:

Pequenas foram as realizações possíveis em um meio hostil, onde as iniciativas de mulher ou em seu favor, por mais elevada finalidade que encerrem, encontram tropeços a cada passo. Pequeninas são elas, em verdade, mas grandes se nos afiguram pelo cyclopico esforço desenvolvido, tenacidade de ação e dificuldades quase insuperáveis a remover. Elas significam troféus de luta renhidas com o ambiente social e os elementos cuja

extensão só quem está na vanguarda pode avaliar, com exatidão. Não foi portanto, possível ampliar o programa social. Cumpre-me dizer-vos que tentei fazê-lo, mais de uma vez. É assim que, por alvitre da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, designei em 1935, uma comissão de cinco sócias para tratar da fundação da “União das Funcionárias Públicas”, sociedade que destina a defesa dos direitos da classe e do sexo. Por sugestão ainda daquela Federação, cogitei, por duas vezes, da criação da “Liga Eleitoral Independente”, à semelhança das que as sociedades femininas organizadas estão fundando nos Estado, como meio de despertar a consciência cívica da mulher e o interesse pelas altas questões sociais. Essas iniciativas, porém, não tiveram êxito, pela falta de apoio necessário a tamanhos empreendimentos. (Relatório da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino referente ao ano de 1936).

Com a instauração do Estado Novo em 1937 por Getúlio Vargas, a Associação Paraibana, por ser uma sociedade de caráter cultural, e não, política, manteve suas atividades direcionadas exclusivamente ao âmbito da cultura e do assistencialismo e para a formação para o lar. O momento restrito a qualquer expressão de reivindicação política direcionou muitas das associações femininas para o campo do assistencialismo. O recuo nas reivindicações políticas pelos direitos para as mulheres marcou uma vaga no movimento feminista brasileiro, principalmente no que foi liderado por Bertha Lutz, um período de muito desânimo, como remete Albertina Correia Lima ao se referir à Associação Paraibana.

...Felicito a diretoria dessa Federação pelo reinício das atividades. Não posso deixar de lamentar que o momento não permita que elas tenham a extensão anterior. O desânimo, aqui, não é pequeno... Sem outro assunto na ocasião, fico ao seu dispor. Abraços, Albertina Correia Lima. (Carta enviada à consocia da Federação Maria Luiza por Albertina Correia Lima em 20 mai. 1938).

Depois de fazer um balanço da Associação no período, afirmou:

...Essa associação está cohesa e firme, embora note-se que o ânimo não é o mesmo. Os núcleos de cultura estão funcionando com regular freqüência. A “Página Feminina” continua a ser publicada quinzenalmente. Sempre que é possível realizamos festival de artes. Anualmente, realizamos uma festa de caridade, cujo saldo é aplicado no “natal” dos pobres em dezembro. Essa diretoria pouco tem ainda o que fazer porque está em fim de mandato e em virtude de outras circunstâncias. Como sempre, amiga e admiradora. Albertina Correia Lima. (Carta enviada à Bertha Lutz por Albertina Correia Lima em 16 jul. 1938).

A mesma diretoria presidida por Albertina Correia Lima e Olivina Olívia foi reeleita por mais dois anos seguintes e permaneceu à frente da Associação Feminina pelo Progresso Feminino e na luta pela conscientização das mulheres quanto à necessidade de adquirirem mais direitos.

CAPÍTULO IV

PARA NOVOS COSTUMES, NOVOS MÉTODOS: O PODER DO DISCURSO CATÓLICO NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE FEMININA MODERNA CRISTÃ

O apostolado da mulher é grandioso. Pode exercê-los em campos diversos: no religioso, no doméstico, no social. A mulher “mãe de família” e a mulher “dona de casa” podem prestar a sociedade benefícios cuja importância é inútil encarecer e que ela mesma está muito longe de avaliar. A mulher, hoje em dia, está fadada a recristianizar o mundo. (Jornal *A Imprensa*, 05 fev. 1915, p.1).

Os discursos voltados para a formação de um ideal feminino que atendessem às necessidades do momento sem alterar o seu “destino natural” de mãe, esposa e dona de casa, constantemente publicados por periódicos católicos e pelos que acolhiam o mesmo ideal de vida moral cristã, tiveram no jornal católico *A Imprensa* o principal órgão de divulgação. O referido periódico contribuiu de forma incisiva para formar uma identidade feminina moderna, porém cristã católica.

O artigo “A Mulher apóstolo”, publicado pelo porta-voz da Igreja na Paraíba, em fevereiro de 1915, do qual extraímos a citação de abertura do capítulo, é representativo de uma época em que o estabelecimento da vida moderna transformava costumes, comportamentos e o cotidiano das pessoas. Uma época marcada por discursos de perplexidade e pela admiração diante das novidades apresentadas – na urbanização, nos transportes, nos meios de comunicação e no desenvolvimento técnico – e de declarada oposição às mudanças na ordem social, principalmente na relação entre os sexos.

Segundo Maluf e Mott (1998) as mudanças no comportamento feminino ocorrido ao longo das três primeiras décadas do Século XX, incomodaram conservadores, deixaram perplexos os desavisados e estimularam debates entre os mais progressistas. No entanto, para as autoras, não faltaram vozes femininas inconformadas com a imagem depreciativa com que as mulheres eram vistas e se viam, sobretudo com a representação que lhes restringia tanto as atividades econômicas quanto as políticas.

As novas possibilidades de a mulher atuar na sociedade urbana moderna em ascensão foram compreendidas pelo discurso dominante elitista e pelo discurso católico

como uma ameaça não á ordem social moral tradicional e cristã. De forma que o papel de mãe, esposa e dona de casa passou a ser insistentemente exaltado como um ideal a ser seguido pelas mulheres, instituído como um compromisso patriótico e religioso que não poderia ser abandonado, mas ampliado para atender às necessidades do momento. Nesse contexto, afastar as ideias de emancipação proclamadas pelo movimento feminista, consideradas as responsáveis pelo abando da missão feminina no lar, era o principal objetivo a ser atingido.

A necessidade de disciplinar o meio feminino para uma prática de vida moderna, porém cristã, a ser inserida no novo contexto tornou-se uma ação imperiosa para a hierarquia católica. E por compreender o momento como sendo de adaptações e de novos métodos e de atualização de discursos, passou a atribuir ao feminino uma nova condição em que não cabia ser apenas mães de família como foram suas avós.

O artigo “A mulher apóstolo”, publicado pelo jornal *A Imprensa*, em agosto de 1915, foi representativo de um período em que a Igreja assumia para si a missão de convocar o público feminino a tomar consciência da grandiosidade de seu apostolado de forma a se adequar a sua condição de “mãe de família” e “dona de casa” ao novo contexto social imposto pela vida moderna.

O campo religioso, o doméstico e o social foram apresentados como possibilidades para a mulher moderna cristã, que consistiam em ampliar sua condição de mãe e de esposa, no sentido de aderir ao compromisso de educadora cristã na família, de atenção às obras assistencialistas e à prática de atividades profissionais inerentes á natureza de seu sexo. Dessa forma, estaria ela realizando “benefícios cuja importância é inútil encarecer e que ela mesma está muito longe de avaliar”. Ao atender a essas orientações, a mulher também assumia a sua missão de “recristianizar o mundo” (Jornal *A Imprensa*, 05 fev. 1915, p. 1).

Segundo Azzi (2008), grupos mais abertos reconheciam que as mulheres podiam auxiliar no projeto de recristianização da sociedade, mediante sua atuação em algumas áreas específicas de trabalho, através da ação social e educativa. Na Paraíba, esse reconhecimento foi representado nas práticas e nos discursos católicos que convocavam o meio feminino para uma ação religiosa, social e educativa com vistas a recatolicizar a sociedade.

Em sintonia com as orientações do Papa, a imprensa católica paraibana buscou, nas palavras de Dom Adauto, ser um meio eficaz para preservar os bons costumes e a fé católica dos diocesanos. Na Carta Pastoral ‘*Do nosso dever para com a imprensa*, publicada em 1918, o bispo enfatizou a importância da imprensa católica no combate às ideias inimigas e contrárias à orientação da Santa Sé. Em outros documentos e pregações, Dom

Adauto pedia aos párocos que animassem os fiéis para lerem *A Imprensa* como forma de educar e de ajudar financeiramente a manutenção da “boa imprensa”⁶⁴ em detrimento dos maus veículos de comunicação, pois compreendia a imprensa católica como vital para a sociedade e para a Igreja (DIAS, 2008).

A criação do colégio católico feminino Nossa Senhora das Neves, em março de 1895, dirigido, inicialmente, pelas *Damas do Coração Eucarístico* e, em 1906, pelas *Religiosas da Sagrada Família*, foi mais uma das estratégias utilizadas pelo bispo da Paraíba dirigida à formação da juventude feminina, com a preocupação de disciplinar e de manter a ordem e os bons costumes católicos.

Mas, foi a imprensa católica que contribuiu, efetivamente, para a divulgação de discursos em defesa de uma ação feminina conservadora mesmo em tempos modernos. Uma poderosa arma de combate mobilizada pelo clero brasileiro e também paraibano com o propósito de disciplinar a nova condição feminina na sociedade dentro dos padrões morais cristãos. Era preciso, segundo discurso católico, negociar com esse cenário de modernidade, sem deixar de considerar a realidade que o tempo impunha à sociedade e, em especial, às mulheres. No entanto, essa negociação não implicava mudanças nos dogmas da Igreja, porque, quanto a isso, ela era imutável. Mas, significa produzir um discurso em que as mudanças no comportamento feminino produzidas pela vida moderna e pelo movimento feminista emancipador em desenvolvimento fossem convertidas em ações extensivas ao lar, e não, pensadas fora dele. Significava controlar os ímpetus feministas e estabelecer que, antes de qualquer coisa, a missão da mulher no mundo era de ser mãe, esposa e dona de casa e à qual ela não deveria se furtar diante dos desafios e das mudanças da época.

O discurso católico, através do seu poder de orientação e de disciplinamento, referia que a atuação da mulher na sociedade poderia ser exercida e aceita se atendesse, em primeiro lugar, ao destino natural de mulher e as condições inatas ao seu sexo. Buscava-se, portanto, construir uma identidade feminina adaptando os avanços modernos apresentados às mulheres e às exigências de uma conduta moral cristã católica. Nesse sentido, instituía o poder de

[...] construir o dado pela enunciação, de fazer ver e crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, [...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido

⁶⁴ Dom Adauto A. de Miranda Henriques definiu o que ele chamou de “boa imprensa” todas as publicações católicas: livros, revistas e jornais. Em 1894, fundou o jornal *A Imprensa* e o *Oito de Setembro*, esse último circulou até 1902. O jornal *A Imprensa* não se restringiu à impressão de jornais, mas também foi um serviço gráfico para a diocese, responsável pela impressão de outros jornais católicos, como a *Verdade* e a *Voz da Mocidade*, e um republicano, *O Combate*. (DIAS, 2008)

pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização [...] Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force”, mas que se define numa relação determinada – e por meio dessa – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. (BOURDIEU, 2004, p.15).

As características de uma sociedade tradicional de bases patriarcais e machistas que permeavam a vida paraibana na época colaboraram para a instituição de um poder simbólico de dominação realizado através de práticas e de discursos católicos, com o objetivo de instituir um comportamento feminino moderno cristão que deveria ser adotado pelas paraibanas como o mais “adequado” e “apropriado” para o meio feminino. E qualquer atitude em sentido contrário ou visando a uma prática que fugisse a esse modelo feminino instituído logo se tornava alvo de críticas, zombarias, deboches e exclusões.

Ana Maria Magaldi (2008) informa que, para o discurso católico, a adequação à vida do novo tempo se mostraria fundamental, ainda que a motivação a presidir a ação feminina não devesse se modificar em essência. Para servir com eficácia, era imprescindível fazer de acordo com a época. A vida moderna estava a exigir a colaboração feminina e a esperar muito dela. A forma de contribuir, portanto, deveria mudar em função dos novos papéis a serem exercidos pela mulher, mas ela deveria continuar sendo movida pelo objetivo de servir o outro. Se, antes, esse outro estava localizado fundamentalmente na família, nesse novo momento, sua ação deveria também se estender para além de sua esfera, estar presente no espaço público, porém sempre inspirada por sua condição vivida e cultivada no espaço privado da casa.

Artigos sobre os abusos da moda moderna, a educação adequada às jovens, a dedicação feminina à caridade, a importância da mãe cristã como educadora na família, a socialização da mulher, a moral na família e na sociedade, o feminismo ideal e o direito do voto feminino foram insistentemente divulgados no jornal *A Imprensa* como instrumentos de disciplinamento dirigido às mulheres. A criação de colunas direcionadas ao público feminino, como “Leitura para as mulheres”, “Vida Feminina” e “Cultura Feminina”, foi mais uma forma de intensificar a missão de orientar o público feminino em meio às transformações na sociedade.

O modelo de mulher-mãe foi adotado tanto pelo discurso católico quanto pelo discurso da elite, com fins disciplinadores, e o ordenamento social deveria se desenvolver através do elemento feminino, responsável por gerar e educar os futuros cidadãos da pátria e fiéis devotos da Igreja.

O artigo “As mães, só elas...”, publicado no jornal *A Imprensa*, em outubro de 1918, atribuía às mães a missão de corrigir os excessos da moda moderna adotada pelas jovens. Segundo o articulista Soares d’Azevedo,

há dias, o Santo Padre, numa alocução a algumas dezenas de senhoras católicas, fez sentir a urgente necessidade de um dique à torrente de maus costumes que nos últimos tempos invadiu uma grande parte da sociedade. Desses maus costumes todos destacam a moda, que chegaram a extremos a tal ponto inconvenientes, que já se diz sem contestação andarem as chamadas senhoras elegantes mais despidas que vestidas... Onde o caso assume riscos maiores é nas mocinhas, as chamadas meninas, que se permite saíam à rua em trajés pouco dignos... Só as mães de família é que poderão dar um jeito nisso, salvando ao mesmo tempo o futuro de suas filhas (*Jornal A Imprensa*, 22 out. 1918, p.3).

As novidades da moda apresentadas mais intensamente a partir dos anos de 1920, com a finalidade de adequar o vestuário feminino ao clima tropical e atender à presença feminina no espaço urbano produtivo, provocou forte reação por parte dos setores católicos que denunciavam a nova forma de vestir das mulheres como um atentado à moral e aos bons costumes.

A vaidade de acompanhar as novidades da moda moderna foi compreendida pela hierarquia católica como um elemento da fragilidade estrutural da mulher, o qual deveria ser mantido sob controle. “Longe da ostentação e da vaidade, a imagem feminina que se deseja perpetuar é a de um ser submisso, apagado, destacando-se apenas pelo recato e pela devoção” (AZZI, 2008, p. 133). O corpo feminino era compreendido pelo clero como um convite ao pecado, à corrupção. Isso justificava a insistência em mantê-lo coberto e a condenação declarada aos decotes, às transparências e aos figurinos que deixassem as pernas, o pescoço ou as costas descobertos. Por considerar o tema de grande relevância para a “boa formação” da jovem moderna, o jornal católico insistia em imprimir, através de vozes masculinas e anônimas, sua reprovação e condenação à moda moderna. Como declara o artigo, “As modas femininas”, publicado em março de 1920:

A moda actual é a arte aplicada em despir simuladamente a mulher para expô-la, ridícula e imbecil, as vistas do público. É pena que, aquelas que se deixam arrastar pela loucura da moda, não reflitam dois minutos sobre o assunto. Bastava separarem o homem. Ele, “em quem nada pega” como

apregoam, veste-se dos pés a cabeça, aperta-se entre muita roupa, apenas deixando ver o rosto e as mãos, como se fosse mais pudoroso do que as filhas de Eva; enquanto elas, que constituem o brasão de moralidade da família, se deixam despir sob o império do novo demônio do lar. É de esperar que a mulher parahybana, mais lógica e pudibunda, saberá reagir contra o descaro da moda, e defender seu pudor, que foi sempre o apanágio de seus antepassados e será digna de herança de suas filhas e netas. Senhoras e senhorinhas da Parahyba, levantai, com vossa virtude, barreira intransponível a desnudes das modas, as extravagâncias no vestir, a incontida sede de chamar a atenção ainda com prejuízo para a honra (Jornal *A Imprensa*, 25 mar. 1920, p.2).

Considerada a expressão da decadência generalizada dos costumes cristãos, a “imoralidade” das novas modas femininas representava, segundo discurso católico, um prejuízo incalculável à honra e à moralidade das famílias tradicionais paraibanas. Importada da cultura norte-americana⁶⁵ por meio do cinema, a moda moderna foi alvo de severas e duras críticas durante as primeiras décadas do Século XX. Sua condenação era associada à corrupção e à paganização dos costumes cristãos no Brasil católico.

Além dos periódicos católicos, outros também manifestaram seu repúdio às novas formas de se vestir e de se comportar das mulheres que seguiam a novidades da vida moderna. Segundo Pinsky (2012), um grande esforço teve que ser feito no sentido de enquadrar, por meio de normas, as condutas femininas para demarcar o “lugar da mulher” e definir claramente que tipo de mulher seria alvo do respeito social. Médicos, juristas, religiosos e demais autoridades, como defensores da ordem pública, alegavam questões de moralidade e uniam-se num coro de vozes hegemônicas em defesa da honra e da moral feminina.

A mãe higiênica e educadora, que se empenhava em manter os filhos sempre limpos e que os ensinava a rezar e a comportar-se de forma “civilmente adequada”, definia os primeiros contornos dessa “mulher ideal” do novo Século. A construção da figura da “boa mãe” como responsável pelo progresso da nação, pela força do Estado e pela ordem social cristã ganhou relevo numa época em que o projeto de disciplinamento social tornou-se um dos principais pontos de convergência entre a Igreja Católica e o Estado que se modernizava.

Se, para os representantes do Estado modernizante, a figura da “boa mãe” era fundamental para a formação dos futuros cidadãos de uma pátria que se queria civilizada e em ordem, para a Igreja, ela representava a educadora cristã capaz de afastar todos os

⁶⁵ A população americana cultural tão heterogênea foi exposta nos anos de 1920 a forças de uniformização cultural sem precedentes, e essas mesmas forças se encarregaram de levar para o estrangeiro a imagem da América através do cinema e da publicidade em geral (Nancy F. Cott. *A Mulher moderna: o estilo americano dos anos vinte*. IN: *História das Mulheres no Ocidente – O Século XX*, 1991).

erros e inconveniências que a modernidade poderia instaurar nos lares cristãos e na sociedade de uma forma geral.

A atribuição da maternidade à missão social desempenhada pelas mulheres, sobretudo pelas mães, foi destacada no artigo, “As senhoras e a questão social”, publicado no jornal *A Imprensa*, em 1925, com o propósito de informá-las da importância do seu compromisso como mãe e de convencê-las do importante papel social da maternidade para a formação de homens preparados para uma vida a serviço da família, da pátria e da religião. Sob a autoria de A. de C., o artigo orienta:

Minhas senhoras, na questão social, imenso é o vosso papel, e em vós é que recai a melhor e mais sólida esperança da sociedade. Sois mães e ela espera modelardes os corações dos vossos filhos, tornando-os generosos, sempre aberto às causas justas... A sociedade espera que os ensinem amar o miserável e o pobre; que haveis de inspirar-lhes em prol desses irmãos infelizes, não a piedade somente, mas o respeito e a humanidade, ensinando-os como podem e devem servi-los... Educai os vossos filhos como homens de trabalho, de ação e de caridade... Não permitais que passem no mundo a frivolidade de uma vida inútil a Deus e aos homens. (C. Jornal *A Imprensa*, 21 mar. 1925, p.2).

Com o compromisso imposto às mulheres de inculcar nas novas gerações o amor a Deus e à pátria, compreende-se também a necessidade de investir significativamente na educação feminina, com vistas a destinar às mulheres uma instrução que resulte no cumprimento do dever educativo e formativo delegado a elas. A expansão do sistema educacional e a escolarização das meninas foram um resultado desse compromisso atribuído às mulheres como forma de atender às exigências dos novos tempos.

O artigo “O que devem ler as jovens”, publicado em 1920 no jornal *A Imprensa*, informava sobre a necessidade de atualizar a educação feminina para atender às exigências da modernidade e ao novo papel da mulher na sociedade, a partir do olhar católico. Eis o que diz o texto:

A educação da mulher tem sido, até agora, mais sentimental que real, pois até há pouco não desempenhava um papel de importância na sociedade, e é por isso que têm um cunho de sentimentalismo todas as obras que inspira ou lhe foram dedicadas até aqui. Com a participação, porém, da mulher nas atividades dos povos, é necessário desenvolver sua inteligência, abrir seu espírito às grandes empresas e altas concepções, estender sua vida interior e abranger horizontes mais vastos. Não é tarefa difícil, como se supõe, harmonizar as faculdades naturais com as adquiridas, cultivar o espírito

juntamente com o coração dirigir esse às mais nobres ambições. (Jornal, *A Imprensa*, 01 jul, 1920, p. 1).

O reconhecimento por parte da Igreja de uma educação mais “substancial” e atualizada dirigida às mulheres era uma necessidade imposta pelo novo contexto que não podia mais ser ignorado. A nova realidade exigia um novo posicionamento do clero e uma nova estratégia de ação frente aos avanços na condição feminina. Reconhecer essas mudanças e necessidades significava assumir o controle da formação feminina e adequá-la aos dogmas e aos propósitos católicos para a época.

Era preciso que se incentivasse uma educação formal para as mulheres até torná-las aptas e conscientes de sua missão educadora cristã. Capacitá-las a ponto de saber intervir, no convém e no que não convém, na formação dos seus em meio aos postulados modernos e à educação laica, ministrados nas escolas do Estado republicano que havia afastado Deus de suas instituições, dentre elas, as de ensino. Nesse sentido, a mulher e, principalmente a mulher-mãe, deixa o antigo papel de simples observadora da sociedade e assume a condição de sujeito no importante papel de intervenção social em defesa do projeto cristão.

Sobre a vigilância que as mães deveriam ter sobre as leituras realizadas por suas filhas e o perigo que tal negligência poderia representar para a sua formação e para o seu futuro, o artigo orienta:

A mãe deixa escapar sempre o segredo da sua melhor influencia, não fiscalizando as leituras de suas filhas. Ela deveria conhecer cada livro que lhes permitisse ler e não aceitar, sem examinar, o conselho de uma amiga; não se referir sempre ao valor do título ou do autor, para prosseguir, durante as horas de descanso ou de passeio, com suas conversações, os temas que fortificarão sua ação moral. Muitos livros escritos “expressamente para as jovens” são perigosos. Deturpam as relações de simpatia, a comunhão de ideias criada por dois espíritos, demonstrando que podem existir relações amáveis e cordiais sem que tenham por objeto o matrimônio. (Jornal, *A Imprensa*, 01 jul 1920 p 1).

Às mães era atribuída a responsabilidade de garantir que as filhas se casassem virgens, recatadas e submissas, como determinavam os bons costumes cristãos.

Para conseguir o objetivo final da educação – o aperfeiçoamento moral – é essencial acostumar o espírito a julgar, a discernir, a criticar e raciocinar. Isto não quer dizer que devemos converter nossas meninas em ‘filosofas’, mas

sim em razoáveis; não se trata de torná-las sabias, mas estudiosas, habituá-las as leituras serias, interessando-as pelos grandes espíritos, desdenhados frequentemente. Não apresentar a esses como oráculos infalíveis, pois deverem tirar das obras uma conclusão pessoal e não encerrar-se nos juízos feitos. Por isso, as mães devem saber o que lêem suas filhas. (Jornal, *A Imprensa*, 01 jul 1920 p 1).

O modelo de mãe ideal, atualizada com as mudanças do seu tempo como forma de oferecer aos filhos uma formação adequada aos padrões morais e aos bons costumes cristãos, deveria manter-se afastada de qualquer expressão ou ideias que levassem à realização pessoal ou emancipação do seu sexo, no sentido de evitar qualquer prejuízo para sua “nobre missão” materna e formadora.

O artigo “Palavras de uma mãe brasileira”, escrito por uma articulista chamada Carmem, foi mais um dos que foram publicados no jornal *A Imprensa*, que formava o conjunto de discursos de construção de um ideal feminino que tem na representação da mulher-mãe cristã o seu principal instrumento de ordenamento e disciplinamento social usado pela Igreja e pelo Estado. Segundo o artigo, a mulher deveria ignorar o feminismo e suas ideias em prol de uma missão maior, a de ser mãe e de educar os seus em bases cristãs. Diz:

Há pouco, discutia-se no pequeno círculo de minhas amigas, a posição da mulher, a eterna questão do feminismo. O coração da mulher é o escrínio das mais santas virtudes. Si bem que não tenha ela todos os conhecimentos da ciência, a que ela pode e deve dedicar-se, seja ela de que classe for é o estudo da Doutrina Cristã da nossa santa Igreja, o estudo do Catecismo e da Santa Escritura: Isto é o estudo essencial para a formação do caráter. A mãe que ensina aos seus filhos aqueles exemplos tão puros que nos deu Aquele que disse: “Deixai que venham a mim os pequeninos”, cumpre a sua missão, porque, nessa base sólida, a inteligência da criança desenvolve-se com sentimentos puros. Mães brasileiras, deixemos o feminismo, trabalhemos para a formação do espírito das crianças, para serem cidadãos úteis a pátria. E não podemos formar esses espíritos a não ser com o Catecismo e com as lições tiradas e baseadas na Sagrada Escritura. (CARMEM. Jornal *A Imprensa*, 08 jul. 1925, p.1)

As contradições entre uma tradição fundada na moral e nos costumes cristãos e uma sociedade influenciada por novos padrões de comportamento que a vida moderna passava a impor formaram a base construtiva dos discursos divulgados na época. Essas contradições não deveriam permear a missão feminina na sociedade. Ser mãe, esposa e dona de casa deveria ser uma convicção de todas como papel a ser desempenhado. E

afastar qualquer possível dúvida ou direcionamento em contrário foi o compromisso dos discursos e das práticas católicas no período.

Seguindo essa perspectiva, a coluna '*Leitura para as mulheres*', publicada pelo porta-voz da Igreja na Paraíba e sob a autoria de um articulista que preferia se identificar como XXX, procurou orientar os leitores em geral, em especial, as mulheres, sobre como os principais temas relacionados à condição feminina da época deveriam ser analisados de forma a atender aos princípios católicos e aos bons costumes.

Com o propósito de oferecer às mulheres o que considerava como “boas e proveitosas lições ao belo sexo conterrâneo” em “tempos de feminismo” e mudanças de comportamento, a coluna '*Leitura para as mulheres*' passou a publicar “lições” sobre feminismo, trabalho feminino fora do lar, voto feminino, os exageros da moda, entre outros temas considerados atuais para a época e que passavam a interferir na tradicional condição feminina de mãe, esposa e dona de casa.

Sobre a iniciativa de criar uma coluna dedicada às mulheres, o colunista apresentou-se com certa acidez e ironia ao informar que a coluna se destinava

ao *sexo fraco* (que sexo fraco, que nada nesses tempos de feminismo...), ao elemento vencedor nas provas mais tremendas, às substitutas (com vantagem - dizem elas) do homem em todos os ramos da atividade humana. Mas, que direi eu às minhas gentis conterrâneas futuras monopolizadoras de tudo aqui na *feminina* Parahyba? Não tenham receio as parahybanas (mesmo as melindrosas) não lhes ofenderei os melindres e lhes darei boas lições. (XXX. I Lição. *Jornal A Imprensa*, 22 out. 1921, p. 1)

O objetivo da coluna era, tão somente, o de incutir nas leitoras os limites e as possibilidades da ação feminina na sociedade no contexto da vida moderna ou em tempos de emancipação.

Sobre o **destino doméstico e social da mulher**, XXX orienta:

A missão da mulher, quando bem compreendida na família e na sociedade é grandiosa e sublime. No lar – filha, esposa e mãe – é o anjo tutelar de sempre a enxugar prantos, aliviar dores, distribuir sorrisos. Vede em pensamentos os hospitais de todos os países, as escolas, obras de dedicação e sacrifício do mundo inteiro e lá sempre encontrareis a mulher cristã, repartindo o pão da alma e do corpo, consolando aflitos e abandonados, em uma palavra – fazendo sempre o bem. Infelizmente, porém, nem todas compenetraram dos altíssimos destinos que lhes deu a providência! (XXX. IV Lição - *Jornal A Imprensa*, 15 nov. 1921, p.1).

Com o fim de orientar o meio feminino paraibano quanto aos “destinos que lhes deu a providência”, considerados como “verdadeiros” e ideais para as mulheres, o colunista define duas missões permitidas e louváveis ao meio feminino paraibano da época: o papel de mãe, esposa e filha, desempenhado no lar, e o papel social de atender aos mais necessitados através das obras de caridade. Era para esses fins que as mulheres deveriam colocar todo o seu empenho e dedicação. Eram esses os limites e as possibilidades permitidos ao seu sexo. E fugir a essa construção de ideal feminina seria não compreender para que fim Deus a havia criado.

O desempenho da missão feminina no lar e na sociedade, como definiu o colunista XXX, representava um importante papel para o fortalecimento da família, da religião e da nação. Era o elo formador responsável pela união e, sobretudo, pela educação dos seus para a pátria e para a vida cristã. Portanto, era preciso formar na mulher essa consciência e prepará-la para tal missão salvadora.

A escolha da mulher, como instrumento indispensável nessa luta, estava relacionada às suas características “naturais”, consideradas ideais para o desenvolvimento de tarefas educativas e caridosas, como informa a citação abaixo:

Intelectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. É, por isso, particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações (KIEHL, 1940 *apud*: IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 172).

A participação feminina na sociedade, desempenhando atividades de cunho assistencialista e política, não foi aceita somente pela Igreja Católica e também incentivada quando elas atendiam aos seus objetivos. No período pesquisado, muitas associações femininas de orientação católica desenvolveram atividades que atendiam ao propósito de recristianizar ou catolizar a sociedade desenvolvida pela Igreja a partir da década de 1920, tornando-se mais presente na sociedade e atraindo fiéis.

Essas mulheres que aceitavam a idealização de seu gênero como uma vocação “natural” para as tarefas educativas e caridosas assumiam a “consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral, social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades”. A partir dessa consciência,

muitas assumiam uma participação ativa na sociedade, não só para ver como elementos indispensáveis para tal missão, mas também para influenciar aquelas que não tinham tomado essa consciência (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005, p.172).

Para a historiadora Margareth Rago (1985), nesse período de disciplinamento social⁶⁶, a mulher é a peça central de todo um esforço de propagar um modelo imaginário de família, orientado para a identidade do lar. Dentro desse modelo normativo de feminilidade, tinha-se como finalidade convencer a mulher a correspondê-lo, para atender ao instinto natural e ao sentimento de responsabilidade na sociedade. Tudo o que ela deveria fazer era compreender a importância de sua missão de mãe.

As obras assistencialistas, além de ser compreendidas como uma extensão da maternidade para o ambiente social fora do lar, orientadas pela Igreja, assumiam a função recristianizadora, pois, além de levar o apoio material cabia também às “damas de caridade” levar o auxílio espiritual àqueles excluídos da fé católica. Nesse sentido, a caridade assumida pelas mulheres como missão social cristã tinha uma dimensão religiosa, com a finalidade de atender ao **destino religioso** orientado para as mulheres cristãs.

A função de assistente social era um caminho profissional que se abria para as mulheres sob as bênçãos da Igreja e da sociedade. Defendendo a centralidade da ação profissional da assistente social, no enfrentamento de uma questão que se tornaria preocupante nas décadas subsequentes, o discurso católico chama a atenção para uma arena onde a mulher poderia servir a sua sociedade, de acordo com as novas demandas impostas pelo cenário da modernidade, contribuindo, assim, para a afirmação de um projeto de civilização da sociedade brasileira nas bases concebidas pelo movimento católico (MAGALDI, 2008). Portanto, o desempenho de outras atividades ou funções só poderia ser pensado como extensão delas ou para fortalecer, como a professora primária, que deveria estender ao ambiente social da escola as suas características naturais de mãe para a formação dos futuros cidadãos da pátria.

Em geral, a passagem da vida doméstica, privada e familiar para a coletiva, pública e social, processou-se mediante o ingresso nas associações religiosas, a princípio, e nas de caridades, em seguida. As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participarem do mundo do trabalho eram enormes, independentemente da classe social que representavam.

Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um

⁶⁶ O projeto de modernidade republicana definia uma concepção de família, de infância e de mãe “modernas” como elementos fundamentais para a construção de um ideal de nação orientada pelos princípios políticos de civilização e progresso. Nesse projeto, o papel de mãe também segue o caminho da modernização, desempenhando, nesse contexto, uma elevada função pública de teor patriótico. A mulher passou a assumir uma importante missão na sociedade que ultrapassava os muros do privado, possibilitando uma redefinição em sua função social.

campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. O “bom partido”, que levaria ao futuro garantido, batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter sucesso em suas profissões (RAGO, 2004, pp. 581-82).

Nesse sentido, não pouparam esforços para publicar uma imagem pejorativa e condenável da mulher que “abandona” o seu lar, lugar “verdadeiramente feminino”, para se aventurar no espaço masculino do trabalho, ao passo que artigos que enalteciam a mulher que edifica a sua casa eram constantemente valorizados. O trabalho feminino desenvolvido fora do lar passava a ser aceitável quando fosse para atender a uma necessidade material que afetava as mulheres e sua família e deveria ser em defesa dela, que elas se sacrificavam no desempenho de funções que fugiam a sua “verdadeira” missão e a sua natureza feminina, como justifica XXX em sua VI lição dedicada à mulher paraibana.

Veze há que eu me revolto intimamente e fico mesmo aborrecido com a atual condição da sociedade – é quando vejo maltrapilhas mocinhas honestas e probidosas (sic), senhoras de idade ou viúvas de ótima vida que não pedem esmola porque só a esse nome sobem-lhes rubor as faces... Deus em sua misericórdia bem sabe quantos sofrimentos ocultam esses vestidos rotos, aquelas faces esqueléticas, pobrezinhas todas a quem falta, muitas vezes, o pão de cada dia! (XXX – VI Lição, *Jornal A Imprensa*, 02 dez 1921, p. 1).

Somente com o intuito de atender às necessidades daquelas que se encontravam em situação de desamparo, era aceitável e até incentivado o trabalho feminino fora do lar, como prossegue XXX na lição VI.

Não sei porque é geralmente desvalorizado o trabalho da mulher – Nas fábricas, nos ateliers sempre se lhes exige demais e se lhes paga insuficientemente. Em muitos lugares não tem as pobrezinhas serviço *por preço algum*... Falta-lhes tudo porque quiseram trabalhar e não acharam ocupação! Mas, isto é simplesmente um absurdo! Só há pouco chamaram a mulher ao magistério e com ótimos resultados: diga-se de passagem. É preciso colocá-la em todas as repartições públicas, no comércio, na indústria e nos diversos ramos da atividade humana. Frequentem as escolas superiores, os institutos profissionais. Ganhem *sozinhas* filhas de Eva a honesta subsistência. Valorize-se o trabalho feminino. Seja sua presença na tenda e no lar *ótima* medida higiênica para a *língua suja* de tantos homens que... não gostam das boas conversas. (XXX – VI Lição. *Jornal A Imprensa*, 02 dez 1921, p.1)

Apesar das críticas contra o trabalho feminino, que retirava a mulher da sua “verdadeira” missão, a Igreja se utilizou de alguns critérios para tornar o trabalho feminino fora de casa no nível aceitável dos padrões morais cristãos. Atividades compreendidas como a extensão das atividades domésticas no meio social passaram a ser aceitas como profissões adequadas para as mulheres. Era-lhes recomendado que procurasse atividades em que o elemento feminino pudesse mais que o homem evidenciar uma vantagem expressiva ou uma aptidão maior. Seguindo esses critérios, a hierarquia eclesiástica selecionou três profissões consideradas adequadas ao meio feminino: a de assistente social, a de enfermeira e a de professora primária.

Se os tempos modernos acentuaram a responsabilidade social da mulher, permitindo-lhe larga e expressiva realização de poderes, o discurso católico buscou disciplinar essa responsabilidade social no sentido de impor ao feminino que qualquer novo encargo deveria se situar, necessariamente, subordinado ao de sua condição de mãe. Só assim ela poderia conciliar suas recentes regalias e as velhas e iniludíveis obrigações.

As ideias de emancipação feminina que direcionavam as mulheres para uma independência econômica deveriam ser convertidas para o bem da família, da pátria e da religião, e não, para uma realização pessoal própria, independente. Não lhe era permitido pensar apenas em si, porquanto sua missão deveria atingir aos seus e/ou aos outros, inseridos no projeto de caridade desenvolvido por ela ou por um grupo do qual ela fazia parte.

Assim como o trabalho feminino não era compreendido como uma missão destinada à mulher, mas como uma necessidade material, o voto feminino também seguia nesses rumos, pois mais que um direito, representava um dever religioso e patriótico a ser cumprido em defesa dos bons costumes e dos princípios católicos. Sobre o tema, XXX apresenta a seguinte tese:

“A mulher deverá ter o direito de voto?” – indagou-me há dias, gentil leitora da “A imprensa”. Respondi-lhe imediatamente: de direito SIM; de fato NÃO. Explico-me. Na escolha dos governantes pátrios, todos os filhos do berço comum se devem interessar com máximo de cuidado, sem distinção de sexos. Nada de inconveniente acho nesse meu modo de pensar que, de certo, é de todas as filhas da Paraíba... Os cuidados da família, a educação dos filhos, a paz sagrada do lar serão sempre meros *pretextos* e não motivos valiosos afim de deixar o homem só na resolução de questões, por demais, momentosa. Ao contrário, a participação da mulher nas lutas eleitorais si me afigura natural, necessária até para equiparação dos direitos cívicos na comunhão nacional... Se, para termos um governo bom e honesto mister se fazem os votos femininos – não há que duvidar, os esposos levem suas esposas; os pais, as suas filhas; os irmãos, suas irmãs; e, à boca da urna, seja preferido o candidato que melhor mereça a confiança popular. Essa é a minha tese; *de direito*, pois, a mulher deve votar. (XXX. V Lição. *Jornal A Imprensa*, 30 nov. 1921, p.1).

Sobre a tese segundo a qual, de *fato*, a mulher não pode votar, justifica-se afirmando:

A aplicação prática dos princípios supra mencionados depende das circunstâncias regionais. O voto feminino é uma ideia vencedora em grande parte do mundo civilizado, com vantagens aqui e até... prejuízos acolá! Em nosso Brasil, nessa terra de eleições a bico de pena em que o voto é uma formalidade sem valor, para a própria dignidade da mulher, ela deve viver afastada dos conluíus politiquieiros... Infelizmente é assim! A entrada da mulher na política traria lutas renhidas, vultosos sacrifícios, sem vantagens para o país e com amenos para o sexo. Praticamente entre nós o voto feminino seria um desastre; *de fato* a mulher brasileira deve se abster da política (XXX. V Lição. *Jornal A Imprensa*, 30 nov. 1921, p.1).

O direito de votar e de ser votada ia além de uma simples escolha, pois mexia com as relações de poder estabelecidas durante séculos. A principal bandeira do movimento feminista sufragista brasileiro e de demais países foi adota pela Igreja no sentido de convertê-la num instrumento a ser usado em defesa dos propósitos cristãos católicos, e não, para emancipar o sexo feminino. Votar em defesa de uma pátria católica e voltar aos seus lares para o desempenho de sua “verdadeira” missão de mãe e de esposa era o compromisso cívico a ser seguido pelas mulheres.

Outros fatores também foram responsáveis pelo conjunto de argumentos contrários ao direito de voto das mulheres. Temia-se, também, que a participação política poderia desviar as mulheres das atividades domésticas, do zelo pela família e pela maternidade. A grande questão que envolvia a conquista do direito político da mulher não era somente o preconceito quanto à sua capacidade mental, mas também e, principalmente, o “desajuste social” que isso poderia causar. Temia-se que as mulheres deixassem de ocupar o espaço privado do lar para assumir o espaço público da política.

Diante da questão, o que se colocava era um direito político limitado, em que as mulheres cumprissem o seu dever cívico sem ter que abandonar o seu espaço “por natureza”, o lar, isto é, votem e voltem. Essa era a orientação da Igreja sobre o voto feminino. Era a favor do voto feminino, porém contrária a qualquer pretensão de participação efetiva das mulheres na política.

As lições apresentadas por XXX, na coluna ‘*Leitura para as mulheres*’, reafirmavam o que Igreja havia definido como os três destinos ou condições sociais possíveis para o meio feminino na época: **o doméstico, o social e o religioso.**

Anos 1930 na Paraíba: conquistas feministas, novas estratégias católicas

As ideias de emancipação feminina defendidas pelo Movimento Feminista, a luta pelos direitos das mulheres, a ocupação feminina em setores da sociedade antes ocupados apenas por homens e a concretização das conquistas feministas, a partir dos anos de 1930, levou a Igreja Católica a intensificar discursos e práticas em defesa do papel feminino de mãe, esposa e dona de casa.

Para atender ao objetivo de reafirmar o papel tradicional feminino, D. Sebastião Leme convidou o padre, educador e filósofo francês, Paul Coulet, para proferir uma conferência⁶⁷ sobre “*O papel normal da mulher e seu destino pessoal*”, realizada no Rio de Janeiro, no dia 26 de junho de 1931, com o propósito de ecoar no Brasil católico, permeado por ideias feministas, o posicionamento da Igreja quanto à “moderna função da mulher” e o que a instituição considerava como “o verdadeiro papel feminino” nesse momento de avanços feministas e transformações no cotidiano das mulheres.

Com a finalidade de definir um perfil feminino cristão adequado aos novos tempos, o Padre Coulet criticou o movimento feminista por considerar que ele impedia a ação de Deus no meio feminino e por incentivá-lo a assumir espaços na sociedade que impossibilitavam sua missão de mãe e de esposa, apontada como destino natural da mulher. Para o padre conferencista, “é preciso que a mulher compreenda o que Ela é e para que Deus a criou”. A emancipação feminina, através do trabalho e de outras atividades desempenhadas na sociedade, representava uma ilusão e um grande equívoco, por retirar a mulher do seu “papel verdadeiro” para lhe **emprestar** uma função que não era sua e que poderia ser tomada de volta a qualquer momento. Segundo Coulet, isso gerava uma falsa emancipação, pois “procurava equiparações ilusionais nas aptidões e nos destinos terrenos aos dois sexos... A mulher é e sempre será mulher e que nunca se poderá confundir com o homem” (COULET, *Jornal O Jornal*, 26 jun. 1931).

Com o intuito de colocar cada sexo em seu lugar, o conferencista reafirma que o papel da mulher na sociedade era o de ser mãe, esposa e dona de casa, e que o lar era o seu lugar, onde ela era edificada e respeitada. Para tanto, orientava: “É indispensável que a mulher compreenda bem que Ela é uma mulher e não um homem e que Ela é uma pessoa e não uma coisa”. Para o padre francês, a igualdade entre os sexos atribuída às ideias do movimento feminista resultaria na desordem e no desequilíbrio social, pois as mulheres

⁶⁷ A referida conferência foi publicada em vários jornais, por exemplo, o *O Jornal* (RJ), o *Jornal do Brasil* (RJ), o *Correio da Manhã* (RJ) e o jornal “Diários Associados”, cadeia jornalística que se estendia de Pernambuco a Porto Alegre, e cuja penetração atingiu os mais “remotos recantos do país”, com o propósito de informar as mulheres de todo o Brasil qual era o seu “verdadeiro” papel na sociedade moderna.

deixariam de assumir o papel feminino determinado por Deus para se masculinizar (COULET, *Jornal O Jornal*, 26 jun. 1931).

Para o conferencista, a mulher deveria compreender que sua verdadeira grandeza e felicidade não poderiam se igualar em **tudo** ao homem ou querer substituí-lo em **tudo**. Ele reconhecia que a mulher poderia até desempenhar outras atividades além da de mãe e de esposa, entretanto, essas atividades deveriam ser reconhecidas como adequadas às vocações femininas, condicionando as suas escolhas a uma conduta moral cristã (COULET, *Jornal O Jornal*, 26 jun. 1931).

Ao concluir, o Padre Coulet convocou todas as mulheres para assumirem o seu destino natural e pediu que as mulheres de hoje e as de amanhã reconhecessem sua verdadeira missão na terra e soubessem sempre desempenhá-la bem (COULET, *Jornal O Jornal*, 26 jun. 1931). O discurso do Pe. Coulet dirigido, principalmente, ao meio feminino, com o intuito de doutrinar as fiéis quanto ao seu papel na sociedade correspondia à preocupação da Igreja em disciplinar a ação social feminina, num contexto marcado por propostas de emancipação. Inculcar nas mulheres, por meio de discursos opinativos, quais os espaços adequados ao segmento feminino foi uma prática de reação usada pelo clero brasileiro contra o feminismo e suas ideias desde o início do Século XX e intensificadas no pós-1930. Isso porque a ideia de que a mulher não poderia igualar-se em “**tudo**”, ocupar “**todos**” os espaços e substituir o homem em “**tudo**” era considerada apavorante para uma sociedade que buscava manter uma ordem social tradicional cristã e alimentava uma estrutura patriarcal e machista.

O discurso com o propósito doutrinário de ordenamento de fiéis e da sociedade como um todo, proferido pelo padre francês, tinha como instrumento legitimador a instituição católica que ele representava e controlava seus fiéis com o propósito de seguir as leis de Deus. E como o conferencista era um representante da Igreja Católica, é importante destacar que tal discurso tinha a legitimidade da instituição católica e assumia um caráter de verdade, pois tinha o respaldo de um saber institucional e gerador de poder. Sobre o assunto, Brandão (1991) informa que o discurso é emitido racionalmente e com o fim de eliminar qualquer ameaça aos poderes instituídos. “A produção desse discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que tem por função eliminar toda e qualquer ameaça a permanência desse poder” (BRANDÃO, 1991, p. 32).

Vale ressaltar, ainda, que a referida conferência foi realizada em um período em que a preocupação com a reorganização da sociedade brasileira pós-revolução de 1930 tanto era de interesse da Igreja, defensora da ordem, quanto do Estado recém-instaurado. Esse foi um período marcado pela aproximação da Igreja com o Estado, da aliança entre D.

Sebastião Leme e Getúlio Vargas na defesa do projeto de normatização e ordenamento social.

Dentro desse contexto, a imposição do modelo de família, de mulher e de criança compatível com os interesses das elites era condizente com o discurso católico de disciplinamento da sociedade moderna cristã, que atingia, primordialmente, os mesmo sujeitos: a mulher e a criança. Então, consideramos que o modelo da mulher-mãe ganhou ainda mais força e evidência por ser um projeto em que os interesses do Estado e da Igreja eram, nesse sentido, convergentes.

Na Paraíba, a ação do arcebispo Dom Adauto A. de Miranda Henriques seguia as mesmas estratégias de ordenamento e disciplinamento social adotadas pela Igreja Católica no Brasil. A preocupação com a educação feminina formal, a implantação de uma imprensa católica e o acolhimento de grupos leigos femininos como instrumento disciplinador foram medidas adotadas pelo representante da Igreja no Estado, com o intuito de divulgar a doutrina cristã, de preservar os bons costumes e a moral católica e de combater o que chamou de “erros da modernidade”.

Esses “erros” se resumiam ao conjunto de ideias e de movimentos considerados subversivos aos olhos da Igreja e apontados como “inimigos” da fé, da ordem, da moral e da família. Nesse conjunto, o feminismo se inseria por defender uma emancipação feminina que, segundo a hierarquia católica, era responsável por retirar a mulher do lar e impedir que ela assumisse sua missão “natural” de mãe e de esposa, principal elo de formação e manutenção da família. Nesse sentido, o feminismo foi apresentado como um dos fatores da crise da Humanidade e um dos responsáveis pelo fim da civilização, portanto, deveria ser combatido como forma de conservar na mulher o seu “verdadeiro” papel social e de mantê-la em seu lugar “natural”, o lar.

Segundo Teles (1999), as movimentações das mulheres por direitos sociais e políticos ocorridos na Europa e nos Estados Unidos, entre os Séculos XIX e XX, haviam influenciado as brasileiras a levantarem a bandeira em defesa do direito ao trabalho fora do lar, à educação superior e à participação política representada pela conquista do voto feminino, compreendidas como ideias emancipacionistas que impediam o desenvolvimento da missão feminina no mundo.

Apesar da ausência de movimentos feministas organizados na Paraíba, pelo menos até 1933, quando foi fundada a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino como filial da Federal Brasileira liderada pela feminista Bertha Lutz, as investidas constantes na imprensa contra as práticas feministas foram a principal estratégia de combate ao feminismo, desenvolvida na Paraíba até 1930, quando as conquistas feministas se

mostravam mais atraentes do que a imagem de desequilíbrio social e moral atribuída ao feminismo na imprensa.

A colaboração dos grupos leigos femininos com o trabalho de “recuperação” do meio feminino e a construção da imagem da mulher-mãe como a verdadeira missão feminina foi acolhida pelo clero paraibano como sendo mais um instrumento eficaz no combate ao feminismo e aos “erros da modernidade” de forma geral.

A capital paraibana que, desde a década de 1910, vinha passando por um processo de modernização, que modificaria desde o aspecto físico da cidade até a conduta de parte de seus habitantes, preocupava aquela que tinha como missão secular orientar e doutrinar seus fiéis dentro de um comportamento cristão “adequado”. A introdução do cinema, do teatro, do carnaval, como meios de divertimento e de lazer, exigia, segundo a Igreja, um controle em relação a essas novidades que começavam a determinar novos costumes.

Os cinemas, que exibiam filmes impróprios para as moças de família e as senhoras de respeito, o carnaval, que invadia a sociedade conquistando as moças das melhores famílias cristãs, a educação laica, contrária à educação religiosa, a comprovação da capacidade intelectual feminina, o trabalho feminino fora do lar e outras novidades da época foram compreendidas como demolidoras da ordem moral e social cristã.

Era preciso, portanto, controlar os novos hábitos, os novos costumes e postulados modernos que passavam a invadir os melhores lares da sociedade paraibana. E foi nesse sentido e para atender a essas necessidades de orientação e disciplinamento que as noelistas desenvolveram sua prática de formação do perfil feminino “adequadamente” cristão na Paraíba.

Noelistas paraibanas: um instrumento em defesa da mulher cristã moderna

As noelistas paraibanas, como participantes de um movimento leigo feminino de orientação católica, em defesa da moral, da fé e dos “bons costumes” cristãos, foram acolhidas pelo arcebispo da Paraíba, Dom Aduino de Miranda Henriques, para assumir, na sociedade paraibana, a missão social de catolizar a sociedade através de obras assistencialistas e de formar na mocidade feminina um padrão de comportamento moral considerado adequado aos propósitos e aos dogmas católicos.

Com o objetivo de “bem formar para bem servir”, as noelistas assumiram o compromisso de desenvolver atividades para fortalecer o que se chamou de uma “boa cultura”, ou de uma “boa educação” adequada aos novos tempos e aos bons costumes cristãos. O objetivo era

de contribuir para que tanto as mulheres quanto os homens pudessem desempenhar seus papéis “naturalmente” definidos, de forma a evitar os “desajustes” sociais e morais causados pela “incompreensão” da missão feminina, disseminada pelo movimento feminista.

O temor de uma educação que desviasse a jovem para uma vida fora do lar, para desempenhar uma atividade profissional dita masculinizante, era um “perigo” que perpassava a sociedade da época. A imprensa católica, as revistas do movimento, os retiros fechados, as reuniões mensais e a participação nos congressos noelistas eram o principal meio de divulgação dos propósitos formadores do Movimento Noelista em defesa de um perfil feminino adequado aos padrões morais cristãos.

Diante da capacidade intelectual feminina comprovada pela ciência moderna, da educação laica que afastava a religião das escolas e os avanços das ideias feministas, as noelistas, ao seguirem uma orientação católica, apresentavam posicionamentos que buscavam conciliar as novidades da vida moderna com a missão da mulher cristã. Assumir uma postura moderna, porém atenta aos costumes cristãos era a orientação a ser seguida.

A conferência realizada no dia 06 de agosto de 1933, pelo Padre José Delgado, em comemoração ao segundo aniversário de fundação do Núcleo Noelista da Paraíba, buscou não somente parabenizar as militantes católicas quanto ao papel desempenhado na sociedade paraibana, como também, principalmente, reafirmar seu compromisso na formação cristã do meio feminino, conforme a situação social, doméstica e religiosa.

“Necessidade da sua intensificação intelectual, de acordo com a situação doméstica, social e religiosa da mulher, e a capacidade do noelismo para realizar esses ideais” foi o título da referida conferência dirigida às noelistas paraibanas pelo Padre José Delgado e publicada pelo jornal *A Imprensa*, no dia 10 de agosto de 1933, na coluna *Vida Feminina*. Sua publicação no jornal católico teve como objetivo estender às suas leitoras as lições apresentadas às noelistas pelo eclesiástico sobre a atual situação da mulher na sociedade moderna e o compromisso da mulher cristã no combate às ideias que a permeavam e que atingiam, principalmente, a família e a religião.

Ao apresentar as principais características da época e os problemas a serem enfrentados, chama a atenção para a importância do elemento feminino na preservação dos costumes cristãos e no combate às ameaças impostas pelo mundo moderno. Sobre o assunto, assevera:

Nossas gerações estão caracterizadas. Variam as opiniões apenas sobre a classificação dos sistemas que procuram dominar e imprimir uma direção universal aos homens e as coisas. Nos tempos que correm até os despersonalizados levam à testa o sinete de uma escola. Pouco importa não saibam o que são. Na realidade cada um é alguma coisa e, como em todos os tempos de circunstâncias históricas semelhantes, todas as tendências

sociais engrossam as suas fileiras na busca nervosa de domínio. Nossa época é de competições e choques. Um elemento de preponderância como a mulher não poderia se insular, no meio da confusão que a luta do bem e do mal geram no mundo, a mulher não poderia fugir ao sofrimento hodierno, a mulher não poderia abandonar o homem, o companheiro do paraíso e do exílio, na angústia enobrecedora em que a sociedade humana se debate a rumos de maior, mais completa e mais sólida segurança futura dos seus destinos terrenos e celestes. Não é sem firmezas morais, porém, que poderemos apertar o círculo das nossas afirmações, proclamando que é justamente pelo flanco feminino que os inimigos ricos, experientes, poderosos, incansáveis e infernais despejam contra o Catholicismo as mais modernas armas de extermínio. (DELGADO, *Jornal A Imprensa*, 10 ago. 1933, p.2).

Devido à situação de ameaça sofrida pela religião católica e ao que ela defendia, como descreveu o conferencista Padre Delgado, a necessidade de “intensificar a vida intelectual feminina” foi definida como sendo o instrumento mais apropriado para combater os males que atingiam as famílias cristãs e a sociedade em geral. Somente a partir da compreensão “real” dos problemas que ameaçavam a ordem social cristã seria possível para o elemento feminino agir de forma eficaz contra os “males” que o mundo moderno passava a imprimir no mundo. Os “inimigos da religião católica”, como se referiu Delgado aos postulados e aos costumes modernos, deveriam ser combatidos com a ação feminina consciente no campo **doméstico, no social e no religioso**.

O papel da mãe na formação dos filhos, em especial, das filhas, da jovem moderna deveria exigir a “mais acurada formação religiosa, moral e intelectual”. O alvo das preocupações apontadas pelo Padre Delgado deveria se concentrar na formação da jovem e, não, somente, da criança, como acontecia geralmente. As influências dos postulados da ciência moderna, que alteravam hábitos, costumes, comportamentos e ideias, incidiam diretamente sobre aquela que lhe era contemporânea, isto é, sobre a jovem, considerada pela Igreja a mais inclinada a adotar as novidades da época, a porta por onde entravam os inimigos do catolicismo.

Diante de preocupante situação, Padre Delgado convocou as mães de família cristã para assumirem a responsabilidade de “bem” educar e orientar sobre os assuntos “mais preocupantes que ocupavam a moça moderna”. Foi, portanto, depositado na mulher-mãe a responsabilidade de educar suas filhas na direção dos propósitos cristãos. Essa responsabilidade, segundo o conferencista, só poderia se concretizar de forma eficaz com a intensificação da sua formação religiosa, moral e intelectual. Nesse sentido, enfatizou a importante e necessária contribuição do movimento noelista paraibano para a realização desse ideal católico e social.

Com o propósito de atender às preocupações católicas apontadas, o Padre Delgado apresentou orientações dirigidas diretamente à jovem moderna e lições a serem desempenhadas pelas mulheres cristãs na educação de suas filhas. Definiu a situação **doméstica, social e religiosa** como sendo os três principais campos onde poderiam se instaurar “os inimigos da religião” e por onde a ação católica poderia agir em defesa de sua fé e da família.

Em relação à situação doméstica, apontou três problemas enfrentados na formação da jovem moderna: *a emancipação econômica pelo trabalho desempenhado fora do lar, a emancipação intelectual e a emancipação religiosa*. Essas situações permeavam as ideias da jovem moderna, portanto, cabia à mãe cristã convertê-las em ideias adequadas ao seu sexo e à religião.

Sobre a vida profissional da mulher, apresenta a seguinte lição:

Dizem-lhe pelos cinco sentidos do corpo que é chegado o momento da sua definitiva emancipação. Deve embebedar-se ao toque desse precioso vinho? Perdoá-la-á o homem vingativo? Digam-nos os suspiros de uma jovem pernambucana, empregada de um banco, com horas tão magras para tudo, enrijecidas na labuta dura e ininterrupta das jornadas cotidianas, diga-nos ela a sua penosa escravidão na resposta a uma curiosidade jornalística de outro dia; diga-nos Góes Monteiro na sua entrevista em que ameaça a mulher do serviço dos quartéis. A emancipação da mulher foi aquela que operou o Cristianismo. Seu primeiro lugar ficou sendo o lar. Suas principais ocupações, as manuais. Seus infinitos desvelos, os filhos. Sua grande libertação, a de ser escrava dedicadíssima daqueles entes queridos. Ela a luz do lar. Ela o fogo da família. Ela o vinho da afeição terna e pura. Ela o espelho da fidelidade. Convença se a jovem que a sua profissão é por excelência a doméstica. (DELGADO, *Jornal A Imprensa*, 10 ago. 1933, p.2).

Sobre a **emancipação intelectual feminina**, orienta:

Não é menos falaz nas suas promessas, a proclamada emancipação intelectual. Diz um conhecido psicólogo que “o homem raciocina e a mulher sente”. Tivemos ocasião de colocar nos devidos limites essa asserção num dos nossos artigos sobre a vida feminina. Não nos envergonhemos de parecermos contraditórios. Vimos pregar a urgência da intensificação da vida intelectual feminina e, nessas alturas, recomendamos que não se intelectualize excessivamente a mulher. Cabe-lhe um importantíssimo papel equilibrador no mundo... Só um passo mais, na sua vida intelectual, diante do problema da vida afetiva; motivar conscienciosamente a afeição colocá-la inteligentemente a serviço de uma alta função moral, não se deixar levar pelas facilidades que precipitam na paixão, mas também não poupar carícias

para reacender numa alma o fogo da amizade que, uma vez perdida, poderá a criatura até as labaredas do inferno. Pontos nos is da emancipação intelectual mal entendida. (DELGADO, *Jornal A Imprensa*, 10 ago. 1933, p.2).

A emancipação **religiosa**, ou a liberdade religiosa foi apresentada pelo religioso como sendo uma desgraça não só para as mulheres como para toda a humanidade. Considerada a mais perigosa, e a que deveria ser mais combatida alertou:

De todas com que procuram tentar a vaidade feminina, nos dias que correm, é a mais deletéria a emancipação religiosa. Mentira terrível. Aqui escondem duas palavras contraditórias. Emancipação religiosa quer dizer religião sem peias, sem dogma, nem disciplina e religião em que os freios morais, dogmáticos e disciplinares operam a mais engrandecedora das libertações espirituais: pelos freios morais, a santificação da alma; pelos dogmáticos, a emancipação do erro; pelos disciplinares, o esplendor da ordem. É no primeiro sentido que proclamam tronitoantes(sic) a emancipação aos ouvidos incautos da mulher. Querem a mulher sem nenhuma religião, com a religião que cada uma imaginar, amiga de todas as religiões e igualmente a elas todas indeferem. Aí ando o veneno latente e medonho das associações leigas, indiferentes, mistas e sectárias da época (DELGADO, *Jornal A Imprensa*, 10 ago. 1933, p.2).

Se os efeitos da modernização da sociedade eram considerados ameaçadores em vários aspectos e, em especial, para a vida feminina, a falta de uma educação consistente dirigida às mulheres para lidar com as novidades que se apresentavam representava um problema muito mais grave do que as próprias mudanças vivenciadas. Nesse sentido, a necessidade de se intensificar a educação feminina baseada nos preceitos cristãos foi um campo que recebeu a atenção do discurso católico e conduziu múltiplas e diversas estratégias com esse foco.

Com o intuito de reafirmar posições defendidas referentes ao papel feminino na sociedade, os artigos opinativos publicados na imprensa católica, como a conferência do Padre Delgado, orientavam suas leitoras para que se adequassem às novas demandas e se conduzissem de modo a servir à sociedade em bases apropriadas aos propósitos católicos.

Corrigir os erros que levassem ao desinteresse pelo casamento e pela maternidade foi imperioso para se defender uma sociedade hodierna e cristã. Orientar a jovem moderna para o casamento, para a constituição de família e para uma profissão que atendesse às especificidades do seu sexo e sua missão cristã no mundo foi o assunto destinado à situação social apresentado ao público presente e às leitoras do jornal *A imprensa*. A **família**

e a **escola** deveriam ser preocupações sociais inerentes às jovens. Orientá-las sobre a importância social do casamento e definir a escola como um ambiente adequado ao trabalho feminino era um conjunto de lições apresentadas.

Sobre a importância social da **família**, Padre Delgado informa:

Nenhuma instituição está hoje tão ameaçada nas suas bases, como o casamento pelo qual se constitui a família. Nunca serão bastante abertos os olhos da donzela cristã atualmente sobre as responsabilidades e os deveres da vida conjugal. Lembremo-nos que a situação social da mulher no Brasil de hoje lhe obriga a tomar parte até na vida política da nacionalidade e que de tais questões, se lhe faltar uma mentalidade bem segura, ela não escapará aos tentames das correntes inimigas da sua própria alma, dos seus próprios destinos eternos (DELGADO, *Jornal A Imprensa*, 10 ago. 1933, p.2).

Além de apresentar a **família** como um bem social ameaçado pela vida moderna, informa que a **escola** deveria ser compreendida como um lugar social adequado para jovem cristã.

Depois da família, está a escola e é lá proeminente o lugar da mulher, já o dissemos duas vezes. Na sua posição social a mulher deve atuar fortemente para que a escola seja uma continuação do lar, um complemento da família. O grande mal presente na escola é o inveterado laicismo. De sua casa e das suas atuações públicas todas as forças femininas, em feixe, precisam ser encaminhadas no sentido da defesa dos direitos da sua consciência cristã na escola. No ambiente de antagonismo essa atitude será sem eficiência se a mulher não impuser a força de suas convicções pessoais, o seu pensamento no lar e na escola. (DELGADO, *Jornal A Imprensa*, 10 ago. 1933, p.2).

Por fim, refere-se à **situação religiosa** e à necessidade de intensificar o desenvolvimento de atividades que fortaleçam a fé do homem e da mulher católica, pois,

nessas horas de combate a que assistimos, em que nos envolvemos direta ou indiretamente, voluntária ou involuntariamente, há um grande consolo para o coração cristão. Descobrimos com todas as suas formas perfeitamente definidas o que é a verdade católica. Somos naturalmente levados a viver profundamente a nossa fé, tantas vezes fecunda, e que perdera, aos nossos olhos, aquela força maravilhosa de sacudir o mundo, abalar os céus, conquistar as almas e firmar por toda a parte o reino de Deus. O homem e a mulher mais que nunca tem sede dessas verdades... Os motivos da nossa preferência são dois. O Primeiro é fundado no fato de ser a nossa época tumultuosa e corrompida e estar a reclamar o freio da fé, que repousa na

autoridade infalível de Deus... Sem olhar a nossa situação podemos demonstrar, em segundo lugar, que a fé é a base de todas as virtudes, a igreja mestra de todas as verdades e os sacramentos os canais de todas as graças . (DELGADO. *Jornal A Imprensa*, 10 ago. 1933, p.2).

Ao considerar a Igreja como um templo de definição de deveres e mantenedor de uma ordem social e política, podemos afirmar que, mesmo não abandonando as críticas sobre as causas profundas da sociedade moderna que levam ao afastamento dos dogmas católicos e da Igreja, compreende-se que a necessidade de se adaptar ao mundo moderno apresentava-se como uma imposição do período. Assim, nesse momento solene e trágico, imposto pela sociedade moderna, cabia-lhe desenvolver uma ação que pudesse consorciar os espíritos, pacificar as almas e harmonizar esse imenso conflito das paixões pessoais contrariadas com os princípios de uma nova ordem de coisas.

Nesse conjunto, cabia à mulher cristã, segundo discurso católico, tomar consciência de suas responsabilidades sociais e apostólicas. A militância cristã na sociedade era incentivada pela Igreja e deveria ser seguida pelas cristãs, principalmente pelo Noelismo, considerado pelo Padre Delgado como “um dos mais belos rebentos que nosso senhor fez brotar na árvore da sua igreja, respondendo as necessidades da época em que vivemos”. Parabenizando o empenho das noelistas paraibanas em “elevar” a alma feminina através de suas obras de catolização e de “intensificação intelectual da vida doméstica, social e religiosa da mulher”, buscou reafirmar que seu compromisso representava um importante instrumento nesse processo de disciplinamento social (DELGADO, *Jornal A Imprensa*, 10 ago. 1933, p. 2).

No sentido de conduzir o meio feminino para uma prática cristã moderna, o que significa que as demais atividades desempenhadas na sociedade deveriam atender ao intento de ampliar a essência da maternidade e sua ação social, a maternidade continuou definindo os limites e as potencialidades que possibilitariam a contribuição particular e fundamental da mulher na sociedade, a qual deveria se apresentar como um elemento moderador, de doçura, que levasse para a vida de fora o suave ambiente do lar.

Diante de todos os perigos que a formação intelectual “ameaçava” trazer para a mulher cristã, o núcleo noelista assumiu a importante tarefa de formar a juventude para uma educação baseada na “perfeição moral” e religiosa. Portanto, um dos propósitos das noelistas era de conservar as “energias naturais” das mulheres diante da educação moderna que divulgava uma cultura que levaria à perda das ditas energias. A insistência na formação moral religiosa era uma defesa contra os novos padrões de vida e de comportamento que começavam a se expandir na sociedade brasileira e na paraibana. As noelistas assumiram,

nesse momento, a missão de ser um instrumento para recuperar e conservar os valores cristãos num ambiente que também poderia ser intelectualizado. Era a perfeita união da moral com o intelectual, muito oportuno e adequado em uma conjuntura de crise dos padrões morais.

Compreendidas como moças modernas e cristãs, as noelistas buscavam associar à evolução do progresso feminino as leis divinas. Segundo elas próprias, esse deveria ser o caminho a ser seguido por todas as mulheres, pois era uma atitude que as completava. Ao considerar essa união de intelectualidade e conduta cristã, afirmavam que, para ser intelectual, não era preciso se esquecer de sua condição de mulher, como as moças modernas que vivem a vida “despreocupadamente”.

Havia, portanto, uma diferença entre a moça moderna e a moça moderna cristã, que, assim como a moderna, estava atenta às “evoluções” do seu tempo, porém, a segunda tinha a obrigação de associá-las a sua vida cristã. Na verdade, o que se queria comprovar era que a moça poderia ser moderna e ser cristã ao mesmo tempo. A modernidade não deveria ser abandonada para se seguir uma missão cristã, porquanto isso não era uma questão de uma anular a outra, mas de combiná-las dentro de certos limites traçados pela Igreja que, através de sua influência formadora, impunha esses limites.

Página “CULTURA FEMININA”: vozes femininas no jornal *A Imprensa*

Num contexto marcado por conquistas feministas e pela necessidade de intensificar o controle sobre a vida feminina, a publicação da página “Cultura Feminina” no jornal *A Imprensa* representou uma poderosa arma de combate mobilizada pelo clero paraibano em defesa de um ideal feminino cristão. Organizada por mulheres católicas e publicada quinzenalmente, a página “Cultura Feminina” assumiu o compromisso de orientar as paraibanas sobre religião, arte, literatura, moda e outros assuntos do seu interesse, como a atual situação social das mulheres na Modernidade. Vozes femininas permitidas e convocadas a participar do espaço público da imprensa católica em defesa da recristianização do meio feminino.

Sob a direção da Professora Argentina Pereira Gomes, essa página deveria assumir o compromisso de oferecer a sociedade paraibana e, em especial, ao público feminino, o que a Igreja chamou de “boa imprensa”⁶⁸, que consistia na publicação de discursos em periódicos católicos com a finalidade de legitimar condutas adequadas aos propósitos.

⁶⁸ Reagir contra a “má imprensa”, com o que se chamou de “boa imprensa”, foi uma das estratégias da Igreja no combate à divulgação das ideias modernas, entre elas, o feminismo e a proclamada

Segundo o bispo paraibano, Dom Adauto de Miranda Henriques, as “más ideias” deveriam ser combatidas com “boas ideias”, e a “má imprensa” com o que chamou de “boa imprensa”. Isso evidencia a importância do jornal como instrumento de formação dos povos, de divulgação dos bons costumes cristãos, de orientação dos diocesanos e de preservação da fé e da família.

O jornal constitui hoje o livro dos povos, nele se discutem os grandes problemas políticos e se examinam as verdades religiosas e filosóficas. A orientação da inteligência, nas suas doutrinas e nas suas ideias, traça-se no jornal; os homens ignorantes ou insofridos de mais serias e profundas investigações, cogitam e falam ao sabor do que leram. Nas questões mais vitais e mais delicadas da moral, é pelo jornal que se amoldam os corações e os atos. Breve o jornal é a regra viva, insinuante e prática da sociedade moderna. A sua preponderância nos regime dos homens é indiscutível e vitoriosa. As suas conquistas são tanto mais certas quanto mais acessíveis é a influência. Dessa arte vemos que por todas as camadas da sociedade circula rápido, desassombrado e sugestivo o jornal, ao qual todos tributam a sua adesão. E a ação moral do homem aumenta prodigiosamente de intensidade; dilata-se avulta e envolve o indivíduo, a família, a sociedade, e por vezes chega a ditar suas leis aos governos, impondo-lhes a necessidade da opinião pública. (Jornal *A Imprensa*, 19 fev. 1930, p. 3).

Por considerar o poder do jornal no processo de disciplinamento social, a Igreja se apodera dos recursos da imprensa moderna como uma estratégia eficaz para combater os males da própria modernidade e defender as ideias católicas. Se, através do discurso feminino, as ideias feministas de emancipação avançavam a passos largos pós-1930, seria também através do próprio elemento feminino que a reação a essas ideias chegaria à maioria dos lares paraibanos. As vozes católicas da página “Cultura Feminina” deveriam, portanto, ser orientadas no sentido de atender a esses propósitos.

A fundação da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, em 1933, e a conquista de uma página dedicada à divulgação das ideias da Associação no Jornal *A União* foram compreendidas pelo clero paraibano como ameaçadoras do ideal feminino defendido pela hierarquia. Isso se justifica porque, apesar de se afirmar como uma entidade cultural, e não, política, sua filiação à FBPF, liderada pela feminista Bertha Lutz, colocava-a, no

emancipação feminina, que afastava as mulheres dos lares e da missão de serem mães. Na Carta Pastoral ‘*Do Nosso Dever para com a Imprensa*’, publicada por Dom Adauto em 1918, o bispo enfatizou a importância da imprensa católica no combate às ideias inimigas e contrárias à orientação da Santa Sé. Ressaltou a importância da “boa imprensa” como um meio eficaz de preservar os bons costumes e a fé católica dos diocesanos.

mínimo, sob suspeita, quanto as suas reais influências feministas e práticas a serem desenvolvidas na capital paraibana.

Uma interpretação da encíclica *Casti Connubii* do Papa Pio XI foi o conteúdo do primeiro artigo publicado pela página “Cultura Feminina”. O artigo intitulado “Hierarquia doméstica” buscava reafirmar que o desempenho do papel definido para a mulher e o papel definido para o homem era essencial para manter a estrutura do modelo de família estabelecida por Deus. No sentido de colocar cada sexo no seu lugar, o artigo afirmava:

Se efetivamente o homem é a cabeça, a mulher é o coração; se um tem o primado do governo, também a outra pode e deve atribuir-se, como coisa sua, o primado do amor. Essa ordem implica por um lado a superioridade do marido sobre a mulher e os filhos, e por outro a pronta sujeição e obediência da mulher, não pela violência, mas como recomenda o apóstolo nessas palavras: sujeitem-se as mulheres aos seus maridos como ao Senhor, porque o homem é cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja. (Efésios, V 22,23). Tal sujeição não nega, nem tira á mulher a liberdade a que tem pleno direito, quer pela nobreza da personalidade humana, quer pela missão nobilíssima de esposa, irmã e companheira... Mas proíbe que no corpo dessa família se separe o coração da cabeça com grande detrimento de todo o corpo e perigo próximo de ruína. PIO XI. Encíclica *Casti Connubii*. (Cultura Feminina. Jornal *A Imprensa*, 27 ago. 1933, p. 3).

O casamento, a família, a “nobre” missão de mãe, de esposa e de dona de casa dedicada deveriam ser evidenciados em todos os artigos publicados na página “Cultura Feminina” como forma de atender aos objetivos para o qual fora criada.

A presença feminina na imprensa havia sido marcada, até então, pelas impressões da escrita masculina presentes nos artigos dos principais jornais e revistas das primeiras décadas do Século XX na Paraíba. Preocuparam-se em escrever e descrever como ela se comportava e deveria se comportar, as roupas que usava e as que lhe era mais adequada, o trabalho fora do lar, o direito a uma profissão, a educação superior, a conquista do voto, as ações de caridade realizadas, os chás e as festas beneficentes.

Enfim, muito se falou sobre as mulheres. Intelectuais, médicos, jornalistas, professores e religiosos haviam se empenhado em definir qual seria o perfil feminino adequado e que papel as mulheres deveriam desempenhar na sociedade. Vozes masculinas e, às vezes, anônimas, dedicaram-se em definir o que era ser mulher no início do Século XX.

Ao atribuir esse compromisso definidor e formador de um ideal feminino cristão ao próprio elemento feminino, através da página ‘Cultura Feminina’, a imprensa católica

buscava, no discurso feminino cristão, garantir poder e legitimidade para construir um ideal de mulher para a época, passando, a incentivar insistentemente a publicação do que considerava como a verdadeira missão da mulher na sociedade. Uma missão que não se alterava mesmo com as mudanças exigidas pelas novidades da vida moderna. O artigo “A mulher do Século XX”, publicado na coluna “Cultura Feminina”, de autoria de Tércia Bonavides, informava que, apesar das conquistas femininas alcançadas, era no lar que a mulher assumia sua mais nobre missão social. Diz Bonavides:

Enfim, conseguiu a mulher a sua época. O progresso do Século XX e a sua organização de vida vão cedendo os direitos que de há muito lhes são devidos. Está evidentemente provado que em qualquer ramo da atividade humana ela se manifesta capaz e superior, desempenhando muitas vezes, duros e pesados encargos. Na escola, nas ciências e nas artes vai deixando provas de sua inteligência. Efetivamente é o lar que lhe oferece a mais nobre missão a compreender: filha, esposa ou mãe. **Como filha**, é muitas vezes a alegria e o consolo de pais velhos e cansados – sol no crepúsculo de vidas que se vão. **Esposa**, é a amiga decidida e leal, incansável nos sacrifícios, esmaga sua própria natureza e transforma o seu temperamento, procurando satisfazer-lhe os gostos. Esposa que sem tréguas trabalharia para que fosse ele [o esposo] o vitorioso no terreno das competições e das lutas diárias – exigindo pelo máximo de sua contribuição, um afeto único e fiel. Como **mãe** todos lhes respeitam os extremos e os carinhos – passando a viver a vida de seu filho, como se para ele fosse transportado o seu próprio coração. Essa é a missão mais sublime, de renúncias e de completo desinteresse, apoiando-se somente, no Amor. (BONAVIDES. *Jornal A Imprensa*, 08 out. 1933, p. 3)

Mesmo não se furtando das novidades e possibilidades que o Século XX apresentava às mulheres, permitindo prepará-las para o exercício das mais diversas atividades no espaço público, Tércia Bonavides estava convicta em afirmar que, por mais que a mulher avançasse no desempenho de outras atividades, era no lar que ela deveria exercer a sua mais importante missão, considerando, no entanto, o desenvolvimento da formação intelectual feminina como um instrumento necessário para educar os filhos para o Século XX, pois, segundo a articulista,

feliz a mãe inteligente e culta capaz de incentivar no coração do filho as mais belas virtudes, plasmando a sua consciência no amor a Deus, da pátria e da família. Que é capaz de descobrir-lhe as tendências estimulando habilmente a sua verdadeira vocação. Que ao par da educação doméstica, pode igualmente concorrer para a educação moral e intelectual, tirando-o das primeiras dificuldades que o espírito infantil encontra a cada passo, abrindo-

lhe enfim, as portas da vida. Quantos homens de grande valor moral e intelectual não devem grande parte de seus triunfos a direção e ao concurso que receberam no regaço materno! Muitos assim o confessam e o proclamam entusiasticamente (BONAVIDES. *Jornal A Imprensa*, 08 out. 1933, p. 3).

Sobre aquelas que se permitem aventurar-se por outros caminhos ou se colocavam decididas e dispostas a acolher as possibilidades que a vida moderna tinha a lhes oferecer, seguindo em busca de uma educação melhor e de uma profissão que atendesse mais do que as suas necessidades materiais, buscando alcançar sua emancipação, a articulista afirmava que só lhe restava lamentar, pois essas só encontrariam a desilusão e a infelicidade pelo caminho.

Circunstâncias diversas tem afastado a mulher do ambiente doméstico para jogá-la em campos opostos onde igualmente pode aproveitar a sua inteligência no trabalho que a liberta de uma existência inútil e parasitária. A educação moderna lhe facilita a posse de uma profissão qualquer mesmo diante da perda irreparável do pai ou do marido, possa assumir sozinha a direção de uma família inteira. Na escola está provada a sua ação realizadora e hoje o magistério primário a ela está quase todo entregue. No Rio de Janeiro, em São Paulo, podemos bem apreciar a sua eficiência em múltiplas atividades. Na medicina muitas o são efetivamente duradoras pela habilidade e cultura. No comércio desenvolve ela uma perfeita técnica como datilógrafa ou tacógrafa. O direito de voto veio culminar o seu ideal político. Porque não podia uma mulher culta e sensata decidir os destinos de nossa pátria, quando um homem semi-analfabeto o fazia, pensando unicamente pela superioridade do sexo? Não sei, porém se os passos serão firmes em tão arriscada aventura. Quem se sentir apta e forte, procure subir tão íngreme ladeira que chegará cercada e feliz... Para descer sozinha, exausta e desiludida. (BONAVIDES. *Jornal A Imprensa*, 08 out. 1933, p. 3)

A busca por novos caminhos que oferecessem à mulher outras realizações e felicidade fora do lar era, segundo Bonavides, uma ilusão, um gasto desnecessário de energias, porque era dever da mulher dedicar-se a sua missão de mãe, esposa e dona de casa, que a enobrecia e a exaltava. Trabalhar fora de casa, ser a favor do divórcio e ter participação política na sociedade eram atitudes condenadas pela Igreja e pela sociedade. A mulher não podia ser egoísta e pensar somente em sua realização pessoal, ao contrário, deveria integrar seus primeiros desejos a necessidade de casar e ter filhos. Lar e família: os elementos da harmonia social, assegurada quando a família “conhece” e “aceita” os “verdadeiros” papéis que cada um dos seus componentes deveria desempenhar. O contrário seriam famílias desajustadas e uma desordem social estabelecida.

Assim, o discurso católico reconhece a existência de um feminismo reivindicatório, mas, ao mesmo tempo, desqualifica-o na medida em que abala um dos fundamentos do catolicismo e, portanto, da Instituição que a ele corresponde. Tudo dentro do lar e nada fora dele era o discurso defendido pela Igreja e que a página “Cultura Feminina” buscou reafirmar na luta contra a emancipação feminina.

Essa emancipação era representada pela mulher que trabalhava fora do lar, segundo o discurso católico, como uma ação que colocava a mulher na condição de escrava e deixava de se dedicar exclusivamente ao seu lar, considerado um recanto sagrado, para ser explorada em atividades que em nada iriam enaltecê-la. Uma emancipação geradora de uma falsa liberdade e da ruína da sua família, como informa o artigo “A Emancipação da Mulher”, escrito por Neves, na página “Cultura Feminina”, em que ela assevera:

Muito se tem escrito e falado sobre a emancipação da mulher. Mas, no extremo modernismo que nos ameaça querem não só emancipada mas senhora de uma liberdade sem limites, cujo declive pode ser fatal. Como compreender a emancipação da mulher? Será preciso que uma jovem, na absoluta dependência paterna, exerça essa ou aquela profissão, resolva negócios, frequente sociedades e divertimentos, tudo ao bel prazer, sem justificação de seus atos? E que a senhora casada, fiadora de maiores e mais graves responsabilidades, no recesso do lar, se emancipe do que Deus lhe confiou de mais sagrado na vida para exercer lá fora outros misteres e outras frívolas preocupações, cujo fim será, talvez deslustrar a aureola brilhante que sagrou esposa e mãe? É a isto que se chama mulher emancipada? Oh! Caras jovens patricias, não nos emancipemos! (NEVES. “Cultura Feminina”. *Jornal A Imprensa*, 22 out. 1933, p.3).

Diante da situação apresentada, a articulista orientava:

A mulher cristã tem a liberdade em si, não precisa ser emancipada. Todos os atos de sua vida estão dependentes de Deus e essa dependência a obriga à dependência dos pais, esposo ou superiores. Que nunca se abram nossos lábios para dizer: sou livre. Não nos emancipemos. Tudo nos indica que é falsa essa liberdade, onde não reina o império da lei de Deus e os sábios conselhos de nossos superiores! A mulher pela própria fragilidade não foi feita para governar-se a si mesma e daí a série de exemplos de muitas que se presumiram inatacáveis e naufragaram vergonhosamente, arrastando na sua queda o horror de sua estúpida presunção. Não. A mulher não pode ser emancipada; a sua emancipação equivaleria a sua própria ruína e nos as mulheres brasileiras desejamos ficar de pe... podemos, sim, emancipar-nos da vaidade excessiva, do luxo desmedido, desse cortejo de imperfeições a que nos apegamos. Disto sim. E do mais, Deus que é poderoso e perfeito, nos guarde e nos defenda. (NEVES. “Cultura Feminina”. *Jornal A Imprensa*, 22 out. 1933, p.3)

Ao caracterizar a vida da mulher emancipada como de dificuldades e de exploração, a Igreja declara o Cristianismo como o único responsável pela verdadeira emancipação da mulher, que a elegeu na condição de rainha e garantiu um espaço exclusivamente seu - o lar. No entanto, vale ressaltar que essa “emancipação” operada pelo Cristianismo, que determinava papéis femininos e masculinos fixos, ocultava a importância social e econômica do trabalho prestado pelas mulheres dentro de casa. Assim, camuflavam-se a dureza, a dificuldade do serviço doméstico, o cansaço e o desgaste físico.

O trabalho feminino era visto como acessório e temporário, o que justificava o ganho diferenciado entre homens e mulheres e abafava o grito doloroso daquelas que ousaram denunciar as iniquidades que sofriam. Perversamente, acabou também por circunscrever a família ao “lar feliz”, onde a mulher é apresentada como “rainha”, e escamotear o drama da história, os conflitos, as diferenças e as relações de poder que se processam no interior dos seus lares (MALUF & MOTT, 1998, p. 421).

Por considerar a mulher, antes de tudo, mãe, a realização de atividades fora do lar foi insistentemente apresentada pelo discurso católico, presente na página “Cultura Feminina”, como um perigo, uma ameaça à função “natural” da mulher, que era de ser mãe e de se dedicar ao lar. A mulher era vista não como uma mulher ou um sujeito que acalentava sonhos, desejos e objetivos próprios, mas como mãe, esposa e dona de casa. Um ser do sexo feminino com a missão de cuidar da casa, do marido e de gerar filhos para a Igreja e para a Pátria, só!

As barreiras que as mulheres enfrentavam para participar do mundo do trabalho eram enormes, independentemente da classe social que representavam. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre que lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. O “bom partido” que levaria ao futuro garantido batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter sucesso em suas profissões. (RAGO, 2004, pp. 581-82).

Segundo discurso católico, as ideias de emancipação feminina que as escravizavam tiveram no feminismo o seu principal e, talvez, único defensor, o qual foi severamente criticado por exercer nas mulheres uma má influência. Numa tentativa de moldá-lo, de modo que a mulher não fosse uma formadora de “revoltas”, por estar defendendo os seus direitos, mas um ser harmonioso, capaz de ceder os seus direitos pelo bem-estar de sua família, a Igreja defende o que ela chamou de **feminismo católico**. Essa formulação do processo formativo tinha como representantes mulheres cristãs que viam algumas conquistas das

mulheres com bons olhos, porém não concordavam que, para obtê-las, tivessem que abandonar seus lares e suas famílias.

Concordavam com um feminismo “bem comportado”, que não consistisse numa disputa de poder entre o feminino e o masculino, assim como não deixavam de defender o casamento, a família e a religião. Era uma reação das mulheres católicas orientadas pela Igreja, com o objetivo de se colocarem contra o divórcio, o comunismo, o abandono do lar etc. Essa perspectiva se reforça quando se compreende que, no período em questão, estava em curso o processo de modernização, que passou a influenciar a vida das pessoas e, principalmente, o cotidiano das mulheres. Assim, a mulher deveria ser preparada para o casamento para encontrar nele a verdadeira felicidade, cabia-lhe a responsabilidade do sucesso da sua vida em família, a qual deveria ser harmoniosa e alegre. A divulgação do casamento como o melhor caminho a ser seguido pelas mulheres foi uma das estratégias para dissuadir aquelas que tinham inclinação para uma vida independente e que viam em sua liberdade e sua emancipação o verdadeiro sentido da sua realização como mulheres.

Consideramos que o sucesso do discurso católico que elegeu a mulher como principal instrumento de disciplinamento social, responsável pela defesa da família, da religião e da pátria mostrou-se vitorioso não somente pelo uso eficaz da imprensa e dos leigos como meio formador e disciplinador, mas, principalmente, por ser um discurso que, ao se dirigir às mulheres como responsáveis pela formação dos futuros cidadãos, coadunava com os propósitos de uma pátria que enunciava a “ordem e o progresso”, mas fazia questão de manter inalteradas as estruturas sociais estabelecidas há séculos.

A sociedade paraibana, essencialmente tradicional, machista e patriarcal, no tocante às relações sociais e, principalmente, nas relações entre os sexos, não se opôs às medidas adotadas pelo clero paraibano de colocar cada sexo em seu lugar, através das estratégias usadas para combater os males que afetavam a fé, a família e a pátria como o feminismo. Uma configuração que tornou possível controlar os ímpetus feministas da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, colocando-os dentro dos limites considerados “adequados” aos desafios da contemporaneidade e ao ideal feminino construído pelo discurso católico divulgado na época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Os tempos são o que, neles, é a mulher”.
(Revista Natal, Mar. 1939).

Mais que uma ameaça, o movimento feminista e suas ideias de emancipação feminina e conquista de direitos para as mulheres foram uma realidade enfrentada pelos setores mais conservadores da sociedade paraibana. Definido como um dos “erros da modernidade”, o feminismo foi incisivamente combatido pela Igreja Católica, através de métodos e estratégias que se mostraram eficazes no combate àquele que era a ameaça aos bons costumes, à moral católica, à organização das famílias e à ordem social.

As possibilidades que a vida moderna apresentava às mulheres, ao exigir delas uma efetiva participação na sociedade no campo do trabalho, na educação e na política, foram condenadas pela Igreja, porque iam de encontro ao seu projeto de ordenamento e disciplinamento social. Nesse sentido, combater o feminismo significava garantir a estabilidade social sustentada pelo modelo tradicional de família e moral cristã que tinha como elo a mulher mãe e esposa.

A necessidade de manter uma sociedade baseada nos valores cristãos esteve diretamente relacionada ao projeto de “catolizar” a sociedade e combater os “males modernos”, como a laicização, o positivismo presente na República brasileira, a maçonaria, o comunismo, o socialismo e tudo aquilo que fosse contrário à doutrina católica e ao que ela defendia, como o feminismo, por exemplo.

Seguindo essas perspectivas, as manifestações feministas desenvolvidas nos países europeus e nos Estados Unidos, nos primórdios do Século XX, e que começavam a influenciar as brasileiras foram publicadas na imprensa paraibana como representações de mulheres violentas, diabólicas, revoltadas, seres assexuados e assustadores. Essas construções discursivas eram empregadas com o objetivo de deslegitimar o movimento feminista e de impedir qualquer simpatia ou interesse por ele. Mulheres que ousaram ultrapassar a barreira doméstica em busca de direitos ou realização profissional foram estigmatizadas, masculinizadas e estereotipadas.

As representações de dominação simbólica, através de práticas discursivas em defesa de um ideal feminino determinado pela Igreja e pelos setores tradicionais conservadores da sociedade paraibana que, ao imprimir a condição feminina de mãe, esposa e dona casa como única condição social possível, permitida e adequada às mulheres, contribuíram para que muitas delas se mantivessem silenciadas ou anônimas ao expressar sua condição e suas possíveis reivindicações. De forma que não foi possível identificar, durante nossas pesquisas, nenhum movimento de perfil assumidamente feminista e organizado, com o intuito de lutar, de forma significativa, pelos direitos das mulheres paraibanas nas três primeiras décadas do Século XX.

O papel da imprensa, principalmente a católica, na construção de uma identidade feminina “adequada” aos padrões morais da época foi uma das principais estratégias utilizadas pela Igreja para combater o feminismo e os “males modernos” que invadiam os lares paraibanos. Para atender aos propósitos da “boa imprensa”, a publicação de colunas como *Vida Feminina*, *Leitura para as Mulheres* e a página *Cultura Feminina*, dedicada à formação feminina nos moldes católicos, assumia o compromisso de combater os inimigos da Igreja e de orientar a mulher para a sua missão social de mãe, esposa e dona de casa na sociedade atual. Conduzir a mulher paraibana para uma conduta cristianizadora atribuída ao seu sexo foi um papel a ser cumprido.

A instalação da vida moderna, na capital paraibana da época, entusiasmava apenas no tocante às mudanças ligadas à paisagem da cidade – as novas avenidas, a nova arquitetura presente nos prédios públicos, nas residências, na implantação de serviços modernos, como água encanada, esgoto e energia elétrica – mas, no que se referia aos novos costumes, aos comportamentos e às mudanças na estrutura social o que prevalecia era a ordem tradicional baseada nos “bons costumes” morais e cristãos, principalmente em relação ao feminino.

Nesse sentido, o feminismo e suas ideias chegaram à Paraíba sem espaço para a defesa de direitos para as mulheres por parte da maioria das paraibanas. O repúdio à palavra feminismo, promovido pela imprensa, foi tão grande que sua associação a qualquer movimento de mulheres impedia o seu próprio desenvolvimento. A adesão às ideias sobre direitos civis e políticos das mulheres se desenvolveu silenciosa e sem grandes alardes, e a ausência de uma imprensa feminina, por meio da qual as paraibanas pudessem expressar seus desejos e reivindicações, pode ter contribuído para a descrição na conquista de direitos.

A palavra escrita, que se tornava pública através da imprensa, foi, desde muito tempo, a principal forma de expressar e de formar a opinião pública, reduto do poder masculino, do qual “as mulheres vão lentamente se apropriando. Não sem dificuldade”. Resistências, desejos e conflitos tiveram que ser encarados na busca de expressar e legitimar ideias, comportamentos e condutas (PERROT, 1998, p. 77).

Mulheres como Catharina Moura, Analice Caldas, Albertina Correia Lima, Olivina Olívia Carneiro da Cunha e outras pertencentes a uma elite intelectual paraibana interessada pela causa feminista mostraram-se corajosas ao pronunciar publicamente sua simpatia pelo movimento feminista. Porém, por um feminismo “elevado e nobre”, como afirmou Catharina Moura, ou um feminismo “adequado”, que não retirava a mulher do lar nem “desintegrava” a família, como afirmava a Igreja.

Segundo a hierarquia católica, um feminismo que buscasse a emancipação da mulher e que a impedisse de assumir sua missão natural de mãe e esposa era desprezível e deveria ser evitado. Ao passo que um modelo de feminismo que contribuísse para uma formação intelectual feminina limitada, que a incentivasse ao exercício do voto como uma missão patriótica cristã, que orientasse para as atividades remuneradas apenas em momentos de dificuldades financeira da família e que conservasse a mulher em sua condição feminina de mãe e de esposa a serviço dos seus, era aprovado e incentivado pela Igreja.

Às noelistas foi atribuído o compromisso de divulgar e ampliar esse modelo de feminismo “adequado” incorporando às suas práticas a missão de recristianização e de recuperação do meio feminino. Deveriam dar exemplos de sua fé para todos os que faziam parte do seu meio e para aqueles que elas deveriam conquistar através de suas obras que, no geral, era dividida em três áreas que se completavam: a formação intelectual, a piedade e a caridade.

O empenho das noelistas na formação de um meio feminino atento às novidades da sua época e à prática de uma vida cristã moderna passava pela compreensão de que o papel social da mulher havia ampliado e que essa ampliação deveria ser orientada no sentido de combater comportamentos que levassem a uma conduta contrária a sua “verdadeira” missão social e aos propósitos da Igreja. Através de reuniões, congressos, retiros e das revistas do movimento, as noelistas buscaram formar uma juventude feminina moderna, porém cristã, atenta ao seu papel social na sociedade atual, mas longe das ideias de emancipação feminina que afastavam a mulher do lar, do casamento e da maternidade.

Sem dúvida, as noelistas foram insistentes na tarefa de formar um perfil adequado para as mulheres da época, que consistia em ser mãe, esposa e dona de casa. Essas

atribuições requeriam uma sólida formação intelectual, baseada em aulas de religião, arte, literatura, poesia, história etc. A mulher deveria continuar a desempenhar suas funções “naturais”, porém portadora de uma formação geral. E essa formação consistia numa especialização, como requisito para atender a tais funções, correspondendo aos tempos modernos.

O papel formador da mulher cristã atribuído às noelistas exigia delas uma atuação pública, imbuída de tarefas no âmbito político, no social e no educacional. Ao desenvolver obras assistencialistas de controle social, sair em defesa do voto feminino como um dever cristão e defender a formação intelectual para as mulheres, as militantes católicas se colocaram na cena pública reivindicando interesses que consideravam ideais para o seu segmento, para o seu grupo social e para a religião que professavam. Tal posicionamento público garantiu às noelistas a definição de **feministas católicas**, mulheres em defesa de um perfil feminino moderno e cristão. Sem dúvida, uma definição que sinalizava para uma conversão apropriada ao sexo feminino em tempos de transformações, de mudança de comportamento e de novas ideias.

Entre a tradição e o moderno, configurava-se um novo comportamento feminino que poderia atender às necessidades da nova época, sem alterar a estrutura social tradicional e conservadora estabelecida há séculos, em que a missão feminina era a de mãe e de esposa. Nesse sentido, a Igreja Católica, na Europa, no Brasil e na Paraíba, continuou com uma postura essencialmente conservadora, porém preocupada em desenvolver uma prática religiosa voltada para o disciplinamento e a manutenção da ordem, sem deixar de se preocupar com as mudanças da vida moderna.

Nesse sentido, as conferências e os artigos em defesa de uma condição feminina mais ativa na sociedade e a própria fundação da AFFF só foram “permitidos” existir e progredir porque se situaram dentro dos limites de reivindicações aceitáveis para a sociedade tradicional da época e para os bons costumes cristãos, caracterizando uma tática que permitisse a sua existência, de forma cautelosa e atentas as exigências do meio, as sócias-diretoras da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, buscou, de forma estratégica inculcar no meio feminino e na sociedade em geral a importância de as mulheres defenderem os direitos que lhes eram negados.

Ao imprimir um caráter cultural e não político, a AFFF não só garantiu sua instalação na tradicional e católica capital paraibana, como também permitiu o desenvolvimento de suas atividades por algumas décadas. A configuração de imagem feminina e não feminista também foi importante para conquistar o apoio de setores e de pessoas importantes, como o Governador Gratuliano de Brito, membros do clero paraibano e a imprensa oficial do Estado.

O fato do meio paraibano não possibilitar uma atuação feminina mais efetiva na sociedade paraibana, em defesa dos direitos das mulheres, como afirmavam as presidentes da Associação Paraibana, colocou suas práticas e discursos dentro do limite do “adequado” e “aceitável”. Segundo Chartier (1995), buscaram mobilizar para os seus próprios fins uma representação imposta – aceita, mas desviada contra a ordem que a produziu. E ao comungar dos mesmos valores morais e dos mesmos interesses que limitavam as representações da época, o feminismo da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino buscou ficar na zona do aceitável, do conservador e do moderado, compreendido entre o **feminismo católico** das noelistas e o **feminismo reivindicativo** da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e da Dra. Berta Lutz.

Dessa forma, a defesa do trabalho e da educação feminina se mostrou possível por representar reivindicações importantes tanto para o projeto de modernização e progresso desenvolvido pelo Estado quanto por assumir um caráter moral cristão, ou seja, o trabalho, como uma segurança para a família, e a educação, como uma necessidade feminina da atual sociedade moderna.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS:

ABRANTES, Alômia. "Escritas e Inscritas: mulheres na imprensa nos anos 1920". IN: ABRANTES, Alômia e SANTOS NETO. Martinho Guedes dos (orgs.). **Outras Histórias: Cultura e poder político na Paraíba (1889-1930)**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2010. PP. 48-58

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. "Discursos e Pronunciamentos: A dimensão retórica da historiografia". IN: PINSKY, Carla Bessanezi e LUCA, Tânia Regina (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2012.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária/EDUSP, 1981.

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Terceira época: 1930-1964. Petrópolis- RJ: Vozes, 2008 – (Coleção História Geral da Igreja na América Latina).

BARBOSA FILHO, Hildeberto. **A Convivência Crítica**. João Pessoa: GRAFSET, 1985.

BEOZZO, José Oscar. "Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização". IN: BORIS, Fausto (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, v.4, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 13ª Ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

CARONE, Edgar. **Brasil: Anos de Crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991.

CHAGAS. Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na cidade da Paraíba nas décadas de 1910 e 1930**. Recife, 2004. (Tese de doutorado – UFPE).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: arte de fazer**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Simone da Silva. **Mulheres em defesa da ordem: um estudo do Núcleo Noelista da Paraíba – 1930-1940**. João Pessoa, 2007 (Dissertação de Mestrado – UFPB).

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.

_____. “Diferença entre os sexos e dominação simbólica”. In: **Cadernos Pagu (4)**. Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP. Tradução de Sheila Schwartzman, 1995.

DEL PRIORE, Mary . “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. IN: Marcos de César Freitas (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 217-235.

_____ (org.). **História das mulheres no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

DIAS, Roberto Barros. **Deus e Pátria: Igreja e Estado no processo de romanização na Paraíba (1894-1930)**. João Pessoa, 2008 (Dissertação de Mestrado – UFPB).

FARIAS, Damião Duque de. **Em Defesa da Ordem: Aspectos da Práxis Conservadora Católica no Meio Operário em São Paulo (1930-1945)**. Editora HICITEC. São Paulo, 1998.

FEBVRE, L. **Martin Lutero: Um destino (1956)**. México/B: Aires.

FERREIRA, Lúcia Guerra. **Igreja e Romanização: Implementação da Diocese da Paraíba (1894/1910)**. 1994. (Tese de Doutorado em História – USP).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____, **A Arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle. “Introdução: ordens e liberdades. IN: DUBY, Georgs e PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1991.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FREITAS JÚNIOR, Cleófas Lima Alves de. **As práticas e representações femininas no protestantismo de Campina Grande: A Igreja Evangélica Congregacional (1927-1960)**. João Pessoa, 2010. (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, UFPB).

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. 2 ed. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. “Introdução”. IN: FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias**. João Pessoa: Ed. Universitária: UFPB, 1994.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios 1875-1914**. tradução: Sieni Maria Campos e Yeda Steidel Toledo. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 546p.

IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

JASMIM, Marcelo G. e FREIRIES JR, João (orgs.). **História dos Conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7ª edição. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2013.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. O município representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEITE, M.L.M. **A outra face do feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Editora Ática, 1984.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**. Um estudo de caso da Oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MACHADO, Charlinton José dos Santos e NUNES, Maria Lúcia da Silva. **“Feminismo revisitado**: práticas e representações políticas de educadoras paraibanas em 1930”. Revista de Educação PUC – Campinas, n. 24, v.1, p. 39-51, jun. 2008.

MACHADO, Charlinton José dos Santos, NUNE, Maria Lúcia da Silva e MENDES, Márcia Cristiane Ferreira. **Catharina Moura e o Feminismo na Prahya do Norte**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

MEDEIROS, Bartolomeu Figueirôa de. (Frei Tito). “Prefaciando a História das Religiões no Brasil”. IN: BRANDÃO, Sylvana, MARQUES, Luiz Carlos Luz e CABRAL, Newton Darwin de Andrade. (orgs.). **História das Religiões no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. Volume 4.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. “Vozes católicas: um estudo sobre a presença feminina no periódico *A Ordem* (anos 1930-40)”. IN: LÔBO, Yolanda e FARIA, Lia (orgs.). **Vozes femininas do Império e da República**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

MALATIAN, Teresa. “Carta: narrador, registro e arquivos”. IN: PINSKY, Carla Bessanezi e LUCA, Tânia Regina (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MALUF, Marina e MOTT, Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral) e SEVCENKO, Nicolau (org. do volume). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: brasiliense, 2004.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba** - lutas e resistências. João Pessoa: A União, 1994.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottmann. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____, Michelle. **Mulheres Públicas**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINSKY, Carla Bessanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. “Imagens e Representações: A era dos modelos rígidos”. IN: PINSKY, Carla Bessanezi e PEDRO, Maria Joana Pedro. (orgs.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Carla Bessanezi e LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Carla Bessanezi e PEDRO, Maria Joana Pedro. (orgs.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. IN: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encontros Modernos: história da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: FUNDARPE, 1997.

_____, Antônio Paulo. “Cidade e Modernidade: registros históricos do amor e da solidão no Recife dos anos 1930”. In: BARBOSA, Bartira Ferraz e FERRAZ, Socorro (Orgs.). **República Brasileira em Debate**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

RODRIGUES, Inês Caminha L. **A Gangorra do poder** (Paraíba – 1889/1930). João Pessoa: Universitária/ UFPB, 1989; GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias**. João Pessoa: Ed. Universitária: UFPB, 1994;

SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e M. **Estrutura de Poder e Intervenção Estatal – Paraíba 1930-1940**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

SALES, Ana Maria Coutinho de. **Tecendo fios de liberdade: escritoras e professoras da Paraíba no começo do século XX**. Recife, 2005. (Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Letras, UFPE).

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: Os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Recife, 2003. (Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História, UFPE).

SILVA, Favianni da. **A Eva do século XX: Analice Caldas e outras educadoras**. João Pessoa, 2009. (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFPB).

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

_____, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Ed. Mulheres. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. "Introdução". IN: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral) e SEVCENKO, Nicolau (org. do volume). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3.

SCHUMACHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital (orgs.) **Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Revistas, Jornais, Encíclicas e Carta Pastoral

Revista *Era Nova* – 1922. (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano).

Revista *Ilustração* (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano).

Revista *Reação* -1933 (Biblioteca de Dr. Maurílio de Almeida).

Jornal *A Imprensa* – 1910- 1940. (Arquivo Eclesiástico da Paraíba.).

Jornal *A União* – 1910 -1940. (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano).

Jornal *O Educador* – 1921 – 1922. (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano).

Jornal *A Cruz* – Anos 1937 e 1939. (Arquivo da Arquidiocese Olinda-Recife).

Jornal *do Comércio* – Recife – Ano 1932. (Arquivo Público de Pernambuco).

Jornal *A Tribuna* – Recife – Ano 1933. (Arquivo da Arquidiocese Olinda-Recife).

Jornal *O Jornal* – RJ – Ano 1931. (Arquivo Nacional – RJ).

HENRIQUES, Adauto Aurélio de Miranda (Dom). **Carta Pastoral Do Nosso Dever para com a Imprensa** (1918). Parahyba do Norte: Typographia A Imprensa, 1918.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum** – *Sobre a condição dos operários* (15 de maio de 1891). In: DE SANCTIS, Antônio (Org.). **Encíclicas e Documentos Sociais**. São Paulo: Edições LTR, 1972, p. 25-55.

PIO XI. **Carta Encíclica Quadragesimo Anno**. Petrópolis: Vozes, 1962.

Documentação do Movimento Noelista

Revista *Natal* – Anos, 1933, 1939, 1940. (Arquivo da Arquidiocese Olinda-Recife).

Livro de Atas das reuniões do Núcleo Noelista Paraibano – Anos, 1931 a 1940. (Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

Legislação do Núcleo Noelista da Paraíba. (Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

Estatuto do Núcleo Noelista da Paraíba. (Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

Relatórios do I e II Congressos Noelista Nacional – Anos, 1933, 1939. (Arquivo da Arquidiocese Olinda-Recife).

Pequeno Catecismo Noelista, 15 abr. de 1935. (Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

Correspondências e outros documentos da APPF

Telegrama de João Suassuna em resposta a solicitação de Bertha Lutz sobre o voto feminino, 1927. (Arquivo Nacional – RJ)

Carta de Lylia Guedes à Bertha Lutz em 22 de janeiro de 1933. (Arquivo Nacional – RJ)

Carta enviada a Bertha Lutz por Lylia Guedes em 03 de abril de 1933. (Arquivo Nacional – RJ)

Carta enviada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino por Lylia Guedes, em 26 nov. 1933. (Arquivo Nacional – RJ)

Carta de Lylia Guedes à Bertha Lutz em 20 de março de 1934. (Arquivo Nacional – RJ)

Carta de Lylia Guedes enviada à Bertha Lutz em 01 de agosto de 1934. (Arquivo Nacional – RJ)

Carta de Beatriz Pontes de Miranda à Lylia Guedes em 08 ago. 1934. (Arquivo Nacional – RJ)

Carta de Lylia Guedes à Bertha Lutz em 1º Nov. 1934. (Arquivo Nacional – RJ)

Carta de Lylia Guedes enviada à Bertha Lutz em 22 dez. 1933. (Arquivo Nacional – RJ)

Carta enviada à Bertha Lutz por Albertina Correia Lima em 24 out. 1935. (Arquivo Nacional – RJ)

Carta enviada à Bertha Lutz por Albertina Correia Lima em 02 mar. 1937. (Arquivo Nacional – RJ)

Carta enviada à consocia da Federação Maria Luiza por Albertina Correia Lima em 20 mai. 1938. (Arquivo Nacional – RJ)

Carta enviada à Bertha Lutz por Albertina Correia Lima em 16 jul. 1938. (Arquivo Nacional – RJ)

Relatório da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino referente ao ano de 1936. (Arquivo Nacional – RJ)

Estatutos da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, 1933. (Biblioteca Dr. Maurílio de Almeida).